

# Art. 176

o o art. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição. A contribuição de que trata este artigo não excederá a um por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei. O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamentos e serviços de saúde. A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordinada ao art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada antes de 1º de janeiro de 1990.



## Panorama do processo constituinte

Para melhor compreensão do processo constituinte, recomendamos a leitura do documento disponível no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Publicações e Documentos → Panorama do Funcionamento da ANC, no seguinte endereço:

[http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama\\_anc](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama_anc)

A relação das Comissões Temáticas e das respectivas subcomissões poderá ser consultada no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Comissões e Subcomissões Temáticas, no seguinte endereço:

[http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes)

## Texto promulgado em 5/10/1988

**Art. 176.** As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o “caput” deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

§ 2º É assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.

§ 3º A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.

§ 4º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

## 1 – Sugestões localizadas<sup>1</sup>

**SUGESTÃO:**10154 DT REC:18/05/87

**Entidade:**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS  
FREDERICO JAYME FILHO - PRESIDENTE

**Texto:**

SUGERE NORMAS GERAIS RELATIVAS À EXPLORAÇÃO E AO APROVEITAMENTO DOS RECURSOS MINERAIS À PROPRIEDADE DO SOLO E DO SUBSOLO.

**SUGESTÃO:**10308 DT REC:22/05/87

**Entidade:**

COORDENAÇÃO NACIONAL DOS GEÓLOGOS - CONAGE  
ROMUALDO PAES DE ANDRADE - PRESIDENTE  
RUA ARTUR DE AZEVEDO 201 - 10. ANDAR MUNICÍPIO: SÃO PAULO CEP: 01000 UF: SP

**Texto:**

SUGERE A INALIENABILIDADE DOS RECURSOS MINERAIS COMO BEM DA UNIÃO; QUE A PROPRIEDADE DAS JAZIDAS, MINAS E RECURSOS MINERAIS SEJA DISTINTA DA DO SOLO, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**SUGESTÃO:**10371 DT REC:18/05/87

**Entidade:**

GRUPO ECOLÓGICO FRENTE VERDE - RIO DE JANEIRO, RJ  
EDUARDO NILÔR DE SOUZA MENDES - PRESIDENTE

**Texto:**

SUGERE NORMAS SOBRE A DEFESA DO SUBSOLO, COM ÊNFASE AO SUBSOLO DA FLORESTA AMAZÔNICA, E SOBRE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS.

**SUGESTÃO:**01177 DT REC:22/04/87

**Autor:**

IRMA PASSONI (PT/SP)

**Texto:**

SUGERE NORMAS SOBRE AS MINAS, JAZIDAS E DEMAIS RECURSOS MINERAIS.

**SUGESTÃO:**01193 DT REC:22/04/87

**Autor:**

MÁRIO MAIA (PDT/AC)

**Texto:**

SUGERE QUE AS JAZIDAS, MINAS E DEMAIS RECURSOS MINERAIS, E OS POTENCIAIS DE ENERGIA HIDRÁULICA CONSTITUAM PROPRIEDADE DISTINTA DA DO SOLO, PARA EFEITO DE EXPLORAÇÃO OU APROVEITAMENTO INDUSTRIAL.

**SUGESTÃO:**00120 DT REC:25/03/87

**Autor:**

IRAM SARAIVA (PMDB/GO)

**Texto:**

SUGERE SEJA ASSEGURADA À UNIÃO A PROPRIEDADE INALIENÁVEL E IMPRESCRITÍVEL DOS RECURSOS MINERAIS DE QUALQUER NATUREZA, EXISTENTES NO PAÍS; SEJA ASSEGURADA A COMPETÊNCIA À UNIÃO E AO PODER LEGISLATIVO PARA LEGISLAR, CONTROLAR E FISCALIZAR A PESQUISA A PROSPECÇÃO, A EXPLORAÇÃO, O APROVEITAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS.

**SUGESTÃO:**01294 DT REC:22/04/87

**Autor:**

PAULO ZARZUR (PMDB/SP)

**Texto:**

SUGERE QUE A EXPLORAÇÃO E O APROVEITAMENTO DAS JAZIDAS, MINAS E

---

<sup>1</sup> O inteiro teor de cada sugestão pode ser consultado no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Sugestões dos Constituintes, no seguinte endereço: [http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituintes/sugestoes-dos-constituintes-pagina-principal](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituintes/sugestoes-dos-constituintes-pagina-principal)

DEMAIS RECURSOS MINERAIS E DOS POTENCIAIS DE ENERGIA HIDRÁULICA DEPENDAM DE AUTORIZAÇÃO OU CONCESSÃO FEDERAL, NA FORMA DA LEI, DADAS EXCLUSIVAMENTE A BRASILEIROS OU A SOCIEDADES ORGANIZADAS NO PAÍS, COM MAIORIA DE CAPITAL NACIONAL.

**SUGESTÃO:**01514 DT REC:23/04/87

**Autor:**

GILSON MACHADO (PFL/PE)

**Texto:**

SUGERE QUE SEJA ASSEGURADA AO PROPRIETÁRIO DO SOLO A PREFERÊNCIA NA EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DAS JAZIDAS MINERAIS E DEMAIS RECURSOS MINERAIS.

**SUGESTÃO:**01817 DT REC:24/04/87

**Autor:**

AFONSO ARINOS (PFL/RJ)

**Texto:**

SUGERE NORMAS DISPONDO SOBRE A ORDEM ECONÔMICA, BASEADA NOS PRINCÍPIOS DA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO, DA LIBERDADE DE INICIATIVA, DO PLENO EMPREGO, DO FORTALECIMENTO DA EMPRESA NACIONAL, DENTRE OUTROS QUE ENUMERA; SOBRE OS INVESTIMENTOS DE CAPITAL ESTRANGEIRO, AS JAZIDAS, MINAS E DEMAIS RECURSOS MINERAIS, DÍVIDA EXTERNA E OUTRAS DISPOSIÇÕES QUE ESTABELECE.

**SUGESTÃO:**02360 DT REC:29/04/87

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

SUGERE NORMAS DISPONDO SOBRE A EXPLORAÇÃO E O APROVEITAMENTO DE BENS MINERAIS, E SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NA MINERAÇÃO.

**SUGESTÃO:**02361 DT REC:29/04/87

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

SUGERE NORMAS DISPONDO SOBRE A PROPRIEDADE DO BEM MINERAL EXISTENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL.

**SUGESTÃO:**02488 DT REC:30/04/87

**Autor:**

IVO VANDERLINDE (PMDB/SC)

**Texto:**

SUGERE QUE A EXPLORAÇÃO E O APROVEITAMENTO DAS JAZIDAS, MINAS E DEMAIS RECURSOS MINERAIS E POTENCIAIS DE ENERGIA HIDRÁULICA SEJAM EXCLUSIVOS DE BRASILEIROS, NAS CONDIÇÕES QUE ESTABELECE.

**SUGESTÃO:**02559 DT REC:30/04/87

**Autor:**

GEOVANI BORGES (PFL/AP)

**Texto:**

SUGERE QUE A EXPLORAÇÃO E O APROVEITAMENTO DAS JAZIDAS, MINAS E DEMAIS RECURSOS MINERAIS DEPENDAM DE AUTORIZAÇÃO OU CONCESSÃO ATRAVÉS DE LEI MUNICIPAL APROVADA PELO PODER LEGISLATIVO LOCAL.

**SUGESTÃO:**02765 DT REC:30/04/87

**Autor:**

MILTON REIS (PMDB/MG)

**Texto:**

SUGERE QUE A POLÍTICA GERAL DE APROVEITAMENTO DOS RECURSOS MINERAIS E ENERGÉTICOS SEJA DISCIPLINADA POR LEI FEDERAL E FISCALIZADA PELA UNIÃO, NAS CONDIÇÕES QUE ESTABELECE.

**SUGESTÃO:**02789 DT REC:30/04/87

**Autor:**

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

**Texto:**

SUGERE DISPOSITIVOS SOBRE A CONCESSÃO DE HABILITAÇÃO PARA A EXPLORAÇÃO E PARA O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS MINERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**SUGESTÃO:**02792 DT REC:30/04/87

**Autor:**

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

**Texto:**

SUGERE QUE A PROPRIEDADE DO SOLO E A DO SUBSOLO SEJAM DISTINTAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**SUGESTÃO:**02793 DT REC:30/04/87

**Autor:**

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

**Texto:**

SUGERE DISPOSITIVOS SOBRE A PROPRIEDADE DOS RECURSOS MINERAIS, DEFININDO-OS COMO PERTENCENTES À NAÇÃO BRASILEIRA DE FORMA INALIENÁVEL E IMPRESCRITÍVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**SUGESTÃO:**03325 DT REC:06/05/87

**Autor:**

ANTÔNIO CÂMARA (PMDB/RN)

**Texto:**

SUGERE NORMA SOBRE O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS MINERAIS.

**SUGESTÃO:**03326 DT REC:06/05/87

**Autor:**

ANTÔNIO CÂMARA (PMDB/RN)

**Texto:**

SUGERE NORMA QUE ASSEGURE AO PROPRIETÁRIO DO SOLO PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DO PRODUTO DA LAVRA DE RECURSOS MINERAIS, INCLUSIVE PETRÓLEO E GÁS.

**SUGESTÃO:**00036 DT REC:19/03/87

**Autor:**

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

**Texto:**

SUGERE QUE A EXPLOÇÃO E O APROVEITAMENTO DE JAZIDAS, MINAS, RECURSOS MINERAIS E DOS POTENCIAIS DE ENERGIA HIDRÁULICA DEPENDAM DE AUTORIZAÇÃO OU CONCESSÃO FEDERAL, CONCEDIDAS EXCLUSIVAMENTE A BRASILEIROS OU A SOCIEDADES ORGANIZADAS NO PAÍS E QUE ASSEGUREM CAPITAL MAJORITÁRIO E DE SÓCIOS BRASILEIROS.

**SUGESTÃO:**04011 DT REC:05/05/87

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

SUGERE QUE A LAVRA DOS BENS MINERAIS SEJA OBJETO DE CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO ENTRE A UNIÃO E AS EMPRESAS DE MINERAÇÃO, NAS CONDIÇÕES QUE ESTABELECE.

**SUGESTÃO:**04073 DT REC:05/05/87

**Autor:**

NELSON WEDEKIN (PMDB/SC)

**Texto:**

SUGERE QUE OS RECURSOS MINERAIS E OS RECURSOS HÍDRICOS CONSTITUAM PROPRIEDADE DISTINTA DA PROPRIEDADE DO SOLO, CONFORME ESPECIFICA.

**SUGESTÃO:**00041 DT REC:19/03/87

**Autor:**

JORGE ARBAGE (PDS/PA)

**Texto:**

SUGERE QUE A PESQUISA E LAVRA DE JAZIDAS MINERAIS SÓ SEJAM CONFERIDAS A EMPRESAS CONSTITUIDAS EXCLUSIVAMENTE DE CAPITAL NACIONAL, PROIBIDAS AS PESSOAS FÍSICAS BENEFICIÁRIAS DA CONCESSÃO DE TRANSFERIR DIREITOS DE EXPLORAÇÃO A ESTRANGEIROS OU A PESSOAS JURÍDICAS DE CAPITAL ESTRANGEIRO, AINDA QUE MINORITARIAMENTE.

**SUGESTÃO:**04135 DT REC:06/05/87

**Autor:**

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

**Texto:**

SUGERE DISPOSITIVOS SOBRE AUTORIZAÇÕES OU CONCESSÕES PARA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS.

**SUGESTÃO:**05908 DT REC:06/05/87

**Autor:**

OSMAR LEITÃO (PFL/RJ)

**Texto:**

SUGERE QUE OS RECURSOS MINERAIS EXISTENTES NO PAÍS PERTENÇAM À NAÇÃO BRASILEIRA, DE FORMA INALIENÁVEL E IMPRESCRITÍVEL E, COMO TAL, SEJAM ADMINISTRADOS PELA UNIÃO.

**SUGESTÃO:**06004 DT REC:06/05/87

**Autor:**

JOÃO NATAL (PMDB/GO)

**Texto:**

SUGERE DISPOSITIVOS SOBRE A EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DOS RECURSOS MINERAIS BRASILEIROS.

**SUGESTÃO:**06063 DT REC:06/05/87

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

SUGERE QUE OS RECURSOS MINERAIS EXISTENTES EM RESERVAS INDÍGENAS SEJAM PESQUISADOS E LAVRADOS SOMENTE COM O CONSENTIMENTO DESSAS COMUNIDADES.

**SUGESTÃO:**00668 DT REC:13/04/87

**Autor:**

BETH AZIZE (PSB/AM)

**Texto:**

SUGERE DISPOSITIVOS SOBRE A PRIORIDADE DO SOLO E A DO SUBSOLO, A PROPRIEDADE E A EXPLORAÇÃO DE JAZIDAS, MINAS E DEMAIS RECURSOS MINERAIS, BEM COMO DAS ENERGIAS NUCLEAR, HIDRELÉTRICA, SOLAR, EÓLICA E A OBTIDA POR INTERMÉDIO DE BIODIGESTORES.

**SUGESTÃO:**06805 DT REC:06/05/87

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

SUGERE DISPOSITIVOS SOBRE OS RECURSOS MINERAIS.

**SUGESTÃO:**06873 DT REC:06/05/87

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

SUGERE SEJA PROIBIDA A TRANSFERÊNCIA A ESTRANGEIRO DAS TERRAS ONDE EXISTAM JAZIDAS, MINAS E OUTROS RECURSOS MINERAIS E POTENCIAIS DE ENERGIA ELÉTRICA.

**SUGESTÃO:**07062 DT REC:06/05/87

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

SUGERE QUE TODOS OS RECURSOS MINERAIS PERTENÇAM À NAÇÃO E POR ELA SEJAM ADMINISTRADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**SUGESTÃO:**07067 DT REC:06/05/87

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

SUGERE QUE O DOMÍNIO E A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS DEPENDAM DE AUTORIZAÇÃO FEDERAL.

**SUGESTÃO:**07182 DT REC:06/05/87

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

SUGERE QUE AS JAZIDAS, MINAS E DEMAIS RECURSOS MINERAIS, BEM COMO OS POTENCIAIS DE ENERGIA HIDRÁULICA, CONSTITUAM PROPRIEDADE DISTINTA DA PROPRIEDADE DO SOLO.

**SUGESTÃO:**07228 DT REC:06/05/87

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

SUGERE QUE A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS E DE ENERGIA HIDRÁULICA DEPENDA DE AUTORIZAÇÃO FEDERAL.

**SUGESTÃO:**07371 DT REC:06/05/87

**Autor:**

HÉLIO COSTA (PMDB/MG)

**Texto:**

SUGERE QUE SEJA VEDADA A ESTRANGEIROS A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS, CONFORME ESPECIFICA.

**SUGESTÃO:**07469 DT REC:06/05/87

**Autor:**

MIRO TEIXEIRA (PMDB/RJ)

**Texto:**

SUGERE DISPOSITIVOS SOBRE O APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINERAIS E DE RIQUEZAS DO MAR.

**SUGESTÃO:**07489 DT REC:06/05/87

**Autor:**

JOÃO NATAL (PMDB/GO)

**Texto:**

SUGERE DISPOSITIVOS SOBRE A EXPLORAÇÃO E O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS MINERAIS BRASILEIROS.

**SUGESTÃO:**07789 DT REC:06/05/87

**Autor:**

GIL CÉSAR (PMDB/MG)

**Texto:**

SUGERE DISPOSITIVOS QUE TRATAM DA PROPRIEDADE DO SUBSOLO E DOS RECURSOS MINERAIS.

**SUGESTÃO:**08020 DT REC:06/05/87

**Autor:**

RONALDO CARVALHO (PMDB/MG)

**Texto:**

SUGERE QUE OS RECURSOS MINERAIS E OS POTENCIAIS DE ENERGIA HIDRÁULICA CONSTITUAM PROPRIEDADE DISTINTA DA DO SOLO, ASSEGURADA AO PROPRIETÁRIO DO SOLO A PREFERÊNCIA PARA EFEITO DE SUA EXPLORAÇÃO OU APROVEITAMENTO INDUSTRIAL.

**SUGESTÃO:**00834 DT REC:10/04/87

**Autor:**

NIVALDO MACHADO (PFL/PE)

**Texto:**

SUGERE QUE AS JAZIDAS MINERAIS E DEMAIS RECURSOS MINERAIS E OS POTENCIAIS DE ENERGIA HIDRÁULICA CONSTITUAM PROPRIEDADE DISTINTA DA DO SOLO, E QUE SEJAM CONSIDERADAS DA UNIÃO POR MOTIVO DE SEGURANÇA NACIONAL.

**SUGESTÃO:**00836 DT REC:13/04/87

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

SUGERE QUE AS JAZIDAS, MINAS E DEMAIS RECURSOS MINERAIS, BEM COMO OS POTENCIAIS DE ENERGIA ELÉTRICA CONSTITUAM PROPRIEDADE DISTINTA DA PROPRIEDADE DO SOLO, SENDO, NESTE CASO, O SUBSOLO PROPRIEDADE DA NAÇÃO. A PESQUISA DE MINERAIS, A EXPLORAÇÃO E O APROVEITAMENTO DAS JAZIDAS, MINAS E DEMAIS RECURSOS MINERAIS.

**SUGESTÃO:**00837 DT REC:13/04/87

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

SUGERE QUE AS JAZIDAS, MINAS E DEMAIS RECURSOS MINERAIS CONSTITUAM PROPRIEDADE DISTINTA DA DO SOLO, SENDO NESTE CASO O SUBSOLO PROPRIEDADE DA UNIÃO. ESTABELECE, TAMBÉM, QUE OS CONTRATOS DE PESQUISAS MINERAL E DE LAVRA SEJAM POR TEMPO DETERMINADO, RENOVÁVEIS NO INTERESSE NACIONAL, CONFORME DISPUSER A LEI, E QUE, VENCIDO O PRAZO DESSE CONTRATO, NÃO SEJA RECONHECIDO AOS TITULARES DO CONTRATO, DIREITO À RENOVAÇÃO E INDENIZAÇÃO CONTRA A UNIÃO.

**SUGESTÃO:**00842 DT REC:13/04/87

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

SUGERE SEJA INCLUÍDO, COMO DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO, EXPLORAR DIRETAMENTE OU MEDIANTE CONTRATO, POR TEMPO DETERMINADO, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES ESTATUÍDAS EM LEI, AS JAZIDAS, MINAS E DEMAIS RECURSOS MINERAIS; E LEGISLAR SOBRE JAZIDAS, MINAS, OUTROS RECURSOS MINERAIS E POTENCIAIS DE ENERGIA HIDRÁULICA, BEM COMO SOBRE O REGIME CONTRATUAL DE SUA EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO.

**SUGESTÃO:**08670 DT REC:06/05/87

**Autor:**

MARCOS LIMA (PMDB/MG)

**Texto:**

SUGERE QUE LEI FEDERAL DISPONHA SOBRE A POLÍTICA DE APROVEITAMENTO DOS RECURSOS MINERAIS BRASILEIROS.

**SUGESTÃO:**00872 DT REC:14/04/87

**Autor:**

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

**Texto:**

SUGERE CAPÍTULO PARA RECURSOS DIVERSOS, ONDE TRATA DAS JAZIDAS, MINAS E DEMAIS RECURSOS MINERAIS E OS POTENCIAIS DE ENERGIA HIDRÁULICA, QUE CONSTITUEM PROPRIEDADE DISTINTA DA DO SOLO, PARA EFEITO DE EXPLORAÇÃO, OU APROVEITAMENTO INDUSTRIAL PELO PODER PÚBLICO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUANDO POR ELE AUTORIZADO, NA FORMA DA LEI, VEDADOS OS CONTRATOS POR PRAZO INDETERMINADO, SALVO OS DEFERIDOS A TÍTULO PRECÁRIO; TRATA DA EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DAS JAZIDAS, MINAS E DEMAIS RECURSOS E POTENCIAIS ENERGÉTICOS, ENTRE OUTRAS DISPOSIÇÕES.

**SUGESTÃO:**00910 DT REC:14/04/87

**Autor:**

CÉSAR MAIA (PDT/RJ)



**Texto:**

SUGERE NORMAS QUE REGULAMENTEM: A PROPRIEDADE DOS MEIOS DE PRODUÇÃO; AS FUNÇÕES DO ESTADO, A LIVRE INICIATIVA; O DELITO ECONÔMICO, A PROPRIEDADE NACIONAL E O CAPITAL ESTRANGEIRO, OS RECURSOS MINERAIS E A PROPRIEDADE DO SUBSOLO; O DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRÍCOLA E URBANO E O DESENVOLVIMENTO RURAL.

**SUGESTÃO:**09324 DT REC:06/05/87

**Autor:**

BENEDITA DA SILVA (PT/RJ)

**Texto:**

SUGERE QUE A EXPLORAÇÃO E O APROVEITAMENTO DE JAZIDAS, MINAS E DEMAIS RECURSOS MINERAIS E POTENCIAIS DE ENERGIA ELÉTRICA DEPENDAM DE CONCESSÃO FEDERAL, DADA EXCLUSIVAMENTE A BRASILEIROS E EMPRESAS NACIONAIS.

## 2 – Audiências públicas

Consulte na 9ª reunião da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica notas taquigráficas da audiência pública realizada em 4/5/1987 sobre Monopólio estatal do petróleo / Petrobrás e contratos de risco / Setor mineral / Política mineral.

Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao6/subcomissao6a](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao6/subcomissao6a)

## 3 – Subcomissões temáticas

### SUBCOMISSÃO DE PRINCÍPIOS GERAIS, INTERVENÇÃO DO ESTADO, REGIME DA PROPRIEDADE DO SUBSOLO E DA ATIVIDADE ECONÔMICA – VIA

<p>FASE A – Anteprojeto do relator</p>	<p><b>Art. 14</b> - Os recursos minerais e os potenciais de energia, renováveis ou não-renováveis, constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União.</p> <p>[...]</p> <p><b>Art. 16</b> - O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis, e dos recursos hídricos, bem como a pesquisa e a lavra dos recursos minerais, dependem de autorização ou concessão do Poder Público e somente serão autorizados ou concedidos, na forma da lei, a brasileiros ou a empresas nacionais.</p> <p><b>§ 1º</b> - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de potencial de energia renovável ou não-renovável de capacidade reduzida e, em qualquer caso, a captação de água em pequeno volume, na forma da lei.</p> <p><b>§ 2º</b> - No aproveitamento dos seus recursos hídricos, a União, os Estados e Municípios serão sempre obrigados a compatibilizar as oportunidades de múltipla utilização desses recursos.</p> <p><b>§ 3º</b> - As autorizações de pesquisa mineral e as concessões de lavra serão por tempo determinado e sempre no interesse nacional, não podendo ser transferidas, sem anuência do poder concedente.</p> <p><b>§ 4º</b> - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, em valor não inferior ao dízimo do imposto sobre minerais.</p> <p><b>§ 5º</b> - São mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão</p>
--	--

	<p>decorridos 03 (três) anos sem exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição. (DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA)</p> <p>[...]</p> <p><b>Art. 20</b> - O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis, e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira ou em terras indígenas somente poderá ser efetuado pela União.</p> <p><i>Parágrafo único</i> - A exploração de tais recursos em terras indígenas dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.</p>
FASE B – Emenda ao anteprojeto do relator	<p>Total de emendas localizadas: 58.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas da Fase B ao final deste documento.)</p>
FASE C – Anteprojeto da subcomissão	<p><b>Art. 9º</b> - As jazidas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as reservas de água subterrânea constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União.</p> <p>[...]</p> <p><b>Art. 14</b> - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira ou em terras indígenas somente poderão ser efetuados por empresas públicas ou empresas nacionais.</p> <p>Consulte na 16ª reunião e 17ª reunião extraordinária da Subcomissão dos Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, a votação do anteprojeto do relator, das emendas a ele oferecidas, e de sua redação final. No que se refere à matéria em análise, foram votados, destacadamente e rejeitados os artigos 14, caput e parágrafos 1º, 3º, 4º e 5º do artigo 16, e artigo 20.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 25/7/1987, Supl. 104, a partir da p. 45.</p> <p>Disponível em: <a href="https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao6/subcomissao6a">https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao6/subcomissao6a</a></p>

## 4 – Comissões temáticas

### COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA - VI

FASE E – Emendas ao anteprojeto da subcomissão, na comissão	<p>Total de emendas localizadas: 55.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas da Fase E ao final deste documento.)</p>
FASE F – Substitutivo do relator	<p><b>Art. 9º</b> - As jazidas, o patrimônio genético das espécies nativas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as reservas de água subterrânea constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, pertencem à União e são inalienáveis, ressalvado o disposto neste título.</p> <p>[...]</p> <p>§ 2º - Ao proprietário do solo é assegurado a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.</p>

	<p>[...]</p> <p><b>Art. 10</b> - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira somente poderão ser efetuados por empresas estatais ou empresas nacionais.</p> <p><b>Art. 11</b> - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em terras indígenas somente poderão ser efetuados por empresas estatais, e dependerão da prévia aprovação do Congresso Nacional.</p> <p><b>Art. 12</b> - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.</p> <p>[...]</p> <p>§ 2º - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.</p>
FASE G – Emenda ao substitutivo	<p>Total de emendas localizadas: 57. (consulte a íntegra das emendas da Fase G ao final deste documento.)</p>
FASE H – Anteprojeto da comissão	<p><b>Art. 8º</b> - As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União.</p> <p>§ 1º - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.</p> <p>[...]</p> <p><b>Art. 9º</b> - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira somente poderão ser efetuados por empresas estatais ou empresas nacionais.</p> <p><b>Art. 10</b> - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em terras indígenas somente poderão ser efetuados por empresas nacionais.</p> <p><b>Art. 11</b> - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.</p> <p>[...]</p> <p>§ 2º - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.</p> <p>Consulte na 14ª reunião da Comissão da Ordem Econômica a votação do Substitutivo do Relator. Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 25/7/1987, Suplemento, a partir da p. 13.</p> <p>Disponível em:  <a href="https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao6/comissao6">https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao6/comissao6</a> </p> <p><u>Nota:</u> A reunião foi bastante tumultuada por embates regimentais e discussões acaloradas, tendo sido interrompida várias vezes. No que se refere ao dispositivo em análise, foi aprovada, em destaque, a Emenda 471. Consulte a votação da</p>

	emenda no Diário indicado acima, a partir da p. 39.
--	---

## 5 – Comissão de Sistematização

FASE I – Anteprojeto de Constituição	<p><b>Art. 312</b> - As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União.</p> <p>§ 1º - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.</p> <p>[...]</p> <p><b>Art. 313</b> - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira somente poderão ser efetuados por empresas nacionais.</p> <p><b>Art. 314</b> - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.</p> <p><i>Parágrafo único</i> - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.</p>
FASES J e K – Emendas de mérito (CS) e de adequação ao anteprojeto	<p>Total de emendas localizadas: 39.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas das Fases J e K ao final deste documento).</p>
FASE L – Projeto de Constituição	<p><b>Art. 306</b> - As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União.</p> <p>§ 1º - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.</p> <p>[...]</p> <p><b>Art. 307</b> - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira somente poderão ser efetuados por empresas nacionais.</p> <p><b>Art. 308</b> - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.</p> <p><i>Parágrafo único</i> - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.</p>
FASE M – Emendas (1P) de Plenário e populares	<p>Total de emendas localizadas: 114.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas da Fase M ao final deste documento.)</p>

<p>FASE N – Primeiro substitutivo do relator</p>	<p><b>Art. 231</b> - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União.</p> <p>§ 1º - A lei poderá atribuir aos Estados a concessão de uso de potenciais de energia elétrica, existentes no seu território, obedecidas as normas deste artigo.</p> <p><b>§ 2º</b> - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados das lavras em valor não inferior ao imposto sobre minerais; a lei regulará a forma de indenização.</p> <p><b>Art. 232</b> - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.</p> <p><i>Parágrafo único</i> - A autorização ou concessão pela União, para exploração dos recursos minerais em terras indígenas dependerá sempre de anuência das populações indígenas envolvidas.</p> <p><b>Art. 233</b> - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão do Poder Público contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.</p> <p><b>§ 1º</b> - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.</p> <p>[...]</p>
<p>FASE O – Emendas (ES) ao primeiro substitutivo do relator</p>	<p>Total de emendas localizadas: 145. (consulte a íntegra das emendas da Fase O ao final deste documento.)</p>
<p>FASE P – Segundo substitutivo do relator</p>	<p><b>Art. 197</b> - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União.</p> <p>§ 1º - A lei poderá atribuir aos Estados a concessão de uso de potenciais de energia elétrica, existentes no seu território, obedecidas as normas deste artigo.</p> <p><b>§ 2º</b> - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados das lavras; a lei regulará a forma e o valor da participação.</p> <p><b>Art. 198</b> - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas.</p> <p><i>Parágrafo único</i> - As autorizações e concessões, previstas neste artigo, previstas neste artigo, não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.</p> <p>Destaques apresentados:</p> <p>Nº 4101/87, referente à Emenda nº 22935. Rejeitado.</p> <p>Nº 0184/87, referente à Emenda nº 33278. Aprovado.</p> <p>Nº 4394/87, referente à Emenda nº 33279. Aprovado.</p> <p>Nº 2298/87, referente à Emenda nº 1P-10490. Rejeitado.</p>

	Publicado no <a href="#">Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 27/1/1988, Supl. C</a> , a partir da p. 2027.
--	--

## 6 – Plenário

FASE Q – Projeto A (início 1º turno) ou FASE R Ato das Disposições Transitórias	<p><b>Art. 205.</b> As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União.</p> <p>§ 1º A lei poderá atribuir aos Estados a concessão de uso de potenciais de energia elétrica existentes no seu território, obedecidas as normas deste artigo.</p> <p>§ 2º É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; a lei regulará a forma e o valor da participação.</p> <p><b>Art. 206.</b> O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados por brasileiros ou empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, por tempo determinado, no interesse nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas.</p> <p>§ 1º As autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.</p> <p>§ 2º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.</p>
FASE S – Emendas de Plenário (2P)	<p>Total de emendas localizadas: 15. (consulte a íntegra das emendas da Fase S ao final deste documento.)</p> <p>Emenda Substitutiva do Centrão<sup>2</sup> nº 2043, art. 205.</p> <p>Vários Requerimentos de destaque/fusão de Emendas foram discutidos e aprovados.</p> <p>Publicado no <a href="#">Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 29/4/1988</a>, a partir da p. 10048.</p>
FASE T – Projeto B (fim 1º turno, início 2º)	<p><b>Art. 182.</b> As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União.</p> <p>§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.</p> <p>§ 2º É garantida ao concessionário ou autorizado a propriedade do produto da lavra e assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.</p> <p>§ 3º A lei instituirá, a título de indenização, fundo de exaustão, constituído de percentual do resultado da lavra, para atender ao desenvolvimento do município onde</p>

<sup>2</sup> Emendas do Centrão: grupo de parlamentares conhecido como Centrão apresentou emendas, que foram posteriormente aprovadas em Plenário, com exceção do Capítulo III da emenda nº 02043, e tornaram-se substitutivos ao Projeto A.

	<p>se localize a jazida, desde que o justifiquem as condições econômicas e sociais.</p> <p>§ 4º A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.</p> <p>§ 5º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.</p> <p>Nota: Uma nova redação foi dada pelo relator para o artigo 182, conforme <a href="#">quadro comparativo</a>, volume 298, página 199:</p>
FASE U – Emendas ao Projeto B (2T)	<p>Total de emendas localizadas: 19. (consulte a íntegra das emendas da Fase U ao final deste documento.)</p> <p>Requerimento de reunião de emendas e destaques. Aprovada a supressão do § 3º. Publicado no <a href="#">Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 30/8/1988</a>, a partir da p. 13616.</p>
FASE V – Projeto C (fim 2º turno)	<p><b>Art. 176.</b> As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.</p> <p>§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.</p> <p>§ 2º É assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.</p> <p>§ 3º A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.</p> <p>§ 4º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.</p>

## 7 – Comissão de Redação

FASE W – Proposta exclusivamente de redação	<p>Total de emendas localizadas: 4. (consulte a íntegra das emendas da Fase W ao final deste documento).</p> <p>Na Comissão de Redação, foi discutido e aprovado novo texto para o <i>caput</i> do art. 176. Publicado no <a href="#">Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 23/9/1988, Supl. B</a>, p. 51 e seguintes; e p.212 e seguintes.</p>
FASE X – Projeto D – redação final	<p><b>Art. 176.</b> As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de</p>

	<p>exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.</p> <p>§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.</p> <p>§ 2º É assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.</p> <p>§ 3º A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.</p> <p>§ 4º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.</p> <p>Nota: Prevaleceu alteração redacional proposta pelo Professor Celso Cunha para os parágrafos 1º e 3º, conforme <a href="#">quadro comparativo</a> das propostas de redação, fl. 143).</p>
--	---

## EMENDAS APRESENTADAS POR FASE<sup>3</sup>

### FASE B

**EMENDA:**00003 REJEITADA

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

VINICIUS CANSANÇÃO (PFL/AL)

**Texto:**

Acrescente-se aos artigos 6A14 e 6A16, depois da expressão "potenciais de energia" (2a. linha) a palavra "naturais", ficando assim a redação:

Art. 6A14 - Os recursos minerais e os potenciais de energia naturais, renováveis ou não renováveis, constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União.

Art. 6A16 - O aproveitamento dos potenciais de energia naturais, renováveis e não renováveis, e dos recursos hídricos, bem como a pesquisa e a lavra dos recursos minerais, dependem da autorização ou concessão do Poder Público e

<sup>3</sup> As emendas foram reproduzidas sem revisão, conforme constam nas bases de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além disso, o texto das JUSTIFICATIVAS das emendas foi digitado e não houve conferência do trabalho. Os documentos originais poderão ser consultados em: [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente)



somente serão autorizadas ou concedidas, na forma da lei, a brasileiros ou empresas nacionais.

**Justificativa:**

Não localizada.

**Parecer:**

Não acolhida.

A presente emenda foge ao escopo do anteprojeto, que pretende assegurar como opção futura, também, os potenciais de energia renovável, como alternativa à expansão das fontes de energia não-renovável.

**EMENDA:00023 APROVADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ISMAEL WANDERLEY (PMDB/RN)

**Texto:**

Dá nova redação ao § 4o. do art. 6A16 do anteprojeto.

"Art. O § 4o. do Art. 6A16 passa a ter a seguinte redação:

Art. 6A16 .....

.....

§ 4o. Ao proprietário do solo é assegurada a participação percentual sobre a produção da lavra, na forma da lei."

**Justificativa:**

O espírito da emenda é de se mudar o parâmetro indenizatório, passando a adotar o percentual sobre a produção da lavra, no lugar de resultados da lavra, para assegurar remuneração certa dos prejuízos sofridos pelo superficiário.

**Parecer:**

Acolhida. Tem procedência a observação do nobre Constituinte, Ismael Wanderley, o estabelecimento de um teto mínimo ou máximo seria objeto de legislação ordinária.

Recomenda-se, portanto, uma nova redação ao parágrafo 4o. do Art. 6A16:

"Ao proprietário voto é assegurada participação nos resultados da lavra, na forma que a lei determinar. Aprovada.

**EMENDA:00041 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

FERNANDO SANTANA (PCB/BA)

**Texto:**

No Art. 6a16, substitua-se o final do texto pela seguinte redação:

"...somente serão autorizados ou concedidos, na forma da lei, a brasileiros ou a empresas constituídas com capital e acionistas brasileiros."

**Justificativa:**

Desde a Constituição de 1934, em seus arts, 119 §§ 1º e 4º, e a Constituição de 1937, nos seus arts, 143 e § 1º, o poder público vem reconhecendo a imperiosa necessidade de recobrar para brasileiros a exploração do subsolo. A presença do capital estrangeiro nesta área só tem servido para carrear para o exterior, a preço vil, minérios até essenciais ao desenvolvimento nacional como o manganês, obrigando-nos a importar esse minério do Gabão na África.

Em geral, são empresas estrangeiras detentoras de minas no exterior as que requerem e obtêm o controle de nossas jazidas e somente as exploram quando esgotadas as que detêm no exterior. Por isto mesmo, o consumo de minérios no Brasil, em 1983, atingiu a US\$ 12,3 bilhões. O País importou 85,9% desse total (O Globo, de 03.02.85). Além disso, são conhecidas as fraudes, como empréstimos fictícios das matrizes às subsidiárias e o achatamento do preço no mercado internacional, de modo a tornar sempre gravoso o produto. A exploração das jazidas tem sido, inclusive em Carajás, sob modelo colonialista tradicional que gerou a miséria do Terceiro Mundo.

Por isto todos os grandes estadistas, desde Artur Bernardes vêm alertando contra essa prática impatriótica.

O Anteprojeto desta Subcomissão permite a exploração mineral a brasileiros ou a empresas nacionais. Embora defina no art. 6A04 que empresa nacional seja aquela cujo controle decisório e de capital permaneça a brasileiros, o que representa um avanço em favor da soberania nacional, a prática tem demonstrado e a publicação. "As Corporações Multinacionais", editada pelo Conselho Econômico das Nações Unidas, exemplifica de várias formas, como costumam burlar eficazmente esse tipo de restrições, ostentando um capital minoritário e uma aparente falta de controle, porém exercendo pleno comando sobre a empresa supostamente nacional. Para que esta Assembleia Nacional Constituinte não incorra nesta ingenuidade, é imperioso retificar o art. 6A16, eliminando claramente a presença das multinacionais de mineração do processo produtivo de minérios, para o qual o Brasil já dispõe de tecnologia e capitais suficientes, como tem demonstrado no petróleo, na siderúrgica e tantos outros setores da economia nacional.

É o que se espera desta Subcomissão que já deu tantas provas de patriotismo e clarividência em outros temas do Projeto.

Precisamos ser dignos do momento histórico que o Brasil vive. Estamos pleiteando para nós brasileiros, o que o General Mark Clark proporcionou ao Japão, sobre os escombros deixados pela Segunda Guerra Mundial – uma democracia forte e independente.

**Parecer:**

Não acolhida.

A proposta é redundante, uma vez que o anteprojeto atende plenamente pela definição de empresa nacional em seu artigo 6A04.

**EMENDA:00042 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

FERNANDO SANTANA (PCB/BA)

**Texto:**

Acrescentar, depois § 2o. do art. 6a16 e renumerar os seguintes, um parágrafo nestes termos:

"§ 3o. O regime de exploração de recursos naturais com o aproveitamento de minérios, energia hidráulica ou térmica a carvão de qualquer potência garantirá a participação em seus resultados aos Estados e Municípios onde a operação se efetuar."

**Justificativa:**

Trata-se de lacuna no Direito anterior que deixou impunes abusos dramáticos cometidos contra comunidades em regiões de represas, de mineração e de produção de energia térmica a carvão, gerando moléstias pulmonares, sacrificando até a morte e provocando o nascimento de seres humanos com deformações irreversíveis. O Poder Econômico e interesses inconfessáveis, a pretexto de conveniências de ordem pública, mantiveram e mantêm essa enormidade do sistema político vigente. Além disso, na própria medida em que a Nação se enriquece com o aumento do potencial energético, os pequenos municípios, sobretudo, entram em crescente decadência ante o despovoamento e a formação de aldeias de empregados do concessionário, imunes a impostos e onerado as prefeituras locais, obrigadas a fornecer os serviços públicos essenciais, sem qualquer compensação.

Há mais de uma centena de municípios em todo o País, vítimas do desenvolvimento econômico. Enquanto o Congresso Nacional instituiu o pagamento de compensações aos Estados e municípios onde se realiza a extração de petróleo, incompreensivelmente, as comunidades de áreas onde se realiza outros tipos de mineração e a produção de energia hidráulica e técnica a carvão permanecem sacrificadas, gerando revoltas, resistências e sabotagens sempre que o Poder Público projeta construir novas represas ou usinas poluentes.

**Parecer:**

Não acolhida.

A participação de que trata a presente emenda já é objeto de legislação ordinária.

**EMENDA:00045 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

MÁRIO MAIA (PDT/AC)

**Texto:**

Inclua-se os seguintes artigos:  
Art. As jazidas, minas e demais recursos

minerais, e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

Art. Os recursos minerais de qualquer natureza, existentes no País, pertencem à Nação brasileira de forma inalienável e, como tal, serão administrados pela União.

§ 1o. A pesquisa mineral e o aproveitamento industrial dos bens minerais dependem, respectivamente, de autorização federal e da assinatura, pela União, de contrato de lavra por tempo determinado, na forma de Lei, com brasileiros ou sociedades autorizadas a funcionar como empresa de mineração, desde que o capital estrangeiro não ultrapasse 32% do total ou 49% do capital votante.

**Justificativa:**

Não localizada

**Parecer:**

Não acolhida.

O assunto está tratado de forma mais concisa e com a necessária abrangência, que cobre inclusive o conceito de soberania nacional, no texto do Anteprojeto.

**EMENDA:00068 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PMDB/GO)

**Texto:**

Dê-se ao artigo 6A14 a seguinte redação:

"Art. 6A14 As jazidas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as reservas de água subterrânea constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União."

**Justificativa:**

A presente emenda tem por objetivo, evitar uma abrangência inaceitável, já que considerar propriedade da União todas os potenciais de energia renovável e não-renovável certamente acarretaria graves prejuízos à economia nacional.

**Parecer:**

Não acolhida.

A presente emenda foge ao objetivo do anteprojeto, que pretende assegurar, como opção futura, também, os potenciais das fontes de energia não renovável.

Em qualquer hipótese, o uso desses bens em pequeno volume independe de autorização do poder público.

**EMENDA:00070 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PMDB/GO)

**Texto:**

Dê-se ao § 5o. do art. 6A16, a seguinte redação:

"§ 5o. São mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos 5 (cinco) anos sem exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição. (Disposição transitória)."

**Justificativa:**

Estendeu-se de 3 para 5 anos o prazo para que as empresas se enquadrem às exigências desta Constituição porque este é o prazo normal de implantação de uma indústria mineral.

**Parecer:**

Não acolhida.

O prazo a que se refere o parágrafo 5o. do Anteprojeto é adequado, na medida em que se refere a um período em que "não haja exploração em escala comercial" e, obviamente, tal exigência só pode ser cumprida após a implantação da empresa.

**EMENDA:00071 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PMDB/GO)

**Texto:**

Dê-se ao § 1o. e ao caput do art. 6A16, as seguintes redações:

"Art. 6A16. A exploração e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, bem como a pesquisa e a lavra dos recursos minerais, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, na forma da lei, dados prioritariamente a brasileiros ou a empresas nacionais.

§ 1o. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida ou das coleções de água de pequeno volume, na forma da lei."

**Justificativa:**

Não localizada.

**Parecer:**

Não acolhida.

A redação dada ao art. 6A16 e parágrafo 1o., submetendo ao Poder público a autorização e concessão para o aproveitamento dos potenciais de energia renováveis, visa a preservação como forma alternativa à expectativa futura de exaustão dos recursos não-renováveis.

**EMENDA:00073 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PMDB/GO)

**Texto:**

Dê-se ao caput do art. 6A20 a seguinte redação:

"Art. 6A20. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira ou em terras indígenas somente poderá ser efetuado por empresas públicas ou empresas nacionais."

**Justificativa:**

A emenda pretende estender aos Estados, Municípios e empresas privadas nacionais a possibilidade de aproveitamento e exploração dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixa de fronteira ou em terras indígenas, a fim de se evitar a criação de mais um monopólio injustificado.

**Parecer:**

Não acolhida.

A redação dada à matéria pelo art. 6A20 e seu parágrafo único atende às peculiaridades de aproveitamento dos recursos nessas áreas. Por ater-se ao aproveitamento industrial (art. 6A14), não exclui a atividade de cata e faiscação pelos índios. Ao mesmo tempo, possibilita a superação de possíveis conflitos, pois cabe ao Congresso Nacional a prévia aprovação para exploração (Parágrafo único).

**EMENDA:00082 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RUY NEDEL (PMDB/RS)

**Texto:**

Art. Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único:

A exploração de jazidas minerais em terras indígenas fica proibida por 30 (trinta) anos, permitindo-se a cata e faiscação só pelo próprio índio.

**Justificativa:**

Como membro da Subcomissão das Minorias e Populações indígenas entendemos que o subsolo de suas terras deva ficar inviolável pelo período de uma geração, sob pena do extermínio da raça.

**Parecer:**

Não acolhida.

A redação dada à matéria pelo art. 6A20 e seu parágrafo único atende às peculiaridades de aproveitamento dos recursos nessas áreas. Por ater-se ao aproveitamento industrial (art. 6A14), não exclui a atividade de cata e faiscação pelos índios. Ao mesmo tempo, possibilita a superação de possíveis conflitos, pois, cabe ao Congresso Nacional a prévia aprovação para exploração (parágrafo único).

**EMENDA:00092 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GIL CÉSAR (PMDB/MG)

**Texto:**

Substitua-se a redação do Relator nos seguintes artigos por:

"Art. 6A06. A Empresa Privada Nacional será dispensada tratamento privilegiado no que concerne às compras Governamentais e concessões de incentivos, na forma da lei.

Art. 6A16. O aproveitamento dos potenciais de energia não-renováveis e dos Recursos Hídricos, bem como a pesquisa e a lavra dos Recursos Minerais, dependem de autorização ou concessão do poder público e somente serão autorizados ou concedidos à brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil, na forma da lei.

§ 3o. As autorizações de pesquisa mineral serão por tempo determinado e sempre no interesse nacional, não podendo ser transferidos, sem anuência do poder concedente."

Inclua-se, no anteprojeto do Relator e onde couber no texto constitucional:

"Art. A União garantirá, para fins de planejamento econômico, a realização sistemática do levantamento geológico básico do Território Nacional, devendo delegar seu planejamento e execução aos estados que tenham instituições capazes de realizá-lo, na forma da lei.

Art. Aos Estados da Federação serão conferidos os poderes de:

I - Legislar completamente sobre a pesquisa mineral e a lavra nas questões relativas ao meio-ambiente.

II - Participar do processo de outorga de autorizações de pesquisa mineral e concessões de lavra, na forma da lei.

(Inclusões)

Art. 6A16. ....

Parágrafo único. As concessões de lavra deverão ser autorizadas com base na vida útil econômica da jazida, sempre atendendo o interesse nacional.

[...]

"Art. 6A20. O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis, e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira somente poderá ser efetuado por empresas estatais."

(Inclusão)

"Art. O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis e a lavra de jazidas minerais em terras indígenas somente poderá ser efetuado pela União.

Parágrafo único. A exploração de tais recursos em terras indígenas dependerá de prévia aprovação no Congresso Nacional."

**Justificativa:**

Emenda sem justificação.

**Parecer:**

Não acolhida.

A emenda não pôde ser considerada por ferir disposto no § 2o. do art. 23 do Regimento Interno da Constituinte. Recomenda-se ao ilustre constituinte que, obedecida a norma regimental, a matéria seja reapresentada na comissão temática no. 6.

**EMENDA:00094 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

O § 4o. do art. 6A16, do anteprojeto de Subcomissão, passa a ter a seguinte redação:

"§ 4o. É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra, em valor igual ao dízimo do imposto incidente sobre o correspondente mineral."

**Justificativa:**

1. O § 4º do artigo 6A16, do Anteprojeto da Subcomissão, que assegura ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra em valor não inferior ao dízimo do imposto sobre minerais, não pode substituir com essa redação pelas razões básicas que adiante se indicará.
2. Os recursos naturais e os potenciais de energia renováveis ou não renováveis constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial. Na forma da lei, ao proprietário do solo já é assegurada indenização pelos danos causados nas operações de pesquisas e lavra.
3. A atividade mineral, de natureza não renovável, precisa ser racionalmente explorada, especialmente em benefício de toda a sociedade. Ora, a adição de participação nos resultados de lavra em percentual não expressamente definido no texto constitucional implica elevação dos riscos da exploração mineral, podendo vir a comprometer parte do patrimônio nacional.
4. Cabe, por isso, rejeitar, por inconveniente aos interesses do País no desenvolvimento da economia mineral, a colocação constitucional de um piso mínimo para a participação do proprietário. Essa sugestão incorporada no Anteprojeto abre espaço a um conflito de difícil solução entre o minerador e o proprietário do solo. Até o momento de iniciar o processo extrativo propriamente dito, o minerador teve de investir com a pesquisa e com a avaliação das reservas, pré-requisitos indispensáveis ao início das atividades de exploração mineral.
5. Depois de todo esse esforço e desse dispêndio, com as informações abertas sobre a mesa, subordinar-se ademais o começo da exploração a uma negociação entre proprietário do solo e minerador significa conceder ao primeiro o poder de viabilização ou de inviabilização de uma jazida, a qual uma vez definida torna-se um bem de interesse nacional. Mais ainda: um impasse na negociação imporá a paralização das atividades de implantação dos projetos, justamente no vestíbulo da efetiva maturação do empreendimento, acarretando sérios prejuízos à produção mineral e à economia do País.
6. Se assim é a melhor solução seria manter a orientação, que hoje já funciona bem, de registrar-se, na Constituição, em dez por cento do respectivo imposto, a quantia recebida pelo proprietário a título de participação nos resultados da lavra. Essa, a emenda ora proposta.

**Parecer:**

Acolhida em parte.  
Têm procedência as observações do nobre Constituinte Gustavo Faria.  
A definição de piso inferior sem fixação do piso superior ou remissão à lei afere ao proprietário um direito ilimitado de barganha que poderá turvar ou impedir, na prática, o poder da União de firmar concessões. Recomenda-se portanto uma nova redação ao § 4o. do Art. 6A16:  
Ao proprietário do solo é assegurada participação nos resultados da lavra, na forma que a lei determinar.

**EMENDA:00095 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

O artigo 6A16 caput do anteprojeto apresentado pela Subcomissão VIa, da Assembléia Nacional Constituinte, passa a ter a seguinte redação:  
"Art. 6A16. A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei."

**Justificativa:**

1. A regulação constitucional em vigor estabelece que a exploração dos recursos minerais depende de autorização ou concessão, na forma da lei, a brasileiros ou a sociedades organizadas no País.
2. O Anteprojeto da Subcomissão traz uma alteração de relevância, ao admitir que, além de nacionais brasileiros, somente empresas nacionais possam desempenhar atividades de lavra e – acrescenta – de pesquisa. O Anteprojeto define como empresa nacional aquela constituída na forma da lei e com sede no País, cujo controle decisório e de capital pertença a brasileiros.
3. Como consequência dessa alteração, criar-se-ia um sério obstáculo a investimentos externos de capital de risco na área da mineração, afetando o processo de transferência e assimilação de tecnologias modernas, cruciais no setor. Aliás, o capital estrangeiro de risco, na atividade extrativa mineral, monta em apenas 6% do total dos investimentos diretos externos no País.
4. Abstraindo da discussão o mérito da alteração proposta no Anteprojeto, convém lembrar que à Constituição verdadeiramente democrática cabe definir as regras do jogo democrático (para permitir a alternância civilizada de partidos no poder) e garantir aqueles valores mínimos (os direitos fundamentais da Pessoa) sem os quais as regras do jogo democrático seriam passíveis de manipulação e distorção. Na ordem econômica, a Constituição verdadeiramente democrática traça princípios gerais, sem predefinir e predelimitar alternativas que estejam sujeitas a divergências sérias e, portanto, capazes de receber soluções diferentes e até contraditórias, conforme a alteração das circunstâncias conjunturais.
5. A lúcida introdução do Senhor Relator viu bem a questão, ao afirmar, de forma irretocável, que devem ser evitadas todas "As propostas que visam a imobilizar futuras gerações, através de disposições constitucionais rígidas, no que tange ao seu direito de decidir sobre essas questões na conformidade de sua experiência histórica e da correlação das forças sociais e políticas que emergirão na sociedade".
6. E completa o Senhor Relator o seu pensamento, no lapidar introito da Justificação do Anteprojeto, propugnando por "uma sociedade que deve permanecer livre para alterar, no tempo, os recursos da economia, de acordo com as suas necessidades. Por isso, a Constituição deve limitar-se a estabelecer normas gerais, transferindo para a lei a regulamentação específica."
7. Ora, a participação do capital estrangeiro tem sido, ao longo do tempo, um tema polêmico, a dividir as opiniões políticas do País. A mutabilidade das circunstâncias, nesse campo, é muito grande em nossos dias. Atesta-a a introdução, no País, dos contratos ditos de risco, relativamente a uma atividade monopoliza e tão relevante à economia e a segurança nacional, como a extração do petróleo.
8. Sem dúvida, as palavras do Senhor Relator encontram aqui plena aplicabilidade: nada mais sensato do que transferir à lei a definição do tipo de empresa que pode receber autorizações ou concessões para a exploração de recursos minerais. É justamente o que propõe a presente Emenda.

**Parecer:**

Não acolhida.  
Os recursos naturais constituem a base física de todas as atividades econômicas. Associada ao trabalho e ao capital, permite a produção de uma infinidade de bens e serviços. Especificamente, os bens minerais possuem características vitais de não-renovabilidade e de distribuição limitada que os tornam estratégicos, e cuja exploração deve se limitar às empresas genuinamente nacionais, e serem protegidos de forma a evitar sua exaustão precoce, que compromete o desenvolvimento econômico.

As constituições devem ser claras e terminativas quando vedam; flexíveis, ágeis, quando permitem fazer. O como fazer é mutável no tempo, e por isso o relator sempre remeteu o fazer à lei. Os recursos minerais são finitos. Devem ser explorados no interesse nacional. O capital estrangeiro é bem-vindo, desde que associado ao empresário nacional para que ele, como pretende o nobre Constituinte Gustavo Faria, assimile a tecnologia estrangeira.

O anteprojeto não é contraditório. É harmonioso e coerente.

**EMENDA:00096 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

IRAM SARAIVA (PMDB/GO)

**Texto:**

Art. - O artigo 6A16 passa a ter a seguinte redação:

"Art. - A pesquisa mineral e o aproveitamento industrial dos bens minerais dependem, respectivamente, de autorização federal e da assinatura, pela união, de contrato de lavra por tempo determinado, na forma da lei, com brasileiro ou sociedade de capital nacional majoritário, autorizada a funcionar como empresa de mineração.

§ - Cabe ao Congresso Nacional apreciar e autorizar todos os contratos com empresas que tenham participação de capital estrangeiro, para assegurar a defesa dos interesses nacionais."

**Justificativa:**

A exploração e o aproveitamento de um bem mineral não pode ser concedido por prazo indeterminado, tal como ocorre na sistemática atual, cujas concessões tornam o minerador, de fato, o dono da jazida, contrariando dispositivo constitucional que assegura à União a propriedade do subsolo e, conseqüentemente, de suas riquezas.

Para resguardar a exploração nacional dos nossos recursos minerais, procuramos vincular tais concessões à figura do contrato administrativo, com prazo determinado.

Ao mesmo tempo, de forma a coibir quaisquer distorções e manter o controle da exploração desses recursos não-renováveis, transferimos ao Congresso Nacional a sua apreciação e autorização, de forma a assegurar a defesa dos interesses nacionais.

**Parecer:**

Não acolhida.

A concessão de lavra por prazo determinado consta do Anteprojeto. Entretanto, a bilateralidade que envolve os contratos contraria o objetivo da concessão, cuja característica é basicamente o de "contrato de adesão" através o qual o Estado não perde suas características de pessoa jurídica de direito público.

**EMENDA:00099 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

Substitua-se o final do art. 6A16, pela seguinte redação:

"Art. 6A16 .....

.....  
somente serão autorizados ou concedidos, na forma da lei, a brasileiros ou a sociedades constituídas por acionistas brasileiros."

**Justificativa:**

A presente Emenda suprime os termos "empresas nacionais", substituindo-os por "sociedades constituídas por acionistas brasileiros", com o objetivo de disciplinar, jurídica e processualmente, as pessoas do direito público e privado às quais será concedida a faculdade de aproveitar ou que receberão autorização para também pesquisar e promover a lavra de nossos recursos minerais.



Na qualidade de representante de meu Estado, mas preocupada com a causa maior da defesa e da preservação das riquezas e recursos não renováveis, sinto-me obrigada a denunciar a abusiva criação de empresas fantasma, sob o falacioso argumento de supostamente visarem a proteção do instituto da pessoa jurídica no setor da política de concessões minerárias.

Esta, medida que se impõe, com a maior brevidade e urgência, uma vez que defenderá, de modo inalienável e imprescritível, a propriedade soberana do subsolo brasileiro.

**Parecer:**

Não acolhida.

A concessão de lavra mineral a empresas nacionais parece ao Relator oferecer suficiente garantia, no particular da composição do capital da empresa, de que o interesse nacional será preservado.

País escasso de capitais, o Brasil não pode bloquear, sem vantagem, e de forma total, um setor importante da economia, como é a atividade minerária, ao capital estrangeiro.

**EMENDA:00100 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

Substitua-se o § 5o. do art. 6A16 do

Anteprojeto dessa Subcomissão, pelo seguinte:

"5o. A pesquisa, a exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais, e a transformação industrial dos minérios e o aproveitamento de energia hidráulica far-se-ão mediante contrato, por tempo determinado, permitida a prorrogação, na forma da lei, quando realizados por pessoa física ou jurídica privada."

**Justificativa:**

Essa Emenda visa, precipuamente, disciplinar, jurídica e processualmente, a outorga de autorizações para a lavra e aproveitamento de bens minerais de nosso País.

Dessa forma, procura-se moralizar as atividades relativas a setor que vem sofrendo distorções e utilizações não somente abusivas como escandalosas, pois que comprometem matérias-primas e recursos minerais preserváveis para as futuras gerações.

A medida intentada objetiva reverter a atual situação.

Não podemos aceitar a contínua proliferação de empresas fantasma, nem a criação incabível de subsidiárias multinacionais que, em verdade, só tem contribuído para maior deformação da política de concessão de títulos minerários, eleita que foi por aquela parcela representativa do povo brasileiro, em meu Estado.

**Parecer:**

Não acolhida.

A concessão de lavra por prazo determinado consta do Anteprojeto. Entretanto, a bilateralidade que envolve os contratos contraria o objetivo da concessão, cuja característica é basicamente o de "contrato de adesão" através o qual o Estado não perde suas características de pessoa jurídica de direito público.

**EMENDA:00101 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

Acrescente-se, ao art. 6A16 do anteprojeto dessa Subcomissão, como último de seus parágrafos, o seguinte:

"§ A efetivação do contrato mineral mencionado no parágrafo anterior dependerá da aprovação prévia da maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso Nacional."

**Justificativa:**

A medida não é inovadora, por ser de conhecimento notório que em praticamente todas as Nações democráticas a matéria relativa ao bem não renovável é de responsabilidade do Poder Público, com vistas à defesa dos interesses das futuras gerações, que poderão ficar sem matérias-primas e recursos minerais.

A soberania do Brasil afirma-se e se consolida pelo disciplinamento de seu subsolo e, portanto, de suas riquezas minerais.

Faz-se mister substituir as concessões pela figura jurídica do contrato, já existente em diversos países preocupados com essa questão, posto que nos fornece a oportunidade ímpar de promover uma verdadeira e plena participação do povo. Coincide a Constituinte com o clamor nacional contra nosso endividamento externo, e nela têm sido denunciadas as montanhas de minérios "cedidas" em troca de "pacotes" de dólares, remetidos com juros imorais, que escravizam e vilipendiam o povo brasileiro. Aliás, minério, no Brasil, jamais serviu como meio de pagamento, ao menos, desses juros crescentes de nossa Dívida, ao contrário, atuam em detrimento de nosso ouro, manganês, nióbio, urânio e diamante, entre outros, que não dão duas safras.

**Parecer:**

Não acolhida.

A emenda apresentada se refere indiretamente ao parágrafo anterior § 5o. e, a aprovação prévia do Congresso Nacional.

O Relator não reconhece importância e tais conceitos para que possa merecer aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

A proposição peca pela exorbitância.

**EMENDA:00105 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

"Art. 6A20 O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não renováveis, e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira ou em terras indígenas, ficam sujeitas a regulamentação por lei complementar."

**Justificativa:**

Trata-se de áreas de extensão consideráveis, e a meu juízo, a estatização de áreas de tais dimensões, torna por demais restritivas as possibilidades de empreendimentos pelas empresas produtoras de recursos minerais, o que determinados aspectos pode ser prejudicial aos interesses nacionais.

**Parecer:**

Não acolhida.

A redação dada à matéria pelo art. 6A20 e seu parágrafo único atende às peculiaridades de aproveitamento dos recursos nessas áreas. Por ater-se ao aproveitamento industrial (art. 6A14 ), não exclui a atividade de cata e fiação pelos índios. Ao mesmo tempo, possibilita a superação de possíveis conflitos, pois, cabe ao Congresso Nacional a prévia aprovação para exploração (Parágrafo único).

**EMENDA:00107 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

"Art. 6A16 .....

& 1o. ....

& 2o. ....

& 3o. ....

& 4o. Ao proprietário do solo é assegurada a participação no resultado da lavra dos bens minerais na forma de lei."

**Justificativa:**

O estabelecimento de percentuais de participação na lavra poderá gerar distorções que podem imobilizar os projetos de aproveitamento de recursos minerais. Daí porque a lei ordinária deverá tratar em detalhe tal questão.

**Parecer:**

Acolhimento em parte.

Têm procedência as observações do nobre Constituinte Gabriel Guerreiro.

A definição de piso inferior sem fixação do piso superior, ou remissão à lei, afere ao proprietário um direito ilimitado de barganha, que poderá turvar ou impedir, na prática, o poder da União de firmar concessões.

Recomenda-se portanto uma nova redação ao § 4o. do Art. 6A16:

Ao proprietário do solo é assegurada participação nos resultados da lavra, na forma que a lei determinar.

**EMENDA:00108 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

"Art. 6A16. O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não renováveis e dos recursos hídricos, bem como o aproveitamento dos recursos minerais, dependem de autorização ou concessão do poder público e somente serão autorizados ou concedidos, na forma de lei, a brasileiros ou a empresas nacionais."

**Justificativa:**

Não localizada.

**Parecer:**

Acolhida em parte.

Determinando o Anteprojeto que a "lavra dos recursos minerais somente poderá ser realizada por brasileiros ou empresas nacionais conforme definido em lei, parece não haver impedimento de definir-se a pesquisa a qualquer agente. Realmente, a atividade produtiva na exploração mineral começa efetivamente com a lavra e qualquer resultado que advir de pesquisa, mesmo exercida por empresa estrangeira, somente poderá ter resultado econômico se a exploração se fizer através de empresa nacional.

**EMENDA:00116 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

UBIRATAN SPINELLI (PDS/MT)

**Texto:**

Dê-se aos artigos 6A14, 6A15 e 6A16 do anteprojeto do relator a seguinte redação, renumerando-se os demais:

"Art. 6A14. As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

§ 1o. A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País.

§ 2o. É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma da indenização.

§ 3o. A participação de que trata o parágrafo anterior será igual ao dízimo do imposto sobre minerais.

§ 4o. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida."

**Justificativa:**

A propriedade mineral integra-se no patrimônio da União, a qual cabe, mediante autorização ou concessão, delegar a exploração econômica, e o aproveitamento industrial dos recursos minerais, por brasileiros ou sociedades aqui sediadas e organizadas na forma da lei brasileira.

O texto constitucional vigente distingue a propriedade do solo (direito de superfície) da propriedade do subsolo (propriedade mineral).

O anteprojeto mantém essa distinção. Todavia, peca pelo formalismo e pelo detalhamento de aspectos que devem ser regulados por lei ordinária.

O texto da atual Constituição regulada a matéria satisfatoriamente, razão pela qual deve ser mantido.

**Parecer:**

Não acolhida.

Fere o § 2o. do artigo 23 do Regimento, que veda a apresentação de emenda que diga respeito a mais de um dispositivo.

**EMENDA:00119 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

VLADIMIR PALMEIRA (PT/RJ)

**Texto:**

Dê-se nova redação ao parágrafo único do art. 6A20:

"Parágrafo único. A exploração de tais recursos em terras indígenas dependerá de prévia autorização do Congresso Nacional e da concordância das nações indígenas envolvidas."

**Justificativa:**

É uma medida necessária para garantir a sobrevivência dos índios que tem uma relação particular com a terra e para os quais uma indenização nem sempre significará grande coisa. O acordo pressupõe mais força de negociação para os índios na hora da exploração de minérios em suas terras.

**Parecer:**

Não acolhida.

A redação dada à matéria pelo art. 6A20 e seu parágrafo único atende às peculiaridades de aproveitamento dos recursos nessas áreas. Por ater-se ao aproveitamento industrial (art. 6A14 ), não exclui a atividade de cata e faiscação pelos índios. Ao mesmo tempo, possibilita a superação de possíveis conflitos, pois, cabe ao Congresso Nacional a prévia aprovação para exploração (Parágrafo único).

**EMENDA:00126 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

VLADIMIR PALMEIRA (PT/RJ)

**Texto:**

Dê-se a seguinte redação § 4o. do art. 6A16:

"§ 4o. Ao proprietário do solo é assegurada indenização pelos prejuízos causados."

**Justificativa:**

Não há porque dar participação nos lucros a quem não tem nem propriedade do subsolo, nem executa função produtiva na sua exploração.

**Parecer:**

Não acolhida.

Tem razão o nobre constituinte quando assinala que não sendo o superficiário proprietário do subsolo, não faria jus a participação.

O entendimento do Relator é que a indenização de que trata a emenda será paga parceladamente, com base nos resultados da lavra.

**EMENDA:00140 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ALDO ARANTES (PC DO B/GO)

**Texto:**

Dê-se ao art. 6A20 a seguinte redação:

Art. 6A20 O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis, e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteiras somente poderá ser efetuado pela União."

**Justificativa:**

Considerando que as reservas indígenas devem permanecer como territórios de nacionalidades autônomas, suas riquezas naturais devem permanecer intocadas, preservando a identidade cultural destes povos.

**Parecer:**

Não acolhida.

A redação dada à matéria pelo art. 6A20 e seu parágrafo único atende às peculiaridades de aproveitamento dos recursos nessas áreas.

Ao mesmo tempo, possibilita a superação de possíveis conflitos, pois, cabe ao Congresso Nacional a prévia aprovação para exploração (Parágrafo único).

**EMENDA:00142 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ALDO ARANTES (PC DO B/GO)

**Texto:**

Dê-se ao art. 6A16 a seguinte redação:

"Art. 6A16. O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis, e dos recursos hídricos são monopólio da União, a pesquisa, a exploração e o aproveitamento de jazidas e minas dependem de autorização e assinatura de contrato de lavra com o Governo Federal, na forma da lei, exclusivamente a brasileiros e a empresas nacionais.  
§ 1o. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de potencial de energia renovável ou não-renovável de capacidade reduzida e a captação de água em pequeno volume, na forma da lei.

§ 2o. No aproveitamento dos seus recursos hídricos desses recursos.

§ 3o. A exploração de jazidas e minas de grande porte ou de minérios estratégicos, conforme definido em lei, dependerá de aprovação do Congresso Nacional.

§ 4o. A lei definirá a forma de indenização devida ao proprietário do solo, vedada a participação nos resultados da lavra.

§ 5o. A lavra de bens minerais será objeto de contrato, por tempo determinado, nunca superior a vinte e cinco anos, assinado entre a União e o minerador, conforme dispuser a lei.

§ 6o. Nos contratos de lavra a lei estabelecerá mecanismos contratuais mínimos que salvaguardem os interesses nacionais e sociais.

**Justificativa:**

Estabelece-se em lugar da concessão o instrumento mais moderno do contrato de lavra, mais eficiente e mais flexível. Transforma-se em indenização ao proprietário do solo minerado a participação no resultado da lavra, pois não sendo este proprietário do subsolo não pode usufruir deste qualquer vantagem.

**Parecer:**

Não acolhida.

A Emenda propõe algumas alterações que a nosso ver, devem ser tratadas por lei ordinária e instituir a figura do Contrato mineral, cuja bilateralidade contraria o regime de concessão, que julgamos melhor proteger o interesse

nacional.

Acrescente-se que não consideramos monopólio da União os recursos hídricos.

**EMENDA:00160 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ANTÔNIO CARLOS FRANCO (PMDB/SE)

**Texto:**

Suprima-se do Art. 6A14 do Anteprojeto da Subcomissão de princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, a expressão: "e pertencem à União".

**Justificativa:**

A permanecer o texto como se encontra no Anteprojeto, estarão desapropriadas desde logo, em favor da União, todas as lavouras de cana de açúcar, hoje uma das fontes de energia renovável cultivada e com investimentos, em sua totalidade, executados pela iniciativa privada. Sem considerarmos, ainda, a madeira e outros potenciais desnecessários de enumerar-se.

**Parecer:**

Não acolhida.

A presente emenda foge ao objetivo do anteprojeto, que pretende assegurar, como opção futura, também, os potenciais de energia renovável, como alternativa à expansão das fontes de energia não renovável.

Em qualquer hipótese, o uso desses bens em pequeno volume, independe de autorização do poder público.

**EMENDA:00161 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ANTÔNIO CARLOS FRANCO (PMDB/SE)

**Texto:**

Suprima-se do art. 6A16 do anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica a expressão: "a brasileiros ou a empresas nacionais."

**Justificativa:**

A autorização do Poder Público mediante lei já constitui óbice suficiente à desnacionalização irresponsável da economia brasileira.

Temos que considerar que este país não está nascendo agora e, que já existe, no momento, legislação ordinária suficientemente protetora dos interesses nacionais.

O texto do anteprojeto pode criar embaraços a empresas que já operam ou que pretendam operar no Brasil, sem permitir que a lei ordinária, de maneira mais flexível determine condições favoráveis ao Brasil, de pesquisa e lavra de recursos minerais.

**Parecer:**

EMENDA No. 6A 0161-5

Não acolhida.

É improcedente a afirmativa de que existe óbice suficiente à desnacionalização das atividades minerárias.

A realidade demonstra uma significativa participação e controle de jazidas por parte de empresas estrangeiras.

A limitação imposta pelo artigo 6a16 ao capital estrangeiro, visa à preservar esses recursos finitos, cuja exaustão compromete o desenvolvimento econômico e representa a síntese de inúmeras sugestões.

**EMENDA:00162 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ANTÔNIO CARLOS FRANCO (PMDB/SE)

**Texto:**

Acrescente-se ao texto do Art. 6A16 do Anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais do Anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, o seguinte § 4o., renumerando-se o atual e os seguintes:

"§ 4o. Aos Estados onde se fizer a exploração de recursos naturais, será assegurada a participação, nos seus resultados, em proporção nunca inferior à da União, inclusive da exploração efetuada na plataforma continental fronteiriça a esses Estados."

**Justificativa:**

O pagamento da indenização pela prospecção de recursos naturais pertencentes à União em território do Estado Membro, bem como na plataforma continental, tem por objetivo distribuir melhor a riqueza nacional possibilitando às unidades da Federação onde se der a prospecção, aplicarem o percentual que lhes for destinado em obras públicas.

**Parecer:**

Não acolhida.

O Artigo 6A17 já determina a criação, mediante lei, de um fundo de exaustão, constituído por indenizações sobre a exploração e aproveitamento dos recursos minerais.

**EMENDA:00165 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ANTÔNIO CARLOS FRANCO (PMDB/SE)

**Texto:**

Suprima-se do Art. 6A20 do Anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, a expressão: "... ou em terras indígenas."

**Justificativa:**

O artigo, salvo melhor juízo, prevê a continuação do estatuto do cidadão brasileiro, de origem indígena, como absolutamente incapaz, vedando, às próprias comunidades indígenas emancipadas, o aproveitamento dos recursos energéticos de suas regiões.

**Parecer:**

Não acolhida.

A redação dada à matéria pelo art. 6A20 e seu parágrafo único atende às peculiaridades de aproveitamento dos recursos nessas áreas. Ao mesmo tempo, possibilidade a superação de possíveis conflitos, pois, cabe ao Congresso Nacional a prévia aprovação para exploração (Parágrafo único).

**EMENDA:00169 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

**Texto:**

O artigo 6-A-14, passará a ter a seguinte redação:

"Art. Constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, as jazidas, minas e demais recursos minerais.

§ A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas dependem de autorização ou concessão federal, que somente poderá ser atribuída a pessoas físicas e jurídicas, exclusivamente brasileiras, assegurada a preferência ao

proprietário do solo.

§ É assegurado ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização."

**Justificativa:**

A rigor, a presente emenda altera a redação do artigo 6-A-14, assim como os §§ 3º e 4º do artigo 6-A-16, do excelente trabalho realizado pelo Relator, o eminente Constituinte Virgildásio Senna.

Na essência, mantém os propósitos do anteprojeto.

**Parecer:**

EMENDA No. 6A 0169-1

Não acolhida. Fere o § 22o. do Regimento, que veda apresentação de emenda que diga respeito a mais de um dispositivo, a saber os artigos 6A14 e 6A16, §§ 3o. e 4o.

**EMENDA:00171 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

**Texto:**

O § 1o. do artigo 6-A-16, passará a ter a seguinte redação:

"Parágrafo. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida, assim como a captação de água.

Parágrafo. Não dependerá de concessão o aproveitamento de energia hidráulica, até vinte mil quilowatts para uso industrial próprio."

**Justificativa:**

A medida elimina entraves burocráticos, alivia a máquina administrativa e libera a iniciativa particular para a consecução rápida de suas atividades.

**Parecer:**

Não acolhida.

O § 1o., do artigo 6A16, já exclui da autorização ou concessão o potencial de energia de potência reduzida e a captação de água em pequeno volume. Por outro lado, não cabe à norma constitucional quantificar o que seja potência reduzida, como pretende a Emenda.

**EMENDA:00210 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

**Texto:**

Emenda Substitutiva ao Parágrafo 5o. do artigo 6A16 do anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.

"Art. 6A16.

§ .....

§ 5o. As concessões ou qualquer outro regime de direito mineral que envolva lavra não explorada prescreverão decorridos dois anos da promulgação desta Constituição, sendo anuladas após este período, retornando a propriedade ao Poder Público, sem qualquer indenização."

**Justificativa:**



Toda concessão há que ser entendida como um privilégio que pressupõe responsabilidade e reciprocidade social por parte do beneficiário dela.

As dúvidas sobre a legalidade das concessões durante regimes passados, por si só justificam o interesse em preservar a lisura das concessões após a promulgação desta Constituição.

**Parecer:**

EMENDA No. 6A 0210-7

Não acolhida.

A concessão não elimina a propriedade da União quanto aos recursos minerais. A prescrição, na condição de prazo determinado no anteprojeto, atende aos interesses nacionais.

**EMENDA:00212 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

**Texto:**

Emenda Substitutiva ao art. 6A14 do Anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica:

"Art. 6A14. Todo e qualquer recurso mineral, seja em forma de jazida, mina ao afloramento, bem como os potenciais de energia hidráulica, nuclear e de natureza fóssil, constituem propriedade distinta da propriedade do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União.

§ 1o. A exploração e o aproveitamento dos recursos, referidos neste artigo, dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei, e somente poderá ser concedida à brasileiros e à empresas nacionais.

§ 2o. O proprietário do solo poderá, como forma de indenização, participar do resultado da lavra de acordo com o que a lei regulamentar.

§ 3o. Não dependerá de autorização ou concessão a exploração de energia hidráulica de potência reduzida e a captação de energia solar.

§ 4o. As autorizações de pesquisa mineral serão por tempo determinado de dois anos, renováveis, no interesse nacional, por igual período e no máximo uma vez.

§ 5o. As concessões de lavras serão por tempo determinado, nunca superior a vinte e cinco anos, renováveis por igual período, no interesse nacional e somente quando for comprovada a eficiência econômico-financeira e social da atividade.

§ 6o. As concessões e os direitos minerários são intransferíveis e inegociáveis, salvo expressa autorização do poder concedente e na forma que a lei dispuser.

§ 7o. A empresa ou pessoa física que teve anulada, por qualquer razão legal, os direitos minerários ou concessão de lavra, fica proibida de se habilitar a qualquer outro direito, seja autorização de pesquisa, permissão ou concessão de lavra.

**Justificativa:**

A propriedade estatal do subsolo é princípio constitucional, consagrado pelas constituições anteriores há mais de cinquenta anos vigente no país. Os recursos minerais devem ser entendidos como necessários e indispensáveis par ao desenvolvimento econômico e o equilíbrio social do país. O controle das atividades de lavra só poderá ser exercido pelo governo, se preceitos constitucionais como os propostos forem adotados. É público que o capital

estrangeiro detém de forma maléfica e prejudicial aos interesses nacionais, enormes reservas minerais sem qualquer proveito ao povo e a Nação. Igualmente, cabe lembrar que concessionários ou detentores de direitos minerários dormem em cima das jazidas, não as exploram, impedindo que outros mais capazes e melhor intencionados possam fazê-lo. Além disso, toda concessão a que ser entendida como um privilégio, que pressupõe responsabilidade e reciprocidade social por parte do beneficiário dela. Não é justo que quem, por incapacidade, incúria, negligência, desrespeito a lei, mantenha este privilégio. A Nação não pode prescindir de explorar suas riquezas minerais de forma que promova o progresso e o bem-estar do povo.

**Parecer:**

Não acolhido.

Fere o § 2o. do artigo 23 do Regimento que veda apresentação de emenda que diga respeito a mais de um dispositivo, o que seria razão bastante para negar acolhimento. Todavia, no mérito, o texto reproduz as proposições e princípios do Anteprojeto, não justificando a Emenda que é redacional, sem vantagem para melhor clareza e precisão.

**EMENDA:00219 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

MARCOS LIMA (PMDB/MG)

**Texto:**

O art. 6A20 e seu parágrafo único, do Anteprojeto da Subcomissão VI.a, da Assembléia Nacional Constituinte, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6A20 O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não renováveis, e a exploração de jazidas minerais em faixas de fronteira ou em terras indígenas poderão ser feitas, exclusivamente por empresas nacionais, cujo controle decisório e de capital votante pertença a brasileiros, que apresentem condições que preservem os interesses nacionais e os das comunidades indígenas."

**Justificativa:**

1. O artigo 6A20 do Anteprojeto da Subcomissão reservou ao monopólio da União "o aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não renováveis, e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira e em terras indígenas".
2. A proposta do relator da Subcomissão apresenta, nesse ponto, um caráter estatizante, que deve ser evitado, justamente em nome do princípio da subsidiariedade ou da supletividade, pelo próprio Anteprojeto no art. 6A09, § 4º, assim redigido:  
"§ 4º Supletivamente, o Estado participa da atividade produtiva em setores não atendidos totalmente pela empresa privada, sempre em caráter provisório, isoladamente ou associado com empresas privadas".
3. No regime franco que emergirá das liberdades de princípios e de ação, não tem sentido restrições à empresa nacional, que queira desenvolver suas atividades no solo de seu País, em benefício da comunidade. Em uma sociedade moderna não existe liberdade política sem liberdade econômica. Para que ambas possam ocorrer, a liberdade política e a liberdade econômica, impõe-se a prática da livre iniciativa que deverá ser o paradigma dos princípios da Nova Constituição.
4. Não é compatível a liberdade de ação política e econômica vedar brasileiros desenvolvidos projetos de mineração em áreas indígenas, como também em regiões de fronteira, ambas partes da Nação. Fundamental é que o subsolo seja explorado de modo a frutificar para a sociedade, em tempo hábil, naturalmente resguardados os interesses da soberania nacional e das comunidades indígenas.
5. Deve-se, assim, exigir em faixas de fronteiras e em terras ocupadas por indígenas a observância do princípio que, determina que só empresas nacionais, com predominância de trabalhadores brasileiros, poderão atuar nas áreas.

Essa é a proposta de Emenda que ora se submete à Subcomissão VI, a.

**Parecer:**

Não acolhida.

A redação dada à matéria pelo art. 6A20 e seu parágrafo único atende às peculiaridades de aproveitamento dos recursos nessas áreas.

Ao mesmo tempo, possibilita a superação de possíveis conflitos, pois, cabe ao Congresso Nacional a prévia aprovação para exploração nas áreas indígenas e à União as respectivas explorações.

**EMENDA:00220 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

MARCOS LIMA (PMDB/MG)

**Texto:**

Suprima-se do Anteprojeto da Subcomissão VI. a, da Assembléia Nacional Constituinte, o § 3o. do artigo 6A16, bem como - por estarem intimamente vinculados - o § 5o. do mesmo artigo (Disposição Transitória).

**Justificativa:**

1. A temporariedade, por prazo determinado, das concessões e autorizações de lavra, estabelecida no § 3º do artigo 6A16 do Anteprojeto da Subcomissão, trará consequências negativas muito graves ao setor minerador, tanto no plano econômico, como no plano social.

2. No plano econômico, a fixação de prazo determinado à exploração de recursos minerais forçará as empresas a embarcarem em estratégias imediatistas de produção, causando, entre outros direitos, os seguintes efeitos indesejáveis:

a) planos de mineração dirigidos basicamente à extração das partes mais ricas dos depósitos, em prejuízo da jazida como um todo, o que pode significar lavra predatória, reduzindo desnecessariamente nossas reservas de recursos não renováveis;

b) queda dos índices de produção e também de produtividade dos investimentos, que só os planos de médio e de longo prazos podem assegurar, pois o minerador leva sempre em consideração parâmetros econômicos de mercado, tanto no que diz respeito a preço como a demanda, os quais, cotejados com os custos, definirão o retorno do empreendimento;

c) desestímulo a pesquisas que possam ampliar as reservas conhecidas nas áreas já em exploração, pois o minerador nenhum benefício terá com a ampliação de suas reservas, uma vez que seu aproveitamento estará além do prazo de concessão temporária.

No plano social, o prazo determinado desencorajará toda a sorte de investimentos que visem a melhorar a qualidade de vida dos que labutam o setor. De outro lado, afetará a capacidade do setor na geração de novos empregos, especialmente nas regiões longínquas, enfraquecendo assim seu papel na distribuição de rendas. No Brasil, a situação é particularmente agravada porque as províncias minerais encontram-se principalmente em áreas destituídas de qualquer infraestrutura urbana, exigindo das empresas que lá atuam construir casas, prover escolas e hospitais, resolver as necessidades de abastecimento etc...

4. Em determinados tipos de exploração mineral, a prefixação de prazos pode simplesmente inviabilizar os empreendimentos do ponto de vista econômico, levantando mais um óbice aos tantos que já cerceiam a ação daqueles que dispõem, no Brasil, a exercer atividades produtivas.

5. A supressão proposta ao § 3º implica a supressão do § 5º, disposição de natureza transitória, que mantém as atuais concessões, fazendo-as prescrever decorridos três anos "sem exploração em escala comercial, contados da promulgação da Constituição".

**Parecer:**

Não acolhida.

A determinação de prazo para as autorizações e concessões de lavra tem sido uma das reivindicações mais constantes pelos segmentos ligados ao setor mineral, como forma de coibir a formação de estoques de reservas minerais improdutivas.

É providência hoje universalmente adotada pelos grandes países mineradores.

A disposição proposta não fixa a extensão do prazo, advindo ao legislador ordinário a possibilidade de fixá-lo com conhecimento e sabedoria.

Não há qualquer vinculação entre os § 3o. e 5o. do anteprojeto, salvo o de versarem sobre bens minerais.

Nada, absolutamente nada, justifica que uma empresa mantenha como sua e sem explicação jazidas que pertencem à União

O Brasil não pode extinguir o latifúndio rural improdutivo, para manter o mineral.

**EMENDA:00221 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

JALLES FONTOURA (PFL/GO)

**Texto:**

nos termos do art. 17, § 1o.º Do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, alterem-se os artigos 6A014 e 6A016, do Relatório da Ordem Econômica, para a seguinte redação:

"As jazidas, as minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica e constituem propriedade inalienável, imprescritível e distinta da do solo e pertencem à União.

§ 1o. O aproveitamento dos potenciais de energia não renováveis e dos recursos hídricos, bem como a pesquisa e a lavra dos recursos minerais, dependem de autorização e concessão prévia do Poder Público.

§ 2o. A autorização e a concessão, de que trata o § 1o., deste artigo, serão conferidos a brasileiros e a empresas nacionais, no interesse público, por tempo determinado renováveis em caso de comprovado interesse nacional, sendo intransferíveis sem prévia aprovação da entidade autorizadora ou concedente, nos termos da lei.

§ 3o. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de potencial de energia hidráulica ou não renovável de capacidade reduzida e, em qualquer caso, a captação de água em pequeno volume, nos termos da lei."

**Justificativa:**

A emenda propõe que os bens minerais constituam propriedade da União, como referido no respeitável relatório, porém que se qualifique esta propriedade com os caracteres de inalienabilidade e imprescritibilidade, a fim de se dar segurança à nação.

A pesquisa e exploração daqueles devem depender de autorização e concessão prévia do Poder Público sendo está entregue apenas a brasileiros ou empresas nacionais, por tempo determinado, sendo intransferíveis, a fim de que não se tornem fórmulas falsas de alienação daqueles bens.

Ressalvam-se desta exigência, tal como historicamente acatado em nossas Constituições, apenas o aproveitamento de energia renovável ou não de capacidade reduzida.

**Parecer:**

Não acolhida.

A proposta faz de todos os bens minerais e potenciais hidráulicos, monopólio perpétuo da União. Ao relator não parece recomendável tão dura estatização.

As demais disposições da emenda repetem os termos do anteprojeto.

**EMENDA:00223 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

JALLES FONTOURA (PFL/GO)

**Texto:**

Nos termos do art. 17, § 1o., do Regimento Interno da ANC, altere-se o art. 6A20 do Relatório da Subcomissão dos Princípios da Ordem Econômica para a seguinte redação:

"Art. A exploração e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e as reservas de águas subterrâneas e a lavra de jazidas minerais em terras indígenas somente poderão ser efetuadas pela União em caso de interesse público relevante comprovado e prévia comunicação aos silvícolas interessados."

Parágrafo único. A exploração dos recursos descritos neste artigo dependerá de prévia autorização do Congresso Nacional."

**Justificativa:**

Em se tratando de pesquisa e exploração de bens minerais em terras indígenas, não se pode admitir o mesmo regime jurídico estabelecido para a atividade mineral em outros locais, vez que, nesta hipótese, o interesse das comunidades de silvícolas, a subsistência de sua cultura e, até mesmo, a sobrevivência mesma dos índios muitas vezes ficam comprometidos por tais condutas.

Assim, é imperioso que se estabeleça a regra constitucional da impraticabilidade daquela pesquisa e exploração, apenas se admitindo ela, em caráter excepcional, mediante prévia autorização do Congresso Nacional, prévia comunicação aos silvícolas e quando for imprescindível para o interesse público nacional.

**Parecer:**

Não acolhida.

A proposição do anteprojeto é mais clara, abrangente e concisa.

A inclusão das áreas de fronteira atende aos problemas de segurança e visa a evitar o surgimento de dificuldade fronteiriça.

Como nos demais casos a exploração mineral obedecerá sempre ao interesse nacional.

**EMENDA:00232 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

**Texto:**

O art. 6A16, § 1o. do anteprojeto deverá ter a seguinte redação:

"Art. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida, em qualquer caso, a captação de energia solar, bem como a exploração de argila e outros minerais em quantidade reduzida destinadas à industrialização de produtos cerâmicos e de construção civil.

Parágrafo único. As atuais autorizações e concessões para exportação dos minerais de que trata o caput ficam canceladas."

**Justificativa:**

A atual Constituição no artigo 168, § 4º bem como o § 4º, do art. 328 do Projeto da Comissão Provisória dispensam a autorização para a exploração e aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica de potência reduzida, omitindo-se quanto a exploração de argila e outros minerais destinados à construção civil.

Ocorre, no entanto, que a atividade na produção de manufaturados cerâmicos, utilizando como matéria prima a argila, é feita em sua grande maioria por indústrias quase artesanais de pequeno e médio porte, em inúmeras cidades do interior do país, que me muitos casos, são obrigadas ao pagamento de "royalties" e outras exigências por parte de empresas ou cidadãos que, mais espertos e mais organizados, conseguem a autorização exclusiva para exploração de argila em vastas áreas.

Essa situação de privilégios e que tem transformado alguns departamentos governamentais em verdadeiros cartórios é incompatível com os princípios de democracia e igualdades econômicas, e conservam a especulação, a esperteza e a corrupção em fontes de ganho, submetendo em número considerável de pequenos empresários ao jugo dos senhores das concessões.

O anteprojeto não contempla a hipótese de dispensa de concessão para a exploração de minerais como argila, usando em pequenas quantidades para a indústria cerâmica.

**Parecer:**

Não acolhida.

O § 1o., do artigo 6A16, já exclui a captação de energia solar para efeito de autorização e concessão. A argila e as demais substâncias utilizadas pela construção civil, estão sujeitas ao regime especial de licenciamento na forma da legislação ordinária, inexistindo, portanto, o regime de autorizações e concessões para os casos que o autor pretende disciplinar.

**EMENDA:00244 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RUBEM MEDINA (PFL/RJ)

**Texto:**

O artigo 6A16 caput do anteprojeto da Subcomissão VI.a, da Assembléia Nacional Constituinte, passa a ter a seguinte redação: "Art. 6A16. A extração de bens minerais que será feita sempre mediante comprovação de reservas, o aproveitamento dos potenciais de energia renováveis e não renováveis e dos recursos hídricos dependem de autorização do Poder Público e somente serão autorizados ou concedidos, na forma da Lei, a brasileiros ou a sociedades organizadas no País."

**Justificativa:**

1. A regulação constitucional em vigor estabelece que a exploração dos recostos minerais depende de autorização ou concessão, na forma da lei, a brasileiros ou a sociedades organizadas no País.
2. O Anteprojeto da Subcomissão traz uma alteração de relevância, ao admitir que, além de nacionais brasileiros, somente empresas nacionais possam desempenhar atividades de lavra e – acrescenta também – de pesquisa. O Anteprojeto define como empresa nacional aquela constituída na forma da lei e com sede no País, cujo controle decisório e de capital pertença a brasileiros.
3. Ao longo de todo o debate acerca do capital estrangeiro no Brasil, nasceu e evoluiu uma legislação de controle e fiscalização, bem como de limitação da remessa de lucros, que tem sido regularmente aplicada. O dispositivo em questão simplesmente veda, na prática, os investimentos externos no setor de mineração.
4. Ora, se há um setor onde nosso País carece de investimento de capital de risco e da tecnologia a ele associada, é o setor extrativo mineral. O Brasil tem uma reconhecida vocação para à economia primária mineral, face à sua extensão territorial e à presença significativa de rochas de formação pré-cambrianas. Atualmente, de todo o universo de investimentos externos de risco, 74% estão no setor produtivo de bens – excluída a produção mineral -, 20% na área dos serviços e apenas 2,5%, aproximadamente, na extração de recursos minerais.
5. É bem sabido que, face à internacionalização da vida econômica e ao incremento das relações interpessoais de nível internacional, a característica nacional do controle decisório e de capital torna-se cada dia mais difícil de precisar e revela-se, em muitos casos, fonte de ilusões e de equívocos. De outro lado, já está ultrapassado, na realidade econômica, o antigo preconceito que, entre o capital de risco e o capital financeiro, vindos do Exterior, optava pelo último em detrimento do primeiro. Com a instabilidade financeira do mercado mundial, as flutuações do dólar e o novo patamar dos juros internacionais, além das naturais vantagens do investimento direto, ninguém mais duvida da conveniência em preferir, no que tange à poupança externa de que necessitam como País em desenvolvimento o capital de risco.
6. Dois fatores, em especial, ainda desaconselham a reserva que o Anteprojeto quer introduzir. Principalmente, na área da mineração, o risco da atividade econômica é muito grande e as somas de investimentos necessários são tão altas, que não estamos em situação de podermos dispensar esse aporte externo. Em segundo lugar, o Brasil carece de tecnologia e "Know-how", em mineração, de modo que a limitação contida no Anteprojeto, na prática, irá bloquear a transferência e a assimilação de novas tecnologias.
7. Tal é a importância do capital de risco na exploração de recursos minerais que, relativamente ao petróleo, produto monopolizado no Brasil, os interesses nacionais de aumento da extração recomendaram e impuseram a abertura dos denominados "contratos de risco". Não tememos errar ao dizer que o Anteprojeto, nesse ponto, significa um retrocesso em termos econômicos e jurídicos, para o Brasil.
8. Propomos, assim, na presente Emenda, sejam constitucionalmente permitidas autorizações e concessões de exploração mineral a sociedades organizadas no País, observadas as restrições impostas às áreas indígenas e de faixa de fronteira cujas explorações serão concedidas, exclusivamente, a empresas com controle decisório e de capital votante pertencente a brasileiros.

**Parecer:**

Não acolhida.

Condicionar a extração de bens minerais pela comprovação de reservas deve ser objeto de lei ordinária. Por outro lado, deve-se limitar a participação estrangeira no setor, não por xenofobismo, mas, por tratar-se de bens vitais ao desenvolvimento econômico, cuja formação exigiu milhares de anos e tão não renováveis. A fórmula proposta pelo ilustre constituinte Rubem Medina, "sociedades organizadas no País" à luz dos debates e exposições, na Subcomissão, não pareceu a mais conveniente ao interesse nacional.

**EMENDA:00257 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RUBEM MEDINA (PFL/RJ)

**Texto:**

O art. 6A14 do Anteprojeto da Subcomissão VI. a, da Assembléia Nacional Constituinte, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6A14. Os recursos minerais e os potenciais de energia, renováveis ou não renováveis, constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial."

**Justificativa:**

As Constituições Brasileiras, desde de 1934, contemplam, no Título da Ordem Econômica, dispositivos referentes a jazidas, minas e demais recursos minerais.

2. Entre os aspectos mais relevantes da regulação constitucional dessa matéria, encontram-se:

- a) a separação, para fins de exploração ou aproveitamento industrial, relativamente à propriedade do solo, da propriedade dos recursos minerais (art. 168, caput, da Constituição);
- b) a ausência de definição expressa sobre a quem pertence, originalmente, a propriedade dos recursos minerais do subsolo, o que tem levado a melhor doutrina à tese das "res nullis" (art. 168, caput, e § 2º, da Constituição), pela qual a atribuição do direito de explorar e de aproveitar os recursos naturais implica a atribuição do direito de propriedade sobre eles (cf. PONTES DE MIRANDA, Comentários ao atual artigo 168 da Constituição vigente);
- c) a relação – na linguagem dos administrativistas – de "domínio eminente" (cf. Curso de Direito Administrativo de Luciano B. de Andrade), com base na qual a União atribui o direito de propriedade a empresas, quer no regime de competição, quer no regime de monopólio;
- d) a atribuição da propriedade – para exploração e aproveitamento dos recursos minerais "em regime de competição" – feita mediante autorização e concessão federal, na forma da lei, e exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País (art. 168, § 1º, da Constituição):
  - nesse caso, assegura-se ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra (art. 168, § 168, § 2º, 1ª parte), que será igual ao dízimo do imposto sobre minerais (art. 168, § 3º da Constituição);
- e) a atribuição da propriedade – para exploração e aproveitamento dos recursos minerais "em regime de monopólio" – feita mediante lei federal (art. 163 e 168, § 2º, da Constituição), em favor de empresas públicas ou de sociedades de economia mista (art. 170, §§ 2º e 3º, da Constituição):
  - nesse caso, a lei regulará a forma de indenização ao proprietário do solo (art. 168, in fine).

3. O Anteprojeto da Subcomissão VI.a, entre as alterações propostas ao sistema constitucional em vigor, contém a incorporação sumária, na propriedade da União, de todos os potenciais de energia e de todos os recursos minerais (artigo 6A14).

4. À primeira vista, essa disposição parece ser daquelas de alcance secundário, de cunho mais acadêmico do que prático. Essa impressão talvez radique na circunstância e a atividade privada de exploração e aproveitamento dos recursos minerais depender de autorização ou concessão federal. Entretanto, essa incorporação dos recursos minerais depender de autorização ou concessão federal. Entretanto, essa incorporação dos recursos minerais entre os bens dominiais da União representa uma séria intensificação do processo de estatização da economia brasileira.

**Parecer:**

Não acolhida.

A emenda é contrária ao espírito do Anteprojeto que defende que os recursos minerais e os potenciais de energia devem pertencer à União, inclusive para justificar o papel desta como outorgante das autorizações e concessões de lavra.

Os estudos a que vêm procedendo várias instituições de pesquisa, nacionais e estrangeiras, no taxamento a partir do clube de Roma, mostrando e fixando os limites do crescimento (principalmente econômico) tendo como elemento balizador a exiguidade dos recursos, principalmente os não renováveis, avaliados em escala planetária, mostram a necessidade de submeter esses recursos a um controle que transcende formulações privatistas.

O Brasil não deve ficar indiferente a essa questão olhando descuidadamente o desaparecimento desses recursos em nome de princípios que tinham sentido nos meados do século XIX.

O Anteprojeto nada encerra de estatizante e é muito mais privatista do que o tratamento que sobre a matéria praticam os demais países.

**EMENDA:00285 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

AFIF DOMINGOS (PL/SP)

**Texto:**

Substituam-se os arts. 6A14, 6A15 e 6A16 e

seu parágrafo 1o., com a consequente renumeração, pelo seguinte:

"Art. 6A14. As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

§ 1o. A exploração das jazidas, minas e demais recursos minerais dependerá de autorização ou concessão estadual, exceto para aqueles considerados estratégicos, conforme definidos em lei, cuja exploração dependerá de autorização ou concessão federal.

§ 2o. É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra.

§ 3o. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica dependerá de autorização ou concessão federal, com exceção daqueles da potência reduzida."

**Justificativa:**

A redação proposta visa simplificar a redação do anteprojeto, mantendo, contudo, os princípios já consagrados e assim enumerados:

- distinção entre a propriedade do subsolo e a do solo;
- autorização ou concessão estadual, em vez de federal, o que representa progresso em relação ao sistema de concessão federal;
- regulação federal para os minerais estratégicos;
- participação do proprietário do solo nos resultados da lavra e
- regulação federal para o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

**Parecer:**

Não acolhida.

A proposição agride a norma do § 2o. do artigo 23 do Regimento Interno.

Ademais a emenda não considera como propriedade da União os recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica, conforme o espírito que prevalece no Anteprojeto.

Em segundo lugar, a emenda retira da União o direito de determinar a forma de utilização dos potenciais de energia renovável. O anteprojeto tem justamente o intuito de assegurar, como opção futura, também esses potenciais de energia, como alternativa à expansão das fontes de energia não renovável, na medida em que sua exploração se fizer em grandes volumes, conforme definido em lei.

**EMENDA:00293 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

Acrescente-se um parágrafo 6o. ao artigo 6A16 do anteprojeto do relator, com o seguinte teor:

"§ 6o. Concluída a pesquisa mineral, com a definição de jazida, a empresa de mineração, para habilitar-se à respectiva concessão de lavra, deverá comprometer-se a cumprir um caderno de encargos, negociado com a União e o Estado interessado, na forma da Lei."

**Justificativa:**

A habilitação ao direito de lavrar o bem mineral é definida no atual texto constitucional através da figura da concessão o mineral tradicional, adotada com o advento da Constituição de 1934, embora já fosse utilizada em legislações estaduais, desde o fim do século passado.

A concessão mineral tradicional é um regime da habilitação à lavra dos bens minerais que mostra uma rígida estruturação, sem qualquer flexibilidade na administração dos recursos minerais, na medida em que é aplicada da mesma forma para todas as substâncias minerais (com exceção daquelas de emprego imediato na construção civil, por força de legislação ordinária) em todo o espaço geográfico do País. Dessa maneira, as particularidades específicas de cada bem mineral, em seus aspectos técnicos, econômicos, mercadológicos, etc., não são levados em conta, assim como a diversidade de diferentes situações regionais existentes no Brasil. Por outro



lado, como a Constituição não fixou o seu tempo de duração, o mesmo acontecendo com o Código de Mineração, no Brasil, a concessão mineral tradicional tem caráter perpétuo, o que constitui um formidável atraso, caso se considere a situação mundial. Nem as concessões minerais dadas pelos impérios coloniais da Inglaterra e da França na África tinham caráter perpétuo, na medida em que eram limitadas no máximo a 99 anos. Nos outros países que ainda adotam a figura da concessão tradicional a mesma é de prazo determinado, variando entre 25 a 30 anos. Por estas razões, a concessão mineral tradicional na forma em que é adotada no Brasil, tem se constituído em um dos principais fatores, senão o mais relevante, que tem levado o bem mineral a ser, de fato, uma propriedade privada e não uma propriedade social objetivo implícito das constituições que o Brasil já teve, após 1934. O anteprojeto do nobre relator resolveu em parte este problema, através do § 3º do seu artigo 6A16. Contudo, sérios desvios na administração dos recursos minerais ainda persistem sem solução, em face da figura da concessão mineral adotada.

Pelo exposto, é da mais alta importância reverter este quadro, no contexto da elaboração de uma nova Constituição para o Brasil, direcionando-se o aproveitamento do bem mineral em benefício de toda a população. Como fazer isto? Existe, a nível mundial, no contexto da moderna administração e política de recursos minerais, a tendência crescente de se introduzir na habitação à lavra, um estágio negocial de forma a tornar mais flexível a concessão tradicional. Tal estágio negocial permite que cada bem mineral ou que cada depósito mineral em si mesmo, possa ser considerado de acordo com suas características próprias, em termos técnicos, econômicos, mercadológicos, etc., e, o que é mais importante, em função dos interesses nacional, estadual e municipal em um dado momento, face a grande margem de possibilidades de entendimentos entre a União e o minerador. Quando destes entendimentos é que surgem as reais possibilidades da captura de benefícios de cada depósito mineral, permitindo que se faça uma administração dos recursos minerais em favor da sociedade. A concessão tradicional, por outro lado, não viabiliza tal possibilidade na medida em que constitui unicamente uma tramitação burocrática, de caráter extremamente estático, não permitindo que, realmente, ocorra uma administração dos recursos minerais do País. Não é gratuito que o DNPM (órgão do Governo Federal encarregado da aplicação do Código de Mineração) vem sendo considerado apenas como um cartório de registro de direitos minerários.

A concessão mineral, com uma fase negocial prévia, constitui a evolução natural dos muito bem-sucedidos contratos ou acordos petrolíferos assinados entre as empresas multinacionais do petróleo com os países produtores deste bem mineral. A extensão da experiência pioneira da indústria petrolífera internacional para a mineração tem sido muito exitosa e o Brasil não pode continuar em atraso neste importante campo da economia. A fase negocial prévia na concessão mineral é particularmente importante no relacionamento com as empresas estrangeiras, na medida em que possibilita a negociação no sentido da captura de benefícios econômicos, financeiros e sociais em favor da população nativa. A concessão tradicional, pelo menos na forma em que vem sendo praticada no Brasil, por outro lado, nada disso permite em face de seu rígido caráter estático, que não dá margem a qualquer tipo de negociação, na medida em que reside apenas no cumprimento das disposições legais que a regulamenta. É impossível prever na legislação toda a imensa variação de situações que podem acontecer na indústria mineral em face da grande diversificação resultante do enorme número de bens minerais, cada um deles com suas próprias especificações técnicas, econômicas, mercadológicas, etc. Também as diferentes condições regionais, em um País com as características do Brasil, e, fundamentalmente, as constantes modificações de ordem econômica que ocorrem a nível mundial, não podem ser previstas na legislação. Por isso, o exercício da concessão mineral tradicional, na forma em que vem sendo praticada no País, resulta apenas numa atividade cartorial, não permitindo a efetiva administração dos recursos minerais do País pela União. Por esta razão, deve ser modificada, com a adoção de uma fase negocial prévia que virá complementá-la. A concessão só é boa para o minerador. A introdução de uma fase negocial tradicional, por outro lado, se praticada seriamente, além de ser boa para o minerador também o será para a população e para os interesses da União, dos Estados e dos Municípios.

Espera-se que a Assembleia Nacional Constituinte elabore uma Constituição Federal que seja moderna o suficiente para ser compatível com o próximo século. Nestas condições, é inconcebível que se mantenha a concessão mineral tradicional, figura arcaica do direito mineral que, na realidade, constitui um resquício do período colonial.

A proposta da adoção da fase negocial prévia na concessão mineral no Brasil contempla, ainda, dispositivos complementares muito importantes para o seu adequado funcionamento. Dentre eles, o prazo determinado de vigência da concessão já adotado no anteprojeto do nobre relator, é muito relevante. Tal prazo determinado se justifica porque todo empreendimento econômico, quando é feito o seu fluxo de caixa e calculando o seu valor presente, o valor do 25º ano, normalmente, se reduz a zero, não havendo, portanto, à luz da matemática financeira, justificativa para um prazo maior. A eventual continuação do empreendimento mineral, já totalmente amortizado o seu investimento, ensejará outra negociação com o próprio concessionário de um novo caderno de encargos, criando-se nova oportunidade para a captura de benefícios sociais para a população, a União, o Estado e o Município.

Outra medida muito importante, neste contexto, refere-se ao estabelecimento, ao nível constitucional, da plena soberania nacional sobre os recursos minerais do País, dispositivo não existente, tanto na Constituição Federal atual, como na lei ordinária. Criar condições objetivas no sentido de que o País possa exercer plenamente sua soberania nacional sobre os seus próprios recursos minerais constitui medida de elevado sentido político, que o nobre relator soube muito bem contemplar ao dispor no parágrafo 3º do artigo 6A16 que as concessões seriam concedidas observado o interesse nacional.

Finalmente, a proposta de emenda em questão prevê, ainda, a corresponsabilidade do Estado em que se situa a jazida na negociação do caderno de encargos. Tal medida se insere na preocupação de se exercitar, realmente, o espírito federativo em nosso País, não necessitando uma justificativa mais detalhada.

**Parecer:**

Não acolhida.

A presente Emenda trata de matéria própria da legislação ordinária. Não cabe nessa norma constitucional dispor sobre especificidades do processo de autorização e concessão de lavras. O Anteprojeto já define as normas gerais de interesse nacional e a exploração em escala comercial para o aproveitamento do recurso minerais. Acrescenta-se que não tendo o Estado a universalidade do conhecimento sobre as ocorrências minerais, o plano de exploração do qual derivará o "Caderno de Encargos" sugerido pela Emenda irá decorrer do relatório de pesquisa elaborado pelo próprio interessado ou seus geólogos o que, em última instância, fará abortar os objetivos colimados pela emenda.

**EMENDA:00296 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

**Texto:**

"Art. 6A16 - O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis ou não-renováveis, e dos recursos hídricos, bem como a pesquisa e a lavra dos recursos minerais, dependem de autorização ou concessão do poder público, observado o pronunciamento do Estado de origem, e somente serão autorizados ou concedidos, na forma da lei, a brasileiros ou a empresas nacionais."

**Justificativa:**

Não localizada

**Parecer:**

EMENDA No. 6A 0296-4

Não acolhida.

Se os recursos referidos no art. 6A16 são considerados como propriedade da União, não cabe interferência dos Estados no processo de autorização ou concessão. Essa restrição não impede, por outro lado, que os próprios Estados venham a ser concessionários da União, explorando os recursos que consideram de interesse ao seu desenvolvimento.

**EMENDA:00300 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

OSWALDO LIMA FILHO (PMDB/PE)

**Texto:**

"Art. As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial.  
§ 1o. A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão da União na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades constituídas por brasileiros.  
§ 2o. A lei poderá atribuir aos Estados a concessão de uso de potenciais de energia elétrica, existentes no seu território, obedecidas as normas deste artigo.  
§ 3o. São consideradas caducas as concessões anteriores feitas em desacordo com as normas deste artigo.

§ 4o. É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização.

§ 5o. A participação de que trata o parágrafo anterior será igual ao dízimo do imposto sobre minerais.

§ 6o. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida."

**Justificativa:**

A presente emenda procura restabelecer a soberania nacional inteiramente alienada a empresas multinacionais, que hoje detêm a maioria das concessões de minas no território do Brasil.

Só uma empresa, a "British Petroleum", possui área superior a três mil concessões de minas.

A Assembleia Nacional Constituinte tem o dever de resgatar a soberania nacional, alienada pelos governos autoritários nos últimos 20 anos.

**Parecer:**

EMENDA No. 6A 0300-1

Não acolhida.

A propriedade da União restringe-se à substância mineral presente no subsolo e, consequentemente, a ela compete autorizar sua pesquisa e sua lavra; extraída a substância mineral, ela deixa de pertencer à União, não se justificando, portanto, concessão ou autorização para a fase de transformação industrial. Quanto à caracterização da empresa nacional proposta pela emenda, torna-se desnecessária por repetitiva, pois o texto do Anteprojeto já o faz em seu art. 6A04, de forma genérica, deixando para a lei ordinária sua regulamentação.

**EMENDA:00308 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

**Texto:**

Art. 6A16. O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis, e dos recursos hídricos, bem como a pesquisa e a lavra dos recursos minerais, dependem de autorização ou concessão do Poder Público e somente serão autorizados ou concedidos, na forma da lei, a brasileiros ou empresas nacionais.

Proposição:

"Art. 6A16. O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis, e dos recursos hídricos, bem como a pesquisa, a lavra e a transformação industrial dos minérios, dependem de autorização ou concessão do Poder Público e somente serão autorizados ou concedidos, na forma da lei, a brasileiros ou a empresas nacionais, cujo controle decisório, gerencial e de capital pertença direta ou indiretamente, a brasileiros, pessoas físicas ou jurídicas."

**Justificativa:**

Além da pesquisa e da lavra, é vital assegurar o controle decisório, gerencial e de capital brasileiro na fase de transformação industrial do minério, abrangendo assim o ciclo completo da mineração – pesquisa, lavra e transformação do bem. Mas para que isto seja possível, é necessário evitar que através de artifícios de sucessivas associações comerciais, seja descaracterizado o real controle decisório e de capital por empresas nacionais. A maneira de impedir tais procedimentos contrários aos interesses nacionais, é fixar na Nova Constituição, o controle decisório, gerencial e de capital pertença direta ou indiretamente, a brasileiros, pessoas físicas ou jurídicas.

**Parecer:**

Não acolhida.

A propriedade da União restringe-se à substância mineral presente no subsolo e, consequentemente, a ela compete autorizar sua pesquisa e sua lavra; extraída a substância mineral, ela deixa de pertencer à União, não

se justificando, portanto, concessão ou autorização para a fase de transformação industrial. Quanto à caracterização da empresa nacional proposta pela emenda, torna-se desnecessária por repetitiva, pois o texto do Anteprojeto já o faz em seu art. 6A04, de forma genérica, deixando para a lei ordinária sua regulamentação.

**EMENDA:00311 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

**Texto:**

Art.6A20. O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis, e a lavra de jazida minerais em faixa de fronteira ou em terras indígenas somente poderá ser efetuado pela União.

Parágrafo único. A exploração de tais recursos em terras indígenas dependerá de previa aprovação do Congresso Nacional.

**Proposição:**

"Art. 6A20. O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis, a pesquisa mineral em terras indígenas somente poderá ser efetuado pela União.

Parágrafo único. A lavra de jazidas minerais em terras indígenas será condicionada ao interesse nacional, estabelecido em alto do Poder Executivo, sendo assegurada a comunidade indígena a participação nos resultados da lavra."

**Justificativa:**

A grande extensão superficial da faixa de fronteira e o tempo necessário à maturação dos projetos de pesquisa, aliados aos vultuosos recursos financeiros indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos, tornam difícil a empreita somente pela União, com grande risco de atrasar o conhecimento geológico desta fração do território nacional.

Assegurado o real controle decisório, gerencial e de capital por brasileiros nas empresas nacionais, não há motivos que recomendem a restrição do setor privado no desenvolvimento da atividade mineral na faixa de fronteira. A conjugação de esforços governamental e do empresariado privado nacional, contribuirá, sobremaneira, para o desenvolvimento de áreas da faixa de fronteira, especialmente aquelas de baixa densidade demográfica.

Porém, em se tratando de reservas indígenas, considerando o fato de serem os índios tutelados pela União, é conveniente que a pesquisa, e, conseqüentemente, o necessário conhecimento do potencial mineral daquelas áreas, seja monopólio da União. No entanto, a lavra de jazidas, identificadas, deve estar vinculada ao interesse da economia nacional, em ato do Poder Executivo, pela mesma razão de os índios serem tutelados pelo Estado. À comunidade indígena será assegurada a participação nos resultados da lavra.

Desta forma, a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em áreas indígenas estariam em consonância com os preceitos de que os bens minerais pertencem à União, que constituem propriedade distinta do solo, que o seu aproveitamento a exploração, sempre no interesse nacional, depende de autorização ou concessão do Poder Público, que os indígenas são tutelados e que a eles é assegurado o usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes em suas terras.

É importante observar que a exclusão do monopólio da União em faixa de fronteira está vinculada à alteração proposta no art. 6A16, concernente à empresa nacional.

**Parecer:**

Não acolhida.

A norma do Anteprojeto fundamenta-se justamente em conceituação moderna do que sejam a segurança nacional, com a defesa real das fronteiras, e a tutela das nações indígenas, visando impedir ou evitar ao máximo toda atividade que venha alterar seus costumes e seu habitat.

**EMENDA:00312 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

Acrescente-se onde couber o seguinte dispositivo:

"Art. 6A14. Os Recursos Minerais e os potenciais de energia, renováveis ou não renováveis, constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União, de forma inalienável e imprescritível."

**Justificativa:**

Instituir de fato a soberania nacional sobre os recursos minerais é sem dúvida uma das principais tarefas que esta Assembleia Nacional Constituinte tem a cumprir.

Minerais não dão duas safras!

Este fato, aliado a certeza de que todo desenvolvimento da indústria nacional, passando pela indústria de base a mais sofisticada indústria de ponta, dependem em alguma medida da mineração para seu pleno funcionamento, atingindo, portanto toda sociedade e toda Nação Brasileira, expressa um pouco da importância de se garantir de forma inequívoca a nossa soberania sobre os recursos minerais Brasileiros.

Além disto, cabe ressaltar a importância dos metais nobres como ouro, prata e platina que além de servirem de lastro monetário tem fundamental importância na manutenção da estabilidade de economia nacional, e dos minerais estratégico com, por exemplo, o urânio e demais radioativos e o petróleo que estão diretamente ligados à verdadeira segurança nacional possuindo também papel de relevo para o desenvolvimento tecnológico nacional.

Por fim temos certeza que somente com o estabelecimento da soberania nacional sobre os recursos minerais serão criadas condições concretas no sentido de a sociedade brasileira usufruir em melhores condições, os resultados dos seus aproveitamentos industriais.

**Parecer:**

EMENDA No. 6A 0312-0

Não acolhida.

A emenda exclui, em termos práticos, a possibilidade de concessão a empresas nacionais para exploração de recursos minerais e hídricos; contraria pois o anteprojeto, que prevê explicitamente essa possibilidade, fundamentado no interesse nacional.

**EMENDA:00315 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

Acrescente-se onde couber o seguinte dispositivo:

"Art. A lavra dos bens minerais será objeto de contrato, por tempo de terminado, nunca superior a 25 anos, assinado entre a União e as empresas de mineração, obedecidas as disposições da lei.

Parágrafo único. A lei estabelecerá a forma de indenização pelos investimentos realizados a ser paga à empresa de mineração que realizar a pesquisa do depósito mineral transformando-o em jazida, e que entretanto, não realizará a sua lavra, em face de desacordo com a União.

Art. A União, tendo em vista o interesse do País, e no exercício da soberania nacional sobre os recursos minerais, poderá recusar-se a assinar contrato de lavra com empresa que tenha a participação de capital estrangeiro, ocorrendo, então, neste caso, a indenização prevista no artigo anterior.

Art. A minuta do contrato a ser assinado entre a União e a empresa de mineração será publicada no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do estado em que se situa a mina, com a Assembléia Legislativa respectiva tendo um prazo definido em lei para avocá-lo para exame e

deliberação.

Art. Tendo em vista o interesse nacional, os contratos de lavra com empresas de mineração que tenham a participação de capital estrangeiro serão, previamente, submetidos ao Congresso Nacional."

**Justificativa:**

A proposta, por nós apresentada contém três pontos básicos e importantes para a política mineral brasileira a saber:

- a) Reforça, constitucionalmente, a soberania nacional sobre os recursos minerais, ampliando o controle sobre a intervenção do capital estrangeiro na mineração.
- b) Modernizar a legislação mineral brasileira introduzindo a figura do contrato da lavra.
- c) Democratizar as decisões no setor mineral, com a possibilidade dos legislativos estaduais e o Congresso Nacional opinarem e decidirem, à luz de seus interesses, sobre a conveniência ou não de determinada lavra de bem mineral.

Estes três postulados tem a sua justificação fácil, clara e cristalina, se não vejamos:

A clara definição e normatização de como o capital estrangeiro poderá atuar na mineração brasileira é inequivocamente fator de afirmação da soberania nacional. A possibilidade do Congresso Nacional deliberar sobre os contratos de lavra que a União vier assinar com empresa com participação de capital estrangeiro, garante que o interesse nacional será posto em primeiro plano, relegando-se a segundo plano os interesses econômicos e de cartel que uma determinada empresa poderá estar representando no País. Desta forma prioritariamente a nação será beneficiada com a exploração dos bens minerais.

Além disto, a possibilidade da União se recusar a assinar contrato de lavra com essas empresas, depois de toda a pesquisa mineral efetuada, forçará a adaptação da política dessas empresas aos interesses nacionais.

O outro tópico a ser discutido é a da inserção na Constituição da figura do contrato de lavra por tempo determinado.

Se entendermos os bens minerais como pertencente, de forma inalienável, a nação brasileira, não podemos admitir concessões minerais permanentes pois isto significa na prática transferir, da nação para as empresas, a propriedade do bem material.

Por outro lado, a figura do contrato mais moderna e dinâmica, já é utilizada em diversos países como a Austrália e o Canadá, além de outros na Europa.

A terceira questão colocada em destaque, diz respeito a democratização, e portanto ao contrato da população sobre as decisões no setor mineral.

Com a necessidade de serem submetidos ao Congresso Nacional os contratos de lavra que a União quiser firmar com empresas com participação de capital estrangeiro estará garantida a participação popular, via Deputados e Senadores, na definição do que é prioritário e oportuno em termos de lavra mineral. Mais ainda, este método permite um melhor planejamento da exploração dos recursos minerais existentes em solo brasileiro. Porém, essa proposta também assegura aos estados, onde se situa a mina objeto de contrato, a possibilidade de, avaliadas as suas necessidades e condições objetivas, examinar e deliberar sobre a conveniência ou não da sua implantação, propondo inclusive as alterações que achar importante para o bom desenvolvimento do projeto. Assim os interesses das comunidades diretamente influenciadas pelo projeto serão debatidos e respeitados.

**Parecer:**

Não acolhida.

O 1o. parágrafo já está previsto no Art. 6A16 § 3o., com exceção do prazo de 25 anos. O resto é detalhe que mais cabe à legislação ordinária.

No que concerne ao prazo, não vemos porque fixá-lo constitucionalmente, quando a lei ordinária poderá com mais detalhamento tratar do assunto.

Quanto à forma de ajuste entre o poder concedente e a empresa, a convicção do relator e das entidades profissionais envolvidas na questão mineral é de que a concessão por tempo determinado serve melhor ao interesse nacional.

**EMENDA:00326 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

PAULO RAMOS (PMDB/RJ)

**Texto:**

Seja incluídos nos artigos 6 a 20 o seguinte parágrafo:

§ 2o. É vedada a participação, a qualquer título, de capital não nacional, em todas as

atividades relacionadas aos recursos minerais não renováveis

**Justificativa:**

As multinacionais ou mesmo as empresas nacionais que admitem a participação do capital estrangeiro tem significado a exploração obsessiva dos nossos recursos não renováveis, privando os brasileiros dos benefícios sociais que deveriam ser decorrentes e proporcionais ao valor do que é explorado.

Os recursos naturais não renováveis pertencem a todos os brasileiros e somente podem ser explorados em benefício do nosso povo e do Brasil.

**Parecer:**

Não acolhida.

O caput do Art. 6A20 já impede a atividade de estrangeiros nas faixas de fronteira e nas terras indígenas. Por outro lado, não faz sentido limitar a atuação do capital estrangeiro além do que se estatui nos artigos 6A16 e 6A19.

**EMENDA:00330 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RAQUEL CAPIBERIBE (PMDB/AP)

**Texto:**

Emenda substitutiva ao Art. 6A14 do anteprojeto do Sr. Relator:

"Art. 6A14 Os Recursos Minerais e os potenciais de energia, renováveis ou não renováveis, constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União, de forma inalienável e imprescritível."

**Justificativa:**

Instituir de fato a soberania nacional sobre os recursos minerais é sem dúvida uma das principais tarefas que esta Assembleia Nacional Constituinte tem a cumprir.

Minerais não dão duas safras!

Este fato, aliado a certeza de que todo desenvolvimento da indústria nacional, passando pela indústria de base a mais sofisticada indústria de ponta, dependem em alguma medida da mineração para seu pleno funcionamento, atingindo, portanto toda sociedade e toda Nação Brasileira, expressa um pouco da importância de se garantir de forma inequívoca a nossa soberania sobre os recursos minerais Brasileiros.

Além disto, cabe ressaltar a importância dos metais nobres como ouro, prata e platina que além de servirem de lastro monetário tem fundamental importância na manutenção da estabilidade de economia nacional, e dos minerais estratégico com, por exemplo, o urânio e demais radioativos e o petróleo que estão diretamente ligados à verdadeira segurança nacional possuindo também papel de relevo para o desenvolvimento tecnológico nacional.

Por fim temos certeza que somente com o estabelecimento da soberania nacional sobre os recursos minerais serão criadas condições concretas no sentido de a sociedade brasileira usufruir em melhores condições, os resultados dos seus aproveitamentos industriais.

**Parecer:**

EMENDA No. 6A 0330-8

Não acolhida.

A emenda exclui, em termos práticos, a possibilidade de concessão a empresas nacionais para exploração de recursos minerais e hídricos; contraria pois o anteprojeto, que prevê explicitamente essa possibilidade, fundamentando no interesse nacional.

**EMENDA:00332 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RAQUEL CAPIBERIBE (PMDB/AP)

**Texto:**

Art. A lavra dos bens minerais será objeto de contrato, por tempo determinado, nunca superior a 25 anos, assinado entre a União e as empresas de

mineração, de caráter intransferível obedecidos as disposições da lei.

§ único: A lei definirá as condições para a renovação do contrato

Art. A lei estabelecerá a forma de indenização pelos investimentos realizados a ser paga à empresa de mineração que realizar a pesquisa do depósito mineral transformando-o em jazida, e que, entretanto, não realizará a sua lavra, em face de desacordo com a União.

Art. A União, tendo em vista o interesse do País, e no exercício da soberania nacional sobre os recursos minerais, poderá recusar-se a assinar contrato de lavra com empresa que tenha a participação de capital estrangeiro, ocorrendo, então, neste caso, a indenização prevista no artigo anterior.

Art. A minuta do contrato a ser assinado entre a União e a empresa de mineração será publicada no diário Oficial da União e no Diário Oficial do estado em que situa a mina, com a Assembléia Legislativa respectiva tendo em prazo definido em lei para avocá-lo para exame e deliberação.

Art. Tendo em vista o interesse nacional, os contratos de lavra com empresas de mineração que tenham a participação de capital estrangeiro serão, previamente, submetidos ao Congresso Nacional.

#### **Justificativa:**

A proposta por nós apresentada contém três pontos básicos e importantes par a política mineral brasileira a saber:

- a) Reforça, constitucionalmente, a soberania nacional sobre os recursos minerais, ampliando o controle sobre a intervenção do capital estrangeiro na mineração.
- b) Modernizar a legislação mineral brasileira introduzindo a figura do contrato da lavra.
- c) Democratizar as decisões no setor mineral, com a possibilidade dos legislativos estaduais e o Congresso Nacional opinarem e decidirem, à luz de seus interesses, sobre a conveniência ou não de determinada lavra de bem mineral.

Estes três postulados tem a sua justificação fácil, clara e cristalina, se não vejamos:

A clara definição e normatização de como o capital estrangeiro poderá atar na mineração brasileira é inequivocamente fator de afirmação da soberania nacional. A possibilidade do Congresso Nacional deliberar sobre os contratos de lavra que a União vier assinar com empresa com participação de capital estrangeiro, garante que o interesse nacional será posto em primeiro plano, relegando-se a segundo plano os interesses econômicos e de cartel que uma determinada empresa poderá estar representando no País. Desta forma prioritariamente a nação será beneficiada com a exploração dos bens minerais.

Além disto, a possibilidade da União se recusar a assinar contrato de lavra com essas empresas, depois de toda a pesquisa mineral efetuada, forçará a adaptação da política dessas empresas aos interesses nacionais.

O outro tópico a ser discutido é a da inserção na Constituição da figura do contrato de lavra por tempo determinado.

Se entendermos os bens minerais como pertencente, de forma inalienável, a nação brasileira, não podemos admitir concessões minerais permanentes pois isto significa na prática transferir, da nação para as empresas, a propriedade do bem material.

Por outro lado, a figura do contrato mais moderna e dinâmica, já é utilizada em diversos países como a Austrália e o Canadá, além de outros na Europa.

A terceira questão colocada em destaque, diz respeito a democratização, e portanto ao contrato da população sobre as decisões no setor mineral.

Com a necessidade de serem submetidos ao Congresso Nacional os contratos de lavra que a União quiser firmar com empresas com participação de capital estrangeiro estará garantida a participação popular, via Deputados e Senadores, na definição do que é prioritário e oportuno em termos de lavra mineral. Mais ainda, este método permite um melhor planejamento da exploração dos recursos minerais existentes em solo brasileiro. Porém, essa proposta também assegura aos estados, onde se situa a mina objeto de contrato, a possibilidade de, avaliadas as suas necessidades e condições objetivas, examinar e deliberar sobre a conveniência ou não da sua implantação, propondo inclusive as alterações que achar importante para o bom desenvolvimento do projeto. Assim os interesses das comunidades diretamente influenciadas pelo projeto serão debatidos e respeitados.



**Parecer:**

Não acolhida.  
O 1o. parágrafo já está previsto no Art. 6A16 § 3o., com exceção do prazo de 25 anos. O resto é detalhe que mais cabe à legislação ordinária.  
No que concerne ao prazo, não vemos porque fixá-lo constitucionalmente, quando a lei ordinária poderá com mais detalhamento tratar do assunto.  
Quanto à forma de ajuste entre o poder concedente e a empresa, a convicção do relator e das entidades profissionais envolvidas na questão mineral é de que a concessão por tempo determinado serve melhor ao interesse nacional.

**EMENDA:00334 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RAQUEL CAPIBERIBE (PMDB/AP)

**Texto:**

Emenda modificativa ao Artigo 6A20 do Anteprojeto do Sr. Relator:  
"Art. 6A20. Assegura-se às populações indígenas, a posse permanente e o direito do usufruto das riquezas do solo, subsolo e dos cursos fluviais de suas terras, salvo nos casos de relevante interesse nacional, quando apenas a união, após aprovação do Congresso Nacional, caso a caso, e das populações indígenas envolvidas, poderá promover a pesquisa, lavra ou exploração de riquezas naturais."

**Justificativa:**

A constituição garantirá a condição de inalienabilidade das terras ocupadas pelos índios e seu direito à posse permanente e ao usufruto das riquezas naturais do solo e subsolo. Cabendo, apenas a União, após aprovação pelo Congresso, promover qualquer uso destas terras. Precisamos reconhecer que qualquer outra atitude, nesse campo, seria incentivar medidas de invasão por empresas mineradoras, madeireiras e garimpeiros, e cometeríamos a mais cruel injustiça com os nossos primeiro habitantes permitindo-se a continuidade do extermínio total dessas populações.

**Parecer:**

Não acolhida.  
Os termos em que estão redigidos os dispositivos do Art. 6A20 do Anteprojeto são muito mais amplos, na defesa de interesses indígenas, que os propostos na presente emenda.

**EMENDA:00341 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

**Texto:**

Modifica o parágrafo único do artigo 6A20:  
"§ único - A exploração de tais recursos em terra indígenas dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional, para cada caso, e da inexistência de reservas dos recursos em questão em outras partes do território brasileiro."

**Justificativa:**

São notoriamente conhecidas a gravidade e a irreversibilidade das restrições historicamente impostas à posse constitucionalmente assegurada às populações indígenas, em relação às terras que ocupam. Dentre os inúmeros casos destas restrições, avulta a questão da exploração – até agora ilegal – de recursos minerais, dada a proporção que assumem os efeitos deletérios causados às sociedades indígenas. Assim, ao se dispor em sede constitucional sobre as condições em que esta exploração se pode dar, visando fundamentalmente impedir que, a pretexto de necessidades que lhes são estranhas e em nome de um progresso

que sempre justificou seu massacre, seja mantida e incentivada a agressão aos direitos indígenas, é necessário assegurar às populações indígenas o máximo de segurança possível contra os mencionados efeitos. Portanto, para evitar se entenda ser suficiente a autorização genérica do Congresso para abrir todas as terras indígenas à exploração destes recursos, bem assim impedir que se prefira a exploração das áreas ocupadas pelos índios, independentemente da existência dos mesmos recursos em outras partes do território do País, propõe-se acrescentar à redação original do dispositivo epigrafado uma segunda e fundamental condição, explicitando o texto que exige uma autorização do Congresso para cada caso.

Assim, abrigando-se valiosa contribuição trazida pela Coordenação Nacional dos Geólogos – CONAGE.

**Parecer:**

Não acolhida.

A adição proposta pela emenda tem certamente seu mérito, embora constitua apenas uma das diversas condições que deverão conter-se na legislação regulamentadora e que, certamente, servirão de parâmetros à decisão do Congresso Nacional.

**EMENDA:00343 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

PAULO RAMOS (PMDB/RJ)

**Texto:**

Acrescente-se onde couber o seguinte dispositivo:

"Art. A lavra dos bens minerais será objeto de contrato, por tempo determinado, nunca superior a 25 anos, assinado entre a União e as empresas de mineração, obedecidas as disposições da lei.

Parágrafo único. A lei definirá as condições para a renovação do contrato.

Art. A lei estabelecerá a forma de indenização pelos investimentos realizados a ser paga à empresa de mineração que realizar a pesquisa do depósito mineral transformando-os em jazida, e que entretanto, não realizar a sua lavra, em face de desacordo com a União.

Art. A União, tendo em vista o interesse do País, e no exercício da soberania nacional sobre os recursos minerais, poderá recusar-se a assinar contrato de lavra com empresa que tenha a participação de capital estrangeiro, ocorrendo, então, neste caso, a indenização prevista no artigo anterior.

Art. A minuta do contrato a ser assinado entre União e a empresa de mineração será publicada no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do estado em que se situa a mina, com a Assembléia Legislativa respectiva tendo prazo definido em lei para aprova-lo exame deliberação.

Art. Tendo em vista o interesse nacional, os contratos de lavra com empresas de mineração que tenham a participação de capital estrangeiro previamente, submetidos ao congresso Nacional."

**Justificativa:**

A proposta, por nós apresentada contém três pontos básicos e importantes para a política mineral brasileira a saber:

a) Reforça, constitucionalmente, a soberania nacional sobre os recursos minerais, ampliando o controle sobre a intervenção do capital estrangeiro na mineração.

b) Modernizar a legislação mineral brasileira introduzindo a figura do contrato da lavra.

c) Democratizar as decisões no setor mineral, com a possibilidade dos legislativos estaduais e o Congresso Nacional opinarem e decidirem, à luz de seus interesses, sobre a conveniência ou não de determinada lavra de bem mineral.

Estes três postulados tem a sua justificação fácil, clara e cristalina, se não vejamos:

A clara definição e normatização de como o capital estrangeiro poderá atuar na mineração brasileira é inequivocamente fator de afirmação da soberania nacional. A possibilidade do Congresso Nacional deliberar

sobre os contratos de lavra que a União vier assinar com empresa com participação de capital estrangeiro, garante que o interesse nacional será posto em primeiro plano, relegando-se a segundo plano os interesses econômicos e de cartel que uma determinada empresa poderá estar representando no País. Desta forma prioritariamente a nação será beneficiada com a exploração dos bens minerais.

Além disto, a possibilidade da União se recusar a assinar contrato de lavra com essas empresas, depois de toda a pesquisa mineral efetuada, forçará a adaptação da política dessas empresas aos interesses nacionais.

O outro tópico a ser discutido é a da inserção na Constituição da figura do contrato de lavra por tempo determinado.

Se entendermos os bens minerais como pertencente, de forma inalienável, a nação brasileira, não podemos admitir concessões minerais permanentes pois isto significa na prática transferir, da nação para as empresas, a propriedade do bem material.

Por outro lado, a figura do contrato mais moderna e dinâmica, já é utilizada em diversos países como a Austrália e o Canadá, além de outros na Europa.

A terceira questão colocada em destaque, diz respeito a democratização, e portanto ao contrato da população sobre as decisões no setor mineral.

Com a necessidade de serem submetidos ao Congresso Nacional os contratos de lavra que a União quiser firmar com empresas com participação de capital estrangeiro estará garantida a participação popular, via Deputados e Senadores, na definição do que é prioritário e oportuno em termos de lavra mineral. Mais ainda, este método permite um melhor planejamento da exploração dos recursos minerais existentes em solo brasileiro. Porém, essa proposta também assegura aos estados, onde se situa a mina objeto de contrato, a possibilidade de, avaliadas as suas necessidades e condições objetivas, examinar e deliberar sobre a conveniência ou não da sua implantação, propondo inclusive as alterações que achar importante para o bom desenvolvimento do projeto. Assim os interesses das comunidades diretamente influenciadas pelo projeto serão debatidos e respeitados.

**Parecer:**

Não acolhida.

O 1o. parágrafo já está previsto no Art. 6A16 § 3o., com exceção do prazo de 25 anos. O resto é detalhe que mais cabe à legislação ordinária.

No que concerne ao prazo, não vemos porque fixá-lo constitucionalmente, quando a lei ordinária poderá com mais detalhamento tratar do assunto.

Quanto à forma de ajuste entre o poder concedente e a empresa, a convicção do relator e das entidades profissionais envolvidas na questão mineral é de que a concessão por tempo determinado serve melhor ao interesse nacional.

**EMENDA:00345 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

PAULO RAMOS (PMDB/RJ)

**Texto:**

Acrescente-se onde couber o seguinte dispositivo:

Art. 6A14 Os Recursos Minerais e os potenciais de energia, renováveis ou não renováveis, constituem propriedade distinta dado solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União, de forma inalienável e imprescritível."

**Justificativa:**

Instituir de fato a soberania nacional sobre os recursos minerais é sem dúvida uma das principais tarefas que esta Assembleia Nacional Constituinte tem a cumprir.

Minerais não dão duas safras!

Este fato, aliado a certeza de que todo desenvolvimento da indústria nacional, passando pela indústria de base a mais sofisticada indústria de ponta, dependem em alguma medida da mineração para seu pleno funcionamento, atingindo, portanto toda sociedade e toda Nação Brasileira, expressa um pouco da importância de se garantir de forma inequívoca a nossa soberania sobre os recursos minerais Brasileiros.

Além disto, cabe ressaltar a importância dos metais nobres como ouro, prata e platina que além de servirem de lastro monetário tem fundamental importância na manutenção da estabilidade de economia nacional, e dos minerais estratégico com, por exemplo, o urânio e demais radioativos e o petróleo que estão diretamente ligados à verdadeira segurança nacional possuindo também papel de relevo para o desenvolvimento tecnológico nacional.

Por fim temos certeza que somente com o estabelecimento da soberania nacional sobre os recursos minerais serão criadas condições concretas no sentido de a sociedade brasileira usufruir em melhores condições, os resultados dos seus aproveitamentos industriais.

**Parecer:**

Não acolhida.

A emenda exclui, em termos práticos, a possibilidade de concessão a empresas nacionais para exploração de recursos minerais e hídricos; contraria pois o anteprojeto, que prevê explicitamente essa possibilidade, fundamentado no interesse nacional.

**EMENDA:00347 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

MATTOS LEÃO (PMDB/PR)

**Texto:**

Dê-se ao § 3o. do Art. 6A16 a seguinte redação:

"§ 3o. As autorizações de pesquisa mineral terão prazo máximo de um (01) ano e as concessões de lavra serão por tempo determinado, não maior do que três (03) anos e renováveis em caso de EXPLORAÇÃO EM ESCALA COMERCIAL."

**Justificativa:**

Emenda sem justificção.

**Parecer:**

Não acolhida.

O texto do Anteprojeto já inclui, como idéia básica, o tempo determinado para autorizações de pesquisa e concessões de lavra, devendo ficar a cargo da lei ordinária a determinação de prazos.

**EMENDA:00350 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

FRANCISCO KUSTER (PMDB/SC)

**Texto:**

Acrescente-se onde couber o seguinte dispositivo:

"Art. A lavra dos bens minerais será objeto de contrato, por tempo determinado, nunca superior a 25 anos, assinado entre a União e as empresas de mineração, obedecidas as disposições da lei.

Parágrafo Único. A lei definirá as condições para a renovação do contrato.

Art. A lei estabelecerá a forma de indenização pelos investimentos realizados a ser paga à empresa de mineração que realizara pesquisa do depósito mineral transformando-o em jazida, e que entretanto, não realizará a sua lavra, em face de desacordo com a União.

Art. A União, tendo em vista o interesse do País, e no exercício da soberania nacional sobre os recursos minerais, poderá recusar-se assinar contrato de lavra com empresa que tenha a participação de capital estrangeiro, ocorrendo, então, neste caso, a indenização prevista no artigo anterior.

Art. A minuta do contrato a ser assinado entre a União e a empresa de mineração será publicada no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do estado em que se situa a mina, com a Assembléia Legislativa respectiva tendo um prazo definido em lei para avocá-lo para exame e

deliberação.

Art. Tendo em vista o interesse nacional, os contratos de lavra com empresas de mineração que tenham a participação de capital estrangeira serão, previamente, submetidos ao Congresso Nacional."

**Justificativa:**

Não localizada.

**Parecer:**

Não acolhida.

O 1o. parágrafo já está previsto no Art. 6A16 § 3o., com exceção do prazo de 25 anos. O resto é detalhe que mais cabe à legislação ordinária.

No que concerne ao prazo, não vemos porque fixá-lo constitucionalmente, quando a lei ordinária poderá com mais detalhamento tratar do assunto.

Quanto à forma de ajuste entre o poder concedente e a empresa, a convicção do relator e das entidades profissionais envolvidas na questão mineral é de que a concessão por tempo determinado serve melhor ao interesse nacional.

**EMENDA:00352 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

FRANCISCO KUSTER (PMDB/SC)

**Texto:**

Acrescente-se onde couber o seguinte dispositivo:

"Art. 6A14 Os Recursos Minerais e os potenciais de energia, renováveis ou não renováveis, constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União, de forma inalienável e imprescritível."

**Justificativa:**

Instituir de fato a soberania nacional sobre os recursos minerais é sem dúvida uma das principais tarefas que esta Assembleia Nacional Constituinte tem a cumprir.

Minerais não dão duas safras!

Este fato, aliado a certeza de que todo desenvolvimento da indústria nacional, passando pela indústria de base a mais sofisticada indústria de ponta, dependem em alguma medida da mineração para seu pleno funcionamento, atingindo, portanto toda sociedade e toda Nação Brasileira, expressa um pouco da importância de se garantir de forma inequívoca a nossa soberania sobre os recursos minerais Brasileiros.

Além disto, cabe ressaltar a importância dos metais nobres como ouro, prata e platina que além de servirem de lastro monetário tem fundamental importância na manutenção da estabilidade de economia nacional, e dos minerais estratégico com, por exemplo, o urânio e demais radioativos e o petróleo que estão diretamente ligados à verdadeira segurança nacional possuindo também papel de relevo para o desenvolvimento tecnológico nacional.

Por fim temos certeza que somente com o estabelecimento da soberania nacional sobre os recursos minerais serão criadas condições concretas no sentido de a sociedade brasileira usufruir em melhores condições, os resultados dos seus aproveitamentos industriais.

**Parecer:**

Não acolhida.

A adição das expressões "inalienável" e "imprescritível" estenderia o princípio da propriedade desses recursos ao ponto de obstaculizar sua exploração, uma vez que só a União poderia fazê-lo, em ação direta.

Como não é este o objetivo que o Relator recolheu dos debates, na Subcomissão não poderá dar acolhimento ao que propõe o nobre Constituinte Francisco Kuster.

## FASE E

**EMENDA:00058 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

JALLES FONTOURA (PFL/GO)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

Nos termos do artigo 18 do regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte altere-se o artigo 9o. do anteprojeto da Subcomissão dos Princípios da Ordem Econômica, para a seguinte redação:

Art. 9o. As jazidas, as minas e demais recursos minerais constituem propriedade distinta da do solo, e sua exploração ou aproveitamento industrial dependem de autorização ou concessão do Poder Público, na forma da lei.

§ 1o. Ao proprietário do solo é assegurada participação nos resultados de lavra em valor igual ao dízimo do imposto incidente sobre a substância mineral produzida. Quanto às jazidas e minas, cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma da indenização.

**Justificativa:**

Emenda sem justificção.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00059 APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

JALLES FONTOURA (PFL/GO)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

Nos termos do artigo 18 do regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte, altere-se o artigo 9o. do anteprojeto da Subcomissão dos Princípios da Ordem Econômica, para a seguinte redação:

Art. 9o. As jazidas, as minas e demais recursos minerais constituem propriedades distinta da do solo, e sua exploração ou aproveitamento industrial dependem de autorização ou concessão do Poder Público, na forma da lei.

§ 1o. A autorização para pesquisa mineral será concedida a brasileiros ou empresas organizadas no país.

§ 2o. A concessão de lavra somente será outorgada a empresas nacionais.

§ 3o. As autorizações e concessões somente serão transferidas mediante aprovação do poder concedente.

§ 4o. A lei estabelecerá as condições e os prazos, mediante as quais, as autorizações e concessões vigentes se ajustem ao disposto. (DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA).

**Justificativa:**

Emenda sem justificção.

**Parecer:**

Acolhida totalmente, tendo sido aproveitada no substitutivo pela importância do seu conteúdo e pertinência com os demais dispositivos propostos.

**EMENDA:00062 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

JALLES FONTOURA (PFL/GO)

**Texto:**

Nos termos do artigo 18 do regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte altere-se o artigo 9o. do anteprojeto da Subcomissão dos Princípios da Ordem Econômica, para a seguinte redação:

Art. 9o. As jazidas, as minas e demais recursos minerais constituem propriedade distinta da do solo, e sua exploração ou aproveitamento industrial dependem da autorização ou concessão do Poder Público, na forma da lei.

§ 1o. A autorização para pesquisa mineral será concedida a brasileiros ou empresas organizadas no país.

§ 2o. A concessão de lavra somente será outorgada a empresas nacionais.

§ 3o. As autorizações e concessões somente serão transferidas mediante aprovação do poder concedente.

§ 4o. A lei estabelecerá as condições e os prazos, mediante as quais, as autorizações e concessões vigentes se ajustem ao disposto. (DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA).

§ 5o. Ao proprietário do solo é assegurada participação nos resultados de lavra em valor igual ao dízimo do imposto incidente sobre a substância mineral produzida. Quanto às jazidas e minas, cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma da indenização.

**Justificativa:**

A emenda proposta completar o elenco de princípios constitucionais ordenadores do acesso ao subsolo brasileiro.

Estabelecido o princípio de dissociação solo – subsolo, admite-se que a fase de pesquisa mineral, de alto risco, deve ser franqueada também às empresas estrangeiras; já a atividade industrial de lavra é confiada às empresas de capital nacional, abrindo caminho para o fortalecimento de participação interna na atividade minerária.

Fixa-se ainda a participação do proprietário do solo nos resultados da lavra, instituto tradicional na mineração brasileira, e criam-se as disposições transitórias necessárias ao ajustamento à nova ordem.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00077 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Acrescente-se onde couber o seguinte dispositivo:

Art. Os Recursos Minerais e os potenciais de energia, renováveis ou não renováveis, constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e

pertencem à União, de Forma inalienável e imprescritível.

**Justificativa:**

Instituir de fato a soberania nacional sobre os recursos minerais é sem dúvida uma das principais tarefas que esta Assembleia Nacional Constituinte tem a cumprir.

Minerais não dão duas safras!

Este fato, aliado a certeza de que todo desenvolvimento da indústria nacional, passando pela indústria de base a mais sofisticada indústria de ponta, dependem em alguma medida da mineração para seu pleno funcionamento, atingindo, portanto toda sociedade e toda Nação Brasileira, expressa um pouco da importância de se garantir de forma inequívoca a nossa soberania sobre os recursos minerais Brasileiros.

Além disto, cabe ressaltar a importância dos metais nobres como ouro, prata e platina que além de servirem de lastro monetário tem fundamental importância na manutenção da estabilidade de economia nacional, e dos minerais estratégico com, por exemplo, o urânio e demais radioativos e o petróleo que estão diretamente ligados à verdadeira segurança nacional possuindo também papel de relevo para o desenvolvimento tecnológico nacional.

Por fim temos certeza que somente com o estabelecimento da soberania nacional sobre os recursos minerais serão criadas condições concretas no sentido de a sociedade brasileira usufruir em melhores condições, os resultados dos seus aproveitamentos industriais.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00092 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

PAULO ZARZUR (PMDB/SP)

**Texto:**

No Anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, acrescente-se ao art. 9o. o seguinte parágrafo único:

Art. 9o. ....

Parágrafo único. A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País, com maioria de capital nacional.

**Justificativa:**

Mantém esta emenda o mesmo princípio que vigora desde a Carta de 1946 e que representa uma defesa para o capital brasileiro, afastando a presença das multinacionais. O propósito é assegurar a brasileiros a exclusividade da exploração mineral, ainda que realizada mediante sociedades. O que é eminentemente patriótica e salutar para a nossa economia.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00136 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RENATO JOHNSON (PMDB/PR)

**Texto:**

EMENDA

Dê-se ao art. 6AO9 do Anteprojeto da Subcomissão de princípios gerais, intervenção do Estado, regime da propriedade do subsolo e da atividade econômica, a seguinte redação:

Art. 6AO9 - "As jazidas, as minas e demais recursos minerais não-renováveis, os potenciais de



energia hidráulica e as reservas de água subterrânea constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União."

**Justificativa:**

A presente emenda tem por objetivo, deixar claro a não abrangência dos recursos renováveis como prioridade da União.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00152 APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

**Texto:**

SUBCOMISSÃO DE PRINCÍPIOS GERAIS, INTERVENÇÃO DO ESTADO, REGIME DE PROPRIEDADE DO SUBSOLO E DA ATIVIDADE ECONÔMICA - ART. 90. - PARÁGRAFO ÚNICO

Dê-se a seguinte redação no art. que dispõe sobre a exploração e aproveitamento de recursos minerais:

Art. - O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis e a lavra de jazidas minerais em faixa de fronteira ou em terras indígenas somente poderá ser efetuado pela União:

§ 1o. - O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis, e a pesquisa mineral em terras indígenas, somente poderá ser efetuado pela União.

§ 2o. - A lavra de jazidas minerais em terras indígenas será condicionada ao interesse nacional, estabelecido em ato do Poder Executivo, sendo assegurada a comunidade indígena a participação nos resultados da lavra.

**Justificativa:**

Em se tratando de reservas indígenas considerado que os índios tutelados pela União, é conveniente que a pesquisa e, consequentemente o necessário conhecimento do potencial mineral naquelas áreas, seja monopólio da União. No entanto a lavra de jazidas identificadas, deve estar vinculada ao interesse da economia nacional, em ato do Poder Executivo, pela mesma razão de os índios serem tutelados pelo Estado. A comunidade indígena será assegurada a participação dos resultados da lavra.

**Parecer:**

Acolhida totalmente, tendo sido aproveitada no substitutivo pela importância do seu conteúdo e pertinência com os demais dispositivos propostos.

**EMENDA:00155 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

**Texto:**

SUBCOMISSÃO DE PRINCÍPIOS GERAIS, INTERVENÇÃO DO ESTADO, REGIME DE PROPRIEDADE DO SUBSOLO E DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Modifique o dispositivo que dispõe sobre o aproveitamento dos potenciais de energia (§ 2o. - Art. 10.)

Art. - O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis, e dos

recursos hídricos, bem como pesquisa, a lavra e a transformação industrial dos minérios, dependem de autorização ou concessão do Poder Público e somente serão autorizados ou concedidos, na forma da lei a brasileiros ou a empresas nacionais, cujo controle decisório, gerencial e de capital pertença direta ou indiretamente, a brasileiros, pessoas físicas ou jurídicas.

**Justificativa:**

Além da pesquisa e da lavra, é vital assegurar o controle decisório, gerencial e de capital brasileiro na fase de transformação industrial do minério, abrangendo assim o ciclo completo da mineração – pesquisa, lavra e transformação do bem. Mas para que isto seja possível, é necessário evitar que através de artifícios de sucessivas associações comerciais, seja descaracterizado o real controle decisório e de capital por empresas nacionais. A maneira de impedir tais procedimentos contrários aos interesses nacionais, é fixar na Nova Constituição, o controle decisório, gerencial e de capital pertença direta ou indiretamente, a brasileiros, pessoas físicas ou jurídicas.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00162 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao artigo 14 do Anteprojeto Final da Sub comissão VI.a, Dos Princípios Gerais da Ordem Econômica, a seguinte redação:

Art. 14. A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento de potenciais de energia, em faixas de fronteiras e em terras ocupadas por indígenas, somente poderão ser efetuados por empresa do setor público e por empresa privada constituída e sediada no País, na forma da lei, cuja participação majoritária com direito a voto no capital social pertença a brasileiros e cuja mão-de-obra seja predominantemente nacional. Parágrafo único. Fica asseguradas às comunidades indígenas participação nos resultados da lavra, na forma da lei."

**Justificativa:**

O artigo 14 do Anteprojeto estabelece que o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais, em faixas de fronteiras ou em terras indígenas, somente poderão ser efetuados por empresas públicas ou por empresas nacionais.

O dispositivo, entretanto, precisa ser contemplado, de forma que a existência consubstanciada na nacionalidade da empresa implique efetivamente assegurar benefícios para os interesses nacionais e para as comunidades indígenas. Para a consecução desses objetivos, é de fundamental importância que predominem, na empresa nacional, os interesses brasileiros, cuja defesa é normalmente exercitada pelos naturais do País. Mais ainda, que a maioria dos seus trabalhadores sejam brasileiros.

Por outro lado, impõe-se fazer depender de concordância das comunidades indígenas, como legítimas ocupantes das terras, a efetiva iniciação dos trabalhos.

Essa, a razão da Emenda ora proposta.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00163 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao artigo 9o. do Anteprojeto Final da Subcomissão VI.a, Dos Princípios Gerais da Ordem Econômica, a seguinte redação:

"Art. 9o. As jazidas, minas e os demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, bem como as reservas de água subterrânea, constituem propriedade distinta da propriedade do solo, para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial."

**Justificativa:**

O artigo 9º do Anteprojeto em exame declara que "as jazidas, minas e os demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as reservas de água subterrânea (...) pertencem à União". Convém ressaltar, em primeiro lugar, que a competência para definir os bens que se incluem no domínio da União e dos Estados é da Comissão II – Da Organização do Estado. É, não é essencial à regulação constitucional dos recursos do subsolo que se defina, no Título da Ordem Econômica, a quem cabe, a priori, a propriedade desses recursos.

Por outro lado, a orientação do direito constitucional brasileiro sempre foi a de que a propriedade dos recursos do subsolo, que é distinta da propriedade do solo, é uma indagação doutrinária e, por isso, à doutrina deve ficar reservada.

Além do mais, a declaração de que o subsolo pertence à União, ao lado de não abrir espaço à fixação e evolução dos conceitos pela doutrina, representa inexoravelmente uma séria intensificação do processo de estatização da economia brasileira. A forma como se define a propriedade da União sobre os recursos minerais e os potenciais de energia traz elementos de suporte à tese de criação, em nível constitucional, de um monopólio generalizado no setor, que seguramente não corresponde à intensão do Anteprojeto.

Por fim, é oportuno ressaltar que a Emenda ora proposta assegura à União, mediante lei e quando entender conveniente, instituir monopólios, sem, entretanto, afetar a indispensável segurança do investidor privado.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00165 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao artigo 14 do Anteprojeto Final da Subcomissão VI.a, Dos Princípios Gerais da Ordem Econômica, a seguinte redação:

"Art. 14. A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento de potenciais de energia, em faixas de fronteiras e em terras ocupadas por indígenas, somente poderão ser efetuados por empresa do setor público e por empresa privada constituída e sediada no País, na forma da lei, cuja participação majoritária com direito a voto no capital social pertença a brasileiros e cuja mão-de-obra seja predominantemente nacional.

Parágrafo único. Depende de prévia anuência da comunidade indígenas interessada, a autorização ou concessão para exploração de recursos minerais, em terras por ela ocupada, assegurada sua participação nos resultados da lavra, na forma da lei."

**Justificativa:**

O artigo 14 do Anteprojeto estabelece que o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais, em faixas de fronteiras ou em terras indígenas, somente poderão ser efetuados por empresas públicas ou por empresas nacionais.

O dispositivo, entretanto, precisa ser contemplado, de forma que a existência consubstanciada na nacionalidade da empresa implique efetivamente assegurar benefícios para os interesses nacionais e para as comunidades indígenas. Para a consecução desses objetivos, é de fundamental importância que predominem, na empresa

nacional, os interesses brasileiros, cuja defesa é normalmente exercitada pelos naturais do País. Mais ainda, que a maioria dos seus trabalhadores sejam brasileiros.

Por outro lado, impõe-se fazer depender de concordância das comunidades indígenas, como legítimas ocupantes das terras, a efetiva iniciação dos trabalhos.

Essa, a razão da Emenda ora proposta.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00167 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Acrescentem-se ao art. 9o. do Anteprojeto Final da Subcomissão VI.a, Dos Princípios Gerais da Ordem Econômica, os seguintes parágrafos, por implicarem modificações correlatas:

"§ 1o. A lavra das jazidas, minas e dos demais recursos minerais será sempre precedida de pesquisa comprobatória da existência de reservas exploráveis e dependerá de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País.

§ 2o. Dependerá igualmente de autorização ou concessão federal, na forma de que trata o parágrafo anterior, o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, salvo quando de intensidade reduzida.

§ 3o. Fica assegurada ao proprietário do solo participação nos resultados da lavra, em valor igual ao dízimo do imposto incidente sobre minerais; no caso de exploração monopolizada, a lei regulará a forma da indenização."

**Justificativa:**

O Anteprojeto Final da Subcomissão omitiu normas constitucionais importantes ao regime da exploração mineral, como a previsão das autorizações e concessões para a lavra, bem assim outros dispositivos correlatos e dela inseparáveis, como o regime do aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a garantia, ao proprietário do solo, de participação nos resultados da lavra, já fixado no texto da Constituição.

No que se refere à lavra mineral convém explicitar na Constituição que ela deve estar condicionada a previa pesquisa comprobatória da existência de reservas exploráveis. O que se pretende aqui é garantir um melhor e mais econômico desfrute de nosso patrimônio de recurso não-renováveis, ameaçados de uma criminosa depredação.

Essas as razões da Emenda proposta.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00168 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao artigo 14 do Anteprojeto Final da Subcomissão VI.a, Dos Princípios Gerais da Ordem Econômica, a seguinte redação:

Art. 14. A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento de potenciais de

energia, em faixas de fronteiras e em terras ocupadas por indígenas, somente poderão ser efetuados por empresa do setor público e por empresa privada constituída e sediada no País, na forma da lei, cuja participação majoritária com direito a voto no capital social pertença a brasileiros e cuja mão-de-obra seja predominantemente nacional.

**Justificativa:**

O artigo 14 do Anteprojeto estabelece que o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais, em faixas de fronteiras ou em terras indígenas, somente poderão ser efetuados por empresas públicas ou por empresas nacionais.

O dispositivo, entretanto, precisa ser contemplado, de forma que a existência consubstanciada na nacionalidade da empresa implique efetivamente assegurar benefícios para os interesses nacionais e para as comunidades indígenas. Para a consecução desses objetivos, é de fundamental importância que predominem, na empresa nacional, os interesses brasileiros, cuja defesa é normalmente exercitada pelos naturais do País. Mais ainda, que a maioria dos seus trabalhadores sejam brasileiros.

Essa, a razão da Emenda ora proposta.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00171 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ANTÔNIO CARLOS FRANCO (PMDB/SE)

**Texto:**

Acrescente-se ao Anteprojeto aprovado pela Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, o seguinte artigo e dê-se a respectiva numeração.

Art. Fica assegurada ao proprietário do solo, a participação nos resultados da lavra, inclusive das jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, em percentual ao que for atribuído ao Estado e ao Município, bem como a justa indenização sobre os danos decorrentes da exploração do subsolo causados à área de superfície, devendo a lei, estabelecer a justa compensação referente aos lucros cessantes.

**Justificativa:**

Atualmente, o proprietário da terra sofre um verdadeiro esbulho na sua propriedade quando em seu subsolo é constatada a presença de minerais para cuja exploração não pode ele mesmo concorrer.

A indenização e a Participação previstos nesta Emenda, por si, não são capazes de compensar o prejuízo decorrente da limitação do uso da propriedade, para os fins econômicos a que se destinará acarretando prejuízos continuados, o que, se constitui em lucros cessantes.

Deve, pois, a lei prever a forma de remuneração a que terá direito o superficiário.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00176 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ALDO ARANTES (PC DO B/GO)

**Texto:**

Ao Anteprojeto da Subcomissão de Princípios

Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, apresentamos as seguintes propostas:

[...]

#### **DAS RIQUEZAS NACIONAIS**

**Art.** - Constitui patrimônio inalienável na Nação as riquezas naturais do subsolo, as águas territoriais e a plataforma continental na extensão de 200 milhas marítimas da costa, e o espaço aéreo nacional.

§ 1o. - O subsolo, as riquezas minerais, bem como os potenciais de energia hidráulica são propriedade da União, distintas da propriedade do solo.

§ 2o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica ou solar de potência reduzida, como tal definida em lei.

**Art.** - A exploração e o aproveitamento de jazidas e minas, quando não estatais, dependem de autorização e assinatura de contrato de lavra com o Governo Federal, na forma da lei, exclusivamente a brasileiros e a empresas nacionais.

§ 1o. - A exploração e aproveitamento de jazidas e minas de grande porte ou de minerais estratégicos, conforme definido em lei, dependerá de aprovação do Congresso Nacional.

§ 2o. - Compete à União legislar sobre as riquezas do subsolo e as atividades do setor mineral.

§ 3o. - Os Estados e Municípios poderão complementarmente sobre recursos minerais, seu aproveitamento e exploração.

§ 4o. - A lei definirá a forma de indenização ao proprietário do solo.

§ 5o. - A lavra de bens minerais será objeto de contrato por tempo determinado, nunca superior a 25 (vinte e cinco) anos, assinado entre a União e mineradores, conforme dispuser a lei.

§ 6o. - A lei estabelecerá mecanismos contratuais mínimos que salvaguardem os interesses nacionais e sociais.

**Art.** - O minerador pagará uma indenização, pelo direito de lavra do bem mineral, de 5% (cinco por cento) sobre o valor da produção, destinados ao Estado e Município em cujo território se efetue a exploração.

[...]

#### **Justificativa:**

Emenda sem justificção.

#### **Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

#### **EMENDA:00185 APROVADA**

#### **Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

#### **Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

#### **Autor:**

ALUIZIO BEZERRA (PMDB/AC)

#### **Texto:**

Acrescente-se ao art. 9o. os seguintes parágrafos:

§ 1o. - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo, para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

§ 2o. - Os recursos minerais de qualquer

natureza, existentes no país, pertencem à nação brasileira de forma inalienável e imprescindível e, como tal, serão administrados pela União.

§ 3o. - A pesquisa mineral e o aproveitamento industrial dos bens minerais dependem de autorização federal a ser dada, por tempo determinado, prioritariamente, às empresas públicas ou de economia mista, depois aos pequenos mineradores, individual ou associativamente, e finalmente às empresas mineradoras nacionais. A autorização só será concedida se a forma e o cronograma de exploração das reservas atender aos interesses do País, conforme prioridades estabelecidas em lei.

§ 4o. - O Senado Federal, através de sua Comissão de Minas e Energia, exercerá a fiscalização dos procedimentos de que dispõe o caput deste artigo.

**Justificativa:**

É notório que o processo de exploração mineral no País é insatisfatório em uma série de aspectos, notadamente no que diz respeito à preponderância das multimas no setor e à falsidade de controle efetivo das lavras realizadas.

Sabe-se que as grandes empresas multinacionais são detentoras do direito de propriedade para pesquisa e de concessão para lavra, em enormes áreas do território nacional. Além de representar significativa sangria para o país, em razão das remessas de lucro, essa preponderância das multimas implica vulnerabilidade do país, já que essas grandes empresas detêm o controle da tecnologia e ficam, também conhecedoras do potencial mineral do país.

Por outro lado, sabe-se que, apesar de as empresas mineradoras terem que apresentar ao DNPM relatório anuais sobre suas atividades, a exploração mineral, na prática, é muito pouco controlada pela União, a suposta proprietária desses recursos. É preciso que a Nação, através de seus representantes, tenha, pelo menos de hoje em diante, a oportunidade de assegurar que a exploração obedeça às prioridades nacionais. Pretende-se evitar que um mineral seja explorado rápida ou lentamente demais, que a exploração seja predatória, que se exaure as reservas de um mineral estratégico etc.

Tendo em mente esses problemas, propôs-se duas diretrizes básicas que deverão orientar todo o processo de autorização para pesquisa e lavra. A primeira diretriz obriga o DNPM, quando da análise dos requerimentos, a assegurar que as jazidas sejam exploradas de forma que se coadune com os interesses do país, conforme propriedades fixadas em lei ordinária.

Pelas razões expostas, certos da importância da inclusão de tal norma na nova Constituição, esperamos que a presente emenda receba o valioso apoio dos ilustres colegas.

**Parecer:**

Acolhida totalmente, tendo sido aproveitada no substitutivo pela importância do seu conteúdo e pertinência com os demais dispositivos propostos.

**EMENDA:00225 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

CÉSAR MAIA (PDT/RJ)

**Texto:**

Inclui parágrafo no art. 9o.:

Art. 9o. ....

§ único. A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e potenciais de energia hidráulica serão exploradas para quaisquer fins pela União, ou por autorização ou concessão federal, na forma da lei, que somente poderá ser concedida a brasileiros e sociedades de capital inteiramente nacional.

**Justificativa:**

A reserva para as empresas nacionais, além da própria União da exploração mineral é necessidade para preservar um desenvolvimento econômico independente que evite a sobre exploração de nossas reservas fira de nosso interesse de curto e longo prazo, como vem ocorrendo inclusive com minerais estratégicos.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00260 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RAQUEL CAPIBERIBE (PMDB/AP)

**Texto:**

Emenda aditiva ao art. 9o. do relatório final da Subcomissão 06 A.

"As jazidas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as reservas de água subterrânea, constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União de forma inalienável e imprescritível."

**Justificativa:**

Instituir de fato a soberania nacional sobre os recursos minerais é sem dúvida uma das principais tarefas que esta Assembleia Nacional Constituinte tem a cumprir.

Minerais não dão duas safras!

Este fato, aliado a certeza de que todo desenvolvimento da indústria nacional, passando pela indústria de base a mais sofisticada indústria de ponta, dependem em alguma medida da mineração para seu pleno funcionamento, atingindo, portanto toda sociedade e toda Nação Brasileira, expressa um pouco da importância de se garantir de forma inequívoca a nossa soberania sobre os recursos minerais Brasileiros.

Além disto, cabe ressaltar a importância dos metais nobres como ouro, prata e platina que além de servirem de lastro monetário tem fundamental importância na manutenção da estabilidade de economia nacional, e dos minerais estratégico com, por exemplo, o urânio e demais radioativos e o petróleo que estão diretamente ligados à verdadeira segurança nacional possuindo também papel de relevo para o desenvolvimento tecnológico nacional.

Por fim temos certeza que somente com o estabelecimento da soberania nacional sobre os recursos minerais serão criadas condições concretas no sentido de a sociedade brasileira usufruir em melhores condições, os resultados dos seus aproveitamentos industriais.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00292 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

PAULO ROBERTO (PMDB/PA)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Acrescenta parágrafo único ao artigo 9o. do Anteprojeto aprovado pela Subcomissão 6A, que trata dos "Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, com a seguinte redação:

Art. 9o. ....

Parágrafo Único - Para os fins previstos no "caput" deste artigo, executam-se, como propriedade dos Estados, as jazidas de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil, as águas minerais e as águas subterrâneas.

**Justificativa:**

O bem mineral é imprescindível ao progresso da Nação Brasileira e como tal deve ter o seu aproveitamento voltado para o benefício da população como um todo e do desenvolvimento do País. Por essas razões e pelo



fato do setor mineral revestir-se a cada momento de uma importância e de uma grandeza fundamentais por que não dizer vitais à Nação, é que deve ele ser administrado pela União, no aliás é da tradição constitucional brasileira estabelecer.

O parágrafo único ora proposto, no entanto, encerra princípio de descentralização econômico-administrativa, que visa permitir o crescimento e a agilização não só do setor mineral, como também, o da construção civil e da indústria, além de fornecer aos Estados a possibilidade de aumento de sua renda pela receita tributária decorrente da efetiva fiscalização que advirá da atividade.

Do ponto de vista técnico, pode-se dizer que tais recursos minerais exigem conhecimentos relativamente simples e que podem perfeitamente ser avaliados, no seu bom aproveitamento, pelos órgãos estaduais ligados ao setor. Especificamente referindo-se às águas subterrâneas, o seu uso no Brasil nunca foi regulado, o que demonstra o atraso do setor em relação à matéria. A nova Carta Magna deverá tratar adequadamente o assunto criando as condições que levem a lei ordinária a regular o aproveitamento desse recurso natural de grande importância para as gerações atuais e futuras do País. Quanto às águas minerais, elas são subutilizadas justamente pela pouca agilidade das normas que regulam a sua extração e pelos entraves burocráticos impostos pela lei.

**Parecer:**

Não acolhida por não constar do texto do relator.

**EMENDA:00339 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

**Texto:**

Emenda Substitutiva ao art. 6A09 do anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.

Art. 6A09 Todo e qualquer recurso mineral, seja em forma de jazida, mina ou afloramento, bem como os potenciais de energia hidráulica, nuclear e de natureza fóssil, constituem propriedade distinta da propriedade do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União.

§ 1o. A exploração e o aproveitamento dos recursos referidos neste artigo dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei, e somente poderá ser concedida à brasileiros e à empresas nacionais.

§ 2o. O proprietário do solo poderá, como forma de indenização, participar do resultado da lavra de acordo com o que a lei regulamentar.

§ 3o. Não dependerá de autorização ou concessão a exploração de energia hidráulica de potência reduzida e a captação de energia solar.

§ 4o. As autorizações de pesquisa mineral serão por tempo determinado de dois anos, renováveis, no interesse nacional, por igual período e no máximo uma vez.

§ 5o. As concessões de lavras serão por tempo determinado, nunca superior a vinte e cinco anos, renováveis por igual período, no interesse nacional e, somente, quando for comprovada a eficiência econômica financeira e social da atividade.

§ 6o. As concessões e os direitos minerários são intransferíveis e inegociáveis, salvo expressa autorização do poder concedente e na forma que a lei dispuser.

§ 7o. A empresa ou pessoa física que teve anulada, por qualquer razão legal, os direitos minerários ou concessão de lavra, fica proibida de

se habilitar a qualquer outro direito, seja autorização de pesquisa, permissão ou concessão de lavra.

**Justificativa:**

A propriedade estatal do subsolo é princípio constitucional, consagrado pelas constituições anteriores há mais de cinquenta anos vigente no país. Os recursos minerais devem ser entendidos como necessários e indispensáveis par ao desenvolvimento econômico e o equilíbrio social do país. O controle das atividades de lavra só poderá ser exercido pelo governo, se preceitos constitucionais como os propostos forem adotados. É público que o capital estrangeiro detém de forma maléfica e prejudicial aos interesses nacionais, enormes reservas minerais sem qualquer proveito ao povo e a Nação. Igualmente, cabe lembrar que concessionários ou detentores de direitos minerários dormem em cima das jazidas, não as exploram, impedindo que outros mais capazes e melhor intencionados possam fazê-lo. Além disso, toda concessão a que ser entendida como um privilégio, que pressupõe responsabilidade e reciprocidade social por parte do beneficiário dela. Não é justo que quem, por incapacidade, incúria, negligência, desrespeita a lei, mantenha este privilégio. A Nação não pode prescindir de explorar suas riquezas minerais de forma que promova o progresso e o bem-estar do povo.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00366 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

Subcomissão de Princípios Gerais  
Art. 6A09 As jazidas minerais e demais recursos do subsolo, os potenciais de energia hidráulica e reserva de água subterrânea, constituem propriedade distinta do solo e pertencem à União.

**Justificativa:**

Não se justifica incluir a palavra “minas”, uma vez que tecnicamente a mina são as instalações que permitem a lavra de uma jazida é portanto, pertencem ao concessionário e não à União. Não vemos razão na expressão “para efeito de exploração ou aproveitamento industrial”, uma vez que a propriedade do subsolo, ao nosso ver, deve constituir propriedade distinta do solo para todos os efeitos, portanto, achamos que deve ser suprimida tal expressão limitativa.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00371 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

Vla - Subcomissão de Princípios Gerais  
Art. 6A - A pesquisa e a lavra de recursos minerais dependerão de autorização ou concessão da União e serão contratadas sempre no interesse nacional, não podendo ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.  
§ 1o. - A concessão de lavra de recursos minerais só poderá ser feita a brasileiros ou à empresas sob controle decisório e de capital nacional.  
§ 2o. - A pesquisa e a lavra de recursos minerais em reservas indígenas ficam sujeita a legislação especial, que resguarde o interesse dos povos nativos.

§ 3o. - Como poder concedente a União garantirá os direitos minerários outorgados a terceiros na forma da lei.

§ 4o. - Ao superficiário de área concedida para lavra, será garantida justa indenização da propriedade do solo, benfeitorias e lucro cessante.

**Justificativa:**

Este artigo e seus parágrafos se fazem necessários para estabelecer constitucionalmente o modo pelo qual os recursos do subsolo nacional são concedidos para exploração. É absolutamente imprescindível que se resguarde a total soberania da nação sobre o subsolo, bem como através da União se mantenha a unidade de procedimento em todo o território nacional nessa questão estratégica. Para que não se mantenha a concessão cartorial que embora mantenha as condições de uma concessão onde o poder público concedente fica mantido, ria-se condições para a negociação caso a caso, onde os interesses nacionais podem ser estipulados de um lado e os interesses empresariais podem ser atendidos de outro.

Temos que manter a propriedade do solo separada daquela do subsolo, para que o superficiário não seja um fator limitante ao desenvolvimento de um setor tão fundamental para a estratégia nacional.

Quanto aos parágrafos, queremos resguardar a soberania nacional (§ 1º), a questão ética nos interesses dos povos nativos (§ 2º), assim como garantir os direitos do superficiário, tanto na sua propriedade, como no fato de ser obrigado a cessar suas atividades na área (lucro cessante) e, finalmente, garantir que a União resguardará o direito dos concessionários, para que estes possam investir com segurança em um setor que, até dos riscos inerentes no trato da questão mineral, tem normalmente um longo tempo de maturação, sempre embutido nos seus projetos.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00382 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ISMAEL WANDERLEY (PMDB/RN)

**Texto:**

Emenda no.

Incluir no Anteprojeto.

Art. Inclua-se onde couber o dispositivo com a seguinte redação:

"Art. A União pode conceder, com a aprovação do Parlamento, o direito de pesquisa, de lavra, de industrialização, comercialização das jazidas, minas, demais recursos minerais, e a exploração dos potenciais hidráulicos a cidadãos brasileiros e empresas nacionais, através de contrato por prazo determinado, nunca superior a 10 anos, podendo ser renovável."

**Justificativa:**

Procurou-se com este dispositivo estabelecer alguns princípios como:

- a) Levar ao exame da sociedade, via parlamento, a oportunidade da cessão de exploração dos recursos do solo brasileiro, que em última análise pertence a própria sociedade.
- b) Concessão do direito de exploração aos brasileiros, como forma de manutenção da soberania nacional.
- c) Prazo de contrato por prazo determinado com fito de evitar especulação.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00412 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

VICTOR FONTANA (PFL/SC)

**Texto:**

Princípios Gerais

Inclua-se no art. 10, o seguinte § 2o.,

passando o parágrafo único, a ser § 1o.:

"§ 2o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida e, em qualquer caso, a captação de energia solar."

**Justificativa:**

A geração de energia, para consumo próprio de pequenas empresas ou de particulares, deve ser estimulada, desburocratizando-se o necessário aproveitamento.

Com a elevação dos custos de energia, em especial da transmissão em longas distâncias, necessária às fontes de produção e, sabendo-se das dificuldades que enfrentamos para produzir o correspondente à demanda e ao crescimento nacional, a liberação que se propõe é conveniente e necessária. Ela igualmente abre novas oportunidades para as pequenas indústrias produtoras de turbinas e equipamentos de pequeno porte, para produção de energia.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00443 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

VLADIMIR PALMEIRA (PT/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao art. 6A09 do anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, a seguinte redação:

Art. 6A09 - As jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os grandes potenciais de energia hidráulica, são objeto de propriedade da União, distinta da do solo. Sua exploração e aproveitamento podem ser autorizados somente a empresas brasileiras, de acordo com a definição desta Constituição.

§ 1o. - Ao proprietário do solo é assegurada uma indenização no caso de lavra.

§ 2o. - Não dependerá de autorização o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida.

§ 3o. - Os recursos minerais considerados estratégicos, nos termos da lei, serão explorados direta e exclusivamente pela União.

**Justificativa:**

Emenda sem justificação.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00444 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

VLADIMIR PALMEIRA (PT/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao art. 6A14 do anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da

Atividade Econômica (6A), a seguinte redação:

Art. 6A14 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em terras indígenas somente poderão ser efetuados pela União, dependendo de prévia autorização do Congresso Nacional e do acordo das nações indígenas.

**Justificativa:**

É uma medida necessária para garantir a sobrevivência dos índios que tem uma relação particular com a terra e para os quais uma indenização nem sempre significará grande coisa. O acordo pressupõe mais força de negociação para os índios na hora da exploração de minérios em suas terras.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00446 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

VLADIMIR PALMEIRA (PT/RJ)

**Texto:**

Suprima-se o artigo 6A10 do anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.

**Justificativa:**

Emenda sem justificação.

**Parecer:**

Não acolhida por não constar do texto do relator.

**EMENDA:00499 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

MÁRIO MAIA (PDT/AC)

**Texto:**

PRINCÍPIOS GERAIS, INTERVENÇÃO DO ESTADO, REGIME DA PROPRIEDADE DO SUBSOLO E DA ATIVIDADE ECONÔMICA.

Substitua-se os arts. 9o. e 10 pelos seguintes:

Art. 9o. - As jazidas, minas e demais recursos minerais, e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

Art. 10. - Os recursos minerais de qualquer natureza, existentes no País, pertencem à nação brasileira de forma inalienável e, como tal, serão administrados pela União.

§ 1o. - A pesquisa mineral e o aproveitamento industrial dos bens minerais dependem, respectivamente, de autorização federal e da assinatura, pela União, de contrato de lavra por tempo determinado, na forma de lei, com brasileiros ou sociedades autorizadas a funcionar como empresa de mineração, desde que o capital estrangeiro não ultrapasse 32% do total ou 49% do capital votante.

**Justificativa:**

O alvo principal desta proposta de norma constitucional é a garantia de plena soberania nacional sobre os recursos minerais do país. Busca-se evitar, acima de tudo, a exploração irracional de nossos recursos minerais exauríveis e do desvio, para o exterior, dos benefícios decorrentes desta exploração.

Para resguardar ainda mais a soberania nacional, só será permitida a exploração mineral por sociedade cujo capital estrangeiro não exceda 32% do capital total ou 49% do capital votante. Espera-se, assim, assegurar que permaneça nas mãos de brasileiros a determinação das linhas mestras da política mineral brasileira. Espera-se evitar a exploração depredatória e míope dos recursos nacionais, assim como impedir que nossos minérios sejam vendidos ao exterior, às vezes por preços vis.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00523 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

**Texto:**

- o artigo 9o. do anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da atividade econômica deve ter a seguinte redação:

- acrescentar ao anteprojeto da comissão o dispositivo abaixo:

Art. 9o. As jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os potenciais de energia hidráulica, constituem propriedade distinta da propriedade do solo, sendo, neste caso o subsolo propriedade da União.

§ 1o. A exploração e o aproveitamento das jazidas de minas e dos potenciais de energia hidráulica dependem de autorização ou concessão federal, ou estadual no caso de delegação concedida em lei;

§ 2o. A concessão ou autorização de que trata o parágrafo precedente somente será dada a brasileiros ou a sociedades constituídas com capital integralmente nacional.

§ 3o. É assegurado aos Estados e Municípios onde ocorre exploração de jazidas ou de energia elétrica uma compensação e ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra. Quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização.

§ 4o. A participação do proprietário do solo de que trata o parágrafo anterior será igual ao dízimo do imposto sobre minerais.

§ 5o. É assegurado aos Estados e Municípios, onde houver aproveitamento de minérios, energia hidráulica ou térmica, de qualquer potência, a participação em seus resultados

§ 6o. A participação dos Estados e Municípios de que trata o parágrafo anterior, destinar-se-á a compor as perdas e danos de qualquer natureza, ocorridas na instalação e no curso de funcionamento; estes pagos mediante taxa mensal compensatória fixada pela Câmara de Vereadores e que poderá ser reduzida pela autoridade judiciária local, em caso de valores excessivos. As perdas e danos de instalação pagar-se-ão de uma só vez.

Disposições Gerais e Transitórias

Art. As empresas de capital estrangeiro, proprietárias de imóveis que contenham quedas de água e jazidas, com ou sem aproveitamento e exploração, devem, no prazo improrrogável de um ano, adaptar-se às disposições desta Constituição e transferir o ativo a brasileiros, acionistas ou não daquelas empresas, transformando, se lhes convier, seus haveres em direito creditório pessoal a ser reembolsado dentro dos saldos líquidos do empreendimento.

**Justificativa:**

1 – Em relação ao artigo desta proposição, trata-se de conceito pacífico e consagrado nas Constituições, a partir de 1934.

2 – Em relação ao § 1º, acrescentou-se, ao texto tradicional, a permissão do legislador ordinário vir a delegar aos Estados competência para autorizar ou conceder a exploração de jazidas e potenciais hidrelétricos. Num país de dimensões continentais, não deve ser citado obstáculo ao desenvolvimento econômico senão na medida do indispensável. Sempre que for demonstrada a conveniência de descentralizar, seja por motivo de distância, seja em razão de certos minerais de reduzida importância, a lei poderá delegar o encargo de autorizar ou conceder. Como se trata de delegação, uma vez comprovada, na prática, a inconveniência, o Congresso Nacional pode revogar a medida.

3 – Em relação ao § 2º, a proposição visa apenas a desfazer a ambiguidade existente nas Constituições, a partir de 1946, que concedeu “a exploração e o aproveitamento exclusivamente a brasileiros e a sociedades organizadas no País”. Prevaleceu a interpretação favorável ao capital estrangeiro, acolhida no Supremo Tribunal Federal em que se sufragou uma incoerência e um absurdo. Se a concessão era outorgável apenas a brasileiros, logicamente as sociedades teriam de ser as constituídas por brasileiros. O STF, entretanto, aceitou a petição das multinacionais. O estrangeiro sozinho não pode explorar o subsolo, mas se vier a pretender fazê-lo em sociedade organizada no Brasil, ainda que seja apenas com sua mulher, já se tornará igual a brasileiros. Para que, nesse caso, a referência a exclusividade brasileiros?

Fruto desse impatriótico entendimento, a maior parte do subsolo nacional está controlada por empresas estrangeiras, em geral especializadas no ramo, e que, tendo minas em exploração em outros países, tratam de impedir o aproveitamento das aqui existentes. Em 1983, o consumo total de minérios pelo Brasil atingiu a US\$ 12,3 bilhões. Importamos 85,9% desse montante (O Globo de 03.02.85). É, sem dúvida, o cúmulo da insensatez, especialmente quando tempos tecnologia e os recursos acumulados, entre outras na Companhia Vale do Rio Doce, a qual apenas necessita ser administrada mais democraticamente, para que, fiscalizada, revele maior eficiência e probidade.

Há inúmeros argumentos para a nacionalização das minas, expostos em vasta literatura. Há um cartel mundial que comanda a mineração no Terceiro Mundo e reduz, a seu talante, os valores. Uma vez colocado o minério nos navios, em alto mar, o preço é modificado e entra nos países industrializados, nas siderúrgicas e demais empresas de beneficiamento, por um valor mais alto, de modo a sonegar impostos nos países de origem e nos destinatários. Precisamos acabar com essa intermediação parasitária e suja.

Nenhuma nação prosperou vendendo minérios in natura.

Chegou o momento de despertarmos e de nossos governos tomarem vergonha, dando fim a esta impatriótica pilhagem de nossas riquezas naturais. A histórica nos condenaria, como tem condenado os legisladores que se somaram aos países imperiais para manter o colonialismo a eu temos estado submetidos.

Precisamos resgatar a dívida para com Alberto Torres, Arthur Bernardes, Gabriel Passos, Agamenon Magalhães, Jesus Soares Pereira, Getúlio Vargas os generais Estillac Leal, Horta Barbosa, Henrique Lott Durval e Felicíssimo Cardoso, o Brigadeiro Francisco Teixeira e tantos outros que se encontram no Panteão de nossa História, por terem lutado pela emancipação econômica de nossa Pátria e por disposições legais como estas.

4 – Os §§ 3º a 6º destinam-se a compensar os que são prejudicados pela utilização das quedas de água e formação de represas, e pela abertura das crateras e poluição ecológica, nas terras onde se realiza o aproveitamento mineral.

5 – O artigo para as Disposições Finais e Transitórias visa a tornar imperativa a disposição constitucional e a recuperação do subsolo, não um simples desejo retórico e sentimental dos constituintes.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00526 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

**Texto:**

- incluir no anteprojeto da Comissão o seguinte dispositivo:

Art. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida, em qualquer caso, a captação de energia solar, bem como a exploração de argila e outros minerais em quantidade reduzida destinadas à industrialização de produtos cerâmicos e de construção civil.

Parágrafo único. As atuais autorizações e concessões para exploração dos minerais de que trata o caput ficam canceladas.

**Justificativa:**

A atual Constituição no artigo 168, § 4º bem como o § 4º, do art. 328 do Projeto da Comissão Provisória dispensam a autorização para a exploração e aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica de potência reduzida, omitindo-se quanto a exploração de argila e outros minerais destinados à construção civil.

Ocorre, no entanto, que a atividade na produção de manufaturados cerâmicos, utilizando como matéria prima a argila, é feita em sua grande maioria por indústrias quase artesanais de pequeno e médio porte, em inúmeras cidades do interior do país, que me muitos casos, são obrigadas ao pagamento de "royalties" e outras exigências por parte de empresas ou cidadãos que, mais espertos e mais organizados, conseguem a autorização exclusiva para exploração de argila em vastas áreas.

Essa situação de privilégios e que tem transformado alguns departamentos governamentais em verdadeiros cartórios é incompatível com os princípios de democracia e igualdades econômicas, e conservam a especulação, a esperteza e a corrupção em fontes de ganho, submetendo em número considerável de pequenos empresários ao jugo dos senhores das concessões.

O anteprojeto não contempla a hipótese de dispensa de concessão para a exploração de minerais como argila, usando em pequenas quantidades para a indústria cerâmica.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00533 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

MARCOS LIMA (PMDB/MG)

**Texto:**

Acrescente-se ao art. 9º. do anteprojeto aprovado pela Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, Parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 9º.....

Parágrafo único. Lei federal disporá sobre a política nacional de minerais estratégicos, visando ao melhor aproveitamento dos recursos minerais existentes no País e à compatibilização das diretrizes setoriais específicas com as exigências do desenvolvimento nacional."

**Justificativa:**

A política de aproveitamento dos recursos minerais brasileiros, baseada, essencialmente, na existência de minerais abundantes em nosso território tem-se orientando, em termos gerais, pelas seguintes diretrizes:

- a) incentivo à exportação de minérios com o objetivo de gerar divisas para fazer face ao endividamento externo;
- b) substituição de importações;
- c) estímulo à produção mineral como forma de corrigir as distorções regionais de desenvolvimento, mediante a criação de polos industriais de transformação em regiões de baixo crescimento econômico.

Não se verifica, pois, no âmbito da política setorial adotada pelo País, qualquer ênfase à busca da verticalização industrial pela via do desenvolvimento ou da aquisição de tecnologia que permita maior agregação de valor às substâncias minerais, o que, naturalmente, tem contribuído para nos manter na incômoda posição de exportador de matéria-prima e importador de produtos elaborados ou semielaborados, nos quais ocorreu substancial incremento do valor dos produtos de origem mineral.



Parece fundamental, portanto, que a questão dos nossos recursos minerais seja reavaliada sob a ótica dos verdadeiros interesses nacionais, em termos de utilização atual e futura das reservas existentes, visando, inclusive, ao redirecionamento dos esforços no sentido da obtenção da tecnologia apropriada para a produção e a industrialização dessas matérias-primas.

Assim sendo, estendemos de mais alta relevância que a Nação possa contar com uma política especialmente delineada para os minerais estratégicos, apta a propiciar ao povo um melhor e mais racional aproveitamento de suas riquezas irrenováveis e capaz de permitir ao Brasil superar a condição de país em desenvolvimento e atingir o grau de maturidade industrial necessário ao bem-estar e à qualidade de vida que merece sua população.

O propósito da presente emenda é, por isso, obrigar o Estado a formular, executar e avaliar uma política coerente, amadurecida e condizente com os interesses da Nação, no que tange aos minerais considerados estratégicos para a economia, o desenvolvimento nacional e o progresso social e material dos seus cidadãos.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00637 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

IRMA PASSONI (PT/SP)

**Texto:**

Acrescente-se onde couber o seguinte artigo:

Art. As jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os grandes potenciais de energia hidráulica, como tais definidos em lei, são objeto de propriedade da União, distinta do solo. Sua exploração e aproveitamento podem ser concedidos unicamente a empresas sob controle direto ou indireto de pessoas físicas brasileiras.

§ 1º. A lei definirá a participação do proprietário do solo no resultado da lavra.

§ 2º. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida, como tal definida em lei.

**Justificativa:**

Emenda sem justificção.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00646 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

CUNHA BUENO (PDS/SP)

**Texto:**

Substituíam-se as expressões "em faixas de fronteira ou em terras indígenas" do artigo 14 do Anteprojeto Final da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, por: "áreas de segurança do Estado, conforme dispuser a Lei Ordinária."

O referido artigo passaria a ter a seguinte redação:

Art. 14. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em áreas de segurança do Estado, conforme dispuser

a Lei Ordinária, somente poderão ser efetuados por empresas públicas ou empresas nacionais.

**Justificativa:**

Qualquer país, abstração feita ao seu regime, não descarta da segurança. Assim, não é razoável, por exemplo, aceitar estrangeiros em área de fronteira, ou pô-los em regiões que representem perigo no tocante a eventual guerra externa.

Note-se que os problemas atinentes à logística não são militares, visto que dizem com toda a economia nacional.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00665 APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

FERES NADER (PDT/RJ)

**Texto:**

Emenda ao Anteprojeto da Subcomissão de Princípios

Gerais da Ordem Econômica

Dê-se ao art. 9o. a seguinte redação:

"Art. 9o. - A exploração e o aproveitamento industrial das jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei, considerados esses bens, para tal efeito, propriedade distinta da do solo.

§ 1o. - Ao proprietário do solo será assegurada indenização pela ocupação do terreno, para os fins previstos neste artigo, bem como pelos danos causados à propriedade, em decorrência da pesquisa ou lavra mineral, ou do aproveitamento da energia hidráulica.

§ 2o. - Na indenização de que trata o parágrafo anterior não se inclui o valor dos recursos minerais, nem do potencial de energia hidráulica."

**Justificativa:**

O anteprojeto, ao declarar que as minas, jazidas e demais recursos minerais pertencem à União, retorna a um regime abandonado há quase um século, quando a primeira Constituição republicana aboliu o sistema regaliano ou dominical.

Com ensina CLÓVIS BENVILAQUA, as minas, pela legislação pátria anterior ao regime inaugurado em 1981, eram de propriedade do Estado, que exercia, assim, um direito real sobre uma parte integrante do solo, "um encravo realengo", no dizer de CALÓGERAS. (CLÓVIS, Teoria Geral do Direito Civil, 4ª. Ed., Min. Da Justiça, 1972, p. 219.)

A Carta de 1891 adotou o sistema fundiário, ou da acessão, ao proclamar que as minas pertencem ao proprietário do solo. A de 1934 introduziu o regime de autorização ou concessão, estabelecendo que as minas e jazidas constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial. Condição tal aproveitamento à autorização ou concessão federal, assegurada, no entanto, preferência ao proprietário do solo.

As Constituições de 1937 e 1946 conservaram as mesmas linhas básicas da Carta de 1934. Com a de 1967, suprimiu-se a preferência do proprietário do solo, substituída por uma participação nos resultados da lavra, de valor igual ao dízimo do imposto único sobre minerais. Tal sistema foi mantido pela Carta de 1969.

Colocar as minas e jazidas entre os bens da União é um equívoco que pode custar muito caro ao futuro da mineração do País. Como titular de direito de propriedade, a União poderia cobrar privilégios (royalties) sobre a produção mineral, como, na Colômbia e no império, se cobraram o dízimo, o quinto etc. O anteprojeto original previa a contribuição para um "fundo de exaustão", a ser administrado pelo Governo Federal, como se já não bastassem os impostos existentes. Tudo isso coerente para aumentar os custos da produção, tornando a indústria mineral brasileira menos competitiva no mercado internacional.

A estatização, com todas as consequências daí decorrentes, levaria em curto prazo à falência de mineração do País. O anteprojeto inicial determinava, por exemplo, que as concessões de lavra seriam "por tempo determinado", o que certamente conduziria à lavra predatória, de efeitos catastróficos.

O desenvolvimento da indústria mineral do País, nos últimos vinte anos, veio comprovar que o regime em vigor é o que mais convém aos interesses nacionais. Para que o Estado exerça tutela sobre os recursos minerais, não é preciso que se torne proprietário desses bens. O sistema de autorizações de pesquisa e concessões de lavra tem-se mostrado eficaz.

Quanto as Constituições brasileiras, desde 1934, declararam que as minas e jazidas constituem propriedade distinta da propriedade do solo, não o fizeram para atribuir a propriedade das minas ao Estado, mas para permitir a terceiros a pesquisa e lavra mineral em solo alheio, mediante autorização ou concessão do Poder Público. O Estado exerce sobre os recursos minerais um domínio eminente, isto é, um poder de tutela, e não um domínio patrimonial, como alguns erroneamente têm suposto.

A emenda, portanto, é no sentido de que se mantenha o sistema atual. Por outro lado, não há mais razão para que subsista a participação do proprietário do solo nos resultados da lavra, juma vez que as minas a jazidas constituem propriedade distinta da do solo. Em lugar dessa participação, que é um valor arbitrário, a emenda propõe se assegure ao proprietário do solo indenização pela ocupação do terreno, para fins de pesquisa e lavra mineral, bem como pelos danos causados em decorrência dessa atividade.

**Parecer:**

Acolhida totalmente, tendo sido aproveitada no substitutivo pela importância do seu conteúdo e pertinência com os demais dispositivos propostos.

**EMENDA:00689 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RONAN TITO (PMDB/MG)

**Texto:**

Ao art. 9o. do anteprojeto da VI, a Subcomissão de Princípios Gerais, será acrescentada a expressão "pertencem em condomínio à União e ao Estado-membro".

**Justificativa:**

O domínio do subsolo não pode ser apenas da União como consagrado no regime jurídico anterior. As reivindicações legítimas dos Estados que já tiveram o seu solo devastado pela mineração, ou inundado em decorrência de barragens, são sobejamente conhecidas e reconhecidamente procedentes. O reconhecimento de seu domínio, ainda que parcial, sobre essas áreas, dará ao Estado base legal para proteger os seus legítimos interesses.

**Parecer:**

Não acolhida por não constar do texto do relator.

**EMENDA:00767 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

**Texto:**

Acrescente-se ao Relatório Final da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.

Art. - Constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, as jazidas, minas e demais recursos minerais.

§ - A exploração e o aproveitamento da jazidas, minas dependem de autorização ou concessão federal, que somente poderá ser atribuída a pessoas físicas e jurídicas, exclusivamente brasileiras, assegurada a preferência ao proprietário do solo.

§ - É assegurado ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir

monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização.

**Justificativa:**

Emendas sem justificação.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00788 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

SÉRGIO WERNECK (PMDB/MG)

**Texto:**

Modifica o art. 14 do relatório da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 14 - A geração hidráulica para prestação de serviço público de energia elétrica, e a lavra de jazidas minerais, em faixas de fronteira ou em terras indígenas, somente poderão ser efetuadas por empresas públicas ou empresas nacionais.

**Justificativa:**

A alteração sugerida visa possibilitar a construção de pequenas centrais hidrelétricas para uso exclusivo.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00789 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

SÉRGIO WERNECK (PMDB/MG)

**Texto:**

Suprime-se o art. 11 do relatório da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.

Art. 11 – Suprimir

**Justificativa:**

Sugere-se a supressão plena deste artigo, já que existe contrapartida prevista no § 2º do inciso IX do art. 3º do Anteprojeto da Comissão da Organização do Estado, Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios.

**Parecer:**

Não acolhida por não constar do texto do relator.

**EMENDA:00803 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

**Texto:**

Dá nova redação ao art. 14 do Anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.

Art. 14 - O aproveitamento dos potenciais de

energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira ou em terras indígenas somente poderão ser efetuadas por empresas públicas, na forma da lei.

**Justificativa:**

Emenda sem justificação.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00815 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

FERNANDO SANTANA (PCB/BA)

**Texto:**

Alterar a redação do Art. 14 do Anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais e Intervenção do Estado..., e acrescentar o parágrafo único:

Art. 14 - O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não renováveis, e dos recursos hídricos, bem como a pesquisa e lavra dos recursos minerais, dependem de autorização ou concessão do Poder Público e somente serão autorizados ou concedidos, na forma da lei, a brasileiros ou a empresas constituídas com capital e acionistas brasileiros.

Parágrafo Único - Nas faixas de fronteira e nas terras indígenas essas atividades somente poderão ser exercidas pela União.

**Justificativa:**

Desde a Constituição de 1934, em seus arts, 119 §§ 1º e 4º, e a Constituição de 1937, nos seus arts, 143 e § 1º, o poder público vem reconhecendo a imperiosa necessidade de recobrar para brasileiros a exploração do subsolo. A presença do capital estrangeiro nesta área só tem servido para carrear para o exterior, a preço vil, minérios até essenciais ao desenvolvimento nacional como o manganês, obrigando-nos a importar esse minério do Gabão na África.

Em geral, são empresas estrangeiras detentoras de minas no exterior as que requerem e obtêm o controle de nossas jazidas e somente as exploram quando esgotadas as que detêm no exterior. Por isto mesmo, o consumo de minérios no Brasil, em 1983, atingiu a US\$ 12,3 bilhões. O País importou 85,9% desse total (O Globo, de 03.02.85). Além disso, são conhecidas as fraudes, como empréstimos fictícios das matrizes às subsidiárias e o achatamento do preço no mercado internacional, de modo a tornar sempre gravoso o produto. A exploração das jazidas tem sido, inclusive em Carajás, sob modelo colonialista tradicional que gerou a miséria do Terceiro Mundo.

Por isto todos os grandes estadistas, desde Artur Bernardes vêm alertando contra essa prática impatriótica. O Anteprojeto desta Subcomissão permite a exploração mineral a brasileiros ou a empresas nacionais. Embora defina no art. 6AD4 que empresa nacional seja aquela cujo controle decisório e de capital permaneça a brasileiros, o que representa um avanço em favor da soberania nacional, a prática tem demonstrado e a publicação. "As Corporações Multinacionais", editada pelo Conselho Econômico das Nações Unidas, exemplifica de várias formas, como costumam burlar eficazmente esse tipo de restrições, ostentando um capital minoritário e uma aparente falta de controle, porém exercendo pleno comando sobre a empresa supostamente nacional. Para que esta Assembleia Nacional Constituinte não incorra nesta ingenuidade, é imperioso retificar o art. 6A16, eliminando claramente a presença das multinacionais de mineração do processo produtivo de minérios, para o qual o Brasil já dispõe de tecnologia e capitais suficientes, como tem demonstrado no petróleo, na siderúrgica e tantos outros setores da economia nacional.

É o que se espera desta Subcomissão que já deu tantas provas de patriotismo e clarividência em outros temas do Projeto.

Precisamos ser dignos do momento histórico que o Brasil vive. Estamos pleiteando para nós brasileiros, o que o General Mark Clark proporcionou ao Japão, sobre os escombros deixados pela Segunda Guerra Mundial – uma democracia forte e independente.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00841 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

SANDRA CAVALCANTI (PFL/RJ)

**Texto:**

Modifica o art. 14 do anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica:

Art. 14. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira somente poderão ser efetuados por empresas públicas ou empresas nacionais.

**Justificativa:**

A emenda preserva a cautela que orientou a redação do dispositivo, quando às faixas de fronteira, retirando, contudo, de seu alcance as terras indígenas que, por terem outras características específicas, merecem tratamento diferenciado, conforme emenda própria que é oferecida conjuntamente com esta.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00852 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ALBANO FRANCO (PMDB/SE)

**Texto:**

Inclua-se onde couber, no anteprojeto aprovado pela Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, o seguinte artigo e seus parágrafos:

Art. É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra inclusive das jazidas e minas, cuja exploração constituir monopólio da União, e que será igual ao dízimo do Imposto sobre Minerais.

§ 1o. Na lavra de petróleo ou de xisto betuminoso e na extração de gás em terra firme, são devidas as seguintes indenizações, calculadas sobre o valor do óleo, do xisto ou do gás extraídos: a) 4% aos Estados ou Territórios; b) 1% aos Municípios.

§ 2o. Na lavra de petróleo ou extração de gás na plataforma continental, é devida aos Estados confrontantes e aos Municípios, por igual situados na orla marítima, a indenização, respectivamente, de 4 e 1% sobre o valor do óleo ou do gás extraídos, para aplicação nos setores de saúde pública, educação, saneamento, sistema viário, eletrificação, irrigação e abastecimento de água.

**Justificativa:**

O objetivo da presente Proposta de Emenda é o de dar ao problema das compensações pela exploração de jazidas minerais, uma redação mais consentânea com a realidade atual, corrigindo falhas que ocorrem e que redundam em prejuízo, não somente para os particulares, bem assim, para os Estados e Municípios.

A atual redação dos §§ 2º e 3º, do art. 168 da Constituição, assegura aos proprietários do solo, participação nos resultados da lavra, ressalvando que, quando a exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização, e que tal participação será igual ao dízimo do imposto sobre minerais.

Ocorre, entretanto, que até agora, jamais foi efetivada qualquer medida no sentido de estabelecer a compensação a que se refere o § 2º do art. 168 do atual Diploma maior, apesar de que teria ampla justificação, no que se refere a exploração petróleo, sujeita a monopólio da União, cujos trabalhos de prospecção e lavra causam danos consideráveis à propriedade superficial.

Desta forma, parece perfeitamente justificada a redação do § 2º da presente proposta.

De outra parte, o art. 27 da Lei nº 2.004/53 estipulou que a sociedade que exercesse o monopólio da pesquisa e lavra de petróleo, ou seja, a Petrobrás ficaria obrigada a pagar aos Estados, Territórios e Municípios, indenização correspondente a 4% e 1%, respectivamente, sobre o valor do óleo, do xisto ou gás extraídos. Tal dispositivo legal não deve ter caráter remuneratório mas implicar no reconhecimento e que a exploração de jazidas petrolíferas acarreta prejuízos ao meio ambiente, além de que obriga a que Estados e Municípios dotem tais áreas de utilidades essenciais, montando uma infraestrutura capaz de proporcionar à população e, em especial, aos trabalhadores dedicados aos trabalhos específicos de pesquisa e lavra, o conforto de escolas, postos de saúde, redes de abastecimento de água, sistema viário, redes de esgoto, energia elétrica e outros.

Assim, a redação proposta encontra, ali, sua integral justificação, devendo os Estados e Territórios, serem indenizados em 4% e 1% sobre o valor do óleo, do xisto ou do gás extraídos.

No que concerne ao novo parágrafo da Proposta, estipula-se que são devidas aos Estados, confrontantes e, por igual, aos Municípios situados na orla marítima da plataforma continental, respectivamente, 4% e 1% sobre o seu valor, para aplicação nos setores de saúde pública, educação, saneamento, sistema viário, eletrificação, irrigação e abastecimento de água. Se a destinação aos Estados confrontantes é legítima, com maior razão o é para os Municípios da orla marítima, diretamente expostos aos efeitos negativos provocados pela exploração do petróleo e gás, que recebem a poluição das águas, da fauna e da flora, notadamente no que diz respeito às atividades pesqueiras.

Em 1969, quando se iniciou a exploração do petróleo na plataforma continental, o Decreto-lei nº 523, de 8 de abril daquele ano, introduziu no art. 27 da Lei nº 2.004, o § 4º destinado 5% (cinco por cento) da indenização aos Estados e Municípios, pela extração do óleo e do xisto, ao Departamento Nacional da Produção Mineral e ao Ministério da Educação e Cultura da Mineração e para o incremento da pesquisa e do ensino de nível superior no campo das geociências.

Apesar da nobilíssima destinação atribuição aos 5% (cinco por cento) dos valores do óleo ou do gás extraído da plataforma submarina, parece evidente que o Decreto-lei nº 523 desviou essa importância dos fins a que se destina, pois, se essa remuneração tinha o caráter de indenização, visava a reparar algum prejuízo causado pela extração petrolífera. Ora, prejuízo pela extração petrolífera não tem o Fundo Nacional de Mineração, nem mesmo a pesquisa e o ensino no campo das geociências. De algum dano provoca a exploração petrolífera, mesmo na plataforma continental, esse dano é sofrido pelas populações dos Estados e Municípios confrontantes com a região onde se realizam os trabalhos de exploração.

Nem se diga que, no caso da plataforma continental, essa indenização não seria devida, pois ela constitui domínio da União. Também o subsolo constitui domínio da União e, no entanto, a exploração nele realizada enseja a indenização de que trata o caput do art. 27 da Lei nº 2.004, estabelecida desde a fundação da Petrobrás, no ano de 1953.

Mas o Decreto-lei nº 1.228, de 1º-11-73, editado em plena crise do petróleo, resolve modificar a destinação do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do óleo e do gás extraídos da plataforma continental, estabelecendo que ele seria destinado à formação de estoques de combustíveis destinados a garantir a segurança e a regularidade de geração de energia elétrica.

Mas uma vez, o legislador ignorou o caráter indenizatório desse percentual, fazendo-o reverter a um fundo público administrativo pelo Conselho Nacional do Petróleo e destinado à formação de estoques reguladores na área de energia elétrica.

Ora, apesar de inúmeros projetos de lei terem sido apresentados nos últimos anos, procurando devolver aos Estados essa compensação pelos investimentos que realizam junto a áreas de exploração petrolífera, nenhum deles ainda logrou transformar-se em lei.

Além, do mais, temem as populações dos Estados e Municípios interessados que circunstâncias de momento relativas à administração financeira da Petrobrás venham a retardar indefinidamente ou impedir a obtenção desse direito legítimo.

Por isso, propomos seja incluída no texto constitucional, a garantia dessa indenização, mediante a inclusão do artigo e seus parágrafos ao substitutivo.

#### **Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00867 REJEITADA**

#### **Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

VALTER PEREIRA (PMDB/MS)

**Texto:**

EMENDA No.

Inclua-se, no art. 9o. do Anteprojeto

"Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica" o seguinte parágrafo:

"Art. 9o. -.....

Parágrafo único - Lei complementar regulará a nacionalização progressiva das minas e jazidas minerais, assim como das indústrias estratégicas ao desenvolvimento econômico e à segurança nacional.

**Justificativa:**

Visa, esta emenda, a garantir o desenvolvimento econômico soberano, controlando as riquezas que são essenciais à sua consecução a preservar um patrimônio que deve ser garantido às gerações futuras, a exemplo do que já fazem outras Nações.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00910 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

OSWALDO LIMA FILHO (PMDB/PE)

**Texto:**

Acrescente-se onde couber:

Art. As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

§ 1o. A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão da União na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades constituídas por brasileiros.

§ 2o. A lei poderá atribuir aos Estados a concessão de uso de potenciais de energia elétrica, existentes no seu território, obedecidas as normas deste artigo.

§ 3o. São consideradas caducas as concessões anteriores feitas em desacordo com as normas deste artigo.

§ 4o. É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização.

§ 5o. A participação de que trata o parágrafo anterior será igual ao dízimo do imposto sobre minerais.

§ 6o. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida.

**Justificativa:**

A presente emenda procura restabelecer a soberania nacional inteiramente alienada a empresas multinacionais, que hoje detêm a maioria das concessões de minas no território do Brasil.

Só uma empresa, a "British Petroleum", possui área superior a três mil concessões de minas.



A Assembleia Nacional Constituinte tem o dever de resgatar a soberania nacional, alienada pelos governos autoritários nos últimos 20 anos.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00929 RETIRADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GERALDO ALCKMIN FILHO (PMDB/SP)

**Texto:**

Acrescentar ao Art. 9o. o seguinte parágrafo:

"A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dados exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País."

**Justificativa:**

Torna-se imperioso estabelecer a forma de outorga dos direitos minerários, pesquisa e lavra, respectivamente, autorização e concessão, bem como disciplinar que pessoas podem se habilitar como titulares dos referidos direitos minerários.

Neste último caso, esclarece "brasileiros ou sociedades organizadas no País", a saber, pessoas físicas brasileiras ou sociedades segundo nossa legislação, resguardando-se, assim a soberania do País em relação aos seus recursos minerais.

**Parecer:**

Retirada por solicitação do autor.

**EMENDA:00930 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GERALDO ALCKMIN FILHO (PMDB/SP)

**Texto:**

Inclua-se, no Art. 9o., os parágrafos a seguir:

"É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização".

"A participação de que trata o parágrafo anterior será igual ao dízimo do imposto sobre minerais".

**Justificativa:**

É da maior relevância garantir ao proprietário superficiais uma indenização pelo comprometimento de sua propriedade com o empreendimento mineral.

A forma e valor estabelecidos como indenização ao proprietário do solo, em função do imposto que vier a incidir sobre as substâncias extraídas da jazida, constituem proposições justas, que não poderiam ser omitidas no texto constitucional.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00952 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

**Texto:**

O Art. 14 passa a vigorar com a seguinte redação e com § único:

Art. 14. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de potencial de energia renovável ou não-renovável de capacidade reduzida e, em qualquer caso, a captação de água em pequeno volume, na forma da lei.

§ único. No aproveitamento dos seus recursos hídricos, a União, os Estados e Municípios serão obrigados a compatibilizar as oportunidades de múltipla utilização e obedecendo sistema nacional de gerenciamento desses recursos, tendo como unidade básica a bacia hidrográfica.

**Justificativa:**

Possibilita este dispositivo a ampla liberdade de aproveitamento do potencial energético de capacidade reduzida, bem como, a captação de água em pequeno volume. Sem a necessária autorização e concessão do poder público tais potências podem ser livremente aproveitados pelos proprietários.

Além disso, prevê a imprescindível compatibilização entre a União, Estados e Municípios, da múltipla utilização de seus recursos hídricos, respeitando-se que a natureza nos ensina, mostra e gerencia: A BACIA HIDROGRAFICA.

Aliás, verdadeira unidade de planejamento da natureza.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00963 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ROBERTO CAMPOS (PDS/MT)

**Texto:**

Dê-se ao Art. 9o. do anteprojeto da Subcomissão de princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica a seguinte redação, acrescido de 3 parágrafos:

Art. 9o. As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

§ 1o. A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais dependerá de autorização ou concessão estadual, na forma da lei estadual.

§ 2o. A exploração e o aproveitamento dos potenciais de energia elétrica dependerá de autorização ou concessão federal, na forma da lei federal.

§ 3o. As concessões ou autorizações de que trata este artigo somente poderão ser dadas a brasileiros ou da sociedade organizada no país.

**Justificativa:**

O regime de "concessão" em que se baseia nosso atual direito mineral, desde a Constituição de 1967, e o Código de Mineração tem-se revelado satisfatório na promoção do desenvolvimento mineral. A produção mineral que em três décadas – 1937/1967 – fora de 31.228.718 toneladas elevou-se, no período 1969/1983 para 2.963.661.780 toneladas, ou seja, um crescimento de nove vezes.

Sofre, no entanto, a atual constituição, do vício do centralismo. A propriedade do subsolo ao em vez de pertencer aos Estados superficiários é adjudicada à União Federal. Isso cria um excessivo centralismo burocrático, pois todas as concessões e autorizações passam a depender da complexa e dispendiosa tramitação em Brasília.

Além disso, é imperativo devolver-se aos Estados a capacidade de decidirem sobre a matéria tão relevante para o seu desenvolvimento como o ritmo e as condições de aproveitamento de seu próprio subsolo. Os interesses locais e regionais não coincidem necessariamente com as prioridades definitivas a nível nacional, não raro com descobrimento das aspirações das populações locais e da filosofia de governo das unidades federativas. A descentralização de poder nas complexas sociedades modernas é uma tendência mundial e uma pré-condição de eficiência.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:01043 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

IVO MAINARDI (PMDB/RS)

**Texto:**

Suprime o art. 14 do anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.

**Justificativa:**

O dispositivo mencionado afeta as faixas de fronteira e as terras indígenas, preceituando condições para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais.

Se, contudo, restrições devem haver em relação à faixa de fronteira, que as estabeleça a Comissão da Organização Eleitoral Partidária e Garantias das Instituições, ao apreciar o anteprojeto oriundo da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, à qual é pertinente a matéria.

Quanto às terras indígenas, houve na Comissão da Ordem Social uma Subcomissão especificamente encarregada da discussão dos direitos das populações indígenas. A Comissão da Ordem Social, portanto, cabe fixar condições para a exploração do subsolo das terras indígenas, se entendida sua pertinência.

Por isso, a emenda é no sentido de suprimir o preceito epígrafado.

**Parecer:**

Não acolhida por não constar do texto do relator.

**EMENDA:01055 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ALYSSON PAULINELLI (PFL/MG)

**Texto:**

Emenda Supressiva  
Suprima-se do art. 9o. do anteprojeto aprovado pela Subcomissão de Princípios Gerais a cláusula: "e pertencem à União".

**Justificativa:**

A cláusula suprimida representa a socialização da propriedade do subsolo. Não cabe ao Estado ter o subsolo. É seu papel regular o acesso ao subsolo de maneira a que ele possa ser utilizado por quem tenha capacidade para fazê-lo de maneira útil a sociedade.

A figura do Estado proprietário dos meios de produção característica uma estrutura ideológica incompatível com a nossa sociedade.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:01070 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

JONAS PINHEIRO (PFL/MT)

**Texto:**

**QUANTO AO ANTEPROJETO DA SUBCOMISSÃO 6A  
REDAÇÃO ATUAL**

"Art. 9o. - As jazidas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as reservas de água subterrânea constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União."

**PROPOSTA**

Acrescentar ao art. 9o. os seguintes parágrafos:

"§ 1o. - A pesquisa, a lavra e a transformação industrial de minérios dependem de autorização ou concessão da União e somente serão autorizadas ou concedidas a brasileiros, ou a empresas constituídas e com sede no País, cujo controle decisório, gerencial e de capital pertença, direta ou indiretamente, apenas a brasileiros, pessoas físicas ou jurídicas, com as condições, restrições, limitações e demais exigências estabelecidas em lei.

§ 2o. - As autorizações de pesquisa mineral, as concessões de lavra e suas renovações serão por tempo determinado e sempre no interesse nacional, não podendo ser transferidas sem anuência prévia do poder concedente.

§ 3o. - À União e ao proprietário do solo será assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma a ser definida em lei.

§ 4o. - Em áreas fora da faixa de fronteira e das terras indígenas, a União poderá delegar competência aos Estados quanto às autorizações, concessões e suas renovações, de acordo com o estabelecido em lei."

**Justificativa:**

Os recursos minerais, por serem bens limitados e não-renováveis e por integrarem o patrimônio da União, devem estar sob o controle desta, de maneira que possam contribuir efetiva e eficazmente para o desenvolvimento econômico e social do País.

Também, configura-se de extrema relevância garantir a efetiva participação no setor mineral de empresas cujo controle decisório, gerencial e de capital pertença a brasileiros, de forma a fortalecer e assegurar a presença dessas empresas em todas as fases da mineração – pesquisa, lavra e transformação industrial de minérios. As autorizações, as concessões e suas renovações por tempo determinado tem por objetivo proporcionar ao Estado melhores condições de estabelecer uma política adequada de exploração e controle da produção. Além disso, fica evidenciado de forma bastante clara que as autorizações e concessões não são perpétuas e não transferem a propriedade desses bens pertencentes à União, necessitando, em consequência, de anuência prévia do Poder Público à transferência de titularidade.

A União deve caber participação nos resultados da lavra, pois a ela pertencem os recursos minerais. Por outro lado, sendo a propriedade do solo distinta da dos recursos minerais, o proprietário do terreno deve participar também dos resultados da lavra, como compensação pela utilização do espaço físico necessário a implantação do empreendimento.

Finalmente, as disposições ora propostas permitirão a exploração e o aproveitamento dos recursos minerais brasileiros de forma harmoniosa, nacional e participativa, conjugando esforços governamental e da iniciativa privada nacional, assegurando, irrefragavelmente, o controle, a autonomia e a soberania do País sobre os seus bens minerais.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:01072 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

JONAS PINHEIRO (PFL/MT)

**Texto:**

QUANTO AO ANTEPROJETO DA SUBCOMISSÃO 6A  
REDAÇÃO ATUAL

"Art. 14 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira ou em terras indígenas somente poderão ser efetuado por empresas públicas ou empresas nacionais."

PROPOSTA

Suprimir o art. 14.

**Justificativa:**

O Art. 10 dá competência à União para legislar sobre o uso do seu patrimônio representado pelos recursos hídricos.

Ademais o art. 9º, com a introdução do § 1º, permite estabelecer critérios e condições especiais para a mineração em faixa de fronteira e em terras indígenas.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:01073 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

MARCOS LIMA (PMDB/MG)

**Texto:**

Acrescente-se ao art. 9º. do anteprojeto aprovado pela Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 9º.....

Parágrafo único. Lei federal disporá sobre a política nacional de minerais estratégicos, visando ao melhor aproveitamento dos recursos minerais existentes no País e à compatibilização das diretrizes setoriais específicas com as exigências do desenvolvimento nacional."

**Justificativa:**

A política de aproveitamento dos recursos minerais brasileiros, baseada, essencialmente, na existência de minerais abundantes em nosso território tem-se orientando, em termos gerais, pelas seguintes diretrizes:

- a) incentivo à exportação de minérios com o objetivo de gerar divisas para fazer face ao endividamento externo;
- b) substituição de importações;
- c) estímulo à produção mineral como forma de corrigir as distorções regionais de desenvolvimento, mediante a criação de polos industriais de transformação em regiões de baixo crescimento econômico.

Não se verifica, pois, no âmbito da política setorial adotada pelo País, qualquer ênfase à busca da verticalização industrial pela via do desenvolvimento ou da aquisição de tecnologia que permita maior agregação de valor às substâncias minerais, o que, naturalmente, tem contribuído para nos manter na incômoda posição de exportador de matéria-prima e importador de produtos elaborados ou semielaborados, nos quais ocorreu substancial incremento do valor dos produtos de origem mineral.

Parece fundamental, portanto, que a questão dos nossos recursos minerais seja reavaliada sob a ótica dos verdadeiros interesses nacionais, em termos de utilização atual e futura das reservas existentes, visando, inclusive, ao redirecionamento dos esforços no sentido da obtenção da tecnologia apropriada para a produção e a industrialização dessas matérias-primas.

Assim sendo, estendemos de mais alta relevância que a Nação possa contar com uma política especialmente delineada para os minerais estratégicos, apta a propiciar ao povo um melhor e mais racional aproveitamento de suas riquezas irrenováveis e capaz de permitir ao Brasil superar a condição de país em desenvolvimento e atingir o grau de maturidade industrial necessário ao bem-estar e à qualidade de vida que merece sua população.

O propósito da presente emenda é, por isso, obrigar o Estado a formular, executar e avaliar uma política coerente, amadurecida e condizente com os interesses da Nação, no que tange aos minerais considerados

estratégicos para a economia, o desenvolvimento nacional e o progresso social e material dos seus cidadãos.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:01082 APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

Substitua-se o atual art. 9o. pela redação abaixo:

Art. 9o. As jazidas, minas de demais recursos minerais, bem como os potenciais de energia hidráulica, constituem propriedade distinta da propriedade do solo, sendo, neste caso, o subsolo propriedade da União.

§ 1o. A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e dos potenciais de energia hidráulica dependem de autorização ou concessão federal ou contrato por tempo determinado, na forma da lei, em que só podem ser parte os brasileiros ou sociedades nacionais.

§ 2o. É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização.

§ 3o. A participação de que trata o parágrafo anterior não será inferior ao dízimo do imposto sobre minerais.

§ 4o. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida e em qualquer caso, a captação de energia solar.

§ 5o. As autorizações de pesquisa mineral e as concessões de lavra serão por tempo determinado, renováveis no interesse nacional, conforme dispuser a lei.

§ 6o. O regime de exploração de recursos naturais garantirá aos Estados em que ela se fizer a participação nos seus resultados.

Emenda ao art. 9o.

**Justificativa:**

Consideramos que nosso tão douto colega Constituinte Afonso Arinos deu seu nome ao projeto que, por voto de estudiosos do assunto chegaram a uma redação bem melhor no assunto que a do presente anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.

Temos esperança de que, reconsiderando a redação dada, o nobre relator da Comissão da Ordem Econômica recomponha o texto ao consolidá-lo para a proposta mais completa e abrangente.

**Parecer:**

Acolhida totalmente, tendo sido aproveitada no substitutivo pela importância do seu conteúdo e pertinência com os demais dispositivos propostos.

**EMENDA:01093 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

LUIZ SALOMÃO (PDT/RJ)

**Texto:**

Substituir o art. 14 do anteprojeto da Subcomissão VI-A pelo seguinte:  
"Art. 14 O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira ou em terras indígenas dependem de autorização do Congresso Nacional".

**Justificativa:**

O anteprojeto aprovado pela Subcomissão põe em risco a segurança das fronteiras e representa ameaça para as nações indígenas.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

## FASE G

**EMENDA:00034 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao artigo 11, do Substitutivo da Comissão VI, da Ordem Econômica, da Assembléia Nacional Constituinte, a seguinte redação:

"Art. 11 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, a pesquisa e lavra de jazidas minerais em terras indígenas somente poderão ser efetuados por empresas nacionais, que tenham em poder de brasileiros ou de pessoas jurídicas nas mesmas condições, a maioria do capital social com direito a voto, ou a empresas estatais."

"Parágrafo Único - Depende de prévia anuência da comunidade indígena interessada, a autorização ou concessão para exploração de recursos minerais, em terras por ela ocupada, assegurada sua participação nos resultados da lavra, na forma da lei."

**Justificativa:**

O artigo 11, do Substitutivo reservou ao monopólio da União "o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em terras indígenas", a título de privilegio.

No mesmo Substitutivo está consignada a liberdade de iniciativa com a participação preferencial da iniciativa nacional (artigo 1º e seu inciso VI), o que colide frontalmente com a declaração estatizante que traz o artigo cuja redação se quer substituir pela desta emenda (art. 11, do Substitutivo).

No regime franco que emergirá das liberdades de princípios e da ação, não tem sentido levantar restrições à empresa nacional, que queira e tenha condições de desenvolver suas atividades no solo de seu País, em benefício da comunidade.

Em uma sociedade moderna não existe liberdade política sem liberdade econômica.

Não é compatível a liberdade de ação política e econômica vedar a brasileiros desenvolverem projetos de mineração, em áreas indígenas, que é parte da Nação brasileira.

Fundamental é que o subsolo seja explorado de modo a frutificar para a sociedade resguardando-se, sempre os interesses do indício e de sua comunidade.

E empresa nacional (com maioria de capital votante e de poderes de administração pertencentes a brasileiros) será um braço longo da Nação, atuando nas terras indígenas, e auxiliará, com a retribuição de parte dos resultados a serem obtidos aos seus habitantes a grande dívida que a sociedade brasileira de não-índios lhes tem.

É importante considerar os termos do parágrafo único, do artigo objeto desta emenda, que determina, como princípio constitucional, a manifestação prévia da vontade da comunidade indígena em relação a ocupação do

seu território para fins de mineração, bem como, o pagamento de uma participação no resultado da lavra, nos termos que forem dispostos em lei.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00105 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

**Texto:**

Emenda Substitutiva ao artigo 9o, Caput e parágrafos, do Substitutivo da Comissão da ordem Econômica.

Art. 9o - Todo e qualquer recurso mineral, seja em forma de jazida, mina ou afloramento, bem como os potenciais de energia hidráulica, nuclear, de natureza fóssil, as reservas de águas subterrâneas e o patrimônio genético das espécies nativas, constituem propriedade distinta da propriedade do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União e são inalienáveis, inegociáveis e intransferíveis.

§ 1o - A exploração e o aproveitamento dos recursos referidos neste artigo dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei, e somente poderá ser concedida à brasileiros e a empresas nacionais.

§ 2o - O proprietário do solo poderá, como forma de indenização, participar do resultado da lavra de acordo com o que a lei regulamentar.

§ 3o - Não dependerá de autorização ou concessão a exploração de energia hidráulica de potência reduzida e a captação de energia solar.

§ 4o - As autorizações de pesquisa mineral serão por tempo determinado de dois anos, renováveis, no interesse nacional, por igual período e no máximo uma vez.

§ 5o - As concessões de lavras serão por tempo determinado, nunca superior a vinte e cinco anos, renováveis, por igual período, no interesse nacional e, somente quando for comprovada a eficiência econômico-financeira e social da atividade.

§ 6o - A empresa ou pessoa física que teve anulada, por qualquer razão legal, os direitos minerários ou concessão de lavra, fica proibida de se habilitar a qualquer outro direito, seja autorização de pesquisa, permissão ou concessão de lavra.

**Justificativa:**

A propriedade estatal do subsolo é princípio constitucional, consagrado pelas constituições anteriores há mais de cinquenta anos vigente no país. Os recursos minerais devem ser entendidos como necessários e indispensáveis par ao desenvolvimento econômico e o equilíbrio social do país. O controle das atividades de lavra só poderá ser exercido pelo governo, se preceitos constitucionais como os propostos forem adotados. É público que o capital estrangeiro detém de forma maléfica e prejudicial aos interesses nacionais, enormes reservas minerais sem qualquer proveito ao povo e a Nação. Igualmente, cabe lembrar que concessionários ou detentores de direitos minerários dormem em cima das jazidas, não as exploram, impedindo que outros mais capazes e melhor intencionados possam fazê-lo. Além disso, toda concessão a que ser entendida como um privilégio, que pressupõe responsabilidade e reciprocidade social por parte do beneficiário dela. Não é justo que quem, por incapacidade, incúria, negligência, desrespeita a lei, mantenha este privilégio. A Nação não pode prescindir de explorar suas riquezas minerais de forma que promova o progresso e o bem-estar do povo.



**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00131 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

Dá nova redação ao art. 11.

Art. 11 - A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento de energia hidráulica em terras indígenas, ficam sujeitas a legislação especial que resguarde os interesses dos povos nativos.

**Justificativa:**

Emenda sem justificção.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00133 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

Dá nova redação ao "caput" do art. 9o. e seus parágrafos e acrescenta novo parágrafo.

Art. 9o. - As jazidas e demais recursos minerais do subsolo, o patrimônio genético das espécies nativas, os potenciais de energia hidráulica e reservas de água subterrânea, constituem propriedade distinta do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União e são inalienáveis, ressalvados os dispostos neste título.

§ 1o. - .....

§ 2o. - A outorga de direitos da lavra de jazidas minerais só poderá ser feita a brasileiros ou a empresas nacionais.

§ 3o. - .....

§ 4o. - .....

§ 5o. - .....

§ 6o. - Serão mantidas as atuais concessões cujos direitos de lavra prescreverão decorridos três anos sem exploração em escala comercial contados a partir da promulgação desta constituição, exceto aquelas que nesse período estejam em efetiva implantação de seus projetos de exploração e não sofram interrupções por igual período.

**Justificativa:**

Emenda sem justificção.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00134 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

Dá nova redação ao art. 10.

Art. 10 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica em faixa de fronteira, somente poderão ser explorados por empresas estatais e a lavra de jazidas por empresas nacionais.

**Justificativa:**

Emenda sem justificção.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00135 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

Dá nova redação ao art. 12.

Art. 12 - A pesquisa e a lavra de recursos minerais, bem como aproveitamento dos potenciais de energia e recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão do poder público, sempre feitos no interesse nacional e não poderão ser transferidas sem prévia autorização do poder concedente.

**Justificativa:**

Elimina o tempo na concessão de lavra, o que facilita o desenvolvimento dos projetos minerais que têm longo tempo de maturação e não podem ficar restringidos no tempo.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00136 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

MARCOS LIMA (PMDB/MG)

**Texto:**

Dê-se ao art. 12 do Substitutivo apresentado pelo Relator da Comissão da Ordem Econômica a seguinte redação:

"Art. 12. A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, no interesse nacional, e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente."

**Justificativa:**

Esta emenda altera a redação original do art. 12 do Substitutivo do Relator da Comissão da Ordem Econômica para eliminar a expressão "contratadas sempre por prazo determinado".

O objetivo da proposta é impedir que se fixe termo certo para a vigência das concessões de lavra. A tradição legal e constitucional brasileira assim consagra o instituto, em atenção às peculiaridades especificidades da fase apical do empreendimento mineiro.

O regime jurídico da concessão de lavra no Brasil assegura a seu titular direitos cuja extensão, segundo os doutos, é praticamente a mesma do domínio.

De acordo com o ensinamento do festejado jurista J.L. de Bulhões Pedreira, as seguintes feições aproximam os dois institutos de Direito:

- “- O concessionário pode usar e gozar da mina, explorando-a em seu benefício, sem qualquer ônus especial, a não ser os tributos gerais que também incidem sobre a exploração da mina lavrada independentemente de concessão;
- O concessionário pode livremente dispor da concessão, transferindo-a para terceiros pelo valor do mercado, tal como se alienasse mina de propriedade privada;
- o concessionário tem a posse da mina e pode reavê-la de terceiros;
- a concessão, tal como a propriedade, não tem prazo fixado, é perpétua, e somente pode ser perdida nos casos especificados na lei. (“Fundamentos Econômicos do Regime Jurídico da Mineração”. Curso de Direito Especializado. Convênio MEC/PUC-7ª Sessão).

Essas características da concessão visam a atrair o minerador, cercando de garantias relevantes o exercício do direito que lhe é outorgado pela União.

Entendemos que a fixação de termo certo para o título de lavra, além de contrariar toda a tradição jurídico-mineral do País, poderia afugentar do setor mineral, já tão carente de investimentos, o empresariado, seja nacional, seja estrangeiro. Ademais, sérias seriam as dificuldades para a determinação de um prazo razoável, em que o investidor tivesse a certeza da recuperação dos seus investimentos e da realização de lucros.

A emenda justifica-se, pois, para evitar consequências danosas ao desenvolvimento do setor mineral nacional.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00137 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

Dê-se ao art. 11, do Substitutivo da Comissão da Ordem Econômica, da Assembléia Nacional Constituinte a seguinte redação:

"Art. 11 - A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento de potenciais de energia em terras ocupadas por indígenas, somente poderão ser efetuados por empresa do setor público e por empresa privada constituída e sediada no País, na forma da lei, cuja participação majoritária com direito a voto no capital social pertença a brasileiros e cuja administração e mão-de-obra seja predominante nacional."

"é Único - Depende de prévia anuência da comunidade indígena interessada, a autorização ou concessão para exploração de recursos minerais, em terras por ela ocupada, assegurada sua participação nos resultados da lavra, na forma da lei."

**Justificativa:**

O artigo 11, em resumo, dispõe que os recursos minerais e os recursos existentes em terras indígenas somente poderão ser explorados pela União a título de privilégio, e ainda assim, tal exploração estará condicionada à existência de reservas conhecidas e suficientes para o consumo interno, e exploráveis em outras partes do território brasileiro.

A prosperar tal dispositivo a comunidade nacional ver-se-á privada por milênios de aproveitar as riquezas porventura existentes naquelas terras. E quando lá se chegar, minerais que hoje tem utilidade poderão ter substitutos, que os tornem imprestáveis e sem utilidade.

É que pela restrição imposta a própria União, todo o território brasileiro há que ter sido minuciosamente pesquisado, em com planos de viabilidade de exploração econômica elaborado, e que depois disso se conclua pela inexistência ou se existirem, pela sua exploração antieconômica.

Somente depois disso poderá a União adentrar as terras indígenas para promover a exploração nelas de recursos minerais, dentre outros.

Adicionando-se a isso o fato de à União só ser permitido desenvolver atividade mineral naquela parte do território nacional no caso de inexistirem substâncias minerais necessárias ao consumo interno, ressalta a necessidade de expurgá-lo mediante a adoção da presente emenda – para se evitar que o Brasil, entre uma verificação e outra, permaneça na dependência do subsolo de outras nações, vendo-se compelindo a dispendar recursos em

moeda forte a um custo social elevado, e ao mesmo tempo desviar da área social recursos internos para pesquisas que poderão se revelar infrutíferas. O depósito mineral não está onde se quer que esteja. A natureza o forma e o localiza; o homem, nem o forma, nem o localiza, segundo a sua vontade.

A atividade mineral é considerada por todos os países do mundo como de extrema importância para determinar-lhes o progresso. Por isso inserem, como predominante, em seus planos de desenvolvimento, o setor mineral. O Brasil tem uma reconhecida vocação para a economia mineral, face à extensão territorial e à presença significativa de rochas de formação pré-cambriana.

Como esse potencial mineral, o setor comparece na formação do PNB (Produto Nacional Bruto) com cerca de 2% (dois por cento), ou seja com US\$ 4.2 bilhões (quatro bilhões e duzentos milhões de dólares), excluindo-se, naturalmente a representatividade do petróleo, seus derivados e o gás.

Essa participação, considerando-se a integração minero metalúrgica é, significativamente inferior ao do Brasil. Assim se dá com a África do Sul, Austrália e com o Canadá.

Enquanto no Brasil, como se viu, a participação do setor mineral na formação do PNB é US\$ 4.2 bilhões de dólares, na África do Sul, Austrália e Canadá é de US\$ 20 bilhões, US\$ 15 bilhões e US\$ 10 bilhões de dólares, respectivamente.

Se considerarmos a produção mineral em relação à população desses países veremos que a produção mineral per capita/ano do Brasil se distancia significativamente dos demais.

O Brasil, por seu setor mineral, produz US\$ 987.00 (novecentos e oitenta e sete dólares); a África do Sul, US\$ 658.00 (seiscentos e cinquenta e oito dólares) e o Canadá, US\$ 406,00 (quatrocentos e seis dólares).

A potencialidade mineral do Brasil decorre da constatação quanto à existência de rochas com formação pré-cambriana, em áreas que somadas, atingem 3,7 milhões de Km<sup>2</sup> (três milhões e setecentos mil quilômetros quadrados), enquanto a África do Sul possui num total de 440.000km<sup>2</sup> (quatrocentos e quarenta mil quilômetros quadrados), o que significa que um país (Brasil) que dispõe de potencialidade mineral de 10 (dez) vezes superior a outro (África do Sul), concorre para a formação de seu PNB com 5 (cinco) vezes menos.

É notório por sobejamente conhecido que a Amazônia é a região de destaque em relação às possibilidades de grandes depósitos minerais, no Brasil.

E é, também, aquela com maior extensão territorial destinada às comunidades indígenas.

Uma maneira de atender os interesses indígenas, sem exigir destinações solitárias de recursos públicos é chamar as empresas privadas a ali se instalarem e desenvolverem projetos industriais, desde que manifestada, expressamente, a anuência das comunidades indígenas.

A atividade mineral é sem dúvida, aquela que tem condições de se tornar um braço longo do Governo na interiorização do homem, através de investimentos próprios, propiciando a ocupação racional daquela região, com compensação econômica para o País, assegurada a participação no resultado da lavra às comunidades indígenas, sem prejuízo de sua cultura e de seus hábitos.

Não é justo subtrair dos investimentos da iniciativa privada controlada por brasileiros, as terras que hoje são de interesse indígena, visto somarem significativa porção de terras incumbindo, exclusivamente a União, por suas empresas de os fazerem.

A atividade de mineração envolve alto risco na fase de pesquisa e elevado investimento na fase de extração.

O erário público ao se dedicar a tal atividade, estará desviando recursos indispensáveis e sempre insuficientes, provenientes de impostos, da área de serviços públicos, e do setor social, para investimentos com aquelas características de alto risco e pesados investimentos, contrariando princípios assentes unanimemente, de que a atuação do Estado na econômica de competição somente deve ser considerada quando em caráter suplementar à de iniciativa privada.

Restrição de tal ordem à iniciativa privada nacional, com controle de capital e de decisão em mãos de brasileiros, corresponderia a desestimular um setor de vital importância para o País, e contrariar um princípio tecnicamente consagrado e conhecido como "rigidez locacional do jazimento mineral", ou seja, o minério só existe no local onde a natureza o colocou.

De tudo isso decorre a verificação de necessidade de se propiciar a atividade mineral, tanto à União, como à iniciativa privada nacional, sempre preservados os interesses indígenas e de conformidade com a vontade de seus componentes, nos termos desta emenda.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00145 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ANTÔNIO CARLOS FRANCO (PMDB/SE)

**Texto:**

O parágrafo 2o. do Art. 12 do Substitutivo do Relator da Comissão da Ordem Econômica passa a ter a seguinte redação:

" § 2o. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável."

**Justificativa:**

A alteração proposta, em coerência com o espírito do Substitutivo visa permitir que os potenciais de energia renováveis sejam explorados pela iniciativa privada, sem qualquer intervenção do estado evitando a criação do capitalismo cartorário que tem vicejando no País.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00186 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ALDO ARANTES (PC DO B/GO)

**Texto:**

Emenda

Dê-se ao art. 10 a seguinte redação:

"Art. 10 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais somente poderão ser realizadas por empresas estatais ou empresas nacionais".

**Justificativa:**

O objetivo de emenda é a defesa das riquezas naturais, sujeitando a sua exploração aos interesses nacionais.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00197 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ALDO ARANTES (PC DO B/GO)

**Texto:**

Emenda

Dê-se ao art. 12 a seguinte redação:

Art. 12 - O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis, e dos recursos hídricos são monopólios da União, a pesquisa, a exploração e o aproveitamento de jazidas e minas dependem de autorização e assinatura de contrato de lavra com o Governo Federal, na forma da lei, exclusivamente a brasileiros e a empresas nacionais.

§ 1o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de potencial de energia renovável ou não-renovável de capacidade reduzida e a captação de água em pequeno volume, na forma da lei.

§ 2o. - No aproveitamento dos seus recursos hídricos a União será obrigada a compatibilizar as oportunidades de múltipla utilização desses recursos.

§ 3o. - A exploração de jazidas e minas de grande porte ou de minérios estratégicos, conforme definido em lei, dependerá de aprovação do Congresso Nacional.

§ 4o. - A lei definirá a forma de indenização devida ao proprietário do solo, vedada a participação nos resultados da lavra.

§ 5o. - A lavra de bens minerais será objeto de contrato, por tempo determinado, nunca superior a vinte e cinco anos assinado entre a União e o minerador, conforme dispuser a lei.

§ 6o. - Nos contratos de lavra a lei estabelecerá mecanismos contratuais mínimos que salvaguardem os interesses nacionais e sociais.

**Justificativa:**

Estabelece-se em lugar da concessão o instrumento mais moderno do contrato de lavra, mais eficiente e mais flexível. Transforma-se em indenização ao proprietário do solo minerado a participação no resultado da lavra, pois não sendo este proprietário do subsolo não pode usufruir deste qualquer vantagem.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00204 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

JOÃO CUNHA (PMDB/SP)

**Texto:**

Substitua-se a redação do Par. 2o, do Art. 12, pelo seguinte texto:

Par. 2o. A produção, industrialização, distribuição e comercialização do potencial de energia renovável são de competência exclusiva do povo brasileiro, sendo expressamente vedadas à pessoas Físicas ou Jurídicas estrangeiras e à empresas nacionais consorciadas ao capital estrangeiro.

**Justificativa:**

O controle do setor de energia é fundamental para a independência de um povo, pois é um setor estratégico na economia de um país.

Destaco, entre outras, 'in exemplis', nossa matriz energética alternativa, o ALCOOL, produzido, industrializado, com tecnologia absolutamente nacional; desenvolvido por empresários brasileiros, sem nenhuma necessidade de auxílio internacional e, no entanto, distribuído e comercializado além da Petrobrás por empresas estrangeiras, que nos vitimaram com suas políticas no curso histórico.

A reserva do mercado energético deve ser estabelecida à nível constitucional para evitar que o capital estrangeiro exerça qualquer tipo de controle na economia brasileira.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00230 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

**Texto:**

Emenda ao § 2o. do art. 12 a expressão "na forma da lei".

**Justificativa:**

O dispositivo não é autoaplicável. Torna-se necessária a aprovação de lei para regulamentá-lo.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00233 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

**Texto:**

Dá nova redação ao § 2o. do artigo 9o:

§ 2o. - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei, a qual regulará a forma de indenização quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União.

**Justificativa:**

Não se pode assegurar ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra de jazidas e minas exploradas pela União, como ocorreria, por exemplo, no caso da exploração de petróleo ou minérios atômicos. A indenização do proprietário do solo, como está previsto na atual Constituição (art. 168 § 2º) nos parece ser a solução mais consentâneas com os interesses públicos.

O atual § 2º do art. 168, já prevê que ao proprietário do solo assiste o direito à indenização e não participação nos resultados da lavra, quando se tratar de minas e jazidas cuja exploração for monopólio da União. Não há porque modificar o critério estabelecido na Constituição vigente.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00234 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

**Texto:**

Dá nova redação ao art. 12.

Art. 12 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, contratadas sempre por prazo determinado, dadas exclusivamente a brasileiros ou a empresas nacionais, no interesse nacional, e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente.

**Justificativa:**

Até mesmo a Constituição da Junta Militar reserva aos brasileiros ou empresas organizadas no Brasil o direito de serem concessionárias de pesquisa e lavra de jazidas, minas e demais recursos minerais e potenciais hidráulicos.

Com efeito, o § 1º do art. 168 é claro:

“§ 1º - A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País”. (grifamos)

Retomar nossa tradição constitucional, reservando aos brasileiros e empresas nacionais o direito de explorar nossos recursos minerais o direito de explorar nossos recursos minerais. Não é apenas questão de patriotismo, é questão de bom senso e de natural defesa de nossas riquezas para nossos filhos.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00259 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

CUNHA BUENO (PDS/SP)

**Texto:**

Substituem-se as redações dos artigos 11 e 12 do Substitutivo (VI) da Comissão da Ordem

Econômica, pelo seguinte artigo, renumerando-se os demais.

O referido artigo passaria a ter a seguinte redação:

Art. 14 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em áreas de segurança do Estado, conforme dispuser a Lei Ordinária, somente poderão ser efetuados por empresas públicas ou empresas nacionais.

**Justificativa:**

Qualquer país, abstração feita ao seu regime, não descarta da segurança. Assim, não é razoável, por exemplo, assentar estrangeiros em área fronteira, ou pô-los em regiões que representem perigo no tocante a eventual guerra externa.

Note-se que os problemas atinentes à logística não são militares, visto que dizem com toda a economia nacional.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00262 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

JOSÉ CARLOS GRECCO (PMDB/SP)

**Texto:**

Dê-se a seguinte redação ao artigo 12 do Anteprojeto da Comissão da Ordem Econômica:

"Art. 12 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia e dos recursos hídricos dependem de autorização ou concessão do Poder Público, mediante celebração do contrato, no interesse nacional, e não podendo ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente".

**Justificativa:**

É de tradição do Direito Brasileiro que a pesquisa e a lavra dos recursos minerais bem como o aproveitamento dos potenciais de energia, e dos recursos hídricos, sejam autorizados ou concedidos pelo Poder Público, que analisará as condições técnicas, econômicas e financeiras do pretendente, sua idoneidade técnica e a sua condição de realizar um trabalho que atenda os interesses da comunidade.

Com a celebração do contrato de autorização ou concessão, nele estariam previstas as cláusulas que regeriam os entendimentos entre o Poder Público e o interessado. Não é de boa técnica constitucional eleger matéria contratual a esse nível, razão pela qual o prazo determinado, referido no texto, se for o caso, deve ser objeto de legislação ordinária.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00263 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

JOSÉ CARLOS GRECCO (PMDB/SP)

**Texto:**

Dê-se a seguinte redação ao artigo 11 do Anteprojeto da Comissão da Ordem Econômica:

"Art. 11 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, e a lavra de jazidas minerais em terras indígenas, somente poderão ser efetuadas por empresas privadas nacionais ou por empresas públicas, e dependerão da prévia aprovação do Congresso Nacional.

**Justificativa:**



É justo que as reservas indígenas sejam protegidas pelo Poder Público, para que o índio possa ter as garantias de sobrevivência em seu território.

Justo é, também, que não se permita que as terras indígenas sejam alvo de exploração por entidades não nacionais.

Entretanto, quer a iniciativa privada de capital nacional, quer a iniciativa pública, em igualdade de condições, deverão ter acesso ao aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, e a lavra de jazidas minerais, tudo isto em benefício não só do País, mas das próprias comunidades indígenas.

A inclusão da iniciativa privada do capital nacional se justifica pela sua elevada competência técnica, e financeira, já devidamente demonstrada em empreendimentos de interesse nacional.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00267 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ROBERTO CAMPOS (PDS/MT)

**Texto:**

Substitua-se o art. 9o. e seus parágrafos do Substitutivo, pelo seguinte:

"Art. 9o. - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

§ 1o. - A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais, dependerá de autorização ou concessão estadual, na forma da lei estadual.

§ 2o. - A exploração e o aproveitamento dos potenciais de energia elétrica dependerá de autorização ou concessão federal, na forma da lei federal.

§ 3o. - As concessões ou autorizações de que trata este artigo somente poderão ser dadas a brasileiros ou a sociedades organizadas no País.

**Justificativa:**

O regime de "concessão" em que se baseia nosso atual direito mineral, desde a Constituição de 1967, e o Código de Mineração tem-se revelado satisfatório na promoção do desenvolvimento mineral. A produção mineral que em três décadas – 1937/1967 – fora de 31.228.718 toneladas elevou-se, no período 1969/1983 para 2.963.661.780 toneladas, ou seja, um crescimento de nove vezes.

Sofre, no entanto, a atual constituição, do vício do centralismo. A propriedade do subsolo ao em vez de pertencer aos Estados superficiários é adjudicada à União Federal. Isso cria um excessivo centralismo burocrático, pois todas as concessões e autorizações passam a depender da complexa e dispendiosa tramitação em Brasília.

Além disso, é imperativo devolver-se aos Estados a capacidade de decidirem sobre a matéria tão relevante para o seu desenvolvimento como o ritmo e as condições de aproveitamento de seu próprio subsolo. Os interesses locais e regionais não coincidem necessariamente com as prioridades definitivas a nível nacional, não raro com descobrimento das aspirações das populações locais e da filosofia de governo das unidades federativas. A descentralização de poder nas complexas sociedades modernas é uma tendência mundial e uma pré-condição de eficiência.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00297 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ISMAEL WANDERLEY (PMDB/RN)

**Texto:**

EMENDA No.

Modifica a redação do Art. 10 do Substitutivo.

Art. 10. - O Artigo 10 do Substitutivo passa a ter seguinte redação:

"Art. 10 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira somente poderão ser efetuados por empresas estatais."

**Justificativa:**

As faixas de fronteira são áreas de segurança à integridade territorial do País e, por conseguinte, de responsabilidade do Estado, que tem por obrigação garantir a soberania e a integridade territorial. A possibilidade de atuação privada nessa área constituiria, assim, um contrapeso indesejável à uma necessidade e dever do Estado, dificultando o exercício pleno de sua função, razão pela qual, a ela deve estar vedado o direito de, nessas áreas, atuar.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00319 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

LUÍS EDUARDO (PFL/BA)

**Texto:**

Art. 11 - Suprimir.

**Justificativa:**

Suprimiu-se o Art. 11 por entendermos que a presença de unidade geradora em território indígena não afeta a vida da comunidade de forma prejudicial.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00322 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

IRAM SARAIVA (PMDB/GO)

**Texto:**

Altere-se a redação do Artigo 12 do Capítulo

I e acrescente-se o seguinte parágrafo:

Art. (12) - A pesquisa mineral e os aproveitamento industrial dos bens minerais dependem, respectivamente, de autorização federal e da assinatura, pela União, de contrato de lavra por tempo determinado, na forma da lei, com brasileiro ou sociedade de capital nacional majoritário, autorizada a funcionar como empresa de mineração.

§ ( ) - Cabe ao Congresso Nacional apreciar e autorizar todos os contratos com empresas que tenham participação de capital estrangeiros, para assegurar a defesa dos interesses nacionais.

**Justificativa:**

A exploração e o aproveitamento de um bem mineral não pode ser concedido por prazo indeterminado, tal como ocorre na sistemática atual, cujas concessões tornam o minerador, de fato, o dono da jazida, contrariando dispositivo constitucional que assegura à União a propriedade do subsolo e, conseqüentemente, de suas riquezas.

Para resguardar a exploração nacional dos nossos recursos minerais, procuramos vincular tais concessões à figura do contrato administrativo, com prazo determinado.

Ao mesmo tempo, de forma a coibir quaisquer distorções e manter o controle da exploração desses recursos não-renováveis, transferimos ao Congresso Nacional a sua apreciação e autorização, de forma a assegurar a defesa dos interesses nacionais.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00330 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

**Texto:**

- substituir a redação do § 2o. do art. 12 do Anteprojeto pela seguinte: § 2o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida, em qualquer caso, a captação de energia solar, bem como a exploração de argila e outros minerais em quantidades reduzida destinadas à industrialização de produtos cerâmicos e de construção civil. Parágrafo único: As atuais autorizações e concessões para exploração de minerais de que trata o caput ficam canceladas.

**Justificativa:**

A atual Constituição no artigo 168, § 4º bem como o § 4º, do art. 328 do Projeto da Comissão Provisória dispensam a autorização para a exploração e aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica de potência reduzida, omitindo-se quanto a exploração de argila e outros minerais destinados à construção civil. Ocorre, no entanto, que a atividade na produção de manufaturados cerâmicos, utilizando como matéria prima a argila, é feita em sua grande maioria por indústrias quase artesanais de pequeno e médio porte, em inúmeras cidades do interior do país, que me muitos casos, são obrigadas ao pagamento de "royalties" e outras exigências por parte de empresas ou cidadãos que, mais espertos e mais organizados, conseguem a autorização exclusiva para exploração de argila em vastas áreas. Essa situação de privilégios e que tem transformado alguns departamentos governamentais em verdadeiros cartórios é incompatível com os princípios de democracia e igualdades econômicas, e conservam a especulação, a esperteza e a corrupção em fontes de ganho, submetendo em número considerável de pequenos empresários ao jugo dos senhores das concessões. O anteprojeto não contempla a hipótese de dispensa de concessão para a exploração de minerais como argila, usando em pequenas quantidades para a indústria cerâmica.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00342 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PMDB/GO)

**Texto:**

EMENDA

Dê-se ao art. 11, do substitutivo do relator, a seguinte redação:

"Art. 11 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em terras indígenas somente poderão ser efetuados por empresas nacionais."

**Justificativa:**

A redação proposta atende melhor ao interesse nacional.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00348 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

JALLES FONTOURA (PFL/GO)

**Texto:**

Dê-se ao "caput" do art. 12, do substitutivo do relator, a seguinte redação:

"Art. 12 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente."

**Justificativa:**

O interesse nacional é de que não haja lavra predatória, que a exigência de prazo determinado poderia ocasionar.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00363 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

VLADIMIR PALMEIRA (PT/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao art. 11 do Relatório Preliminar da Comissão da Ordem Econômica (VI) a seguinte redação:

Art. 11 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e alvará de jazidas minerais em terras indígenas somente poderão ser efetuados por empresas estatais, e dependerão da prévia aprovação do Congresso Nacional e do acordo das nações indígenas concernidas.

**Justificativa:**

Emenda sem justificção.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00378 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

VLADIMIR PALMEIRA (PT/RJ)

**Texto:**

Dê-se nova redação ao "caput" do art. 9o. do Relatório Preliminar da Comissão da Ordem Econômica (VI):

Art. 9o. - As jazidas, o patrimônio genético das espécies nativas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as reservas de água subterrânea constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, pertencem à União. Sua exploração e aproveitamento podem ser autorizados somente a empresas nacionais de acordo com a definição desta Constituição.

**Justificativa:**

Emenda sem justificção.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00442 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ALUIZIO CAMPOS (PMDB/PB)

**Texto:**

Art. 9o. ....

§ 2o. - Substitua-se o § 2o. pelo seguinte:

Art. 9o. ....

§ 2o. - O proprietário do solo será indenizado pela realização de pesquisa ou lavra por terceiros.

**Justificativa:**

Atrair a propriedade das reservas minerais à da superfície da terra é injustificável retrocesso, só se devendo permitir a indenização dos danos causados por efeito da pesquisa e da lavra.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00450 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

EDISON LOBÃO (PFL/MA)

**Texto:**

Texto atual:

"Art. 10 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira somente poderão ser efetuados por empresas estatais ou empresas nacionais."

Texto proposto:

"Art. 10 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, a pesquisa, a lavra e a transformação industrial de minérios, na Faixa de Fronteira, dependem de autorização ou concessão da União, na forma da lei, e somente será dada a pessoas físicas brasileiras, ou a empresas constituídas e com sede no País, cujo controle decisório, gerencial e de capital pertença, direta ou indiretamente, apenas a brasileiros, pessoas físicas ou jurídicas."

**Justificativa:**

Entende-se que na Faixa de Fronteira, também a pesquisa e a transformação industrial de minérios devam ser feitas por pessoas físicas brasileiras ou por empresas nacionais cujo controle decisório, gerencial e de capital pertença, direta ou indiretamente, apenas a brasileiros, pessoas físicas ou jurídicas.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00455 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

I - Dê-se ao artigo 12 do Substitutivo da Comissão VI - Da Ordem Econômica (que prevê a autorização ou concessão de exploração mineral por prazo determinado) a seguinte redação:  
 "Art. 12. A lavra das jazidas, minas e dos demais recursos minerais será sempre precedida de pesquisa comprobatória da existência de reservas exploráveis e dependerá de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou sociedades organizadas no País.  
 § Dependerá igualmente de autorização ou concessão federal, na forma de que trata o parágrafo anterior, o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, salvo quando de intensidade reduzida."  
 II - Suprima-se o § 5o. do artigo 9o. por ser disposição transitória indissoluvelmente ligada ao conteúdo do caput do artigo 12.

**Justificativa:**

A redação do artigo 12 tem muitos defeitos, além da sua má colocação, pois melhor ficaria como parágrafo do artigo 9º.  
 Antes de mais nada, o caput não explicita, no concernente à lavra mineral, que ela deve estar condicionada a prévia pesquisa comprobatória da existência de reservas exploráveis. Esse condicionamento garantiria um melhor e mais econômico desfrute de nosso patrimônio de recursos não-renováveis, ameaçados de uma criminosa depredação.  
 O artigo em exame confere à concessão e à autorização um caráter temporária. Ora, a temporariedade, por prazo determinado, das concessões e autorizações de lavra, estabelecida no § 3º

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00456 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao artigo 11 do Substitutivo da Comissão VI - Da Ordem Econômica a seguinte redação:  
 "Art. 11. O aproveitamento de potencias de energia hidráulica, bem como a pesquisa e a lavra de recursos minerais, em terras ocupadas por comunidades indígenas, somente poderão ser efetuados por empresas estatais ou por empresas privadas em que o controle da maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores, de forma permanente e efetiva, pertença, direta ou indiretamente, a brasileiros ou a residentes e domiciliados no País.  
 Parágrafo único. Depende de prévia anuência da comunidade indígena interessada, a autorização ou concessão para exploração de recursos minerais, em terras por ela ocupada, assegurada sua participação nos resultados da lavra, na forma da lei"

**Justificativa:**

O texto da Comissão, em seu artigo 11, introduz, nas terras indígenas, a exclusividade de ação para as empresas estatais. Na prática, equivale a um avanço da estatização no setor. Estranha-se, no dispositivo da Comissão, o preconceito contrário à empresa privada nacional, e que aparece aqui, ao se tratar de garantias às populações indígenas. Supõe-se que o monopólio estatal seja, em si mesmo, uma forma efetiva de assegurar os interesses dessas comunidades. Ora, a experiência aponta justamente para a direção oposta: são as empresas

do setor público, por cumulare o poder econômico com o poder político, as mais difíceis de controlar, limitar e conter, dentro dos parâmetros da lei.

O Substitutivo, ademais, subordina a atividade nas terras ocupadas pelas comunidades indígenas a prévia autorização do Congresso, casuisticamente. Sem dúvida, é uma demasia. Além disso, envolve um preconceito ao mesmo tempo paternalista e autoritário diante do índio. Na verdade, antes do Congresso, cabe à própria comunidade indígena interessada a anuência para a pesquisa e a lavra nas terras que ocupa.

Esses os dois pontos que nos levam a propor a presente Emenda.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00459 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Suprimam-se os §§ 3o. 4o. e 5o., do artigo 9o. do Substitutivo da Comissão VI, da Ordem Econômica, dando-se ao "caput" do mesmo artigo a seguinte redação:

"Art. 9o. Constituem patrimônio da Nação, todos os recursos minerais, as jazidas bem como os potenciais de energia hidráulica, as reservas de água subterrânea, cabendo exclusivamente a União a sua administração."

§ 1o. A lavra das jazidas, e dos demais recursos minerais será sempre precedida de pesquisa comprobatória da existência de reservas exploráveis e dependerá de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou a empresas nacionais;

§ 2o. Dependerá igualmente de autorização ou concessão federal na forma de que trata o parágrafo anterior, o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, salvo quando de intensidade reduzida.

§ 3o. Fica assegurada ao proprietário do solo participação nos resultados da lavra, em valor igual ao dízimo do imposto incidente sobre minerais; no caso de exploração monopolizada, a lei regulará a forma de indenização."

**Justificativa:**

A redação ora oferecida do artigo 9º, do Substantivo, representa o anseio da sociedade brasileira, que persegue o avanço nacional calcado no princípio da livre iniciativa, sem o desprezo do movimento natural que a humanidade experimenta no sentido de submeter a atividade empresarial ao bem-estar social.

Ao proclamar todos os recursos minerais e confiar a administração desse patrimônio à União, esta Assembleia Constituinte terá garantida a preservação, em caráter permanente, ao mesmo tempo que dará oportunidade de seu aproveitamento mediante recursos da iniciativa privada.

A atividade de mineração, na fase a que se referem as pesquisas envolve alto risco, não sendo justo que a União sobrecarregue o contribuinte com impostos para com desprezo dos investimentos sociais, destiná-los à formação de capital de risco.

A supressão do § 3º do artigo 9º, na redação que se quer ver substituída, faz-se imperiosa, visto que se dando em relação ao § 4º, que é, tipicamente, matéria de lei ordinária.

Quanto ao § 5º, deve igualmente merecer a supressão ora proposta, por contemplar matéria relativa à legislação complementar, dada a variedade de cada situação, o que é imperioso pelos aspectos técnicos envolvendo cada caso.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00460 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

I - Dê-se ao artigo 9o. do Substitutivo da Comissão VI - Da Ordem Econômica a seguinte redação:

"Art. 9o. Constituem propriedade distinta da propriedade do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, as jazidas, minas e os demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, bem como as reservas de água subterrânea."

II - Desloque-se, para dispositivo autônomo, o § 1o. do artigo 9o, que trata do "patrimônio genético de espécies nativas", referido de forma equivocada no caput do citado artigo, objeto da presente emenda modificativa.

**Justificativa:**

A Emenda ora proposta visa corrigir algumas impropriedades do texto da Subcomissão.

Em primeiro lugar, "o patrimônio genético das espécies nativas" – seguramente do "reino vegetal" – nada têm a ver com o assunto do artigo 9º, perdido como está, num dispositivo que trata da propriedade mineral no Brasil e dos potenciais de energia hidráulica. Junto com o § 1º, essa referência deve ser suprimida ou, quando muito, deslocada para outro "setor", mais compatível, do Projeto de Constituição.

Em segundo lugar, cumpre aperfeiçoar a redação do dispositivo, como sugerimos.

Enfim, o Substitutivo retoma a tentativa de incluir os recursos minerais entre os bens pertencentes à União. Convém ressaltar, antes de mais nada, que a competência para definir os bens que se incluem no domínio da União e dos Estados é da Comissão II – Da Organização do Estado. E não é essencial à regulação constitucional dos recursos do subsolo que se defina, no Título da Ordem Econômica, a quem cabe, a priori, a propriedade desses bens.

Por outro lado, a orientação do direito constitucional brasileiro sempre foi a de deixar a propriedade apriorística dos recursos do subsolo – que é distinta da propriedade do solo – ao esforço da doutrina e à evolução construtiva da jurisprudência.

Além do mais, a declaração de que o subsolo pertence à União, ao lado de não abrir espaço à fixação e evolução dos conceitos pela doutrina, representa inexoravelmente uma seria intensificação do processo de estatização da economia brasileira. A forma como se define a propriedade da União sobre os recursos à tese de criação, em nível constitucional, de um monopólio generalizado no setor, que seguramente não corresponde à intenção do Substitutivo.

Por fim, é oportuno ressaltar que a Emenda ora proposta assegurada à União, mediante lei e quando entender conveniente, instituir monopólios, sem, entretanto, afetar a indispensável segurança do investidor privado.

Por isso, parece mais adequado preservar as linhas básicas do tratamento atualmente em vigor que, se de um lado dá segurança ao investidor privado, de outro não veda a instituição, por lei, de monopólio da União.

A Constituição tem de consagrar essa flexibilidade e a liberdade do legislador futuro. A Lei Maior é a Lei de Todos, não pode ser a Carta de um partido ou de uma ideologia. Fixando as regras do jogo democrático e os grandes princípios, deixa em aberto os espaços necessários à administração dos conflitos futuros, à evolução da vida econômica e ao progresso das teses jurídicas.

De qualquer maneira, cumpre que a Assembleia Nacional Constituinte resista à tentação do avanço estatístico apriorístico, de cima para baixo, predelimitador das opções futuras, em nome do bem comum e da eficiência da economia nacional.

Essas, as razões da Emenda que propomos.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00461 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)



**Texto:**

Dê-se ao art. 12 do Substitutivo da Comissão VI, da Ordem Econômica da Assembléia Nacional Constituinte, a seguinte redação:

"Art. 12. A pesquisa e a lavrados recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão do Poder Público e somente serão outorgados a brasileiros ou a empresas nacionais, na forma da lei."

"§ 1o. As autorizações de pesquisa mineral serão por tempo determinado e sempre no interesse nacional, não podendo ser transferidas, sem anuência do poder concedente.

§ 2o. As concessões de lavra não poderão ser transferidas sem a anuência prévia do poder concedente.

**Justificativa:**

1. A temporiedade, por prazo determinado, das concessões e autorizações de lavra, estabelecida no artigo 12, do Substitutivo, trará consequências negativas muito graves ao setor minerador, tanto no plano econômico, como no plano social.

2. No plano econômico, a fixação de prazo determinado à exploração de recursos minerais forçará as empresas a embarcarem em estratégias imediatistas de produção, causando, entre outros direitos, os seguintes efeitos indesejáveis:

a) planos de mineração dirigidos basicamente à extração das partes mais ricas dos depósitos, em prejuízo da jazida como um todo, o que pode significar lavra predatória, reduzindo desnecessariamente nossas reservas de recursos não renováveis;

b) queda dos índices de produção e também de produtividade dos investimentos, que só os planos de médio e de longo prazos podem assegurar, pois o minerador leva sempre em consideração parâmetros econômicos de mercado, tanto no que diz respeito a preço como a demanda, os quais, cotejados com os custos, definirão o retorno do empreendimento;

c) desestímulo a pesquisas que possam ampliar as reservas conhecidas nas áreas já em exploração, pois o minerador nenhum benefício terá com a ampliação de suas reservas, uma vez que seu aproveitamento estará além do prazo de concessão temporária.

3. No plano social, o prazo determinado desencorajará toda a sorte de investimentos que visem a melhorar a qualidade de vida dos que labutam o setor. De outro lado, afetará a capacidade do setor na geração de novos empregos, especialmente nas regiões longínquas, enfraquecendo assim seu papel na distribuição de rendas. No Brasil, a situação é particularmente agravada porque as províncias minerais encontram-se principalmente em áreas destituídas de qualquer infraestrutura urbana, exigindo das empresas que lá atuam construir casas, prover escolas e hospitais, resolver as necessidades de abastecimento etc...

4. Em determinados tipos de exploração mineral, a prefixação de prazos pode simplesmente inviabilizar os empreendimentos do ponto de vista econômico, levantando mais um óbice aos tantos que já cerceiam a ação daqueles que dispõem, no Brasil, a exercer atividades produtivas.

5. Ao contrário das razões que contraindicam a lavra por tempo determinado, é de entender-se como necessária a fixação de um termo para a pesquisa mineral, a fim de se atingir o objetivo da atividade de pesquisa, que é transformar o minerador em revelador de bens que venham a enriquecer o Patrimônio Nacional, e evitar que grandes grupos econômicos bloqueiem áreas mineralizadas em prejuízo social da Nação.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00471 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PMDB/GO)

**Texto:**

SUBSTITUTIVO

Dê-se ao Capítulo I - Dos Princípios Gerais, a seguinte redação:

[...]

Art. 8o. As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União.

§ 1o. Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 2o. A título de indenização de exaustão da jazida, parcela dos resultados da exploração dos recursos minerais, a ser definida em lei, será destinada à formação de um "Fundo de Exaustão" para apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do município onde se localize a jazida.

§ 3o. Serão mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos 5 (cinco) anos sem exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição (disposição transitória).

Art. 9o. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira somente poderão ser efetuados por empresas estatais ou empresas nacionais.

Art. 10. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em terras indígenas somente poderão ser efetuados por empresas nacionais.

Art. 11. A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

§ 1o. Os Estados e Municípios, cujos territórios forem afetados pela utilização de recursos hídricos para fim de geração de energia elétrica, terão participação privilegiada no sistema de partilha dos recursos arrecadados com taxas e tributos incidentes sobre a produção, distribuição e uso desta energia.

§ 2o. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

Art. 12. Compete à União legislar sobre o uso dos recursos hídricos integrados ao seu patrimônio, definindo:

- I - um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, tendo como unidade básica a bacia hidrográfica e integrando sistemas específicos de cada Unidade da Federação;
- II - critérios de outorga de direitos de uso dos recursos hídricos.

Parágrafo único. Compete aos Estados e Municípios legislar supletiva e complementarmente sobre os recursos hídricos.

Art. 13. No aproveitamento de seus recursos hídricos, a União, os Estados e Municípios deverão compatibilizar sempre as oportunidades de múltipla utilização desses recursos.

[...]

**Justificativa:**

A redação proposta atende melhor aos interesses nacionais.

**Parecer:**

O Relator não tomou conhecimento da proposta, em face do preceito contido no § 2o. do Art. 23 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte: "Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros".

A proposta não chega, portanto, a constituir emenda, porque lhe falta requisito essencial ao reconhecimento dessa condição. E ninguém pode alegar desconhecer as normas regimentais de vez que ela consta do cabeçalho do impresso em que são redigidas as emendas.

**EMENDA:00480 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

SANDRA CAVALCANTI (PFL/RJ)

**Texto:**

Modifica o art. 11 do substitutivo:

Art. 11. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em terras indígenas somente poderão ser efetuadas como privilégio da União, no caso de o exigir o interesse nacional e, quanto aos minérios, inexistindo reservas conhecidas, suficientes e exploráveis, em outras partes do território brasileiro, exigindo-se prévia autorização, caso a caso, do Congresso Nacional.

**Justificativa:**

A experiência histórica tem demonstrado, ao preço da extinção e desagregação de incontáveis povos tribais, a magnitude e irreversibilidade dos prejuízos causados às sociedades indígenas pela imposição de restrições à posse exclusiva que devem ter reconhecida em relação às terras que ocupam. Esta exclusividade da posse indígena adquiriu foro constitucional já em 1934, reiterando-se nas sucessivas Constituições, até hoje. No entendimento de respeitáveis juristas, tal posse, no texto constitucional atual e nos passados, alcançava o subsolo e suas riquezas pois, se assim não o fossem, esvaziar-se-ia a própria posse. Portanto, se os interesses maiores do país obrigam a contemplar uma exceção, que se quer especialíssima, a posse indígena, é indispensável cerca-la de cautelas que não aviltem o espírito mais amplo sobre os direitos dos índios às suas terras. A emenda proposta inspira-se no texto de várias redações anteriormente oferecidas como propostas ou emendas, e coincide, no seu conteúdo básico, com a legislação em vigor na Austrália, a respeito da lavra de minérios nas terras dos aborígenes (Aboriginal land Rights – Northern Territory – Act, 1976).

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00497 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RONALDO CEZAR COELHO (PMDB/RJ)

**Texto:**

Artigo 12 - A Pesquisa, a Exploração e o Aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão federal, na forma da Lei, dadas por prazo determinado, e exclusivamente a brasileiros residentes no País ou à Sociedades estabelecidas no Brasil, regidas pelas Leis brasileiras, e cuja maioria do capital votante seja efetivamente de brasileiros residentes no País, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

**Justificativa:**

A emenda caracteriza o controle brasileiro na pesquisa, exploração e aproveitamento dos nossos recursos minerais e enfatiza o conceito de empresa nacional como sendo aquela que, além de preencher os requisitos tradicionais de ser organizada no País, tenha a maioria de seu capital votante em mãos de brasileiros.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00515 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

Emenda modificativa ao caput do art. 9o.  
dando a seguinte redação.

Art. 9o. - As jazidas, o patrimônio genético das espécies nativas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as reservas de água subterrânea constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, pertencem à União e são inalienáveis e imprescritíveis, ressalvado o disposto neste título.

**Justificativa:**

Garantir de maneira firme e indubitável a soberania nacional sobre os recursos minerais, potenciais de energia hidráulica, reservas de água subterrânea e o patrimônio genético das espécies nativas é a principal intenção da nossa proposta.

A inclusão do termo imprescritíveis, dá sem dúvida, condições para que seja assegurada à nação a propriedade destes bens.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00517 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

Emenda aditiva ao art. 12.

Acrescente-se o seguinte Parágrafo:

§ 3o. - A lavra e o aproveitamento industrial dos bens minerais, concedida na forma do Caput deste artigo, só será dada a brasileiros ou a sociedade organizada no País, autorizada a funcionar como empresa de mineração, que tenha no mínimo 51% do seu capital pertencente a brasileiros ou a pessoas jurídicas de capital inteiramente nacional, não podendo, os acordos de acionistas ou contratos sociais, transferir poder decisório aos eventuais sócios estrangeiros e/ou assegurar aos mesmos a sua direção administrativa e técnica.

**Justificativa:**

A exigência de que 51% do capital de uma empresa de mineração que venha lavrar bem mineral em nosso território, pertença a brasileiros ou a pessoas jurídicas de capitais inteiramente nacional dará condições para que acabemos com o carnaval e as falcatruas que hoje graças na mineração brasileira, garantindo para as empresas nacionais um papel relevante no setor mineral.

Com a nossa proposta, não alijamos as empresas de capital estrangeiro do setor mineral, apenas intervimos no sentido de garantir o controle majoritário do capital e das decisões para o País na lavra e no aproveitamento industrial dos bens minerais.

Estas medidas, além de resguardar a soberania nacional resgatam uma tradição constitucional do País.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00530 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

PAULO MINCARONE (PMDB/RS)

**Texto:**

"Art. 9o. As jazidas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as reservas de águas subterrâneas constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem ao domínio eminente da União."

**Justificativa:**

Conforme o melhor entendimento dos doutrinadores e mestres do Direito Administrativo, as jazidas, minas e demais recursos minerais pertencem ao patrimônio geral da Nação e não ao patrimônio particular da União, ou seja, pertencem ao domínio eminente da União.

Domínio eminente da União sobre as jazidas minerais é, como se sabe, o poder de dominação ou de regulamentação que o Estado exerce sobre as coisas inapropriáveis individualmente, mas de fruição geral da coletividade; desta forma, em nada se confunde com o comum direito de propriedade.

Assim como as jazidas e minas outros bens também fazem parte do domínio eminente da União, como por exemplo, a plataforma continental; o mar territorial e patrimonial; o espaço aéreo; os lagos e cursos d'água em terrenos de seu domínio, etc., enfim, todos estes bens de fruição geral da coletividade, porém não do patrimônio particular da União.

Pelo exposto, observa-se ser totalmente procedente e necessária emenda como a presente, que define, com clareza, o sentido do Artigo.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00533 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

PAULO MINCARONE (PMDB/RS)

**Texto:**

Modifica-se a redação do art. 12, a saber:  
"Art. 12. A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, na forma da lei".

**Justificativa:**

É sabido que o setor mineral apresenta características peculiares, dentre as quais ressalta-se o grande risco – risco este mais acentuado na fase de pesquisa, embora não exclusivamente nesta – e o longo prazo de maturação dos investimentos, ou mesmo de entrada em operação dos projetos, como é exemplo Carajás, que só entrou em produção 19 anos após descoberta a jazida.

Sendo assim, o trato adequado a se dispensar à mineração não é o de limitar o prazo de duração da concessão de lavra, como pretende o redator do Artigo, mas sim criar condições que estimulem a pesquisa e a exploração minerais, sem o que o País correrá sério risco de não vir a dispor de novas jazidas e, conseqüentemente, ter até mesmo de importar bens minerais existentes em seu subsolo, já que não os conhecerá, por não tê-los pesquisando adequadamente, embora seja reconhecida a potencialidade do País neste campo.

Como se verifica, pois, a emenda objetiva suprimir a ideia de limitação do prazo da concessão de lavra, na certeza de que a sua introdução representaria o início imediato de uma fase de retrocesso na alocação de recursos humanos e financeiros para a atividade mineral do País, já que os investidores em mineração, tendo

contra si a limitação do prazo de concessão de lavra, não só se sentiriam inibidos como inseguros para a realização de investimentos, sejam voltados para a mineração em si, sejam os de cunho social (hospitais, escolas, casas, etc.), de desenvolvimento de tecnologia mineral e de harmonização de mineração com o meio ambiente, pois nada lhes asseguraria que, terminando os prazos inicialmente a eles concedidos, os mesmos seriam prorrogados em condições adequadas à economia de seus empreendimentos.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00551 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RACHID SALDANHA DERZI (PMDB/MS)

**Texto:**

Substituir no art. 12 a expressão "do Poder Público" pela "da União" e acrescentar 2 (dois) parágrafos ao referido artigo:

"Art. 12. A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão da União, contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do Poder concedente.

§ 1o. ....

§ 2o. ....

§ 3o. A pesquisa, a lavra e a transformação industrial de minérios considerados estratégicos serão desenvolvidas com prioridade da União.

§ 4o. Quando não se tratar de minerais estratégicos, da faixa de fronteira ou de terras indígenas, a União poderá delegar competência às Unidades da Federação, quanto às autorizações, concessões e suas renovações, de acordo com o estabelecido em lei."

**Justificativa:**

Os recursos minerais, por serem bens limitados e não renováveis e por integrarem o patrimônio da União, devem estar sob controle desta.

Também, configura-se de extrema importância permitir o desenvolvimento das atividades de pesquisa, lavra e transformação industrial de minérios considerados estratégicos, com prioridade da União, tendo em vista a relevância de determinados minérios para a economia nacional, assegurando a autonomia e a soberania do País sobre seus bens minerais.

Finalmente, ao delegar competência aos Estados para as outorgas de autorizações, concessões e suas renovações criar-se-á condições para que a exploração e o aproveitamento dos recursos minerais brasileiros se faça de forma harmoniosa e racional.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00552 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RACHID SALDANHA DERZI (PMDB/MS)

**Texto:**

Dar nova redação ao art. 11:

"Art. 11. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa, a lavra e a exploração de minérios e de riquezas naturais em terras indígenas poderão ser desenvolvidas com

prioridade da União, no caso de exigir o interesse nacional."

**Justificativa:**

Entende-se que, em princípio, as atividades de pesquisa, lavra e exploração de minérios e riquezas naturais em áreas indígenas, deverão prioritariamente ser desenvolvidas por empresas estatais públicas. Em casos excepcionais esse direito poderá ser estendido às empresas privadas nacionais e somente por alto interesse nacional, respeitando e resguardando o espaço social, cultural e econômico indígena.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00554 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

EDISON LOBÃO (PFL/MA)

**Texto:**

O § 2o. do art. 9o. passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2o. À União e ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei."

**Justificativa:**

À união deve caber participação nos resultados da lavra, pois a ela pertencem os recursos minerais.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00560 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ALBANO FRANCO (PMDB/SE)

**Texto:**

Acrescente-se ao artigo 9o. do Substitutivo do Relator da Comissão da Ordem Econômica, os seguintes parágrafos, suprimindo-se o atual parágrafo 3o. e renumerando-se os seguintes:  
§ .... - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra, inclusive das jazidas e minas, cuja exploração constituir monopólio da União, e que será igual ao dízimo do Imposto sobre Minerais.

§ .... - Na lavra de petróleo ou de xisto betuminoso e na extração de gás em terra firme, são devidas as seguintes indenizações, calculadas sobre o valor do óleo, do xisto ou do gás extraído: a) 4% aos Estados ou Territórios; b) 1% aos Municípios.

§ ... - Na lavra de petróleo ou extração de gás na plataforma continental, é devida aos Estados confrontantes e aos Municípios, por igual situados na orla marítima, a indenização, respectivamente, de 4 e 1% sobre o valor do óleo ou do gás extraídos, para aplicação nos setores de saúde pública, educação, saneamento, sistema, irrigação e abastecimento de água.

**Justificativa:**

O objetivo da presente Proposta de Emenda é o de dar ao problema das compensações pela exploração de jazidas minerais, uma redação mais consentânea com a realidade atual, corrigindo falhas que ocorrem e que redundam em prejuízo, não somente para os particulares, bem assim, para os Estados e Municípios.

A atual redação dos §§ 2º e 3º, do art. 168 da Constituição, assegura aos proprietários do solo, participação nos resultados da lavra, ressalvando que, quando a exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização, e que tal participação será igual ao dízimo do imposto sobre minerais.

Ocorre, entretanto, que até agora, jamais foi efetivada qualquer medida no sentido de estabelecer a compensação a que se refere o § 2º do art. 168 do atual Diploma maior, apesar de que teria ampla justificação, no que se refere a exploração petróleo, sujeita a monopólio da União, cujos trabalhos de prospecção e lavra causam danos consideráveis à propriedade superficial.

Desta forma, parece perfeitamente justificada a redação do § 2º da presente proposta.

De outra parte, o art. 27 da Lei nº 2.004/53 estipulou que a sociedade que exercesse o monopólio da pesquisa e lavra de petróleo, ou seja, a Petrobrás ficaria obrigada a pagar aos Estados, Territórios e Municípios, indenização correspondente a 4% e 1%, respectivamente, sobre o valor do óleo, do xisto ou gás extraídos. Tal dispositivo legal não deve ter caráter remuneratório mas implicar no reconhecimento e que a exploração de jazidas petrolíferas acarreta prejuízos ao meio ambiente, além de que obriga a que Estados e Municípios dotem tais áreas de utilidades essenciais, montando uma infraestrutura capaz de proporcionar à população e, em especial, aos trabalhadores dedicados aos trabalhos específicos de pesquisa e lavra, o conforto de escolas, postos de saúde, redes de abastecimento de água, sistema viário, redes de esgoto, energia elétrica e outros.

Assim, a redação proposta encontra, ali, sua integral justificação, devendo os Estados e Territórios, serem indenizados em 4% e 1% sobre o valor do óleo, do xisto ou do gás extraídos.

No que concerne ao novo parágrafo da Proposta, estipula-se que são devidas aos Estados, confrontantes e, por igual, aos Municípios situados na orla marítima da plataforma continental, respectivamente, 4% e 1% sobre o seu valor, para aplicação nos setores de saúde pública, educação, saneamento, sistema viário, eletrificação, irrigação e abastecimento de água. Se a destinação aos Estados confrontantes é legítima, com maior razão o é para os Municípios da orla marítima, diretamente expostos aos efeitos negativos provocados pela exploração do petróleo e gás, que recebem a poluição das águas, da fauna e da flora, notadamente no que diz respeito às atividades pesqueiras.

Em 1969, quando se iniciou a exploração do petróleo na plataforma continental, o Decreto-lei nº 523, de 8 de abril daquele ano, introduziu no art. 27 da Lei nº 2.004, o § 4º destinado 5% (cinco por cento) da indenização aos Estados e Municípios, pela extração do óleo e do xisto, ao Departamento Nacional de Produção Mineral e ao Ministério da Educação e Cultura da Mineração e para o incremento da pesquisa e do ensino de nível superior no campo das geociências.

Apesar da nobilíssima destinação atribuição aos 5% (cinco por cento) dos valores do óleo ou do gás extraído da plataforma submarina, parece evidente que o Decreto-lei nº 523 desviou essa importância dos fins a que se destina, pois, se essa remuneração tinha o caráter de indenização, visava a reparar algum prejuízo causado pela extração petrolífera. Ora, prejuízo pela extração petrolífera não tem o Fundo Nacional de Mineração, nem mesmo a pesquisa e o ensino no campo das geociências. De algum dano provoca a exploração petrolífera, mesmo na plataforma continental, esse dano é sofrido pelas populações dos Estados e Municípios confrontantes com a região onde se realizam os trabalhos de exploração.

Nem se diga que, no caso da plataforma continental, essa indenização não seria devida, pois ela constitui domínio da União. Também o subsolo constitui domínio da União e, no entanto, a exploração nele realizada enseja a indenização de que trata o caput do art. 27 da Lei nº 2.004, estabelecida desde a fundação da Petrobrás, no ano de 1953.

Mas o Decreto-lei nº 1.228, de 1º-11-73, editado em plena crise do petróleo, resolve modificar a destinação do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do óleo e do gás extraídos da plataforma continental, estabelecendo que ele seria destinado à formação de estoques de combustíveis destinados a garantir a segurança e a regularidade de geração de energia elétrica.

Mas uma vez, o legislador ignorou o caráter indenizatório desse percentual, fazemos-o reverter a um fundo público administrativo pelo Conselho Nacional do Petróleo e destinado à formação de estoques reguladores na área de energia elétrica.

Ora, apesar de inúmeros projetos de lei terem sido apresentados nos últimos anos, procurando devolver aos Estados essa compensação pelos investimentos que realizam junto a áreas de exploração petrolífera, nenhum deles ainda logrou transformar-se em lei.

Além, do mais, temem as populações dos Estados e Municípios interessados que circunstâncias de momento relativas à administração financeira da Petrobrás venham a retardar indefinidamente ou impedir a obtenção desse direito legítimo.

Por isso, propomos seja incluída no texto constitucional, a garantia dessa indenização, mediante a inclusão do artigo e seus parágrafos ao substitutivo.

#### **Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00561 PARCIALMENTE APROVADA**

#### **Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão



**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ALBANO FRANCO (PMDB/SE)

**Texto:**

Dê-se ao Artigo 12 do Substitutivo do Relator da Comissão da Ordem Econômica, a seguinte redação:

Art. .... 12 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

**Justificativa:**

Os “potenciais de energia”, conforme definido no texto do artigo que proponho nova redação, incluiu os potenciais de energia renovável. Hoje, estes potenciais são mais que eficientemente explorados pela iniciativa privada, em benefício de toda a população.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00562 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

ALBANO FRANCO (PMDB/SE)

**Texto:**

Suprima-se do § 2o. do Artigo 12 do Substitutivo do Relator da Comissão da Ordem Econômica, expressão:  
"... de capacidade reduzida."

**Justificativa:**

A expressão “aproveitamento do potencial” é excessivamente ampla, podendo dar margens a interpretações que limitem, por exemplo, a extensão de propriedades destinadas ao cultivo agrícola, vez que este também pode constituir fonte de energia renovável.

Assim, a supressão da expressão final do parágrafo que limita a capacidade do potencial de energia evita os prováveis erros de interpretação futuros.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00577 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

LUIZ SALOMÃO (PDT/RJ)

**Texto:**

Substitua-se o caput do art. 9o., suprimindo-se seu § 1o. e renumerando-se os demais parágrafos, do substitutivo da comissão da ordem econômica, pelo seguinte:

"As jazidas, o patrimônio genético das espécies nativas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as reservas de água subterrânea constituem propriedade distinta da do solo, pertencem à união a, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, serão objeto de concessão ou

autorização outorgadas a brasileiros ou a empresas nacionais".

**Justificativa:**

Tal emenda restabelece o empenho manifesto em propostas anteriores no sentido de que o país tenha o controle efetivo de seus recursos naturais, inclusive o patrimônio genético das espécies nativas. A redação proposta para o caput, sendo mais abrangente que a do substitutivo, dispensar a permanência do § 1º, supresso por superabundante.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00590 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

LUIZ SALOMÃO (PDT/RJ)

**Texto:**

Substitua-se os arts. 1º. a 17º. pelos seguintes, renumerando-se os demais:

[...]

Art. 11 - As jazidas, o patrimônio genético das espécies nativas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as reservas de água subterrânea constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, pertencem à União.

§ 1º. - A outorga de direitos de coleta e manipulação do patrimônio genético de espécies nativas somente será contratada com empresas nacionais.

§ 2º. - Ao proprietário do solo é assegurado a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 3º. - A título de indenização de exaustão da jazida, parcela dos resultados da exploração dos recursos minerais, a ser definida em lei, será destinada à formação de um "Fundo de Exaustão" para apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do município onde se localize a jazida.

§ 4º. - A lei definirá as atividades de garimpagem e estabelecerá, as condições para as suas formas associativas e as áreas destinadas ao exercício da atividade.

§ 5º. - Serão mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos 3 (três) anos sem exploração em escala comercial, contadas a partir da promulgação desta Constituição (Disposição Transitória).

Art. 12 - As coleções de água constituem bem público, cabendo a todos o dever de zelar pela sua preservação. Pertencem aos Estados e Municípios aquelas que, nesta Constituição, não forem definidas como bens da União.

Art. 13 - O aproveitamento dos potenciais de energia, e dos recursos hídricos, bem como a pesquisa e a lavra dos recursos minerais, dependem de autorização ou concessão do Poder Público e somente serão autorizados ou concedidos, na forma da lei, a brasileiros ou a empresas nacionais.

§ 1º. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de potencial de energia

hidráulica de capacidade reduzida e, em qualquer caso, a captação de água em pequeno volume, na forma da lei.

§ 2o. - No aproveitamento dos seus recursos hídricos, a União os Estados e Municípios serão sempre obrigados a compatibilizar as oportunidades de múltipla utilização desses recursos.

§ 3o. - As autorizações de pesquisa mineral e as concessões de lavra serão feitas em contratos por prazo determinado, no interesse nacional, não podendo ser transferidas, sem anuência do poder concedente.

§ 4o. - Os Estados e Municípios, cujos territórios forem afetados pela utilização de recursos hídricos farão jus à indenização pela cessação de atividades econômicas prejudicadas, na forma da lei.

Art. 14 - Compete à União legislar sobre o uso dos recursos hídricos integrados ao seu patrimônio, definindo:

§ 1o. - Compete aos Estados e Municípios legislar sobre os recursos hídricos de seu domínio e, supletiva e complementa, sobre aqueles de domínio da União:

§ 2o. - No aproveitamento de seus recursos hídricos, a União, os Estados e Municípios deverão compatibilizar sempre as oportunidades de múltipla utilização desses recursos.

[...]

**Justificativa:**

O exame do anteprojeto do nobre relator Senador Severo Gomes recomenda a apresentação de substitutivo para o Capítulo dos Princípios Gerais, consolidando emendas de vários companheiros Constituintes e de inúmeras entidades, que expressa de maneira clara e nítida a posição nacionalista da maioria do nosso povo trabalhador.

Assim, a definição do papel do estado como agente produtivo, fundamental para recuperar o atraso econômico do país, a reafirmação da iniciativa privada nacional como elemento-chave para a preservação da chamada democracia econômica e de um mínimo de concorrência e o caráter supletivo e complementar do capital estrangeiro estão a exigir o estabelecimento de fronteiras adequadas para a convivência entre esses diferentes entes econômicos.

Desta forma, propõe-se aqui uma definição de Empresa Nacional que visa à formulação de políticas voltadas para o fortalecimento do capital nacional.

A partir daí estabelece-se o princípio de nacionalização do sistema bancário e do setor de mineração, bem como de um setor de grande importância futura que são as espécies nativas existentes no território nacional.

A previsão de adequado tratamento constitucional para os recursos hídricos e o restabelecimento pleno do monopólio do petróleo, seus derivados e do gás, inclusive da exportação, constituem outro ponto importante do substitutivo.

**Parecer:**

O Relator não tomou conhecimento da proposta, em face do preceito contido no § 2o. do Art. 23 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte: "Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros".

A proposta não chega, portanto, a constituir emenda, porque lhe falta requisito essencial ao reconhecimento dessa condição. E ninguém pode alegar desconhecer as normas regimentais de vez que ela consta do cabeçalho do impresso em que são redigidas as emendas.

**EMENDA:00598 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

GERSON MARCONDES (PMDB/SP)

**Texto:**

PROPOSTA DE EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO RELATOR DA COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA.

Dispõe sobre o aproveitamento da energia hidráulica e dos recursos minerais.

Efetuem-se as seguintes alterações no

Capítulo I do Substitutivo:

I - Dê-se ao art. 10 a seguinte redação:

"Art. 10. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais somente poderão ser efetivados por empresas nacionais e dependerão da prévia aprovação do Congresso Nacional".

II - Suprima-se o art. 11.

**Justificativa:**

Ao meu ver, é necessário preservar os recursos hidráulicos e as jazidas minerais do solo pátrio, independentemente de sua localização. Não é possível nos preocuparmos apenas com as faixas de fronteiras e as terras indígenas. Devemos ter a coragem e patriotismo de defender todo o solo pátrio porquanto toda terra brasileira é igual, todos os recursos hídricos e minerais são iguais, não dependendo de sua localização.

**Parecer:**

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

**EMENDA:00618 APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

**Texto:**

Suprime-se do texto do art. 9o. a expressão:

"O PATRIMÔNIO GENÉTICO DAS ESPÉCIES NATIVAS".

**Justificativa:**

O ilustre Relator da Comissão de Ordem Econômica inseriu no Substitutivo apresentado a norma constitucional que promove a estatização do patrimônio genético das espécies nativas, estatizando, por conseguinte, as FLORESTAS, AS CAATINGAS, OS CERRADOS, OS CAMPOS NATURAIS, OS MANGUEZAIS, além, é claro, de estatizar toda a flora e fauna brasileiras.

O Novo Dicionário AURÉLIO sentencia que "GENÉTICO" é tudo aquilo que é "capaz de propiciar" –

Convenhamos, senhor Relator, que a inclusão do texto foi, no mínimo, impropria.

Mesmo porque Vossa Excelência não desconhece que a Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, por esmagadora maioria, relançou a estatização das FLORESTAS por entender que este preceito constitui odiosa restrição ao direito de propriedade. Vossa Excelência não se limitou a reconduzir ao Substitutivo matéria derrotada.

Vossa Excelência ampliou-a ao infinito.

Diante do tamanho absurdo, suponho ter Vossa Excelência elaborado em equívoco ao redigir a nossa questão, já que além de estatizar a flora, estatiza também a fauna e os próprios silvícolas, como se a natureza, nas suas manifestações mais simples, pudesse ser controlada pelo Estado.

No caso dos silvícolas permito-me fazer uma ilusão: seria possível o homem estatizar o homem?

Pelas razões expostas, apelo ao bom senso de Vossa Excelência no sentido de que acolha a presente Emenda e, por via de consequência, expurgue do Art. 9º a expressão "o patrimônio genético das espécies nativas".

**Parecer:**

Acolhida totalmente, tendo sido aproveitada no substitutivo pela importância do seu conteúdo e pertinência com os demais dispositivos propostos.

**EMENDA:00628 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

Substitua-se o art. 12, pela seguinte redação:

"Art. 12 - A exploração de jazidas e recursos

minerais dependem de "contrato mineral" por tempo determinado, na forma da lei, em que só podem ser partes os brasileiros ou sociedades brasileiras.

**Justificativa:**

Não podemos deixar em aberto para a exploração estrangeira a riqueza de jazidas e recursos minerais de que dependem alguns municípios nacionais. Este é um mercado que deve ser preservado não só porque tem um reflexo sobre a soberania nacional como pelo fato incontestável de que dessas riquezas dependem muitos municípios que sobrevivem graças a extração local.

Tanto a fonte de rendimento relativa aos impostos municipais e estaduais como o próprio sustento de trabalhadores em centenas de municípios no planalto e nas regiões mais ocidentais do Brasil dependem de recursos minerais mais simples que não os das jazidas. Tais fontes de sobrevivência não podem ficar indefesos e sujeitos à exploração alienígena.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00635 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RICARDO IZAR (PFL/SP)

**Texto:**

Dê-se ao parágrafo 2o. do art. 12, a seguinte redação:

§ 2o. Não dependerá de autorização ou concessão, o aproveitamento do potencial de energia renovável.

**Justificativa:**

Emenda sem justificação.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00656 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

RAQUEL CAPIBERIBE (PMDB/AP)

**Texto:**

As jazidas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as reservas de água subterrânea, constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem a União de forma inalienável e imprescritível.

**Justificativa:**

Instituir de fato a soberania nacional sobre os recursos minerais é sem dúvida uma das principais tarefas que esta Assembleia Nacional Constituinte tem a cumprir.

Minerais não dão duas safras!

Este fato, aliado a certeza de que todo desenvolvimento da indústria nacional, passando pela indústria de base a mais sofisticada indústria de ponta, dependem em alguma medida da mineração para seu pleno funcionamento, atingindo, portanto toda sociedade e toda Nação Brasileira, expressa um pouco da importância de se garantir de forma inequívoca a nossa soberania sobre os recursos minerais Brasileiros.

Além disto, cabe ressaltar a importância dos metais nobres como ouro, prata e platina que além de servirem de lastro monetário tem fundamental importância na manutenção da estabilidade de economia nacional, e dos minerais estratégico com, por exemplo, o urânio e demais radioativos e o petróleo que estão diretamente ligados à verdadeira segurança nacional possuindo também papel de relevo para o desenvolvimento tecnológico nacional.

Por fim temos certeza que somente com o estabelecimento da soberania nacional sobre os recursos minerais serão criadas condições concretas no sentido de a sociedade brasileira usufruir em melhores condições, os resultados dos seus aproveitamentos industriais.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00866 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

MANOEL CASTRO (PFL/BA)

**Texto:**

Dá uma nova redação ao Art. 12 do Substitutivo

Art. 12. A pesquisa e a lavra de recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia e dos recursos hídricos, depende de autorização ou concessão do Poder Público no interesse nacional e não poderão ser transferidas sem prévia ausência do poder público.

**Justificativa:**

A exigência genérica de prazo determinado para as concessões de lavra, inviabilizará o aproveitamento de recursos minerais que exijam investimentos vultosos e defasados no tempo, inclusive na sequência da exploração industrial. Os prazos de exploração e de pesquisa devem ser objeto da legislação ordinária, cujos critérios serão aplicados aos casos concretos.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00881 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

DÉLIO BRAZ (PMDB/GO)

**Texto:**

Dê-se, ao artigo 11, do Substitutivo, a seguinte redação:

O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em terras indígenas somente poderão ser efetuados por empresas estatais e ou empresas nacionais, e dependerão da prévia aprovação do Congresso Nacional.

**Justificativa:**

Quando se arvora, por todos os quadrantes deste País, a bandeira da defesa da livre iniciativa responsável, não vemos como excluir das atividades compreendidas neste dispositivo as empresas nacionais, ainda que privadas. O aproveitamento do “know how” adquirido ao longo de muitos anos por empresas brasileiras não pode ser desdenhado pela norma constitucional.

**Parecer:**

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

**EMENDA:00885 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

6 - Comissão da Ordem Econômica

**Autor:**

CARDOSO ALVES (PMDB/SP)

**Texto:**

**EMENDA SUBSTITUTIVA DA ORDEM ECONÔMICA**

**Capítulo I - Dos Princípios Gerais**

[...]

Art. 9o. As jazidas, as minas e demais recursos minerais, e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União.

Art. 10. Compete à União legislar sobre o uso dos recursos hídricos, definindo:

I - um sistema nacional de seu gerenciamento, tendo como unidade básica a bacia hidrográfica e como objetivo a integração dos sistemas específicos de cada Unidade da Federação;

II - critérios de outorga de direitos de seu uso.

Art. 11. Constituem monopólio da União, nos termos da lei:

I - a pesquisa e a lavra de petróleo em território nacional;

II - a pesquisa, a lavra e o enriquecimento de minérios nucleares.

Parágrafo único. O refino de petróleo será de competência exclusiva da União, mantida a situação vigente na data da promulgação desta Constituição.

Art. 12. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira ou em terras indígenas somente poderão ser efetuados por empresas nacionais.

**Justificativa:**

Ao estatuir, em sua Lei Máxima, os princípios gerais norteadores de sua ordem econômica, deve a Nação ater-se a objetivos que assegurem a maior possibilidade de igualdade a todos os cidadãos sem ferir o conceito básico de liberdade criadora do qual se nutre o crescimento econômico e a geração da riqueza.

Por outro lado, cabe ao Estado, que é a organização jurídica de sociedade, instrumentar-se para a obtenção dos fins colimados. É por isso que, ao lado dos principais gerais inspiradores de economia de mercado, de liberdade de iniciativa e de igualdade de oportunidades, conseguidos nos modernos Estados desenvolvidos, vigoram também princípios outros, de cunho social como a função social de propriedade e a preservação do meio-ambiente, com meios de equilíbrio social.

Por outro lado, a emenda substitutiva busca conceituar com clareza e simplicidade a empresa nacional e resguarda os interesses nacionais ao prescrever que o estatuto especial disciplinará as empresas cujos controladores sejam domiciliados no exterior, bem como os investimentos de capital estrangeiro, sem os quais o desenvolvimento nacional se dará com maior atraso e lentidão.

Ao admitir, de forma excepcional e provisória, a intervenção do Estado no domínio econômico, a emenda substitutiva filia-se a moderna comento doutrinária que deseja ver o Estado prioritariamente voltado as suas funções precípua, no campo social.

Assim também os serviços públicos, poderão ser concedidos à iniciativa privada, desde que sob regime de concorrência pública e sua fiscalização do poder concedente.

O regime jurídico do subsolo é destacado do solo e pertence à União, que poderá conceder seu uso, retendo o monopólio por razões de segurança nacional, da pesquisa, lavra e refino do petróleo e dos minérios nucleares.

**Parecer:**

O Relator não tomou conhecimento da proposta, em face do preceito contido no § 2o. do Art. 23 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte: "Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros".

A proposta não chega, portanto, a constituir emenda, porque lhe falta requisito essencial ao reconhecimento dessa condição. E ninguém pode alegar desconhecer as normas regimentais de vez que ela consta do cabeçalho do impresso em que são redigidas as emendas

## FASES J e K

**EMENDA:**00018 NÃO INFORMADO

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

EDIVALDO MOTTA (PMDB/PB)

**Texto:**

Emenda aditiva para adequação

Dispositivo emendado: art. 313

Substitua-se o art. 313 do anteprojeto, pelo de texto seguinte:

Art. 313 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei.

§ 1o. - Nas áreas definidas como faixa de fronteira e terras indígenas, a lei disporá complementarmente sobre outros requisitos, segundo o tipo de atividade e sua localização, sempre no sentido de fortalecer a economia e preservar os interesses nacionais.

§ 2o. - Depende de prévia anuência da comunidade indígena interessada, a autorização ou concessão para exploração de recursos minerais, em terras por ela ocupadas, assegurada a sua participação no resultado da lavra, na forma da lei.

**Justificativa:**

A Presente Emenda, tem por finalidade adequar o seu texto ao objeto maior que resulta do Anteprojeto, segundo a norma do Art. 308, o qual dispõe que os investimentos de capital estrangeiro serão admitidos como agente complementar do desenvolvimento econômico. Os resultados minerais são definidos pelo Art. 47, do Anteprojeto como bens da União, portanto, merecedores de regulamentação de caráter permanente, como é o da Constituição.

Ademais, a definição de empresa nacional emprestada ao art. 307, permite ao estrangeiro participar da exploração dos recursos minerais, desde que ele tenha residência ao País, ou seja, o que se restringe com esta adequação, e a atividade do capital estrangeiro majoritário, com a consequência remessa de lucros, nem deverá obedecer a estrangeiros na condução de empreendimento.

Ao permanecer o disposto no Artigo ora emendado, as forças do capital estrangeiro sufocarão as do capital nacional, na exploração e no aproveitamento de um bem, que além de pertencer à União, e não renovável.

Ademais a empresa nacional muito lucrará na aquisição de novas tecnologias, ao ter como associado minoritário o capital estrangeiro. Por estas razões justifica-se a aprovação da presente Emenda.

**EMENDA:**00190 NÃO INFORMADO

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

Emenda Supressiva - Título VIII - Capítulo I

- art. 312 "caput".

Suprima-se, do art. 312, caput, a expressão:

"e os potenciais de energia hidráulica."

**Justificativa:**

Dado que a prestação de serviços públicos, no território dos Estados, foi cometida à competência dos mesmos para explorá-los, diretamente ou via concessão ou permissão, a teor do art. 311 deste anteprojeto, bem como tendo presente que entre esses serviços públicos se coloca os de energia elétrica que deriva do aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, inexistem razões para se incluir tais potenciais como de propriedade da União, para efeitos de exploração ou aproveitamento, visto que a competência para tanto é dos Estados.



**EMENDA:00430 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: Artigo 313

Substitua-se o Art. 313 do Anteprojeto, pelo de texto seguinte:

"Art. 313 - O Aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da união, na forma da lei."

§ 1o. - Nas áreas definidas como faixa de fronteira e terras indígenas, a lei disporá completamente sobre outros requisitos, segundo o tipo de atividade e sua localização, sempre no sentido de fortalecer e sua localização, sempre no sentido de fortalecer a economia e preservar os interesses nacionais.

§ 2o. - Depende de prévia anuência da comunidade indígena interessada, a autorização ou a concessão para a exploração de recursos minerais, em terras por ela ocupadas, assegurada a sua participação no resultado da lavra, na forma da lei.

**Justificativa:**

A presente emenda, que toma o nome de "Substitutivo", tem por finalidade adequar o seu texto ao objetivo maior que resulta do Anteprojeto, segundo a norma do Artigo 308, o qual dispõe que os investimentos de capital estrangeiro serão admitidos como agente complementar do desenvolvimento econômico. Os recursos minerais são definidos pelo Artigo 48, inciso VIII, do Anteprojeto como bens da União, portanto, merecedores de regulação de caráter permanente, como é o da Constituição.

Ademais, a definição de empresa nacional emprestado ao artigo 307, permite ao estrangeiro participar da exploração dos recursos minerais, desde que ele tenha residência no País, ou seja, o que se restringe com este "substitutivo", é a atividade do capital estrangeiro majoritário, com a consequente remessa de lucros, e não ao cidadão estrangeiro que tenha o capital e seja domiciliado no País, quando não se terá a remessa de lucros, nem deverá obediência a estrangeiros na condução do empreendimento.

Ao permanecer o disposto no artigo ora emendado, as forças do capital estrangeiro sufocarão as do capital nacional, na exploração e no aproveitamento de um bem, que além de permanecer a União, e não renovável. Ademais a empresa nacional muito lucrar na aquisição de novas tecnologias, ao ter como associado minoritário o capital estrangeiro.

Por estas razões, justifica-se a aprovação da presente emenda.

**EMENDA:00435 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO - ARTIGO 312

Suprima-se do artigo 312 do Anteprojeto, a oração: e pertencem a União.

**Justificativa:**

A exclusão da ordenação final do Art. parece indispensável para evitar dupla interpretação ou suscitar eventuais tentativas de declaração de conflito constitucional. Uma vez que o Art. 48, VII, ordena que os recursos minerais

do subsolo incluem-se entre os bens da União, neles seguramente compreendidas as jazidas, não há que se colocar qualquer dúvida sobre essa questão.

A emenda ora apresentada visa, portanto, adequar o Art. à estrutura geral da Constituição e, principalmente, eliminar dúvidas sobre sua interpretação.

Por estas razões, justifica-se a aprovação da presente emenda.

**EMENDA:00855 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ DUTRA (PMDB/AM)

**Texto:**

Modifique-se a redação do art. 313 do Anteprojeto, pela seguinte, suprimindo-se o artigo 314:

"Art. 313 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente".

**Justificativa:**

O Artigo 313, na forma em que se encontra relacionado, permite que as pessoas estrangeiras efetivem "o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de "jazidas minerais", desde que essa atividade se desenvolva fora das "FAIXAS DE FRONTEIRAS".

Essa atuação da empresa estrangeira, que embora constituída legalmente no país, como registro nacional e que pode ter 100% do capital social em poder de estrangeiros, conflita com a norma contida no artigo 308, que considera o capital estrangeiro como AGENTE COMPLEMENTAR do desenvolvimento econômico nacional, já que, fora das áreas de fronteira, ela (empresa estrangeira) seria uma concorrente em potencial da empresa nacional.

Ademais, importa ainda sublinhar que esse conflito se torna mais latente, na medida em que o artigo 48 considera os "recursos minerais do subsolo" como bens da União e, por isso, merece a edição de norma constitucional que proteja, amplamente, a empresa nacional.

Não pode, dada vênha, no caso vertente, o capital estrangeiro atuar senão em caráter complementar ao desenvolvimento nacional. Nada tenho contra o capital estrangeiro, mas ele só deve atuar como associado minoritário nos empreendimentos mineiros, como proponho através desta emenda, para que, desse modo, possa participar pecuniariamente na economia nacional, inclusive com os avanços tecnológicos externos, mas sem esmagar o capital nacional.

Impõe-se, pois, como forma de emprestar maior abrangência aos princípios constitucionais, que a atividade de mineração seja tratada uniformemente em todo o território nacional, remetendo-se para a lei complementar ou ordinária, o estabelecimento de normais circunstanciais recomendadas para cada caso.

E exatamente por tudo isso que, através da presente emenda, procuro juntar os artigos 131 e 314 do anteprojeto, numa só redação, que se me apresenta com mais técnica, mais lógica e mais compreensiva, além de eliminar o conflito ora existente com os artigos 48 e 308 e de adequá-lo às finalidades que consultam os interesses da Nação.

**EMENDA:00856 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ DUTRA (PMDB/AM)

**Texto:**

Dispositivo Emendado: Art. 313

O Artigo 313 do Anteprojeto passa a ter a seguinte redação:

"Art. 313 - O aproveitamento dos potenciais

de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais somente poderão ser efetuados por empresas nacionais."

**Justificativa:**

O Artigo 313, como consta do Anteprojeto, permitindo, por exclusão, a atuação da empresa estrangeira, ou seja, aquela que embora legalmente constituída no País, pode ter 100% do capital social em poder de estrangeiros, conflita com a norma do artigo 308, que dá ao capital estrangeiro o caráter de agente complementar do desenvolvimento econômico.

O conflito aumenta quando os recursos minerais são definidos pelo Artigo 48, do mesmo Anteprojeto, como bens da União, merecedores, portanto, de regra de caráter permanente através da Constituição.

Há, assim, a necessidade de adequação do Artigo em causa. Primeiro, porque a permanecer a regra do Artigo 313, o capital estrangeiro aplicado na exploração de um bem definindo, a nível de Constituição, como BCM DA UNIÃO, não estará em caráter complementar (Art. 48, do Anteprojeto, combinado com o Art. 308, do Anteprojeto).

Segundo, porque, ao atuar como associado minoritário nos empreendimentos mineiros, como propõe esta emenda, ao capital estrangeiro, estar-se-á complementando a economia nacional, com o aporte, além do capital pura e simplesmente, que no final é inteiramente repatriado, dos avanços tecnológicos experimentados em outras partes do mundo, além de não permitir a aniquilação do capital social na mineração pela força do capital estrangeiro.

Por estas razões, justifica-se a aprovação da presente emenda.

**EMENDA:01705 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RENATO JOHNSON (PMDB/PR)

**Texto:**

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: artigo 312

Suprima-se do anteprojeto:

A expressão, no final do artigo 312, "e pertencem à União"

**Justificativa:**

A matéria já se encontra conveniente e apropriadamente disciplinada no Art. 48 do Anteprojeto, que inclui, em seu item VII, de maneira expressa, como bens patrimoniais da União, os recursos minerais do subsolo.

Além da desnecessária repetição da atribuição desta propriedade à União, ressalte-se, outrossim, como acerto da emenda ora proposta, que assim disciplinando ter-se-á resumido, em um só artigo, os demais bens, que, como os recursos minerais, pertencem à União, tais como, os terrenos da marinha, o espaço aéreo, a plataforma submarina, as terras ocupadas pelos índios, dentre outros.

**EMENDA:01914 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

Emenda aditiva ao Art. 312

Acrescente-se o seguinte Parágrafo:

§ 3o. - A lavra e o aproveitamento industrial dos bens minerais, concedidos na forma do Caput deste Artigo, só será dada a brasileiros ou a sociedade organizada no País, autorizada a funcionar como empresa de mineração, que tenha no mínimo 51% do seu capital pertencente a brasileiros ou a pessoas jurídicas de capital inteiramente nacional, não podendo, os acordos de acionistas ou contratos sociais, transferir poder decisório aos eventuais sócios estrangeiros e/ou assegurar aos mesmos a sua direção administrativa e técnica.

**Justificativa:**

A exigência de que 51% do capital de uma empresa de mineração que venha lavrar bem mineral em nosso território, pertença a brasileiros ou a pessoas jurídicas de capitais inteiramente nacional dará condições para que acabemos com o carnaval e as falcatruas que hoje graças na mineração brasileira, garantindo para as empresas nacionais um papel relevante no setor mineral.

Com a nossa proposta, não alijamos as empresas de capital estrangeiro do setor mineral, apenas intervimos no sentido de garantir o controle majoritário do capital e das decisões para o País na lavra e no aproveitamento industrial dos bens minerais.

Estas medidas, além de resguardar a soberania nacional resgatam uma tradição constitucional do País.

**EMENDA:**01915 NÃO INFORMADO

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: Art. 314 renumerando os demais

Acrescente-se onde couber o seguinte dispositivo:

Art. A lavra dos bens minerais será objeto de contrato, por tempo determinado, nunca superior a 25 anos, assinado entre a União e as empresas de mineração, obedecidas as disposições da lei.

Parágrafo único: A lei definirá as condições para a renovação do contrato

Art. A lei estabelecerá a forma de indenização pelos investimentos realizados a ser paga à empresa de mineração que realizar a pesquisa do depósito mineral transformando-o em jazida, e que entretanto, não realizará a sua lavra, em face de desacordo com a União.

Art.: A União em vista o interesse do País, e no exercício da soberania minerais, poderá recusar-se a assinar contrato de lavra com empresa que tenha a participação de capital estrangeiro, ocorrendo, então, neste caso, a indenização Prevista no artigo anterior.

Art... a minuta do contrato a ser assinado entre a União e a empresa de mineração será publicada no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do estado em que se situa a mina, com a Assembléia Legislativa respectiva tendo um prazo definido em lei para avocá-lo para exame e deliberação.

Art... Tendo em vista o interesse nacional, os contratos de lavra com empresas de mineração que tenham a participação de capital estrangeiro serão, previamente, submetidos ao Congresso Nacional.

**Justificativa:**

A proposta, por nós apresentada contém três pontos básicos e importantes para a política mineral brasileira a saber:

- a) Reforça, constitucionalmente, a soberania nacional sobre os recursos minerais, ampliando o controle sobre a intervenção do capital estrangeiro na mineração.
- b) Modernizar a legislação mineral brasileira introduzindo a figura do contrato da lavra.
- c) Democratizar as decisões no setor mineral, com a possibilidade dos legislativos estaduais e o Congresso Nacional opinarem e decidirem, à luz de seus interesses, sobre a conveniência ou não de determinada lavra de bem mineral.

Estes três postulados tem a sua justificação fácil, clara e cristalina, se não vejamos:

A clara definição e normatização de como o capital estrangeiro poderá atuar na mineração brasileira é inequivocamente fator de afirmação da soberania nacional. A possibilidade do Congresso Nacional deliberar

sobre os contratos de lavra que a União vier assinar com empresa com participação de capital estrangeiro, garante que o interesse nacional será posto em primeiro plano, relegando-se a segundo plano os interesses econômicos e de cartel que uma determinada empresa poderá estar representando no País. Desta forma prioritariamente a nação será beneficiada com a exploração dos bens minerais.

Além disto, a possibilidade da União se recusar a assinar contrato de lavra com essas empresas, depois de toda a pesquisa mineral efetuada, forçará a adaptação da política dessas empresas aos interesses nacionais.

O outro tópico a ser discutido é a da inserção na Constituição da figura do contrato de lavra por tempo determinado.

Se entendermos os bens minerais como pertencente, de forma inalienável, a nação brasileira, não podemos admitir concessões minerais permanentes pois isto significa na prática transferir, da nação para as empresas, a propriedade do bem material.

Por outro lado, a figura do contrato mais moderna e dinâmica, já é utilizada em diversos países como a Austrália e o Canadá, além de outros na Europa.

A terceira questão colocada em destaque, diz respeito a democratização, e portanto ao contrato da população sobre as decisões no setor mineral.

Com a necessidade de serem submetidos ao Congresso Nacional os contratos de lavra que a União quiser firmar com empresas com participação de capital estrangeiro estará garantida a participação popular, via Deputados e Senadores, na definição do que é prioritário e oportuno em termos de lavra mineral. Mais ainda, este método permite um melhor planejamento da exploração dos recursos minerais existentes em solo brasileiro. Porém, essa proposta também assegura aos estados, onde se situa a mina objeto de contrato, a possibilidade de, avaliadas as suas necessidades e condições objetivas, examinar e deliberar sobre a conveniência ou não da sua implantação, propondo inclusive as alterações que achar importante para o bom desenvolvimento do projeto. Assim os interesses das comunidades diretamente influenciadas pelo projeto serão debatidos e respeitados.

#### **EMENDA:01916 NÃO INFORMADO**

##### **Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

##### **Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

##### **Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

##### **Texto:**

Emenda modificativa ao "Caput" do art. 312 dando a seguinte redação.

Art. 9o. As jazidas, o patrimônio genético das espécies nativas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as reservas de água subterrânea constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, pertencem à União e são inalienáveis e imprescritíveis, ressalvado o disposto neste título.

##### **Justificativa:**

Garantir de maneira firme e indubitável a soberania nacional sobre os recursos minerais, potenciais de energia hidráulica, reservas de água subterrânea e o patrimônio genético das espécies nativas é a principal intenção da nossa proposta.

A inclusão do termo imprescritíveis, dá sem dúvida, condições para que seja assegurada à nação a propriedade destes bens.

#### **EMENDA:02131 NÃO INFORMADO**

##### **Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

##### **Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

##### **Autor:**

DARCY POZZA (PDS/RS)

##### **Texto:**

Emenda Supressiva

Dispositivo emendado: Artigo 312

Suprima-se no anteprojeto:

No artigo 312, o final do texto, a saber, "e pertencem à União"

##### **Justificativa:**

Segundo a tradição constitucionalista do nosso País e postulados de países democráticos, o exercício da atividade econômica faz-se por intermédio da livre iniciativa. Referendando este salutar princípio, o anteprojeto da Constituição também fundamenta a ordem econômica na livre iniciativa.

Ao se erigir as jazidas e demais recursos minerais como de propriedade da União, como a redação que ora se propõe a supressão o faz, automaticamente estar-se-á quebrando este princípio constitucional, além de afastar a livre iniciativa da atividade mineral, já que não mais será esta detentora dos direitos sobre as jazidas que eventualmente venham a ser descobertas, pela aplicação de seus recursos humanos, financeiros e técnicos. Como, tradicionalmente, a União praticamente não investe em mineração, conforme o demonstrou a “CURVA DA MORTE” do DNPM, colocar-se “e pertencem à União” significa aumentar, temerária e perigosamente, dentre outras a dependência nacional do subsolo estrangeiro, a redução ou estagnação do ritmo de descoberta de novas jazidas, ou seja, enfraquecer inapelavelmente a base mineral do país.

**EMENDA:02385 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CARLOS SANT'ANNA (PMDB/BA)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 312, CAPUT

O Caput do Artigo 312 do anteprojeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 312 - As jazidas e demais recursos minerais, as fontes naturais de energia e os recursos hídricos subterrâneos constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União.

§ 1o. - idêntico

§ 2o. – idêntico

**Justificativa:**

A redação proposta pelo Relator limitou de modo impróprio as fontes naturais de energia apenas àquela na forma hidráulica e ignora os potenciais hídricos subterrâneos de altíssimo valor estratégico e de vital segurança das populações.

**EMENDA:02388 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CARLOS SANT'ANNA (PMDB/BA)

**Texto:**

O "caput" do art. 313 do anteprojeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 313. O aproveitamento das fontes naturais de energia e recursos hídricos subterrâneos e a lavra de jazidas minerais em faixa de fronteira somente poderá ser efetuados por empresas nacionais.

**Justificativa:**

O caput do art. 313, como proposto pelo Relator, não inclui outras fontes naturais de energia e desconhece a exploração de recursos hídricos subterrâneos.

Por tratar de áreas de segurança nacional, sua redação deve ser mais abrangente.

**EMENDA:02402 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

IRAM SARAIVA (PMDB/GO)

**Texto:**

Altere-se a redação do art. 314 do Capítulo I, do Título VIII e acrescente-se o § 1o, renumerando-se o seguinte:

Art. 314 - A pesquisa e a lavra de recursos minerais, o aproveitamento industrial dos bens minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica dependem de autorização ou concessão federal por tempo determinado, a brasileiro ou sociedade de capital nacional majoritário, e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder crescente.

§ 1o. - Cabe ao Congresso Nacional apreciar e autorizar todas as concessões a empresas que tenham participação de capital estrangeiro, para assegurar a defesa dos interesses nacionais.

**Justificativa:**

O objetivo maior desta Emenda para setor mineral é o de garantir a soberania nacional sobre os recursos minerais e o pleno aproveitamento destes pelo povo brasileiro, agora e nas gerações futuras.

Para resguardar ainda mais a soberania nacional, só será permitida a exploração mineral por empresa que tenha, no mínimo, 51% de seu capital majoritariamente nacional. Adicionalmente, aquelas empresas que, embora majoritariamente nacionais, tenham alguma participação de capital estrangeiro, serão obrigadas a submeter seus contratos à aprovação do Congresso Nacional.

**EMENDA:02527 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SEVERO GOMES (PMDB/SP)

**Texto:**

Substitua-se, no "caput" do art. 314, a expressão "potenciais de energia hidráulica" por "recursos hídricos".

**Justificativa:**

Trata-se de compatibilizar o art. 314 com o art. 50, que dá à União competência para legislar "sobre o uso dos recursos hídricos" integrados ao seu patrimônio. O item II do referido art. 50 também fala dos "critérios de outorga de direitos de uso dos recursos hídricos". Como nem todos os recursos hídricos são potenciais de energia hidráulica, torna-se necessária a compatibilização dos textos.

**EMENDA:02648 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Redação Atual

Art. 312 - .....

§ 1o. - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Proposta

Art. 312 - .....

§ 1o. - À União e ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

**Justificativa:**

A União deve caber participação nos resultados da lavra, pois a ela permanecem os recursos minerais, destinando a parcela aos Estados e Municípios, para diversos fins, conforme definido em lei.

**EMENDA:02708 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ DUTRA (PMDB/AM)

**Texto:**

Emenda Modificativa/Supressiva  
 Modifique-se a redação do art. 313 do anteprojeto, pela seguinte, suprimindo-se o art. 314:  
 "Art. 313 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente".  
 Parágrafo Único - A autorização ou concessão, pela União, para a exploração de recursos minerais em terras indígenas dependerá sempre de anuência das populações indígenas envolvidas".

**Justificativa:**

O Artigo 313, na forma em que se encontra relacionado, permite que as pessoas estrangeiras efetivem "o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de "jazidas minerais", desde que essa atividade se desenvolva fora das "FAIXAS DE FRONTEIRA".

Essa atuação da empresa estrangeira, que embora constituída legalmente no país, como registro nacional e que pode ter 100% do capital social em poder de estrangeiros, conflita com a norma contida no artigo 308, que considera o capital estrangeiro como AGENTE COMPLEMENTAR do desenvolvimento econômico nacional, já que, fora das áreas de fronteira, ela (empresa estrangeira) seria uma concorrente em potencial da empresa nacional.

Ademais, importa ainda sublinhar que esse conflito se torna mais latente, na medida em que o artigo 48 considera os "recursos minerais do subsolo" como bens da União e, por isso, merece a edição de norma constitucional que proteja, amplamente, a empresa nacional.

Não pode, dada vênica, no caso vertente, o capital estrangeiro atuar senão em caráter complementar ao desenvolvimento nacional. Nada tenho contra o capital estrangeiro, mas ele só deve atuar como associado minoritário nos empreendimentos mineiros, como proponho através desta emenda, para que, desse modo, possa participar pecuniariamente na economia nacional, inclusive com os avanços tecnológicos externos, mas sem esmagar o capital nacional.

Impõe-se, pois, como forma de emprestar maior abrangência aos princípios constitucionais, que a atividade de mineração seja tratada uniformemente em todo o território nacional, remetendo-se para a lei complementar ou ordinária, o estabelecimento de normais circunstanciais recomendadas para cada caso.

E exatamente por tudo isso que, através da presente emenda, procuro juntar os artigos 131 e 314 do anteprojeto, numa só redação, que se me apresenta com mais técnica, mais lógica e mais compreensiva, além de eliminar o conflito ora existente com os artigos 48 e 308 e de adequá-lo às finalidades que consultam os interesses da Nação.

Ademais, como mecanismo de preservação dos interesses das comunidades indígenas, proponho também um parágrafo único, através do qual pretendo estabelecer que, no caso de autorização ou concessão, pela União, para exploração de recursos minerais em terras indígenas dependerá sempre de audiência das populações indígenas envolvidas.

**EMENDA:03009 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ULDURICO PINTO (PMDB/BA)

**Texto:**

Emenda aditiva.



Dispositivo emendado: art. 312.

Inclua-se, no art. 312, do anteprojeto, o §

3o., com a seguinte redação:

Art. 312. ....

§ 3o. As disposições sobre jazidas, minas e recursos minerais somente se aplicam às águas subterrâneas com propriedades e características especiais definidas em lei.

**Justificativa:**

Somente as águas subterrâneas, que apresentem características e propriedades especiais, como por exemplo, as minerais, termais e as gasosas, devem ser disciplinadas pelas normas que regem as jazidas, minas e os recursos minerais. As demais devem seguir regime jurídico paralelo ao das águas superficiais, competentes que são do mesmo ciclo hidrológico.

**EMENDA:03032 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

**Texto:**

Emenda Aditiva e Modificativa

Redação Atual

Art. 314 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

Parágrafo único - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

Proposta

Art. 314 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão da União, contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

§ 1o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

§ 2o. - A pesquisa, a lavra e a transformação industrial de minérios considerados estratégicos serão desenvolvidas com prioridade da União.

§ 3o. - Quando não se tratar de minerais estratégicos, da faixa de fronteira ou de terras indígenas, a União poderá delegar competência às Unidades da Federação, quanto às autorizações, concessões e suas renovações, de acordo com o estabelecido em lei.

**Justificativa:**

Não é justo que os servidores públicos fiquem à margem dos direitos sociais previstos nos itens referidos, do artigo 14, que assegurem aos trabalhadores a garantia ao trabalho, preservação do poder aquisitivo, irredutibilidade da remuneração, salário mínimo, gratificação natalina, salário diferenciado para o trabalho noturno, isonomia salarial, salário família, duração de trabalho não superior a 40 horas semanais, repouso semanal remunerado, gozo de 30 dias de férias anuais, licença remunerada à gestante, saúde e segurança do trabalho, proibição do exercício ou compensação pelo trabalho em atividades insalubres ou perigosas, assistência aos filhos menores de 6 anos de idade em creches e pré-escolas, jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos, garantia de permanência no emprego em casos de acidente no trabalho.

Todos estes direitos estão assegurados aos trabalhadores da atividade privada e não podem deles ficarem privados os servidores públicos, sob pena de injustiça discriminação.

**EMENDA:03035 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

Acrescente-se ao artigo 314, parágrafo único,  
in fine:

"e a garimpagem de índios e profissionais isolados de garimpo que já se encontrem no exercício da profissão à data da promulgação da Constituição

**Justificativa:**

O presente acréscimo compatibilizará o § 3º do artigo 8º da Comissão VI com o artigo 103 e parágrafos do anteprojeto da Comissão VII.

Com efeito se é garantido aos índios a possibilidade de garimpar nas suas terras e mantidos os direitos adquiridos de pessoas ou até mesmo de empresas para operações de exploração de pequeno porte, que se dirá do direito dos garimpeiros, micro-operadores da atividade de pesquisa e exploração de jazidas.

**EMENDA:03036 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

Acrescentem-se, "in fine" ao artigo 314:  
...e prévia licença do Congresso Nacional.

**Justificativa:**

Ora, se a atividade econômica, todas as atividades de competência da União são objeto de deliberação da União por via do Congresso, é preciso que fique bem claro, que também para o contrato de qualquer tipo relativo a concessão de exploração de jazida mineral a aquiescência do Congresso Nacional seja prévia.

As concessões minerais tem sido uma das maiores vias de evasão de nossas riquezas, porque as concessões são feitas sem uma apreciação mais pública, nos gabinetes administrativos, sem a transparência necessária a um ato público de tanta relevância.

Os preços são baixos, as cláusulas são prejudiciais ao governo, e principalmente ao Estado e ao Município que não rege sua própria riqueza e deve ser defendido pelo Congresso na qualidade de Instituição da União a quem cabem os atos mais transparentes de suas transações.

**EMENDA:03039 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

Acrescente-se ao artigo 314, um parágrafo além dos existentes:

"A exploração de jazidas e recursos minerais dependem de "contrato mineral", por tempo determinado, na forma da lei, em que só podem ser partes os brasileiros ou sociedades brasileiras.

**Justificativa:**

Não podemos deixar em aberto para a exploração estrangeira a riqueza de jazidas e recursos minerais de que dependem alguns municípios nacionais. Este é um mercado que deve ser preservado não só porque tem um reflexo sobre a soberania nacional como pelo fato incontestável de que dessas riquezas dependem muitos municípios que sobrevivem graças a extração local.

Tanto a fonte de rendimento relativa aos impostos municipais e estaduais como o próprio sustento de trabalhadores em centenas de municípios no planalto e nas regiões mais ocidentais do Brasil dependem de recursos minerais mais simples que não os das jazidas. Tais fontes de sobrevivência não podem ficar indefesos e sujeitos à exploração alienígena.

**EMENDA:03100 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Redação Atual

Art. 312 - .....

§ 1o. - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Proposta

Art. 312 - .....

§ 1o. - A União e ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

**Justificativa:**

À União deve caber participação nos resultados da lavra, pois a ela pertencem os recursos minerais, destinando parcela aos Estados e Municípios, para diversos fins, conforme definido em lei.

**EMENDA:03114 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ADEMIR ANDRADE (PMDB/PA)

**Texto:**

DISPOSITIVOS EMENDADOS: art. 312

TÍTULO VIII - Da Ordem Econômica e Financeira

CAPÍTULO I - Dos Princípios Gerais, da Intervenção

do Estado, do Regime de Propriedade do Subsolo

e da Atividade Econômica

Modificar o Art. 312 do Capítulo I do Título

VIII pela supressão da expressão "e os potenciais de energia hidráulica".

**Justificativa:**

Essa expressão no Art. 312 se incompatibiliza com o Art. 48, inciso II do Capítulo II do Título IV, que estabelece, por exclusão, que as correntes de água com nascente e foz no Território Estadual e que não constituam limites com outros países, pertencem aos Estados, enquanto o Art. 312 define como pertencentes à União todos os potenciais de energia hidráulica.

**EMENDA:03199 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MENDONÇA DE MORAIS (PMDB/MG)

**Texto:**

Suprima-se a expressão "e pertencem à União", ao final do texto do art. 312.

**Justificativa:**

A permanência do inciso citado, a par de romper com a tradição do tratamento constitucional da mineração no País, é incompatível com a opção do presente anteprojeto constitucional que, em seu art. 306, estabelece, com

meridiana clareza, que a ordem econômica é fundada na livre mineral do País, com reflexos seríssimos na descoberta de novas jazidas e na consequente oferta de bens minerais, sem os quais a moderna civilização, a agricultura e a indústria não poderão se desenvolver ou mesmo existir.

**EMENDA:03315 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ALOYSIO CHAVES (PFL/PA)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados:

Título VIII - Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo I - Dos Princípios Gerais, da

Intervenção do Estado, do Regime de Propriedade do

Subsolo e da Atividade Econômica.

Modificar o Art. 312 do Capítulo I do Título

VIII pela supressão da expressão "e os potenciais de energia hidráulica".

**Justificativa:**

Essa expressão no Art. 312 se incompatibiliza com o Art. 48, inciso II do Capítulo II do Título IV, que estabelece, por exclusão, que as correntes de água com nascente e foz no Território Estadual e que não constituam limites com outros países, pertencem aos Estados, enquanto o Art. 312 define como pertencentes à União todos os potenciais de energia hidráulica.

**EMENDA:03578 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GANDI JAMIL (PFL/MS)

**Texto:**

Emenda Supressiva:

Suprima-se a expressão "e pertencem à União", ao final do texto do art. 312.

**Justificativa:**

A permanência do inciso citado, a par de romper com a tradição do tratamento constitucional da mineração no País, é incompatível com a opção do presente Projeto constitucional que, em seu art. 300, estabelece, com mediana clareza, que a ordem econômica é fundada na livre iniciativa. Sua manutenção significará a estatização do setor mineral do País, com reflexos seríssimos na descoberta de novas jazidas e na consequente oferta de bens minerais, sem os quais a moderna civilização, a agricultura e a indústria não poderão se desenvolver ou mesmo existir.

**EMENDA:03888 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ALMIR GABRIEL (PMDB/PA)

**Texto:**

Emenda de Adequação

Dispositivos Emendados:

Título VIII - Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo I - Dos Princípios Gerais, da

Intervenção do Estado, do Regime de Propriedade do

Subsolo e da Atividade Econômica.

Modificar o Art. 312 do Capítulo I do Título

VIII pela supressão da expressão "e os potenciais de energia hidráulica".

**Justificativa:**

Essa expressão no Art. 312 se incompatibiliza com o Art. 48, inciso II do Capítulo II do Título IV, que estabelece, por exclusão, que as correntes de água com nascente e foz no Território Estadual e que não constituam limites com outros países, pertencem aos Estados, enquanto o Art. 312 define como pertencentes à União todos os potenciais de energia hidráulica.

**EMENDA:03947 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB/PE)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Artigo 312.

Inclua-se, no Artigo 312, do anteprojeto, o § 3o. com a seguinte redação:

Art. 312 .....

§ 3o. - As disposições sobre jazidas, minas e recursos minerais somente se aplicam às águas subterrâneas com propriedades e características especiais, definidas em lei.

**Justificativa:**

Somente as águas subterrâneas, que apresentem características e propriedades especiais, como, por exemplo, as minerais, termais e as gasosas, devem ser disciplinadas pelas normas que regem as jazidas, minas e os recursos minerais. As demais devem seguir regime jurídico ao das águas superficiais, componentes que são do mesmo ciclo hidrológico.

**EMENDA:03959 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ LINS (PFL/CE)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: artigo 312.

Inclua-se, no artigo 312, do anteprojeto, o § 3o. com a seguinte redação:

Art. 312 .....

§ 3o. - As disposições sobre jazidas, minas e recursos minerais somente se aplicam às águas subterrâneas com propriedades e características especiais, definidas em lei.

**Justificativa:**

Somente as águas subterrâneas, que apresentem características e propriedades especiais, como, por exemplo, as minerais, termais e as gasosas, devem ser disciplinadas pelas normas que regem as jazidas, minas e os recursos minerais. As demais devem seguir regime jurídico ao das águas superficiais, componentes que são do mesmo ciclo hidrológico.

**EMENDA:04200 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GERSON PERES (PDS/PA)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS:

Título X - Disposições Transitórias

#### Artigo 500

Acrescentar a expressão "de conservação da natureza e dos recursos naturais" para compatibilizá-lo com o restante do texto, conforme redação que segue:

Art. 500 - Dentro de 12 (doze) meses, a contar da data de promulgação desta Constituição, o Congresso Nacional aprovará leis que fixem as Diretrizes das políticas agrícola, agrária, tecnológica, industrial, urbana, de transporte, do comércio interno e externo, de conservação da natureza e dos recursos naturais.

#### EMENDA MODIFICATIVA

##### DISPOSITIVOS EMENDADOS:

Título VIII - Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo I - Dos Princípios Gerais, da Intervenção do Estado, do Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica

Modificar o Art. 312 do Capítulo I do Título

VIII pela supressão da expressão "e os potenciais de energia hidráulica".

#### Justificativa:

Assim como as demais políticas mencionadas no texto, a questão de conservação da natureza e dos recursos naturais são remetidos para futuras leis, no Art. 414.

#### EMENDA:04201 NÃO INFORMADO

##### Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

##### Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

##### Autor:

GERSON PERES (PDS/PA)

##### Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

##### DISPOSITIVOS EMENDADOS:

TÍTULO VIII - DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS GERAIS, DA INTERVENÇÃO

DO ESTADO, DO REGIME DE PROPRIEDADE DO SUB-SOLO E

DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Modificar o Art. 312 do Capítulo I do Título

VIII pela supressão da expressão "e os potenciais de energia hidráulica".

#### Justificativa:

Essa expressão no Art. 312 se incompatibiliza com o Art. 48, inciso II do Capítulo II do Título IV, que estabelece, por exclusão, que as correntes de água com nascente e foz no Território Estadual e que não constituam limites com outros países, pertencem aos Estados, enquanto o Art. 312 define como pertencentes à União todos os potenciais de energia hidráulica.

#### EMENDA:04718 NÃO INFORMADO

##### Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

##### Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

##### Autor:

OTTOMAR PINTO (PTB/RR)

##### Texto:

- Acrescente-se dois parágrafos ao art. 313 com a seguinte redação:

§ 1o. - A pesquisa e a lavra dos minerais estratégicos somente será autorizada ou concedida a brasileiras ou a empresas nacionais.

§ 2o. - Lei ordinária definirá os minerais

estratégicos e estabelecerá as condições para a autorização ou concessão da pesquisa e da lavra desses minerais.

**Justificativa:**

Por diversas razões, alguns tipos de recursos minerais apresentam fundamental importância para o Brasil. A pesquisa e mormente a lavra desses minerais deve ser objeto de cuidadoso exame e de permanente controle. Embora não configure a necessidade de se estabelecer um monopólio estatal em relação desses minerais, parece de todo conveniente que se adotem, em relação aos mesmos, medidas acauteladoras que previnam a breve exaustão das reservas conhecidas ou sias indiscriminadas exportações.

**EMENDA:05129 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FÁBIO FELDMANN (PMDB/SP)

**Texto:**

Inclua-se, no Artigo 312, do Anteprojeto, o § 3o., com a seguinte redação:

Art. 312 ...

§ 3o. - As disposições sobre jazidas, minas e recursos minerais somente se aplicam às águas subterrâneas com propriedades e características especiais, definidas em lei.

**Justificativa:**

Somente as águas subterrâneas, que apresentem características e propriedades especiais, como, por exemplo, as minerais, termais e as gasosas, devem ser disciplinadas pelas normas que regem as jazidas, minas e os recursos minerais. As demais devem seguir regime jurídico ao das águas superficiais, componentes que são do mesmo ciclo hidrológico.

**EMENDA:05552 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

**Texto:**

Suprima-se o Art. 313.

**Justificativa:**

É tarefa fundamental da comissão de sistematização ordenar os textos, compatibilizar na forma, no conteúdo e o que é infraconstitucional.

**EMENDA:00191 REJEITADA**

**Fase:**

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

Emenda Modificativa - Título VIII - Capítulo I.

Dê-se a seguinte redação ao art. 314 e seu parágrafo único:

"Art. 314 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de concessão ou permissão do Poder Público Federal e estadual, respectivamente, no interesse nacional, e não poderão ser transferidos sem a prévia anuência do poder Concedente."

Parágrafo Único - "Não dependerão de

concessão ou permissão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.""

**Justificativa:**

a) com relação ao "caput" do artigo:

A redação visa, em sintonia com outros dispositivos constitucionais relativos à competência a aos bens da União e dos Estados Federados, compatibilizar o texto do art. 314 com os artigos 48, 49 e 52 do anteprojeto, no sentido de reservar-se à União a competência para a pesquisa e a lavra dos recursos minerais e aos Estados a de aproveitar os potenciais de energia hidráulica, fixada a premissa fundamental, adotada em outras disposições, de que será prioritariamente respeitado o princípio básico do regime federativo. Assim, nessa linha do princípio adotado, é de competência dos Estados Federados e exploração dos potenciais de energia hidráulica a fim de que possam estes prestar o serviço público de fornecimento de energia elétrica que lhes foi reservado pelo próprio art. 311 do anteprojeto.

b) com relação ao § único do artigo:

A substituição da palavra "autorização" para, em seu lugar, utilizar-se a expressão "permissão", justifica-se por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, é evidente que "autorização" é gênero de que são espécies a concessão e a permissão, conforme assinalaram numerosos e de espécie. O anteprojeto, em várias de suas disposições (veja-se por exemplo, os artigos 49, inciso XI, e o art. 311) já fez a devida correção que ora se propõe, trocando a expressão "autorização" pela palavra "permissão".

**Parecer:**

O texto atual contempla os aspectos mencionados na justificação, não parecendo necessário alterar o texto existente.

Pela rejeição.

**EMENDA:02421 REJEITADA**

**Fase:**

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

**Texto:**

- Substitua-se a expressão "do solo" por "Fundário".

**Justificativa:**

A palavra fundário é mais apropriada no contexto do art. 312 por ser também tecnicamente a mais correta.

**Parecer:**

O art. 312 refere-se a jazidas e recursos minerais e neste contexto é mais apropriado utilizar o termo solo. Pela rejeição.

**EMENDA:02434 REJEITADA**

**Fase:**

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

**Texto:**

Emenda Aditiva  
Dispositivo Emendado: art. 312, "caput".  
- incluir a palavra "minas" logo após a palavra "jazida".

**Justificativa:**

A proposta visa manter a coerência com a redação proposta para o inciso VIII do art. 48.

**Parecer:**

O temo "jazida" é amplo, caracterizando depósitos naturais de uma ou mais substâncias úteis, enquanto o termo "mina" é menos genérico, caracterizando um local onde se desenvolve uma atividade econômica extrativa.

Pela rejeição.

**EMENDA:04386 REJEITADA**

**Fase:**

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição



**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RICARDO FIUZA (PFL/PE)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 313.

O artigo 313 do anteprojeto, passa ter a seguinte redação:

Art. 313. Na Faixa de Fronteira, o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos minerais somente poderão ser efetuados por empresas nacionais.

**Justificativa:**

Uniformiza-se o uso de expressões já consagradas no anteprojeto, como "Faixa de Fronteira" (cfr. Art. 48, § 3º) e "recursos minerais" (cfr. Art. 48, inciso VIII e § 2º; art. 312, "caput" e § 2º; art., "caput").

Como a pesquisa e a lavra são fases diversas, tendo a primeira necessariamente que preceder à segunda, imperioso se torna fiquem ambas sujeitas às mesmas limitações, ou seja, "somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais", sob pena de, eventualmente, ter-se de negar a concessão de lavra a quem tivera a autorização de pesquisa e já desembolsara, nesse sentido, elevadas importâncias.

**Parecer:**

A expressão "pesquisa" não está mencionada no artigo do texto da Comissão. Sua inclusão afetaria o teor original do Relatório da Comissão Temática. Pela rejeição.

## FASE M

**EMENDA:00015 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

EDIVALDO MOTTA (PMDB/PB)

**Texto:**

Emenda aditiva para adequação

Dispositivo Emendado: art. 307

Substitua-se o art. 307 do Anteprojeto, pelo de texto seguinte:

ART. 313 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei.

§ 1o. - Nas áreas definidas como faixa de fronteira e terras indígenas, a lei disporá complementarmente sobre outros requisitos, segundo o tipo de atividade e sua localização, sempre no sentido de fortalecer a economia e preservar os interesses nacionais.

§ 2o. - Depende de prévia anuência da comunidade indígena interessada, a autorização ou concessão para exploração de recursos minerais, em terras por ela ocupadas, assegurada a sua participação no resultado da lavra, na forma da lei.

**Justificativa:**

A presente Emenda, tem por finalidade adequar o seu texto ao objetivo maior que resulta do Anteprojeto, segundo a norma do Art. 302, o qual dispõe que os investimentos de capital estrangeiro serão admitidos como agente complementar do desenvolvimento econômico. Os resultados minerais são definidos pelo Art. 52, do

Anteprojeto como bens da União, portanto, merecedores de regulamentação de caráter permanente, como é o da Constituição.

Ademais, a definição de empresa nacional expressa ao Art. 301, permite ao estrangeiro participar da exploração dos recursos minerais, desde que ele tenha residência no País, ou seja, o que se restringe com esta adequação, e a atividade da capital estrangeiro majoritário, com a consequente remessa de lucros, e não ao cidadão estrangeiro que tenha o capital e seja domiciliado no País, quando não se terá a remessa de lucros, nem deverá obedecer a estrangeiros na condução de empreendimento.

Ao permanecer o disposto no Artigo ora emendado, as forças do capital estrangeiro sufocarão as do capital nacional, na exploração e no aproveitamento de um bem, que além de pertencer a União, e não renovável.

Ademais a empresa nacional muito lucrava na aquisição de novas tecnologias, ao ter como associado minoritário o capital estrangeiro. Por estas razões justifica-se a aprovação da presente Emenda.

**Parecer:**

É necessário limitar às empresas nacionais a exploração e aproveitamento dos recursos minerais. No que se referem às faixas de fronteiras e terras indígenas, consideramos imprescindível. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:00171 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA - Título VIII - Capítulo I - art. 306 "caput".

Suprima-se, do art. 306, caput, a expressão:

"e os potenciais de energia hidráulica."

**Justificativa:**

Dado que a prestação de serviços públicos, no território dos Estados, foi cometida à competência dos mesmos para explorá-los, diretamente ou via concessão ou permissão, a teor do art. 311 deste anteprojeto, bem como tendo presente que entre esses serviços públicos se coloca os de energia elétrica que deriva do aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, inexistem razões para se incluir tais potenciais como de propriedade da União, para efeitos de exploração ou aproveitamento, visto que a competência para tanto é dos Estados.

**Parecer:**

O principal objetivo do artigo é o de determinar a distinção entre propriedade do solo e do subsolo, para fins de exploração ou aproveitamento. Assim sendo, não há porque excluir os potenciais de energia hidráulica dessa distinção, só porque os serviços de fornecimento de energia elétrica estarão dentro da esfera de competência dos Estados. Por essa razão somos pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:00172 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA - Título VIII - Capítulo I.

Dê-se a seguinte redação ao art. 308 e seu parágrafo único:

"Art. 308 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de concessão ou permissão do Poder Público Federal e Estadual, respectivamente, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem a prévia anuência do Poder Concedente."

Parágrafo único - "Não dependerão de concessão ou permissão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida."

**Justificativa:**

a) com relação ao "caput" do artigo:

A redação visa, em sintonia com outros dispositivos constitucionais relativos à competência a aos bens da União e dos Estados Federados, compatibilizar o texto do art. 308 com os artigos 52, 54 e 56 do anteprojeto, no sentido de reservar-se à União a competência para a pesquisa e a lavra dos recursos minerais e aos Estados a de aproveitar os potenciais de energia hidráulica, fixada a premissa fundamental, adotada em outras disposições, de que será prioritariamente respeitado o princípio básico do regime federativo. Assim, nessa linha do princípio adotado, é de competência dos Estados Federados e exploração dos potenciais de energia hidráulica a fim de que possam estes prestar o serviço público de fornecimento de energia elétrica que lhes foi reservado pelo próprio art. 305 do anteprojeto.

b) com relação ao § único do artigo:

A substituição da palavra “autorização” para, em seu lugar, utilizar-se a expressão “permissão”, justifica-se por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, é evidente que “autorização” é gênero de que são espécies a concessão e a permissão, conforme assinalaram numerosos e de espécie. O anteprojeto, em várias de suas disposições (veja-se por exemplo, os artigos 54, inciso XI, e o art. 305) já fez a devida correção que ora se propõe, trocando a expressão “autorização” pela palavra “permissão”.

**Parecer:**

a) Quanto ao caput: Pela rejeição.

Recursos minerais e potenciais hidrelétricos são partes dos recursos naturais, cuja exploração, de interesse público relevante, deve ser de competência do Poder Público, no mais amplo sentido. Atribuir a exploração de uns à União e de outros aos Estados, de modo estrito, pode representar restrição do Poder Público em sua ação com vistas ao interesse público, na exploração desses recursos.

b) Com relação ao parágrafo único do artigo: Pela Aprovação

Aceitando “concessão” e “permissão” como espécie, não há porque misturar a espécie e o gênero “autorização” no mesmo sujeito.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:00390 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: Artigo 307

Substitua-se o Art. 307 do Projeto, pelo de texto seguinte:

“Art. 307 - O Aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei.”

§ 1o. - Nas áreas definidas como faixa de fronteira e terras indígenas, a lei disporá complementarmente sobre outros requisitos, segundo o tipo de atividade e sua localização, sempre no sentido de fortalecer a economia e preservar os interesses nacionais.

§ 2o. - Depende de prévia anuência da comunidade indígena interessada, a autorização ou a concessão para a exploração de recursos minerais, em terras por ela ocupadas, assegurada a sua participação no resultado da lavra, na forma da lei.

**Justificativa:**

A presente emenda, que toma o nome de “Substitutivo”, tem por finalidade adequar o seu texto ao objetivo maior que resulta do Anteprojeto, segundo a norma do Artigo 308, o qual dispõe que os investimentos de capital estrangeiro serão admitidos como agente complementar do desenvolvimento econômico. Os recursos minerais são definidos pelo Artigo 48, inciso VIII, do Anteprojeto como bens da União, portanto, merecedores de regulação de caráter permanente, como é o da Constituição.

Ademais, a definição de empresa nacional emprestado ao artigo 307, permite ao estrangeiro participar da exploração dos recursos minerais, desde que ele tenha residência no País, ou seja, o que se restringe com este “substitutivo”, é a atividade do capital estrangeiro majoritário, com a consequente remessa de lucros, e não ao cidadão estrangeiro que tenha o capital e seja domiciliado no País, quando não se terá a remessa de lucros, nem deverá obediência a estrangeiros na condução do empreendimento.

Ao permanecer o disposto no artigo ora emendado, as forças do capital estrangeiro sufocarão as do capital nacional, na exploração e no aproveitamento de um bem, que além de permanecer a União, e não renovável. Ademais a empresa nacional muito lucrar na aquisição de novas tecnologias, ao ter como associado minoritário o capital estrangeiro.

Por estas razões, justifica-se a aprovação da presente emenda.

**Parecer:**

É necessário limitar às empresas nacionais a exploração e aproveitamento dos recursos minerais. No que se referem às faixas de fronteiras e terras indígenas, consideramos imprescindível. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:00395 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO - ARTIGO 306

Suprima-se do artigo 306 do Projeto, a oração: e pertencem a União.

**Justificativa:**

A exclusão da ordenação final do Art. parece indispensável para evitar dupla interpretação ou suscitar eventuais tentativas de declaração de conflito constitucional. Uma vez que o Art. 48, VII, ordena que os recursos minerais do subsolo incluem-se entre os bens da União, neles seguramente compreendas as jazidas, não há que se colocar qualquer dúvida sobre essa questão.

A emenda ora apresentada visa, portanto, adequar o Art. à estrutura geral da Constituição e, principalmente, eliminar dúvidas sobre sua interpretação.

Por estas razões, justifica-se a aprovação da presente emenda.

**Parecer:**

De fato, o item VIII do art. 52 relaciona muito claramente os bens da União e já inclui tanto os recursos minerais do subsolo quanto os potenciais de energia hidráulica. Por essa razão, concordo em que seja conveniente retirar a expressão "e pertencem à União".

**EMENDA:00792 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ DUTRA (PMDB/AM)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA/SUPRESSIVA

Modifique-se a redação do art. 307 do

Anteprojeto, pela seguinte, suprimindo-se o artigo 308:

"Art. 307 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente".

**Justificativa:**

O artigo 307, na forma em que se encontra relacionado, permite que as empresas estrangeiras efetivem "o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais", desde que essa atividade se desenrola fora das "FAIXAS DE FRONTEIRA".

Essa atuação da empresa estrangeira, que embora constituída legalmente no país, com registro nacional e que pode ter 100% do capital social em poder de estrangeiros, conflita com a norma contida no artigo 302, que considera o capital estrangeiro como AGENTE COMPLEMENTAR do desenvolvimento econômico nacional, já

que, fora das áreas de fronteira, ela (empresa estrangeira) seria um concorrente em potencial da empresa nacional.

Ademais, importa ainda sublinhar que esse conflito se torna latente, na medida em que o artigo 52 considera os "recursos minerais do subsolo" como bens da União e, por isso, merece a edição de norma constitucional que proteja, amplamente, a empresa nacional.

Não pode, data vênua, no caso vertente, o capital estrangeiro atuar em caráter complementar ao desenvolvimento nacional. Nada tenho contra o capital estrangeiro, mas ele só deve atuar como associado minoritário nos empreendimentos mineiros, como proponho através desta emenda, para que, desse modo, possa participar pecuniariamente na economia nacional, inclusive com os avanços tecnológicos externos, mas sem esmagar o capital nacional.

Impõe-se, pois, como forma de emprestar maior abrangência aos princípios constitucionais, que a atividade de mineração seja tratada uniformemente em todo o território nacional, remetendo-se par a lei complementar ou ordinária, o estabelecimento de normais circunstanciais recomendadas para cada caso.

É exatamente por tudo isso que, através da presente emenda, procuro juntar os artigos 307 e 318 do anteprojeto, numa só redação, que se me apresenta como mais técnica, mais lógica e mais compreensiva, além de eliminar o conflito ora existente com os artigos 52 e 302 e de adequá-los às finalidades que consultam os interesses da Nação.

**Parecer:**

Trata-se de uma emenda restritiva à participação de empresas estrangeiras na exploração e aproveitamento de recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica.

Pela aprovação.

**EMENDA:00793 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ DUTRA (PMDB/AM)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA PARA ADEQUAÇÃO

Dispositivo Emendado: Art. 307

O Artigo 307 do Anteprojeto passa a ter a seguinte redação:

"Art. 307 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais."

**Justificativa:**

O Artigo 317, como consta do Anteprojeto, permitindo, por exclusão, a atuação da empresa estrangeira, ou seja, aquela que embora legalmente constituída no País, pode ter 100% do capital social em poder de estrangeiros, conflita com a norma do artigo 308, que dá ao capital estrangeiro o caráter de agente complementar do desenvolvimento econômico.

O conflito aumenta quando os recursos minerais são definidos pelo Artigo 52, do mesmo Anteprojeto, como bens da União, merecedores, portanto, de regra de caráter permanente através da Constituição.

Há, assim, a necessidade de adequação do Artigo em causa. Primeiro, porque a permanecer a regra do Artigo 317, o capital estrangeiro aplicado na exploração de um bem definindo, a nível de Constituição, como BCM DA UNIÃO, não estará em caráter complementar (Art. 52, do Anteprojeto, combinado com o Art. 302, do Anteprojeto).

Segundo, porque, ao atuar como associado minoritário nos empreendimentos mineiros, como propõe esta emenda, ao capital estrangeiro, estar-se-á complementando a economia nacional, com o aporte, além do capital puro e simplesmente, que no final é inteiramente repatriado, dos avanços tecnológicos experimentados em outras partes do mundo, além de não permitir a aniquilação do capital social na mineração pela força do capital estrangeiro.

Por estas razões, justifica-se a aprovação da presente emenda.

**Parecer:**

Trata-se de uma emenda restritiva à participação de empresas estrangeiras na exploração e aproveitamento de recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:01597 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RENATO JOHNSON (PMDB/PR)

**Texto:**

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: artigo 306

Suprima-se do anteprojeto:

A expressão, no final do artigo 306, "e pertencem à União"

**Justificativa:**

A matéria já se encontra conveniente e apropriadamente disciplinada no Art. 52 do Anteprojeto, que inclui, em seu item VII, de maneira expressa, como bens patrimoniais da União, os recursos minerais do subsolo.

Além da desnecessária repetição da atribuição desta propriedade à União, ressalte-se, outrossim, como acerto da emenda ora proposta, que assim disciplinando ter-se-á resumido, em um só artigo, os demais bens, que, como os recursos minerais, pertencem à União, tais como, os terrenos da marinha, o espaço aéreo, a plataforma submarina, as terras ocupadas pelos índios, dentre outros.

**Parecer:**

De fato, o item VIII do art. 52 relaciona muito claramente os bens da União e já inclui tanto os recursos minerais do subsolo quanto os potenciais de energia hidráulica. Por essa razão, concordo em que seja conveniente retirar a expressão "e pertencem à União".

**EMENDA:01800 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

Emenda Aditiva ao Art. 308.

Acrescente-se o seguinte Parágrafo:

§ 2o. - A lavra e o aproveitamento industrial dos bens minerais, concedida na forma do Caput deste Artigo, só será dada a brasileiros ou a sociedade organizada no País, autorizada a funcionar como empresa de mineração, que tenha no mínimo 51% do seu capital pertencente a brasileiros ou a pessoas jurídicas de capital inteiramente nacional, não podendo, os acordos de acionistas ou contratos sociais, transferir poder decisório aos eventuais sócios estrangeiros e/ou assegurar aos mesmos a sua direção administrativa e técnica.

**Justificativa:**

A exigência de que 51% do capital de uma empresa de mineração que venha lavar bem mineral em nosso território, pertença a brasileiros ou a pessoas jurídicas de capitais inteiramente nacional dará condições para que acabemos com o carnaval e as falcatruas que hoje graças na mineração brasileira, garantindo para as empresas nacionais um papel relevante no setor mineral.

Com a nossa proposta, não alijamos as empresas de capital estrangeiro do setor mineral, apenas intervimos no sentido de garantir o controle majoritário do capital e das decisões para o País na lavra e no aproveitamento industrial dos bens minerais.

Estas medidas, além de resguardar a soberania nacional resgatam uma tradição constitucional do País.

**Parecer:**

Entendemos ser a matéria objeto da emenda característica de lei ordinária a ser promulgada com base nos termos do Presente Projeto. Por essa razão somos pela rejeição da emenda.

**EMENDA:01801 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: Art. 308 e seguintes,

renumerando os demais

Acrescente-se onde couber o seguinte dispositivo:

Art. A lavra dos bens minerais será objeto de contrato, por tempo determinado, nunca superior a 25 anos, assinado entre a União e as empresas de mineração, obedecidas as disposições da lei.

Parágrafo único: A lei definirá as condições para a renovação do contrato

Art. A lei estabelecerá a forma de indenização pelos investimentos realizados a ser paga à empresa de mineração que realizar a pesquisa do depósito mineral transformando-o em jazida, e que entretanto, não realizará a sua lavra, em face de desacordo com a União.

Art. A União em vista o interesse do País, e no exercício da soberania minerais, poderá recusar-se a assinar contrato de lavra com empresa que tenha a participação de capital estrangeiro, ocorrendo, então, neste caso, a indenização Prevista no artigo anterior.

Art... a minuta do contrato a ser assinado entre a União e a empresa de mineração será publicada no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do estado em que se situa a mina, com a Assembléia Legislativa respectiva tendo um prazo definido em lei para avocá-lo para exame e deliberação.

Art... Tendo em vista o interesse nacional, os contratos de lavra com empresas de mineração que tenham a participação de capital estrangeiro serão, previamente, submetidos ao Congresso Nacional.

#### **Justificativa:**

A proposta, por nós apresentada contém três pontos básicos e importantes para a política mineral brasileira a saber:

- a) Reforça, constitucionalmente, a soberania nacional sobre os recursos minerais, ampliando o controle sobre a intervenção do capital estrangeiro na mineração.
- b) Modernizar a legislação mineral brasileira introduzindo a figura do contrato da lavra.
- c) Democratizar as decisões no setor mineral, com a possibilidade dos legislativos estaduais e o Congresso Nacional opinarem e decidirem, à luz de seus interesses, sobre a conveniência ou não de determinada lavra de bem mineral.

Estes três postulados tem a sua justificação fácil, clara e cristalina, se não vejamos:

A clara definição e normatização de como o capital estrangeiro poderá atuar na mineração brasileira é inequivocamente fator de afirmação da soberania nacional. A possibilidade do Congresso Nacional deliberar sobre os contratos de lavra que a União vier assinar com empresa com participação de capital estrangeiro, garante que o interesse nacional será posto em primeiro plano, relegando-se a segundo plano os interesses econômicos e de cartel que uma determinada empresa poderá estar representando no País. Desta forma prioritariamente a nação será beneficiada com a exploração dos bens minerais.

Além disto, a possibilidade da União se recusar a assinar contrato de lavra com essas empresas, depois de toda a pesquisa mineral efetuada, forçará a adaptação da política dessas empresas aos interesses nacionais.

O outro tópico a ser discutido é a da inserção na Constituição da figura do contrato de lavra por tempo determinado.

Se entendermos os bens minerais como pertencente, de forma inalienável, a nação brasileira, não podemos admitir concessões minerais permanentes pois isto significa na prática transferir, da nação para as empresas, a propriedade do bem material.

Por outro lado, a figura do contrato mais moderna e dinâmica, já é utilizada em diversos países como a Austrália e o Canadá, além de outros na Europa.

A terceira questão colocada em destaque, diz respeito a democratização, e portanto ao contrato da população sobre as decisões no setor mineral.

Com a necessidade de serem submetidos ao Congresso Nacional os contratos de lavra que a União quiser firmar com empresas com participação de capital estrangeiro estará garantida a participação popular, via Deputados e Senadores, na definição do que é prioritário e oportuno em termos de lavra mineral. Mais ainda, este método permite um melhor planejamento da exploração dos recursos minerais existentes em solo brasileiro.

Porém, essa proposta também assegura aos estados, onde se situa a mina objeto de contrato, a possibilidade de, avaliadas as suas necessidades e condições objetivas, examinar e deliberar sobre a conveniência ou não da sua implantação, propondo inclusive as alterações que achar importante para o bom desenvolvimento do projeto. Assim os interesses das comunidades diretamente influenciadas pelo projeto serão debatidos e respeitados.

**Parecer:**

A emenda propõe, além dos elementos essenciais à administração dos recursos naturais do País - autorização do Poder Público, prazo determinado, interesse nacional - outros elementos também importantes, aos quais faltam, entretanto, características que os qualifiquem para admissão no texto constitucional pertencendo antes ao contexto da legislação ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:01802 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

Emenda modificativa ao "Caput" do art. 306 dando a seguinte redação.

Art. 306 - As jazidas, o patrimônio genético das espécies nativas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as reservas de água subterrânea constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, pertencem à União e são inalienáveis e imprescritíveis, ressalvado o disposto neste título.

**Justificativa:**

Garantir de maneira firme e indubitável a soberania nacional sobre os recursos minerais, potenciais de energia hidráulica, reservas de água subterrânea e o patrimônio genético das espécies nativas é a principal intenção da nossa proposta.

A inclusão do termo imprescritíveis, dá sem dúvida, condições para que seja assegurada à nação a propriedade destes bens.

**Parecer:**

A declaração explícita de que os bens enumerados no Art. em questão "pertencem à União" torna desnecessário dizer que eles são "inalienáveis e imprescritíveis". O fato de "pertencer à União" assegura-lhe a plena soberania sobre os mesmos.

Consideramos desnecessária a inclusão de "o patrimônio genérico das espécies nativas" como bens pertencentes à União, por tratar-se de matéria a ser disciplinada por leis ordinárias. Além disso, tal "patrimônio genético" não se enquadra na distinção solo/subsolo, que é objeto da definição dada pelo artigo em questão. Pela rejeição.

**EMENDA:02013 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

DARCY POZZA (PDS/RS)

**Texto:**

Emenda Supressiva  
Dispositivo emendado: Artigo 306  
Suprima-se no Projeto:  
No artigo 306, o final do texto, a saber, "e pertencem à União"

**Justificativa:**

Segundo a tradição constitucionalista do nosso País e postulados de países democráticos, o exercício da atividade econômica faz-se por intermédio da livre iniciativa.

Referendando este salutar princípio, o anteprojeto da Constituição também fundamenta a ordem econômica na livre iniciativa.

Ao se erigir as jazidas e demais recursos minerais como de propriedade da União, como a redação que ora se propõe a supressão o faz, automaticamente estar-se-á quebrando este princípio constitucional, além de afastar a



livre iniciativa da atividade mineral, já que não mais será esta detentora dos direitos sobre as jazidas que eventualmente venham a ser descobertas, pela aplicação de seus recursos humanos, financeiros e técnicos. Como, tradicionalmente, a União praticamente não investe em mineração, conforme o demonstrou a “CURVA DA MORTE” do DNPM, colocar-se “e pertencem à União” significa aumentar, temerária e perigosamente, dentre outras a dependência nacional do subsolo estrangeiro, a redução ou estagnação do ritmo de descoberta de novas jazidas, ou seja, enfraquecer inapelavelmente a base mineral do país.

**Parecer:**

A propriedade do subsolo a título da União é complementar ao poder de concessão que a União mantém em relação à exploração dos recursos naturais e não é entendida como simples restrição à iniciativa privada desde que resguardados os limites do interesse público.

Pela rejeição.

**EMENDA:02246 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CARLOS SANT'ANNA (PMDB/BA)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 306, CAPUT

O Caput do Artigo 306 do projeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 306 - As jazidas e demais recursos minerais, as fontes naturais de energia e os recursos hídricos subterrâneos constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União.

§ 1o. - idêntico

§ 2o. – idêntico

**Justificativa:**

A redação proposta pelo Relator limitou de modo impróprio as fontes naturais de energia apenas àquele na forma hidráulica e ignora os potenciais hídricos subterrâneos de altíssimo valor estratégico e de vital segurança das populações.

**Parecer:**

A proposição da emenda ficou prejudicada pela atual redação do Projeto que já admite, em seu artigo 306, a enumeração das "reservas de água subterrânea".

Pela prejudicialidade.

**EMENDA:02249 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AMILCAR MOREIRA (PMDB/PA)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo emendado: artigo 307, caput

O "caput" do art. 307 do projeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 307. O aproveitamento das fontes naturais de energia e recursos hídricos subterrâneos e a lavra de jazidas minerais em faixa de fronteira somente poderá ser efetuados por empresas nacionais.

**Justificativa:**

O caput do art. 307, como proposto pelo Relator, não inclui outras fontes naturais de energia e desconhece a exploração de recursos hídricos subterrâneos.

Por tratar de áreas de segurança nacional, sua redação deve ser mais abrangente.

**Parecer:**

A matéria deve ser considerada tendo em vista o enfoque com que é tratada nos artigos 306 e 308 do Projeto. Pela aprovação.

**EMENDA:02262 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

IRAM SARAIVA (PMDB/GO)

**Texto:**

Altere-se a redação do art. 308 do Capítulo I, do Título VIII e acrescente-se o § 1o, renumerando-se o seguinte:

Art. 308 - A pesquisa e a lavra de recursos minerais, o aproveitamento industrial dos bens minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica dependem de autorização ou concessão federal por tempo determinado, a brasileiro ou sociedade de capital nacional majoritário, e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente.

§ 1o. - Cabe ao Congresso Nacional apreciar e autorizar todas as concessões a empresas que tenham participação de capital estrangeiro, para assegurar a defesa dos interesses nacionais.

**Justificativa:**

O objetivo maior desta Emenda para setor mineral é o de garantir a soberania nacional sobre os recursos minerais e o pleno aproveitamento destes pelo povo brasileiro, agora e nas gerações futuras.

Para resguardar ainda mais a soberania nacional, só será permitida a exploração mineral por empresa que tenha, no mínimo, 51% de seu capital majoritariamente nacional. Adicionalmente, aquelas empresas que, embora majoritariamente nacionais, tenham alguma participação de capital estrangeiro, serão obrigadas a submeter seus contratos à aprovação do Congresso Nacional.

**Parecer:**

No que tange ao caput do artigo, a matéria é prejudicada por já constar, em parte, do texto do projeto. No que tange à formalização dos contratos para aproveitamento dos recursos minerais, bem como a determinação dos sujeitos dessa expressão a matéria poderia e deveria salvo melhor juízo manter-se no contexto da legislação ordinária.

Pela rejeição.

**EMENDA:02282 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado Art. 306, § 1o.

- Substitua-se a expressão "do solo" por "fundiário".

**Justificativa:**

A palavra fundiário é mais apropriada no contexto do art. 306 por ser também tecnicamente a mais correta.

**Parecer:**

Data vênua, o termo "fundiário" é específico do direito agrário. Em direito minerário, em posição ao termo "subsolo", emprega-se o Termo "solo".

Pela rejeição.

**EMENDA:02295 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: art. 306, "caput".

- incluir a palavra "minas" logo após a palavra "jazida".

**Justificativa:**

A palavra visa manter a coerência com a redação proposta para o inciso VIII do art. 32.

**Parecer:**

As razões invocadas pelo Autor ficam prejudicadas pelas alterações verificadas no inciso VIII do art. 52, onde a palavra "minas" não mais aparece.

Pela prejudicialidade.

**EMENDA:02384 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SEVERO GOMES (PMDB/SP)

**Texto:**

Substitua-se, no "caput" do art. 308, a expressão "potenciais de energia hidráulica" por "recursos hídricos".

**Justificativa:**

Trata-se de compatibilizar o art. 314 com o art. 50, que dá à União competência para legislar "sobre o uso dos recursos hídricos" integrados ao seu patrimônio. O item II do referido art. 50 também fala dos "critérios de outorga de direitos de uso dos recursos hídricos". Como nem todos os recursos hídricos são potenciais de energia hidráulica, torna-se necessária a compatibilização dos textos.

**Parecer:**

A expressão "Recursos hídricos" já se encontra adequadamente incluída no texto do Projeto, além da expressão "potenciais de energia hidráulica", ficando portanto prejudicada a proposição do eminente senador. Pela prejudicialidade.

**EMENDA:02502 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Redação Atual

Art. 306. - .....

§ 1o. - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Proposta

Art. 306. - .....

§ 1o. - À União e ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

**Justificativa:**

À União deve caber participação nos resultados da lavra, pois a ela pertencem os recursos minerais, destinando parcela aos Estados e Municípios, para diversos fins, conforme definido em lei.

**Parecer:**

A legislação ordinária já regulamenta as normas constitucionais sobre a mineração e aproveitamento de recursos naturais, inclusive impostos. Salvo melhor juízo, esta é a forma mais adequada de tratamento legal da matéria.

Pela rejeição.

**EMENDA:02562 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ DUTRA (PMDB/AM)

**Texto:**

Emenda Modificativa/Supressiva

Modifique-se a redação do art. 307 do

anteprojeto, pela seguinte, suprimindo-se o art. 314:

"Art. 307 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente".

Parágrafo Único - A autorização ou concessão, pela União, para a exploração de recursos minerais em terras indígenas dependerá sempre de anuência das populações indígenas envolvidas".

**Justificativa:**

O Artigo 307, na forma em que se encontra relacionado, permite que as pessoas estrangeiras efetivem "o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de "jazidas minerais", desde que essa atividade se desenvolva fora das "FAIXAS DE FRONTEIRAS".

Essa atuação da empresa estrangeira, que embora constituída legalmente no país, como registro nacional e que pode ter 100% do capital social em poder de estrangeiros, conflita com a norma contida no artigo 302, que considera o capital estrangeiro como AGENTE COMPLEMENTAR do desenvolvimento econômico nacional, já que, fora das áreas de fronteira, ela (empresa estrangeira) seria uma concorrente em potencial da empresa nacional.

Ademais, importa ainda sublinhar que esse conflito se torna mais latente, na medida em que o artigo 52 considera os "recursos minerais do subsolo" como bens da União e, por isso, merece a edição de norma constitucional que proteja, amplamente, a empresa nacional.

Não pode, dada vênica, no caso vertente, o capital estrangeiro atuar senão em caráter complementar ao desenvolvimento nacional. Nada tenho contra o capital estrangeiro, mas ele só deve atuar como associado minoritário nos empreendimentos mineiros, como proponho através desta emenda, para que, desse modo, possa participar pecuniariamente na economia nacional, inclusive com os avanços tecnológicos externos, mas sem esmagar o capital nacional.

Impõe-se, pois, como forma de emprestar maior abrangência aos princípios constitucionais, que a atividade de mineração seja tratada uniformemente em todo o território nacional, remetendo-se para a lei complementar ou ordinária, o estabelecimento de normais circunstanciais recomendadas para cada caso.

E exatamente por tudo isso que, através da presente emenda, procuro juntar os artigos 47 e 308 do anteprojeto, numa só redação, que se me apresenta com mais técnica, mais lógica e mais compreensiva, além de eliminar o conflito ora existente com os artigos 52 e 302 e de adequá-lo às finalidades que consultam os interesses da Nação.

Ademais, como mecanismo de preservação dos interesses das comunidades indígenas, proponho também um parágrafo único, através do qual pretendo estabelecer que, no caso de autorização ou concessão, pela União, para exploração de recursos minerais em terras indígenas dependerá sempre de audiência das populações indígenas envolvidas.

**Parecer:**

O conteúdo da emenda proposta está distribuído em artigos distintos no texto do projeto, por tratar de matérias distintas: mineração em terras de fronteira (Art. 307); mineração em terras indígenas (art. 325);

A determinação do sujeito das atividades de exploração de recursos minerais foi deixada à legislação ordinária ex vi do Art. 308 do Projeto. Pela rejeição.

**EMENDA:02848 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ULDURICO PINTO (PMDB/BA)

**Texto:**

Emenda aditiva.

Dispositivo emendado: art. 306.

Inclua-se, no art. 306, do anteprojeto, o § 3o., com a seguinte redação:

Art. 306 .....

§ 3o. - As disposições sobre jazidas, minas e recursos minerais somente se aplicam às águas subterrâneas com propriedades e características especiais definidas em lei.

**Justificativa:**

Somente as águas subterrâneas, que apresentem características e propriedades especiais, como, por exemplo, as minerais e as gasosas, devem ser disciplinadas pelas normas que regem as jazidas, minas e os recursos minerais. As demais devem seguir regime jurídico paralelo ao das águas superficiais, componentes que são do mesmo ciclo hidrológico.

**Parecer:**

A referência a água subterrânea se faz, no texto do projeto, em decorrência da necessidade de se controlar os recursos hídricos como recursos naturais de interesse público relevante. A utilização de águas minerais, gasosas e termais, já é regulada pela legislação ordinária.

Pela rejeição.

**EMENDA:02870 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

**Texto:**

Emenda Aditiva e Modificativa

Redação Atual

Art. 308 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como a aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

Parágrafo único - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

Proposta

Art. 308 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão da União, contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

§ 1o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

§ 2o. - A pesquisa, a lavra e a transformação industrial de minérios considerados estratégicos serão desenvolvidas com prioridade da União.

§ 3o. - Quando não se tratar de minerais estratégicos, da faixa de fronteira ou de terras indígenas, a União poderá delegar competência às Unidades da Federação, quanto às autorizações, concessões e suas renovações, de acordo com o estabelecido em lei.

**Justificativa:**

À União, como a ela pertencem os recursos minerais, cabe outorgar autorizações e concessões de pesquisa e lavra. Pela mesma razão as autorizações e concessões devem ser por prazo determinado, descaracterizando a perpetuidade.

Configura-se de extrema importância o desenvolvimento das atividades referentes a minerais considerados estratégicos com prioridade da União, em face da relevância desses minérios para a economia nacional. Ao delegar competência aos Estados para outorgas de autorizações, concessões e suas renovações, criar-se-á condições para que a exploração e o aproveitamento dos recursos minerais se façam de forma harmônica.

**Parecer:**

O parágrafo 1o. já amplia a norma contida no caput e, desse modo, não havendo outra restrição, todo potencial renovável não determinado já está imune à norma (do caput).

O conteúdo do parágrafo 2o. já se encontra nos artigos 307 e 425, do projeto.

Pela prejudicialidade.

**EMENDA:02874 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

Acrescentem-se, "in fine" ao artigo 308:

...e prévia licença do Congresso Nacional.

**Justificativa:**

Ora, se a atividade econômica, todas as atividades de competência da União são objeto de deliberação da União por via do Congresso, é preciso que fique bem claro, que também para o contrato de qualquer tipo relativo a concessão de exploração de jazida mineral a aquiescência do Congresso Nacional seja prévia.

As concessões minerais tem sido uma das maiores vias de evasão de nossas riquezas, porque as concessões são feitas sem uma apreciação mais pública, nos gabinetes administrativos, sem a transparência necessária a um ato público de tanta relevância.

Os preços são baixos, as cláusulas são prejudiciais ao governo, e principalmente ao Estado e ao Município que não rege sua própria riqueza e deve ser defendido pelo Congresso na qualidade de Instituição da União a quem cabem os atos mais transparentes de suas transações.

**Parecer:**

A matéria admite a concorrência do Congresso Nacional no esforço regulatório subsequente à fase constitucional.

Pela rejeição.

**EMENDA:02877 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

Acrescente-se ao artigo 308, um parágrafo

além dos existentes:

"A exploração de jazidas e recursos minerais dependem de "contrato mineral", por tempo determinado, na forma da lei, em que só podem ser partes os brasileiros ou sociedades brasileiras.

**Justificativa:**

Não podemos deixar em aberto para a exploração estrangeira a riqueza de jazidas e recursos minerais de que dependem alguns municípios nacionais. Este é um mercado que deve ser preservado não só porque tem um reflexo sobre a soberania nacional como pelo fato incontestável de que dessas riquezas dependem muitos municípios que sobrevivem graças a extração local.

Tanto a fonte de rendimento relativa aos impostos municipais e estaduais como o próprio sustento de trabalhadores em centenas de municípios no planalto e nas regiões mais ocidentais do Brasil dependem de recursos minerais mais simples que não os das jazidas. Tais fontes de sobrevivência não podem ficar indefesos e sujeitos à exploração alienígena.

**Parecer:**

A forma de contrato (o prazo determinado já está previsto no Art. 308), bem como o sujeito da atividade

minerária são, salvo melhor juízo, objeto de legislação ordinária, como aliás, já previsto na Emenda.  
Pela rejeição.

**EMENDA:02937 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Redação Atual

Art. 306 - .....

§ 1o. - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Proposta

Art. 306 - .....

§ 1o. - A União e ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

**Justificativa:**

A União deve caber participação nos resultados da lavra, pois a ela pertencem os recursos minerais, destinando parcela aos Estados e Municípios, para diversos fins, conforme definido em lei.

**Parecer:**

A legislação ordinária já regulamenta as normas constitucionais sobre a mineração e aproveitamento de recursos naturais, inclusive impostos. Salvo melhor juízo, esta é a forma mais adequada de tratamento legal da matéria.

Pela rejeição.

**EMENDA:02949 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ADEMIR ANDRADE (PMDB/PA)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados: art. 306

Título VIII - Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo I - Dos Princípios Gerais, da

Intervenção do Estado, do Regime de Propriedade do

Subsolo e da Atividade Econômica.

Modificar o Art. 306 do Capítulo I do Título

VIII pela supressão da expressão "e os potenciais de energia hidráulica".

**Justificativa:**

Essa expressão no Art. 306 se incompatibiliza com o Art. 52, inciso II do Capítulo II do Título IV, que estabelece, por exclusão, que as correntes de água com nascente e foz no Território Estadual e que não constituam limites com outros países, pertencem aos Estados, enquanto o Art. 306 define como pertencentes à União todos os potenciais de energia hidráulica.

**Parecer:**

Há necessidade de se compatibilizar os textos.

Pela prejudicialidade.

**EMENDA:03028 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MENDONÇA DE MORAIS (PMDB/MG)

**Texto:**

Suprima-se a expressão "e pertencem à União",  
ao final do texto do art. 306.

**Justificativa:**

A permanência do inciso citado, a par de romper com a tradição do tratamento constitucional da mineração no País, é incompatível com a opção do presente Projeto constitucional que, em seu art. 300, estabelece, com mediana clareza, que a ordem econômica é fundada na livre iniciativa. Sua manutenção significará a estatização do setor mineral do País, com reflexos seríssimos na descoberta de novas jazidas e na consequente oferta de bens minerais, sem os quais a moderna civilização, a agricultura e a indústria não poderão se desenvolver ou mesmo existir.

**Parecer:**

Somos pela aceitação da emenda, não em força da justificativa apresentada pelo seu autor, mas pelo fato de que a posse dos recursos minerais e potenciais de energia hidráulica por parte da União já está explicitada no texto do Projeto, no Art. 52, inciso VIII. Não concordamos em absoluto com o autor quando diz que tal declaração de posse signifique "a estatização do setor mineral" e seja incompatível com o fato de ser a ordem econômica fundada na livre iniciativa.

Reafirmando nosso entendimento de que é essencial para os interesses do país explicitar no texto constitucional o fato da posse, pela União, dos referidos bens - o que consta do Art. 52, inciso VIII - , somos pela aceitação da emenda unicamente com o objetivo de tornar mais conciso o texto do projeto.

Pela aprovação.

**EMENDA:03132 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ALOYSIO CHAVES (PFL/PA)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados:

Título VIII - Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo I - Dos Princípios Gerais, da

Intervenção do Estado, do Regime de Propriedade do

Subsolo e da Atividade Econômica.

Modificar o Art. 306 do Capítulo I do Título

VIII pela supressão da expressão "e os potenciais  
de energia hidráulica".

**Justificativa:**

Essa expressão no Art. 306 se incompatibiliza com o Art. 52, inciso II do Capítulo II do Título IV, que estabelece, por exclusão, que as correntes de água com nascente e foz no Território Estadual e que não constituam limites com outros países, pertencem aos Estados, enquanto o Art. 306 define como pertencentes à União todos os potenciais de energia hidráulica.

**Parecer:**

Entendemos que não há nenhuma incompatibilidade entre a permanência da expressão "e os potenciais de energia hidráulica" do art. 306 e o inciso II do art. 52, conforme refere o autor da emenda.

O que se pretende assegurar como posse da União e julgamos essencial fazê-lo, é a posse sobre os " potenciais de energia hidráulica" e não a posse sobre quaisquer rios. Assim estejam onde estiverem, os potenciais de energia hidráulica constituem, pelo espírito do texto, propriedade da União.

Por essa razão somos pela rejeição da emenda.

**EMENDA:03375 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GANDI JAMIL (PFL/MS)

**Texto:**

Emenda Supressiva:

Suprima-se a expressão "e pertencem à União",  
ao final do texto do art. 306.

**Justificativa:**



A permanência do inciso citado, a par de romper com a tradição do tratamento constitucional da mineração no País, é incompatível com a opção do presente anteprojeto constitucional que, em seu art. 300, estabelece, com meridiana clareza, que a ordem econômica é fundada na livre mineral do País, com reflexos seríssimos na descoberta de novas jazidas e na consequente oferta de bens minerais, sem os quais a moderna civilização, a agricultura e a indústria não poderão se desenvolver ou mesmo existir.

**Parecer:**

Pela rejeição por entendermos que as expressões que o ilustre Constituinte quer suprimir são essenciais à boa inteligência do texto.

**EMENDA:03683 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ALMIR GABRIEL (PMDB/PA)

**Texto:**

EMENDA DE ADEQUAÇÃO

**DISPOSITIVOS EMENDADOS:**

Título VIII - Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo I - Dos Princípios Gerais, da

Intervenção do Estado, do Regime de Propriedade do

Subsolo e da Atividade Econômica.

Modificar o Art. 306 do Capítulo I do Título

VIII pela supressão da expressão "e os potenciais

de energia hidráulica".

**Justificativa:**

Essa expressão no Art. 306 se incompatibiliza com o Art. 52, inciso II do Capítulo II do Título IV, que estabelece, por exclusão, que as correntes de água com nascente e foz no Território Estadual e que não constituam limites com outros países, pertencem aos Estados, enquanto o Art. 306 define como pertencentes à União todos os potenciais de energia hidráulica.

**Parecer:**

Entendemos que não há nenhuma incompatibilidade entre a permanência da expressão "e os potenciais de energia hidráulica" do art. 306 e o inciso II do art. 52, conforme refere o autor da emenda.

O que se pretende assegurar como posse da União e julgamos essencial fazê-lo, é a posse sobre os " potenciais de energia hidráulica" e não a posse sobre quaisquer rios. Assim estejam onde estiverem, os potenciais de energia hidráulica constituem, pelo espírito do texto, propriedade da União.

Por essa razão somos pela rejeição da emenda.

**EMENDA:03714 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB/PE)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 306.

Inclua-se, no Artigo 306, do projeto, o § 3o.

com a seguinte redação:

Art. 306 .....

§ 3o. - As disposições sobre jazidas, minas e recursos minerais somente se aplicam às águas subterrâneas com propriedades e características especiais, definidas em lei.

**Justificativa:**

Somente as águas subterrâneas, que apresentem características e propriedades especiais, como, por exemplo, as minerais, termais e as gasosas, devem ser disciplinadas pelas normas que regem as jazidas, minas e os recursos minerais. As demais devem seguir regime jurídico ao das águas superficiais, componentes que são do mesmo ciclo hidrológico.

**Parecer:**

O projeto admite conceito muito amplo, o de "recursos", que engloba todas as modalidades de utilização de

águas, quer subterrâneas, quer superficiais, face ao que fica prejudicada a meritória emenda.  
Pela Prejudicialidade

**EMENDA:03746 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ LINS (PFL/CE)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: artigo 306.

Inclua-se, no artigo 306, do Projeto, o § 3o. com a seguinte redação:

Art. 306 .....

§ 3o. - As disposições sobre jazidas, minas e recursos minerais somente se aplicam às águas subterrâneas com propriedades e características especiais, definidas em lei.

**Justificativa:**

Somente as águas subterrâneas, que apresentem características e propriedades especiais, como, por exemplo, as minerais, termais e as gasosas, devem ser disciplinadas pelas normas que regem as jazidas, minas e os recursos minerais. As demais devem seguir regime jurídico ao das águas superficiais, componentes que são do mesmo ciclo hidrológico.

**Parecer:**

O projeto admite conceito muito amplo, o de "recursos", que engloba todas as modalidades de utilização de águas, quer subterrâneas, quer superficiais, face ao que fica prejudicada a meritória emenda.  
Pela prejudicialidade.

**EMENDA:03959 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GERSON PERES (PDS/PA)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados:

Título VIII - Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo I - Dos Princípios Gerais, da

Intervenção do Estado, do Regime de Propriedade do

Subsolo e da Atividade Econômica.

Modificar o Art. 306 do Capítulo I do Título

VIII pela supressão da expressão "e os potenciais de energia hidráulica".

**Justificativa:**

Essa expressão no Art. 306 se incompatibiliza com o Art. 52, inciso II do Capítulo II do Título IV, que estabelece, por exclusão, que as correntes de água com nascente e foz no Território Estadual e que não constituam limites com outros países, pertencem aos Estados, enquanto o Art. 306 define como pertencentes à União todos os potenciais de energia hidráulica.

**Parecer:**

Entendemos que não há nenhuma incompatibilidade entre a permanência da expressão "e os potenciais de energia hidráulica" do art. 306 e o inciso II do art. 52, conforme refere o autor da emenda.

O que se pretende assegurar como posse da União e julgamos essencial fazê-lo, é a posse sobre os " potenciais de energia hidráulica" e não a posse sobre quaisquer rios. Assim estejam onde estiverem, os potenciais de energia hidráulica constituem, pelo espírito do texto, propriedade da União.

Por essa razão somos pela rejeição da emenda.

**EMENDA:04124 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RICARDO FIUZA (PFL/PE)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 307

O artigo 307 do projeto, passa ter a seguinte redação:

Art. 307 na faixa de fronteira, o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos minerais somente poderão ser efetuados por empresas nacionais.

**Justificativa:**

Uniformiza-se o uso de expressões já consagradas no anteprojeto, como “Faixa de Fronteira” (cfr. Art. 48, § 3º) e “recursos minerais” (cfr. Art. 48, inciso VIII e § 2º; art. 312, “caput” e § 2º; art., “caput”).

Como a pesquisa e a lavra são fases diversas, tendo a primeira necessariamente que preceder à segunda, imperioso se torna fiquem ambas sujeitas às mesmas limitações, ou seja, “somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais”, sob pena de, eventualmente, ter-se de negar a concessão de lavra a quem tivera a autorização de pesquisa e já desembolsara, nesse sentido, elevadas importâncias.

**Parecer:**

A presente emenda foi apresentada na redação do art. 307, não obstante sua redação seja mais ampla. Pela aprovação

**EMENDA:04375 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ERALDO TINOCO (PFL/BA)

**Texto:**

- Acrescente-se dois parágrafos ao art. 306 com a seguinte redação:

§ 1o. - A pesquisa e a lavra dos minerais estratégicos somente será autorizada ou concedida a brasileiras ou a empresas nacionais.

§ 2o. - Lei ordinária definirá os minerais estratégicos e estabelecerá as condições para a autorização ou concessão da pesquisa e da lavra desses minerais.

**Justificativa:**

Por diversas razões, alguns tipos de recursos minerais apresentam fundamental importância para o Brasil. A pesquisa e mormente a lavra desses minerais deve ser objeto de cuidadoso exame e de permanente controle. Embora não configure a necessidade de se estabelecer um monopólio estatal em relação desses minerais, parece de todo conveniente que se adotem, em relação aos mesmos, medidas acauteladoras que previnam a breve exaustão das reservas conhecidas ou sias indiscriminadas exportações.

**Parecer:**

A política de controle de minerais estratégicos deve ser objeto de lei ordinária, como o reconhece a própria emenda.

Uma política eficiente de controle, por outro lado, não exige de per si que as atividades de pesquisa e lavra devam ser feitas exclusivamente por brasileiros ou empresas nacionais.

Por essa razão somos pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:04764 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FÁBIO FELDMANN (PMDB/SP)

**Texto:**

Inclua-se, no Artigo 306, do Anteprojeto, o § 3o., com a seguinte redação:

Art. 306 .....

§ 3o. - As disposições sobre jazidas, minas e

recursos minerais somente se aplicam às águas subterrâneas com propriedades e características especiais, definidas em lei.

**Justificativa:**

Somente as águas subterrâneas, que apresentem características e propriedades especiais, como, por exemplo, as minerais, termais e as gasosas, devem ser disciplinadas pelas normas que regem as jazidas, minas e os recursos minerais. As demais devem seguir regime jurídico ao das águas superficiais, componentes que são do mesmo ciclo hidrológico.

**Parecer:**

Entendemos deva ser acolhida a emenda proposta pelo autor, considerando a necessidade de se dar às reservas de água subterrânea o mesmo tratamento dado às reservas minerais e aos potenciais de energia hidráulica. Discordamos, contudo, da ressalva feita pela emenda para as águas "com propriedades e características especiais", que poderão posteriormente serem definidas por leis infraconstitucionais. Pelo que aceitamos a inclusão "reservas da água subterrânea", rejeitando a especificação dada pela emenda. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:05162 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

**Texto:**

Suprima-se o Art. 307

**Justificativa:**

A matéria de que cuida o Inciso deve ser remetida à legislação ordinária, por sua complexidade. Adotada a redação do anteprojeto, dificultada ficaria a divulgação de fotos de pessoas ilustrando a notícia a seu respeito, se inexistente a autorização prévia.

Ademais a proteção a tais direitos encontram-se protegidos nas disposições do Inciso XI "a" do mesmo artigo.

**Parecer:**

Por se tratar de matéria de interesse da economia e da segurança do país, torna-se evidente a necessidade de que seja objeto de dispositivo constitucional, pelo que somos pela rejeição da emenda.

**EMENDA:06121 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ISMAEL WANDERLEY (PMDB/RN)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO A SER ALTERADO: § 1o. do art. 306, do Projeto de Constituição.

O § 1o. do art. 306 do Projeto de Constituição passa a ter a seguinte redação:

"Art. 306 .....

§ 1o. Ao proprietário do solo é assegurada a participação percentual sobre a produção da lavra, na forma da lei."

**Justificativa:**

O espírito da emenda é de se mudar o parâmetro indenizatório, passando a adotar o percentual sobre a produção da lavra, no lugar de resultados da lavra, para assegurar remuneração certa dos prejuízos sofridos pelo superficiário.

**Parecer:**

Pela rejeição.

A norma constitucional assegura o fato da participação do proprietário nos resultados da lavra; quanto à forma de participação, convém seja objeto de lei posterior, como aliás já prescreve o parágrafo em questão. Não sendo dispositivo constitucional, essa forma terá a necessária flexibilidade para adaptar-se circunstancialmente às necessidades do setor mineral. Por essa razão somos pela rejeição da emenda.

**EMENDA:06122 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ISMAEL WANDERLEY (PMDB/RN)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

DISPOSITIVO A SER ALTERADO: caput art. 308.

O art. 308 passa a ter, em seu caput, a seguinte redação:

"Art. 308 - A União pode conceder, com a aprovação do Congresso Nacional, o direito de pesquisa, de lavra, de industrialização, comercialização das jazidas, minas, demais recursos minerais, e a exploração dos potenciais hidráulicos a cidadãos brasileiros e empresas nacionais, através de contrato por prazo determinado."

**Justificativa:**

Procurou-se com este dispositivo estabelecer alguns princípios como:

- a) Levar ao exame da sociedade, via parlamento, a oportunidade da cessão de exploração dos recursos do solo brasileiro, que em última análise pertence a própria sociedade.
- b) Concessão do direito de exploração aos brasileiros, como forma de manutenção da soberania nacional.

**Parecer:**

Conquanto meritória, a emenda, ao tratar das atividades mineratórias sequentes à pesquisa e lavra, incorre no campo próprio do trabalho legislativo ordinário do congresso, salvo melhor juízo. Pela Rejeição.

**EMENDA:06142 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ISMAEL WANDERLEY (PMDB/RN)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO A SER MODIFICADO: Art. 307

O Art. 307 fica modificado pela seguinte redação:

"Art. 307 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira somente poderão ser efetuados por empresas estatais."

**Justificativa:**

As faixas de fronteira são áreas de segurança à integridade territorial do País e, por conseguinte, de responsabilidade do Estado, que tem por obrigação garantir a soberania e a integridade territorial. A possibilidade de atuação privada nessa área constituiria, assim, um contrapeso indesejável à uma necessidade e dever do Estado, dificultando o exercício pleno de sua função, razão pela qual, a ela deve estar vedado o direito de, nessas áreas, atuar.

**Parecer:**

Os aspectos estratégicos e políticos que envolvem o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira, ficam resguardados desde que as empresas que atuem nessas áreas sejam nacionais. Se limitarmos às empresas públicas, estaremos aumentando desnecessariamente os encargos do estado e comprometendo o desenvolvimento do setor mineral, o crescimento industrial e a entrada de divisas. Pela Rejeição.

**EMENDA:06533 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT/SP)

**Texto:**

Substituam-se os artigos e parágrafos citados pelos seguintes:

"Art. 306 Os recursos naturais, tais como o patrimônio genético de variedades nativas, os recursos minerais e potenciais de energia hidráulica, constituem propriedade distinta do solo para efeito de aproveitamento industrial, pertencem à União e são inalienáveis, ressalvado o disposto neste Título.

.....  
§ 2o.- A título de indenização por exaustão da Mina, parcela dos resultados da lavra, a ser definida em lei, será destinada à formação de um "Fundo de Exaustão" para apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do Município de sua localização.

Art. 307 O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de Minas em faixas de fronteira somente poderão ser efetuados por empresas estatais ou empresas nacionais.

Parágrafo único. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de Minas em terras indígenas somente poderão ser efetuados por empresas estatais, e dependerão da prévia aprovação do Congresso Nacional.

11 Art. 308 A prospecção, exploração, desenvolvimento e a lavra de Minas, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão do Poder Público sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente."

Art. 494 Serão mantidas as atuais concessões cujos direitos de lavra prescreverão decorridos três anos sem a sua comercialização, contados a partir da promulgação desta Constituição."

**Justificativa:**

Basicamente, a presente proposição intenta produzir melhoria em texto que consideramos de alta relevância. Pequena modificação de mérito é proposta ao artigo 492 das Disposições Transitórias, para reduzir de cinco para três anos o prazo de prescrição do direito de lavra, quando não exercitando comercialmente no tempo prezado.

**Parecer:**

A inclusão do " patrimônio genético de variedades nativas" entre a "propriedade distinta da do solo " não nos parece adequada ao texto em questão, pelo que a rejeitamos, por ser incongruente.

Do art. 308 consideramos pertinente e de interesse para o país a definição da "forma contratual por tempo determinado" para as autorizações ou concessões de pesquisa e lavra dos recursos minerais e potenciais de energia hidráulica.

Entendemos devam ser mantidos, no novo texto constitucional, os direitos adquiridos referentes às concessões de pesquisa e lavra de recursos minerais, ficando a cargo de leis infra-constitucionais dispor sobre os casos que venham a afetar os interesses do país no desenvolvimento das atividades minerais.

Acolhendo o dispositivo do "contrato por prazo determinado, no interesse nacional, não podendo ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente", rejeitamos os demais dispositivos, nos termos do presente substitutivo.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:06841 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

**Texto:**

REDAÇÃO ATUAL

Art. 306 - .....

§ 1o. - À União e ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

PROPOSTA

Art. 306 - .....

§ 1o. - À União e ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

**Justificativa:**

À União deve caber participação nos resultados da lavra, pois a ela pertencem os recursos minerais, conforme estabelecido no próprio caput deste artigo.

**Parecer:**

Pela rejeição.

Sendo proprietária, poderá a União, ao autorizar ou conceder o direito à exploração, estabelecer sua participação através do sistema tributário, sem que seja necessário constar do texto constitucional que lhe é assegurada a participação. Por essa razão somos pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:06842 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

**Texto:**

REDAÇÃO ATUAL

"Art. 308 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

Parágrafo único. - Não dependerá de autorização ou concessão a aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida."

PROPOSTA

"Art. 308 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão da União, contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas se prévia anuência do poder concedente.

§ 1o. - Não dependerá de autorização ou concessão a aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

§ 2o. - Quando não se tratar de minerais estratégicos, da faixa de fronteira ou de terras indígenas, a União poderá delegar competência às Unidades da Federação, quanto às autorizações, concessões e suas renovações, de acordo com o estabelecido em lei."

**Justificativa:**

a) À União, como a ela pertencem os recursos minerais, cabe outorgar autorizações e concessões de pesquisa e lavra. Pela mesma razão as autorizações e concessões devem ser por prazo determinado, descaracterizando a perpetuidade.

b) Ao delegar competência aos Estados para outorgas de autorizações, concessões e suas renovações, criar-se-á condições para que a exploração e o aproveitamento dos recursos minerais se façam de forma harmoniosa.

**Parecer:**

O parágrafo 1o. já amplia a norma contida no caput e, desse modo, não havendo outra restrição, todo potencial renovável não determinado já está imune à norma (do caput).

O conteúdo do parágrafo 2o. já se encontra nos artigos 307 e 425, do projeto.

Pela prejudicialidade.

**EMENDA:06845 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

**Texto:**

REDAÇÃO ATUAL

"Art. 307 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira somente poderão ser efetuados por empresas nacionais."

**PROPOSTA**

"Art. 307 - A pesquisa, a lavra e a transformação industrial de minérios considerados estratégicos serão desenvolvidas prioritariamente por empresas constituídas sob as leis brasileiras e com sede no País, cujo controle decisório, gerencial e de capital pertença, direta ou indiretamente, apenas a brasileiros, pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo único - Na Faixa de Fronteira, o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos minerais somente poderão ser efetuados por empresas que satisfaçam o disposto no caput."

**Justificativa:**

Configura-se de extrema importância que a pesquisa, a lavra e a transformação de minérios considerados estratégicos sejam desenvolvidas prioritariamente por empresas que satisfaçam as condições aqui estabelecidas, tendo em vista a relevância desses minérios para a economia nacional e como forma do País assegurar a autonomia e soberania sobre esses bens minerais.

Por outro lado, também se reveste de tal importância o resguardo e a preservação dessas atividades na Faixa de Fronteira, permitindo que elas somente possam ser efetuadas por essas empresas, de modo a criar condições para a ocupação de tão importante faixa por brasileiros, evitando assim qualquer descaracterização nacional nessas áreas.

**Parecer:**

A presente emenda exclui desnecessariamente o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, da exclusividade dada às empresas nacionais. Por outro lado, achamos que a definição de empresa nacional deve ser feita em um determinado artigo, da mesma forma que a questão de minerais estratégicos, pela sua conceituação dinâmica, deve ser objeto de lei ordinária.

Pela rejeição.

**EMENDA:07103 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

IRAM SARAIVA (PMDB/GO)

**Texto:**

Altere-se a redação do Artigo 308 e

acrescente-se o seguinte parágrafo:

Art. (308) - A pesquisa mineral e o aproveitamento industrial dos bens minerais dependem, respectivamente, de autorização federal e da assinatura, pela União, de contrato de lavra por tempo determinado, na forma da lei, com



brasileiros ou sociedade de capital nacional majoritário, autorizada a funcionar como empresa de mineração.

§ ( ) - Cabe ao Congresso Nacional apreciar e autorizar todos os contratos com empresas que tenham participação de capital estrangeiros, para assegurar a defesa dos interesses nacionais.

**Justificativa:**

A exploração e o aproveitamento de um bem mineral não pode ser concedido por prazo indeterminado, tal como ocorre na sistemática atual, cujas concessões tornam o minerador, de fato, o dono da jazida, contrariando dispositivo constitucional que assegura à União a propriedade do subsolo e, conseqüentemente, de suas riquezas.

Para resguardar a exploração nacional dos nossos recursos minerais, procuramos vincular tais concessões à figura do contrato administrativo, com prazo determinado.

Ao mesmo tempo, de forma a coibir quaisquer distorções e manter o controle da exploração desses recursos não-renováveis, transferimos ao Congresso Nacional a sua apreciação e autorização, de forma a assegurar a defesa dos interesses nacionais.

**Parecer:**

No que tange ao caput do artigo, a matéria é prejudicada por já constar, em parte, do texto do projeto. No que tange à formalização dos contratos para aproveitamento dos recursos minerais, bem como a determinação dos sujeitos dessa exploração a matéria poderia e deveria, salvo melhor juízo, manter-se no contexto da legislação ordinária.

Pela rejeição.

**EMENDA:07143 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ DUTRA (PMDB/AM)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA/SUPRESSIVA

Modifique-se a redação do art. 307 do Projeto, pela seguinte, suprimindo-se o artigo 308:

"Art. 307 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente".

Parágrafo Único - A autorização ou concessão, pela União, para a exploração de recursos minerais em terras indígenas dependerá sempre de anuência das populações indígenas envolvidas".

**Justificativa:**

O art. 307, na forma em que se encontra relacionado, permite que as empresas estrangeiras efetivem "o aproveitamento dos potenciais de energias hidráulica e a lavra de jazidas minerais", desde que essa atividade se desenvolva fora das "FAIXAS DE FRONTEIRAS".

Essa atuação da empresa estrangeira que embora constituída legalmente no país, com registro nacional e que pode ter 100% do capital social em poder de estrangeiros conflita com a norma contida no artigo 302, que considera o capital estrangeiro como LEI COMPLEMENTAR do desenvolvimento econômico nacional, já que, fora das áreas de fronteira, ela (empresa estrangeira) seria uma concorrente em potencial da empresa nacional. Ademais, importa ainda sublinhar que esse conflito se torna mais latente na medida em que o artigo 52 considera os "recursos minerais do subsolo" como bens da União e, por isso, merece a edição de norma constitucional que proteja, amplamente, a empresa nacional.

Não pode, data vênica, no caso vertente, o capital estrangeiro atuar senão em caráter complementar ao desenvolvimento nacional. Nada tenho contra o capital estrangeiro, mas ele só deve atuar como associado

minoritário nos empreendimentos mineiros, como proponho através desta emenda, para que, desse modo, possa participar pecuniariamente na economia nacional, inclusive nacional.

Impõe-se, pois, como forma de emprestar maior abrangência aos princípios constitucionais, que a atividade de mineração seja tratada uniformemente em todo o território nacional, remetendo-se para a Lei Complementar ou ordinária, o estabelecimento de normas circunstanciais recomendadas para cada caso.

É exatamente por tudo isso que, através da presente emenda, procuro juntar os artigos 307 e 308 do Projeto, numa só redação, que se me apresenta como mais técnica, mais lógica e mais compreensiva, além de eliminar o conflito ora existente com os artigos 52 e 302 e de adequá-lo às finalidades que consultam os interesses da Nação.

Ademais, como mecanismo de preservação dos interesses das comunidades indígenas, proponho também um parágrafo único, através do qual pretendo estabelecer que, no caso autorizado ou concessão, pela União, para exploração de recursos minerais em terras indígenas dependerá sempre de audiência das populações indígenas envolvidas.

**Parecer:**

Trata-se de uma emenda restritiva à participação de empresas estrangeiras na exploração e aproveitamento de recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica.

Pela aprovação.

**EMENDA:07410 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FERES NADER (PDT/RJ)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 308

O Art. 308 do projeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 314 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros residentes no País ou a sociedades estabelecidas no Brasil, regidas pelas leis brasileiras e cuja maioria de capital votante seja efetivamente de brasileiros residentes no País.

Parágrafo único. Sempre que a empresa privada nacional solicitar, a União lhe dará prioridade para a exploração de potenciais de energia hidráulica, cabendo às outras concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, em igualdade de condições de suprimento, adquirir as sobras de energia assim gerada.

**Justificativa:**

A mesma da Emenda 09169

**Parecer:**

O princípio geral de que os recursos naturais devem ter sua exploração autorizada pelo Poder Público não exclui a participação, a mais ampla possível, da iniciativa privada, desde que obedecidos os interesses maiores da sociedade.

Entretanto, a especificação das normas para essa outorga não deve constar do texto constitucional, mas, sim, da legislação ordinária.

Pela rejeição.

**EMENDA:07455 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CUNHA BUENO (PDS/SP)

**Texto:**

Dê-se a seguinte redação ao Art. 307:

Art. 307 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em áreas de segurança do Estado, conforme dispuser a Lei Ordinária, somente poderão ser efetuados por empresas públicas ou empresas nacionais.

**Justificativa:**

Qualquer país, abstração feita ao seu regime, não descarta da segurança. Assim, não é razoável, por exemplo, aceitar estrangeiros em área de fronteira, ou pô-los em regiões que representem perigo no tocante a eventual guerra externa.

Note-se que os problemas atinentes à logística não são militares, visto que dizem com toda a economia nacional.

**Parecer:**

A pretensão do autor da presente emenda foi atendida com a redação original do projeto de forma mais objetiva e direta na medida em que restringe às empresas nacionais o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais.

Pela prejudicialidade.

**EMENDA:07527 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: artigo 306 do Projeto

Suprima-se do art. 306 do Projeto a expressão final "e pertencem à União", passando a ter a seguinte redação:

"Art. 306 - As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedades distintas da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial."

**Justificativa:**

Dizer que as jazidas minerais e demais recursos naturais e os potenciais de energia hidráulica pertencem à União serve apenas para estabelecer tumulto na interpretação constitucional, desde que, nas condições estabelecidas no Art. 308, essas atividades podem ser objeto de concessão ou autorização. Ao mesmo tempo, trata-se de demasia doutrinariamente incompatível com a natureza indicativa da norma constitucional, devido ao fato de que o Art. 52, incisos II e VIII, declaram expressamente que as insurgências hídricas e os recursos minerais do subsolo são bens da União.

De consequente, a emenda é indispensável para atender a essas conveniências de ordem técnica e evitar dubiedades na interpretação do texto constitucional.

**Parecer:**

De fato, o item VIII do art. 52 relaciona muito claramente os bens da União e já inclui tanto os recursos minerais do subsolo quanto os potenciais de energia hidráulica. Por essa razão, concordo em que seja conveniente retirar a expressão "e pertencem à União".

**EMENDA:07974 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PAES LANDIM (PFL/PI)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 308

Art. 308 do Projeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 308 A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei,

dadas exclusivamente a brasileiros residentes no País ou a sociedade estabelecidas no Brasil, regidas pelas leis brasileiras e cuja maioria de capital votante seja efetivamente de brasileiros residentes no País.

Parágrafo Único: Sempre que a empresa privada nacional solicitar, a União lhe dará prioridade para a exploração de potenciais de energia hidráulica, cabendo às outras concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, em igualdade de condições de suprimento, adquirir as sobras de energia assim gerada.

**Justificativa:**

O texto ora proposto constitui inovação que se faz necessária e está em consonância com o princípio do fortalecimento da empresa privada nacional, a elas competindo, preferencialmente, com o estímulo do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas. A norma constante desta emenda consagra a prioridade para as empresas privadas nacionais explorarem potenciais de energia hidráulica e, via de consequência, reduz os ônus do Governo para a geração de energia elétrica. Eventuais sobras de energia assim produzida serão adquiridas pelas concessionárias estatais, diminuindo para estas o comprometimento de maiores inversões e gastos.

**Parecer:**

O princípio geral de que os recursos naturais devem ter sua exploração autorizada pelo Poder Público não exclui a participação, a mais ampla possível, da iniciativa privada, desde que obedecidos os interesses maiores da sociedade.

Entretanto, a especificação das normas para essa outorga não deve constar do texto constitucional, mas, sim, da legislação ordinária.

Pela rejeição.

**EMENDA:08113 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RITA FURTADO (PFL/RO)

**Texto:**

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 307, do Projeto.

Dê-se ao art. 307 do Projeto a seguinte

redação:

"Art. 307- O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira e em terras indígenas somente poderão ser efetuadas por empresa de capital nacional."

**Justificativa:**

01) Empresa Nacional deve ser entendida como toda aquela constituída segundo as leis brasileiras, e que no Brasil tenha sede. Já.

02) Empresa de Capital nacional é aquela que tenha a maioria do capital com direito a voto e o poder de decisão em mãos de brasileiros.

03) As terras indígenas e as de faixa de fronteira devem merecer o mesmo tratamento para os fins que se pretende alcançar com este dispositivo.

Daí, a substituição apresentada de empresa nacional por empresa de capital nacional e o acréscimo da expressão em terras indígenas, no corpo do artigo emendado.

**Parecer:**

É necessário limitar às empresas nacionais a exploração e aproveitamento dos recursos minerais. No que se referem às faixas de fronteiras e terras indígenas, consideramos imprescindível. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:08115 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RITA FURTADO (PFL/RO)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA  
DISPOSITIVO EMENDADO: Caput do Artigo 306 do Projeto  
Suprima-se do art. 306, "caput", a expressão final "e pertencem à União", passando a ter a seguinte redação:  
"Art. 306 - As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedades distintas da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial".

**Justificativa:**

São bens da União os recursos minerais do subsolo e os potenciais de energia hidráulica (Artigo 52, inciso VIII). Compete privativamente à União legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia (Art. 54, inciso XXIII, letra j). Dizer agora, no Artigo 306, que esses mesmos bens pertencem à União é lançar um pleonasma destinado a gerar conflitos de interpretação. Até porque, não obstante propriedades da União, essas riquezas, mediante autorização ou concessão do Poder Público, poderão ser exploradas por empresas privadas nacionais, conforme estabelece o Artigo 308. A supressão que se quer deferida através da presente emenda é, pois, indispensável para livrar o texto constitucional de ambiguidades prejudiciais ao seu entendimento.

**Parecer:**

De fato, o item VIII do art. 52 relaciona muito claramente os bens da União e já inclui tanto os recursos minerais do subsolo quanto os potenciais de energia hidráulica. Por essa razão, concordo em que seja conveniente retirar a expressão "e pertencem à União".

**EMENDA:08116 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RITA FURTADO (PFL/RO)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA  
DISPOSITIVO EMENDADO: § 2o. do Artigo 306 do Projeto  
Suprima-se o § 2o. do artigo 306.

**Justificativa:**

Em diversos dispositivos, o Projeto de Constituição assegura aos municípios participação na renda de atividades econômicas, numa flagrante tendência municipalista. As disposições que se deseja suprimir, inscritas no § 2º do Artigo 306, são, contudo, redundantes, uma vez que a matéria nele contida está disciplinada no § 2º, inciso XI, do Artigo 52. A manutenção, pois, do dispositivo objeto da presente emenda só serviria para estabelecer controvérsia, daí justificar-se, inquestionavelmente, a sua supressão, com a vantagem de enxugar o texto constitucional.

**Parecer:**

De fato, o § 2o. do artigo 52 já assegura aos Municípios participação no resultado de exploração econômica de todos os recursos minerais.  
Pela aprovação.

**EMENDA:08291 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RENATO JOHNSON (PMDB/PR)

**Texto:**

Suprima-se do art. 306 do Projeto de Constituição a expressão, no final, "e pertencem à União", ficando o artigo assim redigido:  
Art. 306 - As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

**Justificativa:**

A matéria já se encontra conveniente e apropriadamente disciplinada no Art. 52 do Projeto, que inclui, em seu item VIII, de maneira expressa, como bens patrimoniais da União, os recursos minerais do subsolo. Além da desnecessária repetição da atribuição desta propriedade à União, ressalte-se, outrossim, como acerto da emenda ora proposta, que assim disciplinando ter-se-á resumido, em um só artigo, os demais bens, que, como os recursos minerais, pertencem à União, tais como, os terrenos da marinha, o espaço aéreo, a plataforma submarina, as terras ocupadas pelos índios, dentre outros.

**Parecer:**

De fato, o item VIII do art. 52 relaciona muito claramente os bens da União e já inclui tanto os recursos minerais do subsolo quanto os potenciais de energia hidráulica. Por essa razão, concordo em que seja conveniente retirar a expressão "e pertencem à União".

**EMENDA:08337 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

No Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização:

[...]

c) Art. 306. - Dê-se a seguinte redação:

"Art. 306. As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

Parágrafo único. Ao proprietário ou usufrutuário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.";

d) Art. 307. - Dê-se a seguinte redação:

"Art. 307 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de jazidas minerais, em faixas de fronteira e em terras indígenas, somente poderão ser efetuados por empresas cujo controle decisório e do capital social com direito a voto esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País, ou de entidades de direito público interno.

Parágrafo único. A pesquisa e a lavra de jazidas minerais e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica em terras indígenas dependem da prévia anuência das respectivas populações envolvidas, com a assistência do órgão responsável pela política indigenista.";

e) Art. 413. - Dê-se a seguinte redação:

"Art. 413. A lei criará um fundo destinado à conservação e recuperação do meio ambiente e à execução da política indigenista nacional.";

f) Art. (Disposições Transitórias) - Com a seguinte redação, onde couber:

"Art. O Poder Executivo criará um conselho deliberativo composto, de forma paritária, por representantes das populações indígenas, da União e da sociedade, que definirá a política indigenista, fixando as diretrizes e normas a serem executadas por órgão próprio da administração federal.";

II - Suprimam-se os dispositivos abaixo indicados:

a) item VIII do art. 52;

- b) art. 424 e seus parágrafos;
- c) art. 425 e seus parágrafos;
- d) art. 426 e seus parágrafos;
- e) art. 427 e seus parágrafos;
- f) art. 428.

**Justificativa:**

Tem-se reclamado reiteradamente que o Projeto de Constituição é muito longo e que isso acarreta uma série de desvantagens, entre as quais vale ressaltar, por sua importância, a rigidez assumida por um texto dessa natureza. Além do mais, quando a Lei Maior entre em minúcias, especialmente quando regula matéria conjuntural, se expõe a que qualquer modificação no estado de coisas exija automática alteração da norma, com as dificuldades decorrentes da tramitação de uma emenda constitucional. E quando repete o tratamento de matérias, então a situação não admite discussões sobre sua inoportunidade.

Por isso, parece recomendável que, na medida possível, se reduza o texto do Projeto, pelo menos, evitando repetições e promovendo a fusão das disposições afins.

Nesse sentido, propõe-se a Emenda anexa, que, aproveitando e aperfeiçoando as inovações contidas no Capítulo VIII do Título IX, dedicado aos índios, elimina esse Capítulo, com a incorporação das matérias não repetitivas às disposições afins, constantes do próprio Projeto.

Assim inspirada, a Emenda sugere:

I – a supressão do art. 424:

- a) Com a eliminação do caput do artigo e do seu § 2º, na medida em que a matéria neles prevista já se acha disciplinada nos itens III, V, VI e VII do parágrafo único do art. 385;
- b) Com a transposição da matéria contida no § 1º para o art. 54, por se tratar de competência da União, que é aí disciplinada;
- c) Com a transposição do § 3º para o Ato das Disposições Transitórias, uma vez que, criado o Conselho Deliberativo, com representação partidária dos índios, da União e da sociedade, a norma se esgota como diretriz de organização;

II – a supressão do art. 425, com a transposição da matéria para o art. 52, por se tratar de terras ocupadas pelos índios, definidas como bem da União, cujo tratamento constitucional é dado por aquele artigo, incluindo-se, por outro lado, como item do art. 54, o § 2º do art. 425, na parte que diz respeito a bens da União;

III – a supressão do art. 426, uma vez que a nulidade dos atos jurídicos que envolvam terras ocupadas pelos índios, pela generalidade e amplitude da disposição, provoca total insegurança para qualquer proprietário, sabido que, pelo menos em princípio, um dia no passado as terras tiveram a presença de índios;

IV – supressão do art. 427, com a transposição da matéria nela regulada para o art. 307, na medida em que as terras dos índios têm igual tratamento constitucional às terras de fronteiras, colocadas ambas no Capítulo da Ordem Econômica, visto como tratam do desenvolvimento de atividades empresariais nas referidas áreas;

V – supressão do art. 428, eis que a matéria, de forma mais adequada e com redação mais precisa, já se acha contemplada no item IV do art. 233.

Essas, a razão da Emenda ora proposta.

**Parecer:**

A emenda propõe alteração de diversos dispositivos.

Quanto ao art. 52, item X, a inalienabilidade, a imprescritibilidade e indisponibilidade de terras constituem matéria de direito civil, a ser regulada no setor próprio do ordenamento infraconstitucional. O acréscimo, pretendido, de parágrafos ao art. 52 está acolhido, parcialmente, no substitutivo, sendo que a parte não acolhida constitui objeto de estatuto normativo próprio, o mesmo cabendo alegar quanto às inclusões propostas ao art. 54.

Relativamente às modificações que se quer introduzir no art. 306, não nos parece resultar qualquer aperfeiçoamento relevante. De igual modo o vemos com referência à proposta de emenda aos arts. 307, 413 e à inclusão da disposição transitória.

A parte final da emenda, que propõe suprimir os dispositivos ali mencionados, é de ser acolhida parcialmente, na forma do substitutivo que adotamos.

Ante o exposto, somos pela aprovação parcial da presente emenda, nos termos do substitutivo do Relator.

**EMENDA:08672 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

No Projeto de Constituição, elaborado pela

Comissão de sistematização:

I - dê-se ao art. 308 e seu parágrafo único a seguinte redação:

"Art. 308. A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, no interesse nacional, e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente.

§ 1º. A pesquisa, lavra ou exploração de minérios e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica em terras indígenas dependem, ainda, da prévia anuência das respectivas populações envolvidas, com a assistência do órgão responsável pela política indigenista.

§ 2º. Não depende de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.";

II - Suprimam-se o art. 427 e seus parágrafos.

#### **Justificativa:**

A redação proposta mantém inalterado o caput do artigo 308 do Projeto, bem como o seu parágrafo único, remunerando-o para § 2º. Introduz o § 1º, que trata da mesma matéria prevista no caput pesquisa, lavra ou exploração de minérios. Só que, no § 1º, trata de pesquisa, lavra ou exploração de minérios realizada "em terras indígenas". Com essa modificação, mais técnica porque o artigo esgota a matéria, pode-se suprimir o artigo 427 do Projeto.

A matéria contida no caput e no § 3º do art. 427 foi eliminada; a do § 1º foi inserida no art. 308, constituindo o seu § 1º; e a do § 2º foi incluída no artigo 413.

Essas, as modificações de ordem formal. As de natureza substancial, são imprescindíveis, também. Realmente.

O caput do artigo 427 determina que a pesquisa, lavra ou exploração de minérios e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica em terras indígenas somente poderão ser desenvolvidos, como privilégio da União, no caso de o exigir o interesse nacional e de inexistirem reservas conhecidas e suficientes para o consumo interno, e exploráveis em outras partes do território nacional.

No que tange ao "privilégio da União" (monopólio?) para exploração do subsolo tem terras indígenas, o Projeto apresenta um caráter estatizante, que vai de encontro ao princípio da livre iniciativa previsto no artigo 300. Não é compatível com a liberdade de ação política e econômica vedar a brasileiros desenvolverem projetos de mineração em áreas indígenas, que são também partes do País. Fundamental é que o subsolo seja explorado de modo a frutificar para a sociedade, em tempo hábil, naturalmente resguardados os interesses das comunidades indígenas.

Sem dúvida, as populações indígenas merecem da comunidade nacional, onde se inserem, o maior respeito e a proteção adequada. Entretanto, não se pode, em nome desse respeito e dessa proteção, inerentes à natureza da pessoa humana livre e titular de direitos fundamentais, entravar o desenvolvimento da Comunidade Nacional, do qual essas mesmas populações, como parte integrante, serão beneficiárias.

Apesar da grande potencialidade brasileira em recursos naturais, o País participa com apenas 1% da produção mineral mundial e possui alta dependência do território alheio (70%), sobressaindo-se aí os minerais energéticos, petróleo e carvão, os fertilizantes potássicos e nitrogenados, alguns metalóides e não ferrosos. Ademais, não se pode fugir daquilo que os técnicos denominaram de "rigidez locacional do jazimento mineral", ou seja, o minério só existe no local onde a natureza o colocou. Dessa maneira, uma economia como a nacional, por imperativos geológicos e geográficos, vocacionada para as atividades de mineração, não pode se dar ao luxo de admitir restrições exageradas ao desenvolvimento do setor. É claro que a economia de mineração não deve fazer tabula rasa das exigências ecológicas e dos direitos das populações indígenas. Entretanto, ela também não pode ser sacrificada a essas exigências e direitos. Um equilíbrio, centrado no bem comum nacional, deve ser encontrado. Cabe à Constituição alicerçar esse equilíbrio, que há de ser construído e preservado pela legislação ordinária variável conforme a evolução dinâmica da vida social.

Afinal, é importante observar que um dos grandes potenciais de desenvolvimento da Região Norte do Brasil reside exatamente na exploração mineral e que é também nessa Região onde se encontra uma parcela ponderável da população indígena brasileira. Vedar a iniciativa privada, dinâmica e atenta às oportunidades de lucratividade, atuar nessa área implica restringir o desenvolvimento nacional e discriminar contra a Amazônia.

No § 1º modificou-se a expressão "dependem da autorização das populações indígenas envolvidas e da aprovação do Congresso Nacional, caso a caso" para "dependem da anuência das populações indígenas envolvidas, com a assistência do órgão responsável pela política indigenista". A autorização para pesquisa, lavra ou exploração de minérios é dada pelo Poder Público, no interesse nacional. Às comunidades indígenas, reserva-se o direito, prévio de anuir ou não, assistidas pelo órgão responsável pela política indigenista.

A matéria contida no § 2º do art. 427, cuja supressão é proposta, deve ser absorvida pelo art. 413, conforme uma outra Emenda por mim apresentada. É que o § 2º do art. 427, em causa, vincula recursos para aplicação na execução da política indigenista e de programas de proteção do meio ambiente; e o art. 413 cria um fundo



destinado a atender despesas com a conservação e recuperação do meio ambiente. Logo, é de se eliminar o referido § 2º, ampliando os objetivos do fundo previsto no art. 413 também para atender gastos com a execução da política indigenista.

A eliminação do § 3º do art. 427 constitui menos uma exigência do controle da atividade mineral pelos órgãos próprios, do que uma necessidade de escoimar da Constituição disposições próprias de legislação ordinária. Fosse possível aos índios realizar a cata, a faiscagem e a garimpagem, à margem desse controle, a exigência para os demais perderia todo o sentido. Por isso, é preferível deixar ao legislador ordinário a definição da matéria, o qual certamente avaliará a necessidade de manutenção da exigência, ciente de que, quanto menos empecilhos aos cidadãos, melhor para a organização socioeconômica do Estado.

**Parecer:**

Embora procedente a proposição no sentido de se tratar no mesmo artigo a matéria sobre exploração de recursos naturais, entretanto, a adição, diz respeito a matéria já inclusa nos artigos anteriores. Pela rejeição.

**EMENDA:08693 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

No Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização:

I - dê-se ao art. 306 e seus parágrafos a seguinte redação:

"Art. 306. As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

Parágrafo único. Ao proprietário ou usufrutuário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei."

II - suprima-se o item VIII do art. 52.

**Justificativa:**

O artigo 306 do Projeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização, ora em apreciação pelo Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, estabelece.

"Art. 306. As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento indispensável, e pertencem à União.

§ 1º Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 2º A título de indenização da exaustão da jazida, parcela dos resultados da exploração dos recursos minerais, a ser definida em lei, será destinada à formação de um Fundo de Exaustão para apoio ao desenvolvimento socioeconômico do Município onde se localiza a jazida."

O item VIII do art. 52 inclui entre os bens da União os recursos minerais do subsolo e os potenciais de energia hidráulica.

Conforme se verifica, a Emenda proposta tem três objetivos:

a) Eliminar a declaração de que as jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica pertencem à União.

b) Referir, quando se assegura a participação nos resultados da lavra, ao lado do proprietário do solo, o usufrutuário, contemplando, também, os índios, aos quais é atribuído, pelo art. 425, o direito real de usufruto exclusivo em relação às riquezas naturais, às finalidades nelas existentes e aos cursos fluviais;

c) Suprimir o § 2º, que institui um fundo de exaustão para apoio ao desenvolvimento socioeconômico do Município onde se localiza a jazida, com parcela dos resultados da exploração dos recursos minerais.

Convém ressaltar que não é essencial à regulação constitucional dos recursos do subsolo que se defina a quem cabe, a priori, a propriedade desses bens.

A orientação do direito constitucional brasileiro sempre foi a de deixar a fixação da natureza do direito sobre os recursos do subsolo – que é distinta da propriedade do solo – à responsabilidade da doutrina e da jurisprudência, permitindo a evolução construtiva.

A declaração de que o subsolo pertence à União, ao lado de não abrir espaço à fixação e evolução dos conceitos, representa, inexoravelmente, ampliar a estatização da economia brasileira. A forma como se define a propriedade da União sobre os recursos minerais e os potenciais de energia traz elementos de suporte à tese de criação, em nível constitucional, de um monopólio generalizado no setor, que seguramente não corresponde ao espírito do Projeto. Na medida em que o art. 303 do Projeto assegura à União, mediante lei e quando entenda

conveniente, a instituição de monopólio no setor, a Emenda não prejudica o objetivo desejado, a par de conferir a indispensável segurança ao investidor privado.

Quando à expressa referência ao usufrutuário no atual § 1º do art. 306 do Projeto, que, segundo a Emenda, se converte em parágrafo único, representa essa adição uma homenagem imprescindível à coerência com o art. 425, que atribui aos índios, não a propriedade, mas o usufruto exclusivo das terras por eles ocupadas. Finalmente, a supressão do atual § 2º do art. 306 do Projeto, que institui um fundo de exaustão, formado com parcela dos resultados da atividade mineradora, constitui exigência da boa técnica que deve presidir os trabalhos da Constituinte. Realmente, é inadequado denominar-se de indenização de exaustão da jazida uma imposição criada em lei, a ser arrecadada pelo poder público, em razão do resultado de uma atividade empresarial, para atender a despesas públicas do Município onde se localiza a jazida. Trata-se de facultar à lei instituir uma contribuição de indispensável natureza tributária, de um verdadeiro imposto sobre a renda. Ora, esse imposto, de competência da União, já tem, segundo o art. 277, item I, do Projeto, quarenta por cento do produto da sua arrecadação repassados, cabendo vinte e dois e meio por cento aos Municípios. Caso se deseje agravar a carga tributária da atividade em favor dos Municípios, o mecanismo adequado e com a desejável transparência para os cidadãos será elevar alíquota do imposto sobre a renda correspondente, excluindo dos benefícios da arrecadação a própria União e os Estados.

**Parecer:**

Item I:

- Quanto ao Art. 306 - Pela aceitação.

O item VIII do Art. 52 relaciona muito claramente os bens pertencentes à União e entre eles estão incluídos os recursos minerais do subsolo e os potenciais de energia hidráulica. Por essa razão, por uma questão de compatibilização do texto constitucional, tal expressão pode ser excluída do artigo em questão.

- Quanto ao Parágrafo Único - Pela rejeição.

Não tem fundamento a inclusão da figura do "usufrutuário" como participante dos resultados da lavra, pois essa participação não tem amparo na tradição jurídica do país. No caso dos indígenas, invocados pelo autor da emenda para justificá-la, o texto do Projeto já assegura aos mesmos seus direitos, quando da exploração do subsolo em área a eles ressaltadas.

- Quanto à supressão do § 2º., proposta pelo Autor: pela rejeição

A indenização pelo aproveitamento da jazida, com o objetivo de se criar um Fundo de Exaustão, afigura-se como instrumento indispensável ao ressarcimento à sociedade pela exaustão de um bem não-renovável e pelos problemas ambientais decorrentes da atividade mineral.

- Itens II - Pela rejeição

A não declaração explícita de que os bens minerais e os potenciais de energia hidráulica pertencem à União acarreta as seguintes consequências: 1) permitirá interpretações dúbias e díspares sobre os artigos referentes àqueles bens, quando da formulação de leis ordinárias; 2) permitirá a perda gradativa da soberania sobre tais bens e 3) contraria o espírito dos demais artigos que versam sobre o assunto, os quais se baseiam exatamente no fato da propriedade de tais bens pela União.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:09062 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ALDO ARANTES (PC DO B/GO)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

DIPOSITIVO EMENDADO: Artigos 306 e seus parágrafos, 307, 308 e parágrafo e 309.

Substitua-se os artigos, 306, 307, 308, 309 e parágrafos pelo seguinte:

Art. - O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis, e dos recursos hídricos são monopólio da União, a pesquisa, a exploração e o aproveitamento de jazidas e minas dependem de autorização e assinatura de contrato de lavra com o Governo Federal, na forma da lei, exclusivamente a brasileiros e a empresas nacionais.

§ 1º.- Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de potencial de energia renovável ou não-renovável de capacidade reduzida e a captação de água em pequeno volume, na forma

da lei.

§ 2o.- No aproveitamento dos seus recursos hídricos a União será obrigada a compatibilizar as oportunidades de múltipla utilização desses recursos.

§ 3o. - A exploração de jazidas e minas de grande porte ou de minérios estratégicos, conforme definido em lei, dependerá de aprovação do Congresso Nacional.

§ 4o. - A lei definirá a forma de indenização devida ao proprietário do solo, vedada a participação nos resultados da lavra.

§ 5o. - A lavra de bens minerais será objeto de contrato, por tempo determinado, nunca superior a vinte e cinco anos assinado entre a União e o minerador, conforme dispuser a lei.

§ 6o. - Nos contratos de lavra a lei estabelecerá mecanismos contratuais mínimos que salvaguardem os interesses nacionais e sociais.

**Justificativa:**

Estabelece-se em lugar da concessão o instrumento mais moderno do contrato de lavra, mais eficiente e mais flexível. Transforma-se em indenização ao proprietário do solo minerado a participação no resultado da lavra, pois não sendo este proprietário do subsolo não pode usufruir não pode usufruir deste qualquer vantagem.

**Parecer:**

A emenda substitutiva apresentada deixa de estabelecer, de forma clara e inequívoca a distinção entre solo e subsolo e a propriedade deste último por parte da União. A situação de "monopólio" proposto não define a situação acima referida.

O dispositivo do § 2o. da emenda não convém seja introduzido no texto constitucional, por tratar-se de matéria de lei ordinária.

O § 3o. pretende transferir ao Poder Legislativo o controle sobre "a exploração de jazidas e minas de grande porte ou de minérios estratégicos", o que não nos parece aceitável por se tratar de funções típicas do Poder Executivo.

O § 4o. contém certa contradição na medida em que prevê indenização para o proprietário e veda sua participação nos resultados da lavra: o texto do projeto optou pela segunda forma de compensação ao proprietário.

Os parágrafos 5o. e 6o. propõem a forma de "contrato" para a pesquisa e lavra dos bens minerais, por tempo determinado de vinte e cinco anos. Entendemos deva ser aproveitada a forma contratual, deixando para lei ordinária, porém, detalhar-lhe a duração e os mecanismos de execução. Somos pelo aproveitamento da forma contratual por tempo determinado, rejeitando os demais dispositivos, em termos do substitutivo.

Pela Aprovação parcial.

**EMENDA:09169 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MAURÍCIO CAMPOS (PFL/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

-DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 308

O art. 308 do Projeto passa a ter a seguinte redação:

"Art. 308. A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros residentes no País ou a sociedades estabelecidas no Brasil, regidas pelas leis brasileiras e cuja maioria de capital votante seja efetivamente de brasileiros residentes no País.

Parágrafo Único: Sempre que a empresa privada nacional solicitar, a União lhe dará prioridade para a exploração de potenciais de energia

hidráulica, cabendo às outras concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, em igualdade de condições de suprimento, adquirir as sobras de energia assim gerada."

**Justificativa:**

O texto ora proposto constitui inovação que se faz necessária e está em consonância com o princípio do fortalecimento da empresa privada nacional, a elas competindo, preferencialmente, com o estímulo do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas. A norma constante desta emenda consagra a prioridade para as empresas privadas nacionais explorarem potenciais de energia hidráulica e, via de consequência, reduz os ônus do Governo para a geração de energia elétrica. Eventuais sobras de energia assim produzida serão adquiridas pelas concessionárias estatais, diminuindo para estas o comprometimento de maiores inversões e gastos.

**Parecer:**

O princípio geral de que os recursos naturais devem ter sua exploração autorizada pelo Poder Público não exclui a participação, a mais ampla possível, da iniciativa privada, desde que obedecidos os interesses maiores da sociedade. Entretanto, a especificação das normas para essa outorga não deve constar do texto constitucional, mas, sim, da legislação ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:09249 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RONALDO CARVALHO (PMDB/MG)

**Texto:**

Emenda modificativa

Dispositivo emendado: Art. 306

Modifica o Art. 306 e parágrafos.

O Artigo 306 e seus parágrafos passam a ser redigidos da seguinte forma:

Art. 306 - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, assegurada, porém, preferência ao proprietário do solo e esta exploração ou aproveitamento.

§ 1o. A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão federal na forma da lei.

§ 2o. É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra. Quanto às jazidas e minas cuja exploração constitui monopólio da União a lei regulará a forma de indenização.

§ 3o. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida.

§ 4o. A lei garantirá a venda em condição econômica da energia produzida pela iniciativa privada cuja comercialização seja feita exclusivamente por empresas públicas.

**Justificativa:**

Esta forma indenizatória já houvera sido estabelecida na Constituição e no Código de Minas de 34, por vir de uma participação no produto ou no resultado da venda do produto. A Constituição de 46, pelo fato de conferir ao proprietário do solo a preferência para pesquisa e lavra, não cuida de estabelecer qualquer forma de participação quando concedidas a terceiros a autorização e concessão, eis que o proprietário, se não desejasse exercitar diretamente o seu direito, estava livre para negociá-lo, fato que na prática ocorreu com muita frequência. Se não fizesse nem uma nem outra coisa, estaria diante do fato consumado de uma renúncia tácita.

Ao eliminar o direito de preferência do proprietário, a Constituição de 67 voltou a estabelecer o princípio indenizatório a favor do superficiário cujo subsolo fosse objeto de concessão de lavra a terceiro. Assim, a

participação do proprietário nos resultados da lavra é de justiça como recompensa pela riqueza mineral instalada em suas terras, mas que para a sua descoberta em nada contribuiu.

**Parecer:**

O sistema de preferência ao proprietário já foi substituído, sem maiores problemas e com vantagens para o desenvolvimento do setor mineral, pelo sistema participatório.

O autor da Emenda, aliás, inclui na mesma as duas formas, o que torna-se desnecessário.

Quanto ao § 1o. do Art. 306, proposto pela Emenda, a necessidade de autorização ou concessão federal já está contida no Art. 308, de forma explícita.

Pela rejeição.

**EMENDA:09421 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ERALDO TRINDADE (PFL/AP)

**Texto:**

q EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 308 do Projeto de Constituição

O Art. 308 passa a ter a seguinte redação:

Art. 308 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do poder Público, no interesse nacional, a brasileiros ou a empresas constituídas exclusivamente de capital nacional, e não poderão ser transferidas se prévia anuência do poder concedente.

**Justificativa:**

Assiste-se hoje à rápida desnacionalização do setor mineral, e o poder público não tem conseguido fiscalizar a atuação de grupos econômicos internacionais que atuam na área, que trazem enormes prejuízos ao país. O argumento de que não podemos prescindir nem da tecnologia nem do capital externo no setor mineral é inconsistente, porque o Brasil é a 8ª economia ocidental. O processo de desnacionalização do setor mineral tem início, basicamente, a partir de abertura propiciada pela lei ordinária de 1967 – Código de Mineração – a interesses alienígenas. Temos, antes de mais nada, o dever de preservar nossas riquezas não renováveis para nossos filhos. O Brasil saberá dispor de suas riquezas, com seus próprios recursos e capacidade, para atendimento aos seus interesses, a exemplo do que ocorreu com o petróleo, desafio que foi vencido e que traz enormes benefícios à Nação.

**Parecer:**

A determinação do sujeito da exploração de minérios e de aproveitamento dos recursos hidráulicos deve constituir, salvo melhor juízo, objeto da legislação ordinária.  
Pela Rejeição.

**EMENDA:09836 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JUTAHY MAGALHÃES (PMDB/BA)

**Texto:**

Dê-se a seguinte redação ao art. 308 do projeto:

Art. 308. A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão federal, no interesse nacional e por prazo determinado, não podendo ser transferidas sem prévia anuência do órgão concedente.

**Justificativa:**

A presente emenda pretende garantir, de fato, à União, a propriedade dos recursos minerais e potenciais de energia hidráulica. Nesse sentido, é necessário que as concessões de lavra sejam outorgadas por prazo

determinado, pois, do contrário, a propriedade pela União desses recursos naturais limitar-se-á enquanto forem desconhecidos.

**Parecer:**

A emenda tem idêntico teor ao texto do Projeto (art. 308).  
Pela aprovação.

**EMENDA:09837 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JUTAHY MAGALHÃES (PMDB/BA)

**Texto:**

Dê-se a seguinte redação ao art. 307 do projeto:  
Art. 307. A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica em terras indígenas e faixas de fronteira somente poderão ser efetuados pela União.

**Justificativa:**

Essa emenda é uma decorrência lógica das responsabilidades do Estado na tutela dos indígenas e na garantia da segurança nacional, cabendo-lhe, portanto, preservar os recursos necessários à sobrevivência das populações indígenas e manter a integridade do território nacional, através do controle efetivo das atividades econômicas praticadas nas faixas de fronteira.

**Parecer:**

A redação original do art. 307 atende adequadamente à necessidade de manutenção da integridade do território nacional como apregoa o autor desta emenda. Entretanto, é desnecessário um dispositivo Constitucional permitindo a exploração e aproveitamento de recursos em terras indígenas pela União, quando o seu papel deve ser o de preservar. Pela rejeição.

**EMENDA:10155 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CHRISTOVAM CHIARADIA (PFL/MG)

**Texto:**

Emenda modificativa e aditiva  
Dispositivos emendados: Artigos 52, 52-II, 54, 56, I, 57-I, 69 e 306.  
[...]

- Inclua-se, no art. 306, do Projeto, um § 3o., com a seguinte redação:

Art. 306.....

§ 3o. - As disposições sobre jazidas, minas e recursos minerais somente se aplicam às águas subterrâneas com propriedades e características especiais, definidas em lei.

**Justificativa:**

A presente Emenda tem por objetivo modificações e adições correlatas, nos termos do § 2º, do Art.23, do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte. Por essa razão, refere-se concomitantemente aos Artigos 52, 52-II, 57-I, 69, e 306. A alteração de um dispositivo envolverá, portanto, na de outros. A Emenda versa sobre a disciplina constitucional das águas superficiais e subterrâneas, em especial no que se refere ao domínio e a competência legislativa.

No tocante ao domínio, visa a suprir a lacuna do projeto, que passou todas as águas subterrâneas para os Estados (Art.56, I), quando o sistema federativo aconselha que os aquíferos subterrâneos, que ultrapassem o território de uma unidade federada, devam ser geridos pela União, para evitar a sua exaustão, poluição ou contaminação, por um Estado, em prejuízo de outro ou outros.

Além disso, o Projeto nada dispõe a respeito das águas superficiais e subterrâneas situadas no Distrito Federal e nos Territórios, deixando, portanto, incompleta a questão do domínio das águas públicas.

Por outro lado, o Projeto reparte as águas entre a União (art.52, II) e os Estados (art.56, I), sem qualquer referência às águas municipais e particulares. Ocorre que as águas contidas unicamente numa propriedade não precisam ser declaradas públicas, desde que sujeitas ao fim social desta, devendo ficar a disciplina de matéria

confiada ao legislador ordinário. Os córregos, riachos, arroios e outros cursos de pequeno porte, de interesse exclusivamente local, podem estar, com vantagem, sob o domínio municipal, sendo essa transferência cometida a União, no tocante aos territórios federais, e aos Estados, nos demais casos.

O Projeto é omissivo, igualmente, no tocante às águas situadas nas zonas periodicamente assoladas pelas secas, que merecem tratamento diferenciado do atribuído às regiões úmidas. A importância da matéria aconselha a sua elevação a nível constitucional.

Sabe-se, também, que, de há muito, os organismos e as associações ligadas aos recursos hídricos reclamam uma política e um sistema nacional de gerenciamento desses recursos, tendo como unidade básica a bacia ou região hidrográfica, e integrando sistemas estaduais e do Distrito Federal. Determinação Constitucional nesse sentido já havia sido inclusive, objeto de dispositivo, do anteprojeto, mas foi suprimida na sistematização.

O Projeto, por sua vez, confere aos Estados a mais ampla competência legislativa suplementar. Desde que em assuntos de seu interesse, que podem ser os mais variados (art. 57, I), a eles caberá legislar sobre quaisquer das matérias enumeradas no inciso XXIII, do art. 54. Essa amplitude, todavia, poderá receber limitações no decorrer dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Sendo assim, para que a competência Estadual relativa às águas, neste País de dimensões continentais, fiquem bem definida, convém que conte de maneira explícita.

Com o objetivo de evitar que se prolonguem as discursões e confusões, no tocante a aplicabilidade, ou não, das disposições sobre jazidas, minas e recursos minerais, às águas subterrâneas sem características especiais, o que tem causado enorme atraso na sua disciplina jurídica e prejuízos aos aquíferos, o texto constitucional deverá expresso a respeito.

Objetivando sanar as lacunas e omissões apontadas propõe-se alterações no sentido de:

- o que o inciso II do art.52, incluía, no domínio da União, os aquíferos e subterrâneos que ultrapassassem o território de um Estado, para evitar a sua exaustão, poluição ou contaminação por uma unidade federada, em prejuízo de outra ou outras;
- o que o inciso II, do art.52, incluía no domínio da União as águas superficiais e subterrâneas situadas nos Territórios Federais, uma vez que estes, nos termos do art.49, § 2º, do projeto integram a União;
- que no art.52 seja incluído o § 4º dispondo sobre a faculdade da União transferir aos Municípios as águas de interesse exclusivamente local, situadas nos Territórios.
- que ao inciso XVIII do art.31, seja dada redação com o propósito de fazer com que a Política e um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos sejam elevados a nível constitucional. O mesmo deve ocorrer em relação aos critérios de outorga de direito de uso das águas públicas, para garantia dos cidadãos, e à definição das águas particulares, uma vez que, se contidas unicamente numa propriedade, não precisam se declaradas públicas, desde que sujeitas ao fim social daquela.
- que o inciso I, do Art. 36, compatibilizado com a redação proposta, para o inciso II, do Art. 30, no tocante às águas do domínio da União, melhor explicate quais as águas do domínio dos Estados, para que possam ser distinguidas sem a necessidade de consultas a outros artigos;
- que se incluía, no art.36, o inciso VI, declarando integrarem os bens dos Estados os que atualmente lhes pertencem, ou que lhes vierem a ser atribuídos, pois, disposição idêntica foi posta para a União (art.30, XI). Os Estados já têm, por exemplo, incluídos em seu patrimônio, os terrenos marginais às correntes e aos lagos navegáveis, se, por algum título, não forem do domínio federal, municipal ou particular;
- que se incluía, no Art.36, um Parágrafo Único estatuinte que os Estados, por suas Constituições, tal como o proposto para a União relativamente às águas situadas nos Territórios Federais, possam transferir para o domínio municipal as águas de interesse exclusivamente local, ou seja, córregos, riachos, arroios e outros.
- que se altere o Parágrafo Único, do Art.57, no sentido de que fique expressa a competência dos Estados para legislar supletiva e complementarmente sobre águas, respeitada a lei Federal. Com isso, os Estados poderão superar as desigualdades regionais e manter atualizadas as respectivas normas, neste País de dimensões continentais;
- que no art.69 se incluía um § 4º disciplinando o domínio das águas do Distrito Federal de forma idêntica à feita em relação aos Estados, e;
- que no art.306, se incluía um § 3º declarando que somente as águas subterrâneas que apresentem características e propriedades especiais, como, por exemplo, os minerais, termais e as gasosas, sejam disciplinadas pelas normas que regem as jazidas, minas e os recursos minerais. As demais devem seguir regime jurídico paralelo ao das águas superficiais, componentes que são do mesmo ciclo hidrológico. Esclarecida a matéria a nível constitucional, eliminar-se-á a pendência há anos existente, a respeito do tratamento jurídico das águas subterrâneas sem características especiais.

**Parecer:**

Pelo acolhimento parcial, nos termos do substitutivo.

**EMENDA:10174 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CHRISTOVAM CHIARADIA (PFL/MG)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dê-se a seguinte redação ao artigo 308:

"Art. 308 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público Federal, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder econômico."

**Justificativa:**

A redação constante do PROJETO faz depender, a exploração dos recursos naturais que menciona, de concessão do Poder Público, no interesse nacional.

A expressão "Poder Público" é genérica e abrange a União, os Estados e os Municípios.

Ora o Projeto, estabeleceu, de forma peremptória, a propriedade da União sobre os recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica (art. 306). Por conseguinte, somente ao Poder Público Federal devem ser deferidos os poderes constantes do artigo referido.

Com a redação sugerida pela presente emenda fica suprimida também a expressão "no interesse nacional", pois tratando-se de matéria de competência da União, está implícito este requisito.

**Parecer:**

A redação atual do projeto, ao estabelecer a obrigatoriedade da concessão pelo poder público, deixa em aberto à possibilidade de delegação pela União, em alguns casos em favor dos Estados e Municípios.

Mantém-se a expressão "no interesse nacional" em consonância com a magnitude dos recursos naturais para a sociedade.

Pela rejeição.

**EMENDA:10319 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO TORRES (PTB/AL)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: artigo 308

O artigo 308 do Projeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 308 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros residentes no País ou a sociedades estabelecidas no Brasil, regidas pelas leis brasileiras e cuja maioria de capital votante seja efetivamente de brasileiros residentes no País.

Parágrafo Único: sempre que a empresa privada nacional solicitar, a União lhe dará prioridade para exploração de potenciais de energia hidráulica, cabendo às outras concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, em igualdade de condições de suprimento, adquirir as sobras de energia assim gerada.

**Justificativa:**

O texto ora proposto constitui inovação que se faz necessária e está em consonância com o princípio do fortalecimento da empresa privada nacional, a elas competindo, preferencialmente, com o estímulo do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas. A norma constante desta emenda consagra a prioridade para as empresas privadas nacionais explorarem potenciais de energia hidráulica e, via de consequência, reduz os ônus do Governo para a geração de energia elétrica. Eventuais sobras de energia assim produzida serão adquiridas pelas concessionárias estatais, diminuindo para estas o comprometimento de maiores inversões e gastos.

**Parecer:**

O princípio geral de que os recursos naturais devem ter sua exploração autorizada pelo Poder Público não



exclui a participação, a mais ampla possível, da iniciativa privada, desde que obedecidos os interesses maiores da sociedade.  
Entretanto, a especificação das normas para essa outorga não deve constar do texto constitucional, mas, sim, da legislação ordinária.  
Pela rejeição.

**EMENDA:10392 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

Acrescente parágrafo no Art. 308 do Projeto.

Art. 308 - .....

§ 1o. - A outorga de direito de lavra de jazidas minerais só poderá ser concedida a brasileiros ou empresas nacionais na forma da lei.

§ 2o. - A outorga de direitos minerários na faixa de fronteiras nas reservas indígenas, parques nacionais e reserva biológicas, ficam sujeitos a legislação especial que resguarde o interesse e a soberania nacional e os direitos dos povos nativos.

§ 3o. - Não dependerá da autorização ou concessão o aproveitamento de potenciais de energia renovável de capacidade reduzida.

**Justificativa:**

Propõe-se o Parágrafo 1º porque a nacionalização do subsolo do país é um imperativo da soberania nacional. Este é o único mecanismo que nos permite uma posição soberana nos mercados interno e externo frente aos interesses de matérias primas essenciais.

O Parágrafo 2º pede a supressão do Art. 307, remete para legislação ordinária o resguardo de situações específicas mutáveis no tempo e no espaço (fronteira do Rio Grande do Sul é diferente de fronteira em Roraima, bem como existem situações muito diversas na questão indígena) e amplia os cuidados da lei sobre especificidades na questão dos parques nacionais e reservas de preservação biológica.

**Parecer:**

Quanto ao §1o.: A matéria está contida no âmbito das expressões "no interesse nacional e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente", do caput.

Quanto ao §2o.: A matéria já consta dos artigos 307 e 425 do Projeto.

Quanto ao §3o.: Idêntico teor ao §1o. do art. 308 do projeto.

Pela prejudicialidade.

**EMENDA:10401 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

Suprime o Art. 307.

**Justificativa:**

Inclui-se estes assuntos juntamente com outros de igual relevância com o Parágrafo Segundo do Art. 308.

**Parecer:**

Trata-se de emenda que não atende à técnica legislativa.

Pela prejudicialidade.

**EMENDA:10490 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VLADIMIR PALMEIRA (PT/RJ)

**Texto:**

Acrescente-se o seguinte artigo entre os artigos 308 e 309 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

Art. - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em terras indígenas somente poderão ser efetuados por empresas estatais, e dependerão da prévia, aprovação do Congresso Nacional e do acordo das nações indígenas concernidas.

**Justificativa:**

A livre exploração do subsolo nas áreas indígenas subverte a própria existência dos índios. Nossa emenda permite esta exploração, mas tendo como garantia o caráter público da exploração, a autorização do Congresso e das nações indígenas, assegurando proteção a estas últimas.

**Parecer:**

A matéria constante da emenda está, a nosso ver, adequadamente contemplada no capítulo VIII- Título IX "Dos Índios".

No dispositivo do mencionado capítulo que trata da exploração de minerais está consignada a necessidade de prévia autorização do Congresso Nacional e das comunidades indígenas.

Neste sentido somos rejeição.

**EMENDA:10574 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SERGIO NAYA (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 308

O artigo 308 do Projeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 308 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros residentes no País ou a sociedades estabelecidas no Brasil, regidas pelas leis brasileiras e cuja maioria de capital votante seja efetivamente de brasileiros residentes no País.

Parágrafo Único: Sempre que a empresa privada nacional solicitar, a União lhe dará prioridade para a exploração de potenciais de energia hidráulica, cabendo às outras concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, em igualdade de condições de suprimento, adquirir as sobras de energia assim gerada.

**Justificativa:**

O texto ora proposto constitui inovação que se faz necessária e está em consonância com o princípio do fortalecimento da empresa privada nacional, a elas competindo, preferencialmente, com o estímulo do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas. A norma constante desta emenda consagra a prioridade para as empresas privadas nacionais explorarem potenciais de energia hidráulica e, via de consequência, reduz os ônus do Governo para a geração de energia elétrica. Eventuais sobras de energia assim produzida serão adquiridas pelas concessionárias estatais, diminuindo para estas o comprometimento de maiores inversões e gastos.

**Parecer:**

O princípio geral de que os recursos naturais devem ter sua exploração autorizada pelo Poder Público não exclui a participação, a mais ampla possível, da iniciativa privada, desde que obedecidos os interesses maiores da sociedade.

Entretanto, a especificação das normas para essa outorga não deve constar do texto constitucional, mas, sim, da

legislação ordinária.  
Pela rejeição.

**EMENDA:11764 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

Acrescente-se ao artigo 308, um parágrafo ao além dos existentes:

"A exploração de jazidas e recursos minerais dependem de "contrato mineral", por tempo determinado, na forma da lei, em que só podem ser partes os brasileiros ou sociedades brasileiras."

**Justificativa:**

Não podemos deixar em aberto para a exploração estrangeira a riqueza de jazidas e recursos minerais de que dependem alguns municípios nacionais. Este é um mercado que deve ser preservado não só porque tem um reflexo sobre a soberania nacional como pelo fato incontestável de que dessas riquezas dependem muitos municípios que sobrevivem graças a extração local.

Tanto a fonte de rendimento relativa aos impostos municipais e estaduais como o próprio sustento de trabalhadores em centenas de municípios no planalto e nas regiões mais ocidentais do Brasil dependem de recursos minerais mais simples que não os das jazidas. Tais fontes de sobrevivência não podem ficar indefesos e sujeitos à exploração alienígena.

**Parecer:**

A forma de contrato (o prazo determinado já está previsto no Art. 308), bem o sujeito da atividade minerária são salvo melhor juízo, objeto de legislação ordinária, como, aliás já previsto na Emenda.  
Pela rejeição.

**EMENDA:11765 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

Ao artigo 308, acrescente-se parágrafo, renumerando-se os demais:

"As concessões de pesquisa, exploração e aproveitamento de jazidas minerais, minas e demais recursos minerais, e a transformação industrial dos minérios e o aproveitamento de energia hidráulica far-se-ão mediante contrato, por tempo determinado, permitida a prorrogação, na forma da lei, quando realizados por pessoa física e jurídica privada."

**Justificativa:**

A presente proposta é uma alternativa a nossa própria emenda em que se propõe o contrato mineral mais explicitamente. Caso não seja do agrado do relator a expressão contrato mineral que muitos julgar ser matéria de legislação comum, então prevaleceria a forma e expressão mais genérica de contrato, na forma da lei.

**Parecer:**

A proposta inova, em relação ao texto do Projeto, quando impõe a exigência de contrato para as atividades de industrialização de produtos minerais subsequentes à pesquisa e lavra, matéria que deverá ser, salvo melhor juízo, objeto de legislação ordinária.  
Pela rejeição.

**EMENDA:11768 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

Acrescente-se, "in fine" ao artigo 308:  
"... e prévia licença do Congresso Nacional".

**Justificativa:**

Ora, se a atividade econômica, todas as atividades de competência da União são objeto de deliberação da União por via do Congresso, é preciso que fique bem claro, que também para o contrato de qualquer tipo relativo a concessão de exploração de jazida mineral a aquiescência do Congresso Nacional seja prévia.

As concessões minerais tem sido uma das maiores vias de evasão de nossas riquezas, porque as concessões são feitas sem uma apreciação mais pública, nos gabinetes administrativos, sem a transparência necessária a um ato público de tanta relevância.

Os preços são baixos, as cláusulas são prejudiciais ao governo, e principalmente ao Estado e ao Município que não rege sua própria riqueza e deve ser defendido pelo Congresso na qualidade de Instituição da União a quem cabem os atos mais transparentes de suas transações.

**Parecer:**

A matéria admite a concorrência do Congresso Nacional no esforço regulatório subsequente à fase constitucional.  
Pela rejeição.

**EMENDA:11797 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

- Aditiva - (art. 308, § único)

Acresça-se ao final:

"conforme definido em lei complementar.

**Justificativa:**

A expressão capacidade reduzida é vaga.

De outro lado é manifesta a conveniência de não se deixar ao Executivo o alvedrio para concretizar o conceito.

Esta tarefa ficará muito melhor em mãos do Congresso que, por Lei Complementar, ficará critérios objetivos para sua determinação.

**Parecer:**

A matéria tem uma característica técnica cambiável em função do tempo e do nível tecnológico de aproveitamento do recurso hídrico, devendo, portanto, continuar afeta à legislação ordinária, como vem acontecendo desde 1934. O importante é que o legislador ordinário ou o órgão regulador deixe sempre bem claro o entendimento que se pretende dar à norma constitucional.  
Pela rejeição.

**EMENDA:11853 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA:

Dê-se ao parágrafo único, do artigo 308, a seguinte redação:

"§ único - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de potencial de energia renovável de capacidade reduzida, nos termos do disposto em lei".

**Justificativa:**

A maneira como está redigido o preceito, ficaria a cargo do intérprete quantificar a " capacidade reduzida" . É preciso que lei ordinária a estabeleça.

**Parecer:**

A matéria tem uma característica técnica cambiável em função do tempo e do nível tecnológico de aproveitamento do recurso hídrico, devendo, portanto, continuar afeta à legislação ordinária, como vem

acontecendo desde 1934. O importante é que o legislador ordinário ou o órgão regulador deixe sempre bem claro o entendimento que se pretende dar à norma constitucional.  
Pela rejeição.

**EMENDA:11855 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA:

Dê-se ao § 1o, do artigo 306, a seguinte redação:

"§ 1o. - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, não inferior à quinta parte, na forma da lei".

**Justificativa:**

É de conveniência que se limite o mínimo de participação do proprietário do solo nos resultados da lavra por ele não explorada.

**Parecer:**

A fixação do valor da participação lavra por se tratar salvo melhor juízo, de matéria sujeita a fatores conjunturais deverá permanecer no âmbito da legislação ordinária.  
Pela rejeição.

**EMENDA:12022 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

**Texto:**

Acrescente-se, ao Art. 308 do Projeto de Constituição, o seguinte § 1o., passando a § 2o. o atual parágrafo único:

"Art. 308 .....

"§ 1o. As concessões de pesquisa e lavra dos recursos minerais de que trata este artigo, não podem prescindir da empresa nacional e sempre com a participação majoritária de capital."

**Justificativa:**

De acordo com o Art. 308, do Projeto de Constituição, "a pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente".

Como se sabe, são numerosas as iniciativas para crescente participação de empresas internacionais no setor de mineração, o que urge ser disciplinado, de modo a que se preserve o interesse nacional.

Desta forma, defendemos que ao Art. 308 se acrescente o parágrafo objeto desta Emenda, no sentido de que a nova Constituição assegure, explicitamente, a participação majoritária e imprescindível da empresa nacional no aproveitamento dos recursos minerais.

**Parecer:**

A determinação do sujeito das atividades de aproveitamento dos recursos materiais, com exceção dos casos já previstos no Projeto, deverão, salvo melhor juízo, ser referidos ao âmbito da legislação ordinária.  
Pela rejeição.

**EMENDA:12052 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

Emenda Supressiva  
Dispositivo Emendado: Título VIII, Capítulo I, art. 306 "caput", do Projeto de Constituição.  
Suprima-se, do art. 306 "caput" a expressão: "e os potenciais de energia hidráulica".

**Justificativa:**

Dado que a prestação de serviços públicos, no território dos Estados, foi cometida à competência dos mesmos para explorá-los, diretamente ou via concessão ou permissão, a teor do art. 305 deste Projeto, bem como tendo presente que entre esses serviços públicos se coloca os de energia elétrica que deriva do aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, inexistem razões para se incluir tais potenciais como de propriedade da União, para efeitos de exploração ou aproveitamento, visto que a competência para tanto é dos Estados.

**Parecer:**

Os potenciais de energia hidráulica cujo aproveitamento já, na presente ordem legal, e no texto do projeto (art. 308) depende de concessão pelo poder público, passam também, como recurso natural distinto do solo, a pertencer a União.  
Pela rejeição.

**EMENDA:12053 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

Emenda modificativa  
Dispositivo emendado: Título VIII, Capítulo I, do Projeto de Constituição.  
Dê-se a seguinte redação ao art. 308 e parágrafos:  
"Art. 308 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de concessão ou permissão do Poder Público Federal e estadual, respectivamente, no interesse nacional, e não poderão ser transferidos sem a prévia anuência do Poder Concedente."  
§ 1o. - Não dependerão de concessão ou permissão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.  
§ 2o. - A concessão ou permissão dos aproveitamentos de energia hidráulica só poderá ser outorgado ou transferido pelos Estados às empresas contratadas pelo Poder Público ou por brasileiros natos.

**Justificativa:**

A redação visa, em sintonia com outros dispositivos constitucionais relativos à competência a aos bens da União e dos Estados Federados, compatibilizar o texto do art. 308 com os artigos 52, 54 e 56 do anteprojeto, no sentido de reservar-se à União a competência para a pesquisa e a lavra dos recursos minerais e aos Estados a de aproveitar os potenciais de energia hidráulica, fixada a premissa fundamental, adotada em outras disposições, de que será prioritariamente respeitado o princípio básico do regime federativo. Assim, nessa linha do princípio adotado, é de competência dos Estados Federados e exploração dos potenciais de energia hidráulica a fim de que possam estes prestar o serviço público de fornecimento de energia elétrica que lhes foi reservado pelo próprio art. 305 do projeto.

A substituição da palavra "autorização" para, em seu lugar, utilizar-se a expressão "permissão", justifica-se por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, é evidente que "autorização" é gênero de que são espécies a concessão e a permissão, conforme assinalaram numerosos e de espécie. O anteprojeto, em várias de suas disposições (veja-se por exemplo, os artigos 54, inciso XII, e o art. 305) já fez a devida correção que ora se propõe, trocando a expressão "autorização" pela palavra "permissão".

**Parecer:**

A inovação contida no parágrafo 2o, em relação ao texto do Projeto, diz respeito à determinação do sujeito de concessões para exploração de energia hidráulica que, salvo melhor juízo, deverá ser objeto da legislação ordinária.  
Pela rejeição.

**EMENDA:12073 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

**Texto:**

Emenda ao projeto de Constituição.

Dê-se ao art. 308 do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização a seguinte redação:

"Art. 308. A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, outorgadas no interesse nacional e por prazo determinado, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

§ 1o. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento dos potenciais de energia renovável de capacidade reduzida.

§ 2o. As autorizações de pesquisa e as concessões de lavra somente poderão ser outorgadas a brasileiros ou a empresas nacionais, na forma da lei.

§ 3o. O critério de outorga das autorizações de e concessões referidas no parágrafo anterior será o da licitação pública, obedecidas, em cada caso, as condições estabelecidas pelo poder concedente.

**Justificativa:**

O modelo vigente, o do requerimento, não atende ao melhor critério para a concessão de autorizações de pesquisa e concessão de lavra. Impõe-se adotar o procedimento da licitação pública. Por este processo o poder concedente exercerá, como dever ser, total controle, e, dirá no devido tempo quais dos blocos destinados à pesquisa e à lavra, na conformidade do mais alto interesse nacional. Promovemos em emenda a cassação das atuais autorizações e concessões relativos a direitos minerários que estejam inativos ou sem produção, ou cujos trabalhos exploratórios ou extrativos não tenham sido comprovadamente iniciados nos prazos legais, a juízo do poder concedente.

Cumpra nesse momento promover a um reordenamento jurídico constitucional que leve à proteção das reservas naturais e minerais. Como está não pode continuar. Como está, a sociedade brasileira assiste à ação predatória no setor mineral, de empresas multinacionais, cujo único escopo é exercer total controle a serviço dos grupos econômicos de que fazem parte.

**Parecer:**

A inovação contida nos parágrafos 2o e 3o, em relação ao texto do Projeto, diz respeito à determinação do sujeito e dos critérios de outorga dos direitos de lavra e pesquisa de recursos minerais, o que deverá ser, salva melhor juízo, objeto da legislação ordinária.

Pela rejeição.

**EMENDA:12268 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

IRMA PASSONI (PT/SP)

**Texto:**

Substitua-se os art. 306, 307, 308, 309 e 310 do Projeto de Constituição do Relator da Comissão de Sistematização pelos seguintes dispositivos; renumerando-se os demais artigos.

Art. Os recursos minerais de qualquer natureza, existente no País, pertencem à Nação Brasileira de forma inalienável e imprescritível e, como tal, serão administrados pela União.

Art. As jazidas, minas e demais recursos minerais constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

Parágrafo - A lei definirá a participação do proprietário do solo no resultado da lavra.

Art. A exploração e o aproveitamento industrial dos bens minerais dependem, respectivamente de autorização federal e da assinatura de contrato de lavra, na forma da lei, dada a brasileiro ou a sociedade organizada no País, autorizada a funcionar como empresa de mineração, que primeiro requerer a área objetivada.

Parágrafo - Somente será autorizada a funcionar como empresa de mineração a sociedade que tenha, no mínimo, 51% do seu capital pertencente a brasileiros ou a pessoas jurídicas de capital inteiramente nacional, não podendo, os acionistas ou contratos sociais, transferir poder decisório aos eventuais sócios estrangeiros e/ou assegurar aos mesmos a sua direção administrativa e técnica.

Art. A lavra dos bens minerais será objeto de contrato, por tempo determinado, nunca superior a 25 anos, assinado entre a União e as empresas de mineração obedecidas as disposições da lei.

Parágrafo - A lei definirá as condições para a renovação do contrato.

A lei estabelecerá os mecanismos contratuais mínimos que assegurem ao País a defesa de seus interesses, bem como da sociedade brasileira.

A empresa de mineração pagará uma indenização à União, pelo direito da lavra do bem mineral, definido caso a caso, sendo, contudo, levados em conta, entre outros, a rentabilidade e o nível de existência de renda econômica pura.

A Lei definirá o rateio da indenização entre a união, o Estado e o Município.

Art. A competência da União, estabelecida no artigo anterior, poderá ser transferida aos Estados, em cujo territórios estejam situadas as jazidas minerais, através da lei específica para cada Estado.

Art. A lei estabelecerá a indenização pelos investimentos realizados a ser paga à empresa de mineração que realizar a pesquisa do depósito mineral transformando-o em jazida, e que, entretanto, não realizará a sua lavra, em face de desacordo com a União.

Art. A União, tendo em vista o interesse do País, e no exercício da soberania nacional sobre os recursos minerais, poderá recusar-se a assinar contrato de lavra com empresa que tenha a participação de capital estrangeiro, ocorrendo, então, neste caso, a indenização prevista no artigo anterior.

Art. A minuta do contrato a ser assinado entre a União e a empresa de mineração será publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado em que se situa a mina, com a Assembléia Legislativa respectiva tendo um prazo definido em lei para avocá-lo para exame e



deliberação.

Art. Tendo em vista o interesse nacional, os contratos de lavra com empresas de mineração que tenham a participação de capital estrangeiro serão, previamente, submetidos ao Congresso Nacional.

Art. Compete à União legislar sobre a geologia, as riquezas do subsolo e as atividades do setor mineral.

Art. Independentemente de autorização, os municípios podem legislar, no caso de haver leis federais e estaduais sobre a matéria para suprir-lhes as deficiências ou atender às peculiaridades locais, desde que não dispensem ou diminuam as suas exigências, ou, em não havendo legislação federal e/ou estadual e até que estas a regule, sobre a geologia e as atividades minerais relativas aos materiais de construção de uso imediato na construção civil.

Art. Satisfeitas as condições estabelecidas em lei, entre as quais a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os estados passarão a exercer dentro dos respectivos territórios a atribuição de fiscalização das atividades minerárias e complementar àquela realizada pela União.

Art. Compete a União instituir um imposto único sobre minerais relativos a extração, beneficiamento, circulação, distribuição e consumo dos bens minerais de qualquer natureza.

Art. O produto da arrecadação do imposto único sobre minerais será distribuído entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios da seguinte forma:

a-) dez por cento para a União

b-) setenta por cento para os Estados e Distrito Federal

c-) vinte por cento para os municípios

Art. As cotas da União e dos Estados serão obrigatoriamente aplicados diretamente no setor mineral.

Art. Compete à União instituir um imposto sobre minerais e seus respectivos produtos metalúrgicos e químicos.

Art. O produto da arrecadação do imposto referido no "caput" deste artigo será utilizada pela União, visando aprofundar o conhecimento geológico do País e a geração de novas reservas minerais.

Art. As empresas transformadoras de bens minerais primários de qualquer tipo, anualmente aplicarão parte dos lucros obtidos com esta atividade industrial em empreendimento diretamente relacionado com o setor mineral, conforme dispuser a lei.

Art. As empresas de mineração aplicarão, anualmente, parte dos lucros gerados com o aproveitamento dos bens minerais no município em cujo território estiver situada a mina, em atividades econômicas permanentes não relacionadas com a mineração, conforme dispuser a lei.

Art. A lei estabelecerá os procedimentos relativos a prospecção, pesquisa e aproveitamento da água subterrânea, bem como as normas de

fiscalização destas atividades.

Art. A União, considerando o interesse nacional, poderá instituir o regime de monopólio estatal para a pesquisa, aproveitamento e comercialização de qualquer recurso mineral existente no subsolo do país.

Art. Tal política de monopólio é parte de uma política de minerais estratégicos, definida em lei, envolvendo aproveitamento, produção e comercialização interna e externa de todos os bens minerais do Brasil que sejam estratégicos para o seu próprio desenvolvimento e para a comunidade internacional.

Art. A lei definirá o imposto e a indenização pelo direito da lavra a serem pagos pelos executores dos monopólios, bem como as suas distribuições entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Art. Parcela da cota-parte da União referente ao imposto definido no parágrafo anterior, será obrigatoriamente, destinada a realização dos levantamentos geológicos básicos do País, conforme for estipulado em lei.

Art. Os executores dos monopólios estatais de bens minerais aplicarão, anualmente, parte dos lucros gerados com os seus aproveitamentos nos municípios em cujos territórios foram realizadas as suas lavras, em atividades econômicas permanentes não relacionadas com o objeto dos respectivos monopólios.

Art. O petróleo existente no território nacional, aí incluída a plataforma continental e compreendidos todos os hidrocarbonetos naturais, constitui propriedade da nação, que exercerá monopólio quanto a sua exploração, produção, refino, industrialização e comercialização, extensiva dos seus derivados.

Art. O instrumento para o exercício deste monopólio são Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e, nos setores pertinentes, as empresas que compõem o sistema Petrobras.

Art. Fica vedado à Petrobras firmar contratos ou acordos de qualquer natureza que representem alienação, associação ou tornem ambíguo o poder de decisão e gestão sobre o monopólio bem como a participação em seus benefícios.

Art. Ficam reservados os atuais monopólios estatais de urânio e outros minerais radioativos.

**Justificativa:**

Emenda sem justificção.

**Parecer:**

A presente emenda que na verdade trata-se de um substitutivo, foi aproveitado naquilo que consideramos adequado ao aperfeiçoamento do projeto e para o setor mineral.  
Pela aprovação parcial

**EMENDA:**13213 REJEITADA

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva  
Dispositivo Emendado: Artigo 308  
Dá nova redação ao art. 308 que passa a ser:  
Art. 308 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica dependem de autorização ou concessão federal, dadas exclusivamente a brasileiros ou a empresas nacionais não podendo ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente.

**Justificativa:**

Desde a reforma constitucional de Arthur Bernardes (1925), o Brasil consagrou a nacionalização de seu subsolo. A importância estratégica dos minerais é hoje reconhecida em todo o mundo, não se justificando a liberalidade de conceder a empresas estrangeiras as riquezas de nosso subsolo.

**Parecer:**

A expressão "Poder Público" como concedente, constante do art. 308 do projeto, pretende permitir flexibilidade suficiente para que aos Estados e Municípios possa ser delegada participação na concessão, nos termos da legislação infraconstitucional.  
Por outro lado, a determinação dos sujeitos da exploração dos recursos minerais deveria ser, salvo melhor juízo, objeto da legislação ordinária.  
Pela rejeição.

**EMENDA:13276 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA  
DISPOSITIVO EMENDADO: artigo 307.  
Dê-se ao artigo 307 a seguinte redação, que passa a ser:  
Art. 307.- O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteiras ou em terras indígenas somente poderão ser efetuados por empresas públicas, na forma da lei.

**Justificativa:**

Nas faixas de fronteira e nas terras indígenas a exploração dos potenciais de energia hidráulica e recursos minerais deve ser privativa de empresas inteiramente controladas pela sociedade, para evitar que o lucro – único móvel de livre iniciativa – coloque em risco a segurança do País ou as populações indígenas.

**Parecer:**

O projeto adota uma perspectiva de tratamento integrado das áreas de fronteira e indígenas com as normas sobre aproveitamento de recursos naturais.  
Pela prejudicialidade.

**EMENDA:13323 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

**Texto:**

Dá nova redação ao § 1o. do art. 306  
§ 1o. -Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra; quanto às jazidas e minas cuja exploração constitui monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização.

**Justificativa:**

A redação proposta atende melhor ao interesse do País seria absurdo que o proprietário do solo tivesse participação nos resultados da lavra de petróleo ou minerais atômicos.

O texto do dispositivo reproduz norma da atual Constituição.

**Parecer:**

A emenda procede no que se refere à participação sobre a produção de bens minerais monopolizados pela União.

Pela aprovação.

**EMENDA:13527 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

- O artigo 308 do Projeto de Constituição acrescidos dos §§ deve ter a seguinte redação:

- O artigo 494 (disposições transitórias)

deve ter a redação abaixo:

Art. 308. - As jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os potenciais de energia hidráulica, constituem propriedade distinta da propriedade do solo, sendo, neste caso o subsolo propriedade da União.

§ 1o. - A exploração e o aproveitamento das jazidas de minas e dos potenciais de energia hidráulica dependem de autorização ou concessão federal, ou estadual no caso de delegação concedida em lei;

§ 2o. - A concessão ou autorização de que trata o parágrafo precedente somente será dada a brasileiros ou a sociedades constituídas com capital integralmente nacional.

§ 3o. - É assegurado aos Estados e Municípios onde ocorrer exploração de jazidas ou de energia elétrica uma compensação e ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra. Quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização.

§ 4o. - A participação do proprietário do solo de que trata o parágrafo anterior será igual ao dízimo do imposto sobre minerais.

§ 5o. - É assegurado aos Estados e Municípios, onde houver aproveitamento de minérios, energia hidráulica ou térmica, de qualquer potência, a participação em seus resultados.

§ 6o. - A participação dos Estados e Municípios de que trata o parágrafo anterior, destinar-se-á a compor as perdas e danos de qualquer natureza, ocorridas na instalação e no curso de funcionamento; estes pagos mediante taxa mensal compensatória fixada pela Câmara de Vereadores e que poderá ser reduzida pela autoridade judiciária local, em caso de valores excessivos. As perdas e danos de instalação pagar-se-ão de uma só voz.

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 494. - As empresas de capital estrangeiro, proprietárias de imóveis que contenham quedas de água e jazidas, com ou sem

aproveitamento e exploração, devem, no prazo improrrogável de um ano, adaptar-se às disposições desta Constituição e transferir o ativo a brasileiros, acionistas ou não daquelas empresas, transformando, se lhes convier, seus haveres em direito creditório pessoal a ser reembolsado dentro dos saldos líquidos do empreendimento.

**Justificativa:**

1 – Em relação ao artigo desta proposição, trata-se de conceito pacífico e consagrado nas Constituições, a partir de 1934.

2 – Em relação ao § 1º, acrescentou-se, ao texto tradicional, a permissão do legislador ordinário vir a delegar aos Estados competência para autorizar ou conceder a exploração de jazidas e potenciais hidrelétricos. Num país de dimensões continentais, não deve ser citado obstáculo ao desenvolvimento econômico senão na medida do indispensável. Sempre que for demonstrada a conveniência de descentralizar, seja por motivo de distância, seja em razão de certos minerais de reduzida importância, a lei poderá delegar o encargo de autorizar ou conceder. Como se trata de delegação, uma vez comprovada, na prática, a inconveniência, o Congresso Nacional pode revogar a medida.

3 – Em relação ao § 2º, a proposição visa apenas a desfazer a ambiguidade existente nas Constituições, a partir de 1946, que concedeu “a exploração e o aproveitamento exclusivamente a brasileiros e a sociedades organizadas no País”. Prevaleceu a interpretação favorável ao capital estrangeiro, acolhida no Supremo Tribunal Federal em que se sufragou uma incoerência e um absurdo. Se a concessão era outorgável apenas a brasileiros, logicamente as sociedades teriam de ser as constituídas por brasileiros. O STF, entretanto, aceitou a petição das multinacionais. O estrangeiro sozinho não pode explorar o subsolo, mas se vier a pretender fazê-lo em sociedade organizada no Brasil, ainda que seja apenas com sua mulher, já se tornará igual a brasileiros. Para que, nesse caso, a referência a exclusividade brasileiros?

Fruto desse impatriótico entendimento, a maior parte do subsolo nacional está controlada por empresas estrangeiras, em geral especializadas no ramo, e que, tendo minas em exploração em outros países, tratam de impedir o aproveitamento das aqui existentes. Em 1983, o consumo total de minérios pelo Brasil atingiu a US\$ 12,3 bilhões. Importamos 85,9% desse montante (O Globo de 03.02.85). É, sem dúvida, o cúmulo da insensatez, especialmente quando tempos tecnologia e os recursos acumulados, entre outras na Companhia Vale do Rio Doce, a qual apenas necessita ser administrada mais democraticamente, para que, fiscalizada, revele maior eficiência e probidade.

Há inúmeros argumentos para a nacionalização das minas, expostos em vasta literatura. Há um cartel mundial que comanda a mineração no Terceiro Mundo e reduz, a seu talante, os valores. Uma vez colocado o minério nos navios, em alto mar, o preço é modificado e entra nos países industrializados, nas siderúrgicas e demais empresas de beneficiamento, por um valor mais alto, de modo a sonegar impostos nos países de origem e nos destinatários. Necessitamos acabar com essa intermediação parasitária e suja.

Nenhuma nação prosperou vendendo minérios in natura.

Chegou o momento de despertarmos e de nossos governos tomarem vergonha, dando fim a esta impatriótica pilhagem de nossas riquezas naturais. A história nos condenaria, como tem condenado os legisladores que se somaram aos países imperiais para manter o colonialismo a eu temos estado submetidos.

Precisamos resgatar a dívida para com Alberto Torres, Arthur Bernardes, Gabriel Passos, Agamenon Magalhães, Jesus Soares Pereira, Getúlio Vargas os generais Estillac Leal, Horta Barbosa, Henrique Lott Durval e Felicíssimo Cardoso, o Brigadeiro Francisco Teixeira e tantos outros que se encontram no Panteão de nossa História, por terem lutado pela emancipação econômica de nossa Pátria e por disposições legais como estas.

4 – Os §§ 3º a 6º destinam-se a compensar os que são prejudicados pela utilização das quedas de água e formação de represas, e pela abertura das crateras e poluição ecológica, nas terras onde se realiza o aproveitamento mineral.

5 – O artigo para as Disposições Finais e Transitórias visa a tornar imperativa a disposição constitucional e a recuperação do subsolo, não um simples desejo retórico e sentimental dos constituintes.

**Parecer:**

Entendemos que o presente Projeto, nos termos em que foi redigido em relação aos recursos minerais e hídricos, expressa de maneira global, sucinta e inequívoca os preceitos constitucionais adequados à regulamentação daquelas atividades, em termos de lei maior.

Além disso, o texto da emenda em apreço inclui diversos dispositivos próprios e característicos da lei ordinária. Em relação ao art. 494, em particular, o texto do Projeto entende dever preservar os direitos adquiridos referentes às concessões de pesquisa e lavra dos recursos minerais, ficando a cargo de leis infraconstitucionais dispor sobre os casos que venham a afetar os interesses nacionais no desenvolvimento das atividades minerais. Pelo que, somos pela rejeição da Emenda como um todo.

**EMENDA:13554 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dê-se nova redação ao parágrafo único do art. 308:

Parágrafo único - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida e, em qualquer caso, a captação de energia solar, eólica e outras definidas em lei.

**Justificativa:**

A proposta abre exceção também à captação de energia solar e eólica, técnica que só poderá ser adequadamente desenvolvida, em regime de liberdade, permitindo à lei ampliar o rol.

**Parecer:**

A emenda sob exame é desnecessária na medida em que o parágrafo 1o., do art. 308, do Projeto, já exclui a captação de energia renovável de capacidade reduzida, de qualquer fonte.  
Pela rejeição.

**EMENDA:13775 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

EMENDA - Suprime o § 2o. do artigo 52 e o § 2o do artigo 306 e altera o § 1o. do artigo 306, transformando-o em parágrafo único, como segue:

"Art. 306.....

Parágrafo único. Ao proprietário fundiário é assegurada a participação nos resultados da lavra, igual ao dízimo do imposto cobrado na saída da substância mineral da mina."

**Justificativa:**

A redação abrangente do § 2º do artigo 52 se superpõe à do § 2º do artigo 306, o que implica, no mínimo, na necessidade de supressão deste último. Porém, mesmo a título de indenização como via de participação nos resultados da lavra, não vemos como possa ser devido tal pagamento aos Estados, Distrito Federal, Territórios ou Municípios. Isso porque, não constituindo a indenização proposta uma sanção pela prática de ato ilícito, enquadra-se a mesma perfeitamente no conceito de tributo, incidindo sobre o mesmo fato gerador do imposto já cobrado pela exploração das substâncias minerais.

Sugere-se, ainda, a substituição da expressão "proprietário do solo" por "proprietário fundiário", que designa melhor a propriedade do solo, separada da dos recursos minerais. Reafirma-se, assim, o princípio de que a propriedade mineral, pertencente à União, abrange não só os recursos do subsolo, mas também aqueles que afloram às camadas da superfície.

Procura-se, igualmente, limitar a participação do proprietário fundiário nos resultados da lavra ao dízimo do imposto incidente na saída da substância mineral da mina, princípio esse já consagrado na Constituição em vigor e pacificamente aceito pelo setor mineral. O Projeto sugere, no art.306, § 1º, que a lei ordinária seja o veículo para a fixação dessa participação, o que implicaria na alteração do limite razoável atualmente existente, criando-se, dessa forma, mais um ônus sobre a atividade mineral.

**Parecer:**

Procede no que se refere à necessidade de compatibilizar o par. 2o. do artigo 52 e par. 2o. do artigo 306. No que se refere ao par. 2o. a matéria deve ser referida à lei ordinária, salvo melhor juízo.  
Pela Aprovação Parcial.

**EMENDA:13807 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ALUÍZIO CAMPOS (PMDB/PB)

**Texto:**

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao parágrafo 1o. do artigo 306, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

Art. 306 .....

§ 1o. - A pesquisa ou lavra em propriedade alheia obriga o concessionário à indenização por perdas e danos, conforme determinar a lei.

**Justificativa:**

Atrelar a propriedade das reservas minerais à da superfície da terra é injustificável retrocesso, só se devendo permitir a indenização dos danos causados por efeito da pesquisa e da lavra.

**Parecer:**

A matéria já vem tradicionalmente recebendo tratamento similar na Legislação ordinária, como aliás, salvo melhor juízo, deve ser enfocada.

Pela rejeição.

**EMENDA:14125 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LÚCIO ALCÂNTARA (PFL/CE)

**Texto:**

**EMENDA SUBSTITUTIVA**

Dispositivo Alterado: Capítulo I do Título VIII (art. 300 a 316)

Dê-se ao Capítulo I - Dos princípios gerais, da intervenção do Estado, do regime de propriedade do subsolo e da atividade econômica, do Título VIII - Da Ordem Econômica e Financeira (art. 300 a 316) a seguinte redação:

**TÍTULO VIII**

**DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA**

**CAPÍTULO I**

**DOS PRINCÍPIOS GERAIS, DA INTERVENÇÃO DO ESTADO, DO REGIME DE PROPRIEDADE DO SUBSOLO E DA ATIVIDADE ECONÔMICA**

[...]

Art. 307 - As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União.

§ 1o. - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 2o. - A título de indenização da exaustão da jazida, parcela dos resultados da exploração dos recursos minerais, a ser definida em lei, será destinada à formação de um fundo de exaustão para apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do Município onde se localiza a jazida.

Art. 308 - A pesquisa e a lavra de recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público. Nas faixas de fronteira, a exploração de jazidas minerais e o aproveitamento de energia hidráulica são privativos de empresas nacionais e entidades criadas pelo Poder Público para a exploração conjunta com países vizinhos.

Parágrafo único. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de

energia renovável de reduzida capacidade.

Art. 309 - No aproveitamento de seus recursos hídricos, a União, os Estados e Municípios deverão compatibilizar as oportunidades de múltipla utilização desses recursos.

Art. 310 - Constituem monopólio da União:

I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos e gás natural, existentes no território nacional;

II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzidos no País, e bem assim o transporte, por meio de condutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como de gás natural de qualquer origem;

IV - a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, a industrialização e o comércio de minerais nucleares.

[...]

#### **Justificativa:**

Esta emenda reproduz sugestão que me foi enviada pelo Dr. JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO, conhecido estudioso dos problemas nacionais e que, inclusive, foi destacada personalidade na desburocratização de nossa legislação e de nossos procedimentos administrativos.

A sua experiência, durante anos, no então Ministério da Desburocratização autorizam que o tema seja submetido à apreciação dos nobres pares. As sugestões têm por objetivo simplificar, ordenar e dar concisão ao texto constituinte.

O art. 300 busca englobar todos os princípios norteadores da ordem econômica, aproveitando e sintetizando dispositivos esparsos da Comissão de Sistematização e realçando outros nele não incluídos de forma obscura. Esses princípios são:

- a propriedade privada dos meios de produção;
- a função social da propriedade;
- a harmonia entre os fatores de produção,
- a livre concorrência e a liberdade de iniciativa;
- a defesa do consumidor e a repressão a todos as formas de abuso do poder econômico;
- a proteção do meio ambiente e do patrimônio histórica nacional (inovação imprescindível no Brasil);
- o estímulo ao cooperativismo e a outras formas associativas de produção e comercialização.

O § 1º assegura o caráter suplementar do Estado como produtor e fornecedor de bens e serviços. O § 2º dispõe sobre o investimento de capital estrangeiro como agente complementar do desenvolvimento econômico.

O art. 301 visa assegurar as condições especiais de tratamento da empresa privada nacional.

O art. 302 procura deslindar o difícil problema da definição de empresa privada nacional. Em substituição aos critérios até aqui propostos, o dispositivo fixa alguns parâmetros básicos a serem seguidos pela lei. Assim, a definição poderá ser ajustada a cada situação específica. Um desses parâmetros é a nacionalidade da moeda de investimento, até então desprezado.

O art. 303 cuida da situação específica das empresas jornalísticas e de radiofusão. A principal inovação, de ordem técnica, é a substituição do vocábulo “propriedade” pela expressão “controle de capital” mais adequada do ponto de vista jurídico.

O art. 304 trata da intervenção do Estado no domínio econômico (intervenção regulatória que não se confunde com a atividade empresarial do Estado). Em linhas gerais, o dispositivo reproduz o art. 303 do projeto, mas elimina o § 4º, que exigiu concurso público para a contratação de pessoal pelas empresas estatais. Tal exigência é absolutamente incompatível com o regime de contratação das empresas privadas às quais os entes estatais produtivos devem assemelhar-se.

O art. 305 melhora a redação do art. 304 do projeto.

Os arts. 306 e 307 não inovam em relação ao texto do projeto. No entanto, o art. 308 dá melhor ordenamento ao regime de concessão e exploração de jazidas minerais e de energia hidráulica prevendo, inclusive, a hipótese de exploração conjunta pelo Brasil com país vizinho, nas áreas de fronteira.

No art. 310 que trata do monopólio da União na pesquisa e lavra do petróleo e dos gás natural, suprimiu-se a referência a “gases raros” até porque estes não existem no subsolo.

No art. 311 que regula o usucapião urbano, eliminou-se o texto do projeto a dimensão do imóvel. Trata-se de matéria típica de lei ordinária. Da mesma forma, caberá à lei definir as demais características do imóvel urbano para fins de usucapião.

O art. 313 restabelece a norma tradicional das constituições brasileiras sobre navegação marítima.



**Parecer:**

Parte considerável da emenda representa contribuição positiva, tendo sido já contemplada no texto do Projeto de Constituição.

Um dos aspectos que merecem reparos é o do conceito de empresa nacional. Dada a importância estratégica do conceito, parece adequado que ele seja definido já no texto constitucional, vinculando-o ao controle decisório e de capital por parte de brasileiros.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:14222 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

Emenda Substitutiva destinada a reservar a empresas nacionais a exploração do subsolo e a conter as exportações que sacrifiquem a industrialização no País.

Substitua-se a redação do art. 308 e seu parágrafo único pela seguinte redação:

Art. 308 - A pesquisa e lavra das jazidas, minas e dos potenciais de energia hidráulica dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei e somente a brasileiros ou a sociedade nacionais, como definidas nesta Constituição e não poderão ser transferidas sem anuência do poder concedente.

§ 1o. As autoridades de pesquisa mineral e as concessões de lavra serão por tempo determinado, renováveis no interesse nacional, conforme dispuser a lei.

§ 2o. O regime de exploração de recursos naturais garantirá aos Estados e Municípios em que ela se fizer, a participação em seus resultados.

§ 3o. A transferência das terras onde existam jazidas, minas, outros recursos minerais e potenciais de energia elétrica somente pode ser efetuada a brasileiros ou a sociedades nacionais, na forma da lei.

§ 4o. A lei disporá sobre a proibição temporária ou definitiva de exportação de minerais in natura ou beneficiados, de valor estratégico, assim considerados ou indispensáveis ao desenvolvimento das indústrias no País ou à segurança militar ou ao equilíbrio de preços no mercado internacional, de modo a impedir o aviltamento provocado por monopólios e cartéis, nocivos ao interesse nacional.

Substitua-se a redação do art. 494 das Disposições Transitórias pela seguinte redação.

Art. 494 - As empresas portadoras de capital estrangeiro, concessionárias ou autorizadas a pesquisar ou lavrar jazidas, minas e potenciais de energia hidráulica, devem adaptar-se, no prazo de um ano, a partir da promulgação desta Constituição, às normas do art. 308 e ficam rescindidas, e declaradas sem efeito, sem ônus para a União, as autorizações e concessões inativas ou em desacordo com os requisitos ali estabelecidos.

**Justificativa:**

As medidas propostas visam a acolher a formulação a que chegara a Comissão Afonso Arinos.

A medida apenas retorna ao que dispunham a Constituição de 1934, em seu art. 119, § 4º e a Constituição de 1937, no art. 143, § 1º e art. 144. Só não se encontra tão explícita a medida na Constituição de 1946, pelos motivos que constam de discursos de Arthur Bernardes, Atílio Vivacqua, Barbosa Lima Sobrinho, Nestor Duarte, Gabriel Passos, Euzébio Rocha, Hermes Lima, Domingos Velasco e tantos outros que lutaram pela defesa dos interesses nacionais. A Constituição de 1946, nessa matéria, exhibe redação sibilina. Essa ambiguidade permitiu “legalmente” ao Brasil perder as minas de manganês do Amapá, concedidas a uma subsidiária de Bethlehem Steel Corporation, em 1947, pelo Gen. Eurico Dutra, as minas de ferro do Vale do Paraopeba, por Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1958, para a Hunna Company, como anteriormente perdera as minas de ouro para St. John Del Rey Mining Company Ltda e as de manganês de Lafaiete para a United Steel Co. Ver. Do Desembargador Osny Duarte Pereira “Ferro e Independência”, Rio 1967, e “O que é Constituição?”, Rio, 1964. A desnacionalização do subsolo brasileiro ocorrida nas últimas décadas alarma a quantos se ocupam desse aspecto da soberania nacional. Chegamos a importar manganês do Gabão, ante o esgotamento das minas, praticando pela Bethlehem Steel e pela United States Steel, esgotamento que colocou em risco a competitividade do aço brasileiro.

Essa imprevidência, esse impatriotismo a insanidade foram bem compreendidos pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais que, no art. 322 do Anteprojeto, inciso III, proibiu “a transferência a estrangeiros as terras onde existam jazidas, minas, outros recursos minerais e potenciais de energia elétrica”, restaurando as preocupações dos constituintes de 1934, no art. 119, § 4º e de 1937, no art. 144.

As empresas estrangeiras que perdem esses privilégios etiquetam esta defesa da soberania nacional de xenofobia e muitos brasileiros ingênuos repetem, sem saber o que é xenofobia. Ignoram que, ao mesmo tempo, os defensores da soberania nacional, são, frequentemente, estrangeiros e filhos de estrangeiros vindos para o Brasil, irmanados aos demais, na construção de um novo Brasil e que nada tem a ver com essas empresas monopolísticas entregues ao culto de um capitalismo selvagem responsável, em maior parte, pela miséria do Terceiro Mundo.

Lamentável é que um desses brasileiros ingênuos participou da Comissão Provisória, na função de Secretário-Geral; era Professor da Escola Superior de Guerra e não logrou assimilar o que se tornou obvio à maioria. O comércio internacional de minérios encontra-se controlado por cartéis que mantêm o Terceiro Mundo submetido a uma pilhagem impiedosa. Nenhum país libertou-se do subdesenvolvimento vendendo suas riquezas minerais, inclusive petróleo, in natura. Mais ainda a dominação sobre o Brasil tem sido exercida de tal forma que esses cartéis obtêm o direito de pesquisas nas regiões onde há certos minérios necessários à nossa indústria, e impedem a lavra, para obrigar-nos a importar os que eles já exploram em outras partes do mundo. Em 1983, o consumo total de minérios pelo Brasil, atingiu a US\$ 12,3 bilhões. O País importou 85,9% desse total (O Globo, de 03.02.85)

Cuidou-se ainda de evitar a exaustão de minas para exportação primária e com sacrifício das indústrias, como ocorreu com a produção de aço e ainda a exportação gravosa que alimenta manobras dos cartéis internacionais.

**Parecer:**

Vários dos dispositivos apresentados pela emenda são, no nosso entender, objeto de leis ordinárias, não devendo, pois serem incluídos no texto constitucional.

A forma de autorização de pesquisa e concessão de lavra, por tempo determinado, objeto do § 1º. do art. 308 da emenda substitutiva poderá ser aceita, por se tratar de dispositivo que atende aos interesses nacionais na matéria.

Em relação ao art. 494, entendemos devam ser mantidos no novo texto constitucional, os direitos adquiridos referentes às concessões de pesquisa e lavra de recursos minerais, ficando a cargo de leis infraconstitucionais dispor sobre os casos que venham a afetar os interesses do país na matéria.

Pelas razões acima, somos pela aprovação parcial da emenda, acolhendo a forma de “contrato por tempo determinado” e rejeitando os demais dispositivos, nos termos do presente substitutivo.

**EMENDA:14242 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MARCONDES GADELHA (PFL/PB)

**Texto:**

Substitua-se, no art. 308, a palavra “concedente” por “Legislativo”.

**Justificativa:**

A substituição é devida ao elevado interesse nacional em questão, razão pela qual as transferências previstas no artigo somente deverão ocorrer após anuência do Congresso Nacional.

**Parecer:**

Sendo, salvo melhor juízo, a matéria objeto de legislação ordinária, o Poder Legislativo terá sempre a capacidade de intervir na atividade minerária, no interesse nacional conforme a intenção do eminente senador. Pela rejeição.

**EMENDA:14614 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OSWALDO LIMA FILHO (PMDB/PE)

**Texto:**

Título VIII da Ordem Econômica e Financeira -  
Capítulo I -

Substitua-se o Artigo 306 pelo seguinte:

Artigo 306 - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União.

§ 1o. - A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependem de autorização ou concessão da União na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou sociedade constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital pertença a brasileiros.

§ 2o. - A lei poderá atribuir aos Estados a concessão de uso de potenciais de energia elétrica, existentes no seu território, obedecidas as normas deste artigo.

§ 3o. - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados das lavras em valor não inferior ao imposto sobre minerais; quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização.

**Justificativa:**

A presente emenda procura restabelecer a soberania nacional inteiramente alienada a empresas multinacionais, que hoje detêm a maioria das concessões de minas no território do Brasil.

Só uma empresa, a "British Petroleum", possui área superior a 4.642 concessões de minas, numa área de 102.958 km<sup>2</sup>.

As empresas estrangeiras obtiveram concessões de lavra, durante os governos militares, que se elevam a 401.757 km<sup>2</sup> (O Subsolo Brasileiro" pelo Prof. Francisco Rego Chaves Fernandes e outros Ed. CNPq., 1987).

A Assembleia Nacional Constituinte tem o dever de resgatar a soberania nacional, alienada pelos governos autoritários nos últimos 20 anos.

**Parecer:**

A presente emenda representa uma contribuição efetiva para o aperfeiçoamento do art. 306 e seus parágrafos. Exclui as águas subterrâneas, permite que a União, na forma da lei, atribua aos Estados a concessão de uso de potenciais de energia elétrica e define a participação do proprietário do solo nos resultados das lavras. Pela Aprovação.

**EMENDA:14732 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

BETH AZIZE (PSB/AM)

**Texto:**

Mantendo-se o seu "caput" e transformando-se em parágrafo primeiro o atual parágrafo único do artigo 308, do Projeto de Constituição, a ele acrescentem-se os seguintes parágrafos:

Art. 308.....

§ 1o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia

renovável de capacidade reduzida.

§ 2o. - A autorização, ou concessão, na faixa de fronteiras, na faixa das fortificações, das estradas de ferro, das rodovias, dos mananciais de água potável, na área urbana, na área indígena ou naquela considerada de interesse ecológico, agrícola, ou para o desenvolvimento ou a reforma agrárias, dependerão do assentimento das autoridades a que estiverem elas afetas.

§ 3o. - Poderão ser revistas as atuais autorizações e concessões referidas neste artigo e em vigor ao ser promulgada esta Constituição, por iniciativa das autoridades mencionadas no parágrafo anterior, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da aludida promulgação.

§ 4o. As autorizações e concessões revistas na forma do parágrafo anterior poderão ser canceladas, se assim o recomendar o interesse da harmonia social, em benefício do bem público, sem que os titulares delas façam jus a qualquer indenização, seja a que título for.

**Justificativa:**

A exploração desenfreada do subsolo precisa ser coibida, para que se evite a predominância da riqueza mineral incerta sobre a riqueza agrícola certa.

No Estado de Rondônia, por exemplo, com uma extensão territorial de 24.000.000 há (vinte e quatro milhões de hectares), cerca de 15.000.000 há (quinze milhões de hectares), ou 62,5% (sessenta e dois e meio por cento) correspondem a áreas e mineração. E isso em uma região que deveria ser essencialmente agrícola.

Na Amazônia inteira, em 77 (setenta e sete) áreas indígenas delimitadas, existem 77 (setenta e sete) empresas ou grupos econômicos de mineração. Dos alvares concedidos, 50% (cinquenta por cento) favorecem a grupos provados nacionais, 40% (quarenta por cento) a grupos multinacionais e os restantes 10% (dez por cento) a grupos estatais.

Apesar disso, a despeito do aumento constantes de novas concessões, registram-se uma acentuada queda da produção mineral, especialmente de ouro, com uma evasão de riquezas facilitada por dezenas de aeroportos clandestinos.

O atual Código de Minas prevê, em seu artigo 27, inciso V, que “a pesquisa na faixa de domínio das fortificações, de estradas de ferro, das rodovias, dos mananciais de água potável e das vias de logradouros públicos dependerá, também, do assentimento das autoridades sob cuja jurisdição as mesmas estiverem”.

O interesse nacional exige não só a manutenção dessa norma e sua transformação em preceito constitucional, como a sua ampliação. Além disso, é necessário armar o Estado dos elementos capazes de permitir a revisão e o cancelamento das concessões irregularmente outorgadas e daquelas que sejam lesivas ao patrimônio coletivo. São essas as propostas contidas em nossas emendas, que submetemos ao judicioso exame e à deliberação dos nobres constituintes.

**Parecer:**

A pretensão do autor desta emenda já é atendida na legislação ordinária específica. Pela rejeição.

**EMENDA:15380 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROSA PRATA (PMDB/MG)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Suprima-se do parágrafo único do art. 308 a palavra "renovável".

**Justificativa:**

A palavra renovável guarda relação com as energias que são produzidas pela ação do homem: florestas, canaviais etc.

No caso o caput do artigo fala em energia hidráulica. Cumpre, pois, eliminar o adjetivo renovável que não se aplica à espécie.

**Parecer:**

Pela prejudicialidade, uma vez que a correção pretendia não alcançar objeto inexistente no projeto.  
Pela prejudicialidade.

**EMENDA:15583 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FLÁVIO ROCHA (PFL/RN)

**Texto:**

Substituem-se os arts. 300 a 326 pelos seguintes remunerando-se os demais.

[...]

Art. 306 - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedades distintas da do solo, para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial, assegurada, porém, preferência ao proprietário do solo a esta exploração ou aproveitamento.

1o. - A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão federal na forma da lei.

2o. - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra. Quanto às jazidas e minas cuja exploração constitui monopólio da União, a lei regulará a forma da indenização.

3o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida.

4o. - A lei garantirá a venda em condições econômicas da energia produzida pela iniciativa privada cuja comercialização seja feita exclusivamente por empresas públicas.

[...]

**Justificativa:**

A presente SUGESTÃO é fruto do resultado do IV Congresso Nacional das Associações Comerciais realizado em Brasília, nos dias 26 a 28 de abril último, sob o patrocínio da Confederação e promoção da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal.

Buscamos nesse trabalho dois trechos que reproduzimos como justificativa desta proposição.

“Buscaram, na apreciação das teses e indicações, formular propostas que pudessem contribuir para a construção de uma sociedade pluralista, mais aberta, mais justa com igualdade de oportunidade, concentrada no respeito ao indivíduo e à liberdade, enfatizando-se que é democracia política, com guardião da liberdade que há de assegurar e estimular a realização do progresso através da economia de mercado, afastado a onisciência tecnocrática das concessões tuteladas do Estado.

Nessa perspectiva, avultou a imperiosa necessidade de uma posição mais consistente e mais eficaz, na defesa da liberdade em todos os níveis, tais como: liberdade de produzir, liberdade de investir, liberdade de investir, liberdade de prosperar, liberdade de votar a ser eleito pelo voto do povo”.

Pretende-se pura e simplesmente consolidar princípios que vêm tornando duradoura a nossa ordem social, fazendo frente à sinistra demagogia que insiste em ameaçar a nossa segurança econômica.

**Parecer:**

A r. emenda, que fere múltiplos aspectos dos capítulos da ordem econômica e social, sem dúvida tem contribuições significativas ao Substitutivo em elaboração. Pelo acolhimento parcial.

**EMENDA:16295 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

**Texto:**

Emenda Aditiva

- acrescentar ao "caput" do artigo 308 do projeto de Constituição a seguinte expressão: "e exclusivamente outorgadas em favor de brasileiros ou de empresas nacionais, e por prazo determinado".

**Justificativa:**

A concessão ou autorização para exploração do subsolo deve ser exclusiva de brasileiros ou de empresas nacionais, por um imperativo de defesa de nossas riquezas. Da mesma forma, para evitar abusos e especulações, deem ser por prazo determinado.

**Parecer:**

Não fere o princípio de soberania nacional e convém ao desenvolvimento do setor mineral a participação do capital estrangeiro na atividade mineral, desde que leis ordinárias exerçam o devido controle sobre tais atividades. Por essa razão deve ser rejeitada a emenda, que restringe somente a brasileiros e a empresas nacionais o aproveitamento e a exploração dos recursos hídricos e minerais, ficando a cargo de leis ordinárias a fixação de formas de controle adequadas.

**EMENDA:16839 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OTTOMAR PINTO (PTB/RR)

**Texto:**

Acrescente-se dois parágrafos ao art. 307 com a seguinte redação:

§ 1o. - A pesquisa e a lavra dos minerais estratégicos somente será autorizada ou concedida a brasileiros ou a empresas nacionais.

§ 2o. - Lei ordinária definirá os minerais estratégicos e estabelecerá as condições para a autorização ou concessão da pesquisa e da lavra desses minerais.

**Justificativa:**

Por diversas razões, alguns tipos de recursos minerais apresentam fundamental importância para o Brasil. A pesquisa e mormente a lavra desses minerais deve ser objeto de cuidadoso exame e de permanente controle. Embora não configure a necessidade de se estabelecer um monopólio estatal em relação desses minerais, parece de todo conveniente que se adotem, em relação aos mesmos, medidas acauteladoras que previnam a breve exaustão das reservas conhecidas ou sias indiscriminadas exportações.

**Parecer:**

A questão sobre minerais estratégicos deve ser objeto de lei ordinária e compatibilizada com uma Política Mineral a longo prazo para o País. Pela rejeição.

**EMENDA:17043 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VLADIMIR PALMEIRA (PT/RJ)

**Texto:**

Emenda ao Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Dê-se nova redação ao artigo 306, suprimindo-se os artigos 307 e 308, renumerando-se os demais.

"Art. 306. As jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os grandes potenciais de energia hidráulica, como tais definidos em lei, são objeto de propriedade da União, distinta da do solo. Sua exploração e aproveitamento podem ser

concedidos unicamente a empresas sob controle direto ou indireto de pessoas físicas brasileiras.

§ 1o. Ao proprietário do solo é assegurada uma indenização no caso de lavra.

§ 2o. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida, como tal definida em lei.

§ 3o. Os recursos minerais considerados estratégicos, nos termos da lei, serão explorados direta e exclusivamente pela União.

**Justificativa:**

Trata-se de disciplinar a exploração de jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os grandes potenciais de energia hidráulica, de forma a assegurar a predominância dos interesses da população brasileira.

**Parecer:**

A nova redação pretendida pelo autor desta emenda, comete equívocos que não podem merecer aprovação. A indenização ao invés de participação do proprietário no resultado de lavra já é objeto do Código Civil. Por outro lado, o conceito de minerais estratégicos requer um tratamento dinâmico, através de lei ordinária e que somente poderá ser definido mediante uma Política Mineral a longo prazo. Pela Rejeição.

**EMENDA:17203 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT/SP)

**Texto:**

Substituam-se os artigos e parágrafos citados pelos seguintes:

"Art. 306. - As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo e pertencem à União.

.....  
§ 2o. - A título de indenização pela mineração, parcela dos resultados da lavra, a ser definida em lei, será destinada à formação de um Fundo de Exaustão para apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do município onde se localiza a jazida.

Art. 307. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de Minas em faixas de fronteira somente poderão ser efetuados por empresas estatais ou empresas nacionais.

Parágrafo único. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de Minas em terras indígenas somente poderão ser efetuados por empresas estatais, e dependerão da prévia aprovação do Congresso Nacional.

Art. 308. A prospecção, exploração, desenvolvimento e a lavra de Minas, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão de Poder Público contratados sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente."

"Art. 494. Serão mantidas as atuais concessões cujos direitos de lavra prescreverão decorridos três anos sem a sua comercialização, contados a partir da promulgação desta Constituição."

**Justificativa:**

Basicamente, a presente proposição intenta produzir melhoria em texto que consideramos de alta relevância. Pequena modificação de mérito é proposta ao artigo 492 das Disposições Transitórias, fará reduzir de cinco para três anos o prazo de prescrição do direito de lavra, quando não exercitado comercialmente no tempo aprazado.

**Parecer:**

A presente proposição foi aproveitada em grande parte no projeto de constituição. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:17376 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se no "caput" do art. 306 a expressão

"e pertencem à União"

**Justificativa:**

Os bens de propriedade da União já constam explicitamente do art. Não cabe no presente artigo 306 estabelecer este ripo de propriedade que, no que diz respeito aos minerais, não foi cogitado nas constituições anteriores.

**Parecer:**

O fato de não haver constado nas constituições anteriores que os recursos minerais pertenciam à União, dado a inexistência de prazo determinado para as concessões de lavra, o resultado era que os minerais somente lhe pertenciam enquanto desconhecidos.

Pela rejeição.

**EMENDA:17547 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

TITO COSTA (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADOS: ARTIGOS 52, 52, II, 54, 56, 57, I, 69 e 306

[...]

Inclua-se, no art. 306, do Projeto, um § 3o.,

com a seguinte redação:

Art. 306.....

§ 3o. - As disposições sobre jazidas, minas e recursos minerais somente se aplicam às águas subterrâneas com propriedades e características especiais, definidas em lei.

**Justificativa:**

A presente Emenda tem por objetivo modificações e adições correlatas, nos termos do § 2º, do Art.23, do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte. Por essa razão, refere-se concomitantemente aos Artigos 52, 52-II, 57-I, 69, e 306. A alteração de um dispositivo envolverá, portanto, na de outros.

A Emenda versa sobre a disciplina constitucional das águas superficiais e subterrâneas, em especial no que se refere ao domínio e a competência legislativa.

No tocante ao domínio, visa a suprir a lacuna do projeto, que passou todas as águas subterrâneas para os Estado (Art.56, I), quando o sistema federativo aconselha que os aquíferos subterrâneos, que ultrapassem o território de uma unidade federada, devam ser geridos pela União, para evitar a sua exaustão, poluição ou contaminação, por um Estado, em prejuízo de outro ou outros.

Além disso, o Projeto nada dispôs a respeito das águas superficiais e subterrâneas situadas no Distrito Federal e nos Territórios, deixando, portanto, incompleta a questão do domínio das águas públicas.

Por outro lado, o Projeto reparte as águas entre a União (art.52, II) e os Estados (art.56, I), sem qualquer referência às águas municipais e particulares. Ocorre que as águas contidas unicamente numa propriedade não precisam ser declaradas públicas, desde que sujeitas ao fim social desta, devendo ficar a disciplina de matéria confiada ao legislador ordinário. Os córregos, riachos, arroios e outros cursos de pequeno porte, de interesse exclusivamente local, podem estar, com vantagem, sob o domínio municipal, sendo essa transferência cometida a União, no tocante aos territórios federais, e aos Estados, nos demais casos.



O Projeto é omissivo, igualmente, no tocante às águas situadas nas zonas periodicamente assoladas pelas secas, que merecem tratamento diferenciado do atribuído às regiões úmidas. A importância da matéria aconselha a sua elevação a nível constitucional.

Sabe-se, também, que, de há muito, os organismos e as associações ligadas aos recursos hídricos reclamam uma política e um sistema nacional de gerenciamento desses recursos, tendo como unidade básica a bacia ou região hidrográfica, e integrando sistemas estaduais e do Distrito Federal. Determinação Constitucional nesse sentido já havia sido inclusive, objeto de dispositivo, do anteprojeto, mas foi suprimida na sistematização.

O Projeto, por sua vez, confere aos Estados a mais ampla competência legislativa suplementar. Desde que em assuntos de seu interesse, que podem ser os mais variados (art. 57, I), a eles caberá legislar sobre quaisquer das matérias enumeradas no inciso XXIII, do art. 54. Essa amplitude, todavia, poderá receber limitações no decorrer dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Sendo assim, para que a competência Estadual relativa às águas, neste País de dimensões continentais, fiquem bem definida, convém que conte de maneira explícita.

Com o objetivo de evitar que se prolonguem as discursões e confusões, no tocante a aplicabilidade, ou não, das disposições sobre jazidas, minas e recursos minerais, às águas subterrâneas sem características especiais, o que tem causado enorme atraso na sua disciplina jurídica e prejuízos aos aquíferos, o texto constitucional deverá expresso a respeito.

Objetivando sanar as lacunas e omissões apontadas propõe-se alterações no sentido de:

- o que o inciso II do art.52, incluía, no domínio da União, os aquíferos e subterrâneos que ultrapassassem o território de um Estado, para evitar a sua exaustão, poluição ou contaminação por uma unidade federada, em prejuízo de outra ou outras;
- o que o inciso II, do art.52, incluía no domínio da União as águas superficiais e subterrâneas situadas nos Territórios Federais, uma vez que estes, nos termos do art.49, § 2º, do projeto integram a União;
- que no art.52 seja incluído o § 4º dispondo sobre a faculdade da União transferir aos Municípios as águas de interesse exclusivamente local, situadas nos Territórios.
- que ao inciso XVIII do art.31, seja dada redação com o propósito de fazer com que a Política e um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos sejam elevados a nível constitucional. O mesmo deve ocorrer em relação aos critérios de outorga de direito de uso das águas públicas, para garantia dos cidadãos, e à definição das águas particulares, uma vez que, se contidas unicamente numa propriedade, não precisam se declaradas públicas, desde que sujeitas ao fim social daquela.
- que o inciso I, do Art. 36, compatibilizado com a redação proposta, para o inciso II, do Art. 30, no tocante às águas do domínio da União, melhor explicita quais as águas do domínio dos Estados, para que possam ser distinguidas sem a necessidade de consultas a outros artigos;
- que se incluía, no art.36, o inciso VI, declarando integrarem os bens dos Estados os que atualmente lhes pertencem, ou que lhes vierem a ser atribuídos, pois, disposição idêntica foi posta para a União (art.30, XI). Os Estados já têm, por exemplo, incluídos em seu patrimônio, os terrenos marginais às correntes e aos lagos navegáveis, se, por algum título, não forem do domínio federal, municipal ou particular;
- que se incluía, no Art.36, um Parágrafo Único estatuinte que os Estados, por suas Constituições, tal como o proposto para a União relativamente às águas situadas nos Territórios Federais, possam transferir para o domínio municipal as águas de interesse exclusivamente local, ou seja, córregos, riachos, arroios e outros.
- que se altere o Parágrafo Único, do Art.57, no sentido de que fique expressa a competência dos Estados para legislarem supletiva e complementarmente sobre águas, respeitada a lei Federal. Com isso, os Estados poderão superar as desigualdades regionais e manter atualizadas as respectivas normas, neste País de dimensões continentais;
- que no art.69 se incluía um § 4º disciplinando o domínio das águas do Distrito Federal de forma idêntica à feita em relação aos Estados, e;
- que no art.306, se incluía um § 3º declarando que somente as águas subterrâneas que apresentem características e propriedades especiais, como, por exemplo, os minerais, terminais e as gasosas, sejam disciplinadas pelas normas que regem as jazidas, minas e os recursos minerais. As demais devem seguir regime jurídico paralelo ao das águas superficiais, componentes que são do mesmo ciclo hidrológico. Esclarecida a matéria a nível constitucional, eliminar-se-á a pendência há anos existente, a respeito do tratamento jurídico das águas subterrâneas sem características especiais.

**Parecer:**

Pelo acolhimento parcial, nos termos do substitutivo.

**EMENDA:17754 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

IBERÊ FERREIRA (PFL/RN)

**Texto:**

Dê-se ao parágrafo único do art. 308 do

Projeto de Constituição a seguinte redação:

"Art. 308. ....

Parágrafo único. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de capacidade reduzida, bem como a de qualquer outra fonte renovável de energia."

**Justificativa:**

O caput do artigo 308 não menciona "energia renovável" deixando para fazê-lo no seu parágrafo único desse modo induzindo a erro o interprete por ensejar o entendimento de que qualquer fonte de energia renovável será objeto de autorização ou concessão.

Ora, o escopo do mencionado parágrafo único é permitir que pequenos cursos d'água sejam aproveitados sem embaraços legais, por proprietários de terras, onde se situem tais curso d'água.

Assim, propomos a presente emenda que visa, não só compatibilizar o parágrafo único com o caput do artigo 308, bem como deixar claro que qualquer fonte de energia renovável, como a eólica, a solar e a alcooleira, possam se exploradas pela iniciativa privada, sem qualquer intervenção estatal.

**Parecer:**

A redação dada ao parágrafo 1. do artigo 308 do projeto de constituição atende a adequadamente à pretensão do autor. Pela Aprovação Parcial.

**EMENDA:17756 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

IBERÊ FERREIRA (PFL/RN)

**Texto:**

Dê-se ao § 1o. do art. 306 do Projeto de Constituição a seguinte redação:

"Art. 306. ....

§ 1o. Ao proprietário do solo são assegurados:

- a) indenização pela perda do domínio útil e pela depreciação do imóvel;
- b) participação nos resultados da lavra, na forma que a lei estabelecer."

**Justificativa:**

O direito à propriedade está assegurado no Projeto, inclusive estabelecendo em caso de desapropriação pública, justa indenização compensatória.

Se a desapropriação pública cujo objetivo é o bem comum, deve corresponder a indenização, muito mais razão há para esta quando o imóvel é utilizado, compulsoriamente pela iniciativa privada, a qual obterá lucro da "expropriação" temporária do bem.

Essa indenização por utilização da propriedade de terceiros, deve ser feita levando-se em conta a perda do domínio útil, já que o proprietário não perde seu imóvel, apenas uma parte do domínio, bem como a depreciação causada pela mineração, e possível inutilidade do imóvel após a exaustão da mina.

Ademais da indenização, deve ser assegurada ao proprietário uma participação nos resultados da lavra, medida de inteira justiça social, tal qual, determina o Projeto em seus artigos 12, inciso XIII, alínea "b", e 317.

**Parecer:**

Sendo as jazidas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica as águas subterrâneas definidos expressamente como propriedade da União, no caput do art. 306, carece de fundamento a exigência de "indenização pela perda do domínio útil e pela depreciação do imóvel", como postula a emenda. O texto constitucional já assegura, aliás, a participação do proprietário nos resultados da lavra como forma de compensar os eventuais prejuízos e danos causados ao seu imóvel. Por essa razão somos pela rejeição da emenda.

**EMENDA:17899 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RUBEM MEDINA (PFL/RJ)

**Texto:**

O artigo 308 projeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 308. A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros residentes no País ou a sociedades estabelecidas no Brasil, regidas pelas leis brasileiras e cuja maioria de capital votante seja efetivamente de brasileiros residentes no País.

Parágrafo único. Sempre que a empresa privada nacional solicitar, a União lhe dará prioridade para a exploração de potenciais de energia hidráulica, cabendo às outras concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, em igualdade de condições de suprimento, adquirir as sobras de energia assim gerada.

**Justificativa:**

O texto ora proposto constitui inovação que se faz necessária e está em consonância com o princípio do fortalecimento da empresa privada nacional, a elas competindo, preferencialmente, com o estímulo do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas. A norma constante desta emenda consagra a prioridade para as empresas privadas nacionais explorarem potenciais de energia hidráulica e, via de consequência, reduz os ônus do Governo para a geração de energia elétrica. Eventuais sobras de energia assim produzida serão adquiridas pelas concessionárias estatais, diminuindo para estas o comprometimento de maiores inversões e gastos.

**Parecer:**

O fortalecimento da empresa privada nacional no setor mineral, está relacionado diretamente à uma Política Mineral a médio e longo prazo, mediante uma legislação ordinária específica bem como, o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, deve se subordinar à política energética. Entretanto, no artigo 307, determinamos que somente as empresas nacionais podem efetuar o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e de jazidas minerais. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:18219 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RAQUEL CAPIBERIBE (PMDB/AP)

**Texto:**

Mantenha-se o artigo 306 e seus parágrafos:

Art. 306 - As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertence à União.

§ 1o. - .....

§ 2o. - .....

**Justificativa:**

É importante a manutenção do dispositivo como afirmação da soberania nacional. Além disso o fato de que todo desenvolvimento de indústria nacional depende em alguma medida, da mineração para o seu funcionamento, expressa a importância de se garantir a soberania nacional sobre os recursos minerais brasileiros.

**Parecer:**

Pela aprovação parcial, nos termos do substitutivo.

**EMENDA:18478 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

Emenda Supressiva e Aditiva

Suprima-se os artigos 306, 307, 308, 309 e 310, acrescentando-se os artigos que seguem e reenumerando-se os demais.

ART. ... As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriamente distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União e são inalienáveis.

ART. ... A exploração e o aproveitamento industrial dos recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica, nos termos da lei, obedecerão, dentre outros, os seguintes critérios:

I - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra;  
 II - A título de indenização pela exaustão da jazida, parcela dos resultados da lavra, definida caso a caso, integrará um Fundo de Exaustão dos Recursos Minerais destinado à promoção do desenvolvimento sócio-econômico do Estado e do Município onde se localiza a mina;  
 III - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, depende de autorização ou concessão do Poder Público, contratadas sempre no interesse nacional e por prazo determinado, não podendo ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente;

IV - A garimpagem será permitida em áreas especialmente reservadas e será realizada somente por garimpeiro ou empresa de garimpagem;

§ 1o. - A lavra de bens minerais, só será feita por empresa nacionais.

§ 2o. - Aos Estados serão conferidos os poderes de participar do processo de fiscalização.

ART. ... Constituem monopólio da União:

I - A pesquisa, a lavra, o refino, o processamento, a importação, o transporte marítimo e em conduto, do petróleo e seus derivados e do gás natural, em território nacional;

II - A pesquisa, a lavra, o enriquecimento, a industrialização e o comércio dos minerais nucleares;

Parágrafo único - O monopólio descrito neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades ali mencionadas, ficando vetado à União conceder qualquer tipo de participação em espécie ou valor.

ART. ... O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de recursos minerais em terras indígenas e em faixa de fronteira, será definida em lei especial.

**Justificativa:**

O setor mineral, elemento principal da nossa emenda, pela particularidade de trabalhar com um bem não renovável e finito- o minério – e de interesse estratégico no desenvolvimento econômico do País, sendo fator, no mundo moderno, de independência e soberania, deve ter no novo texto constitucional um tratamento diferenciado.

Devemos garantir a propriedade dos recursos minerais, de maneira inalienável, para a União, pois nesta garantia reside parte de nossa soberania.

Por outro lado, o estabelecimento da figura da concessão contratada e por tempo determinado, imprimirá ao setor mineral maior agilidade, resguardando também os interesses nacionais.

As outras sugestões apresentadas como a criação do Fundo de Exaustão dos Recursos Minerais, o estabelecimento do monopólio estatal do petróleo e dos minerais nucleares e os demais pontos levantados, são,

ao nosso ver, o mínimo indispensável para garantir a viabilidade econômica e administrativa do setor, bem como o seu comprometimento com o social.

**Parecer:**

Conquanto altamente meritória, a emenda estabelece normas que ampliam, além dos limites fixados na elaboração do projeto, o espaço de atuação das matérias conteúdo dos artigos 306 a 310 do projeto, salvo melhor juízo.

Pela rejeição.

**EMENDA:19086 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SEVERO GOMES (PMDB/SP)

**Texto:**

Dê-se ao art. 308 e seu Parágrafo Único, do Projeto de Constituição, nova redação, com o acréscimo de novo parágrafo que será o 2o., nos termos seguintes:

"Art. 308 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos básicos, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

§ 1o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

§ 2o. - A lei disporá sobre a compensação aos Estados e Municípios obrigados a manter parcelas de seu território gravadas por medidas de proteção, tais como as áreas de proteção e mananciais e outras definidas por lei."

**Justificativa:**

A modificação visa aperfeiçoar a redação da matéria, estabelecendo a condição do prazo para as autorizações ou concessões, bem como abrindo aos Estados e Municípios, a possibilidade de virem a receber justa compensação quando tiverem parcelas de seu território gravadas por medidas de proteção.

No § 1º manteve-se a mesma redação do § Único do texto original do artigo, excluindo o aprimoramento de potenciais de pequena capacidade de previa autorização ou concessão.

**Parecer:**

A emenda proposta traz substancial melhora à redação da matéria e, quanto ao mérito, introduz dois dispositivos relevantes: o primeiro estabelece no caput do art. 308 prazo para os contratos decorrentes da autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos bens minerais e aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dispositivo de extremo valor para a defesa dos interesses nacionais; o segundo, introduzido pelo parágrafo 2o, abre aos Municípios e Estados a possibilidade de virem a receber justa compensação quando tiverem partes de seus territórios gravadas por medidas de proteção.

Pela aprovação.

**EMENDA:19087 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SEVERO GOMES (PMDB/SP)

**Texto:**

Dê-se ao art. 306, do Projeto de Constituição, a seguinte redação, com o acréscimo de um novo parágrafo que deverá tomar o no. 3:

"Art. 306 - As jazidas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as

reservas de água subterrânea constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, pertencem à União e são inalienáveis, ressalvado o disposto neste título.

.....  
§ 3o. - A lei definirá as atividades de garimpagem e estabelecerá as condições para as suas formas associativas e as áreas destinadas ao exercício da atividade."

**Justificativa:**

**Parecer:**

Pela aprovação da inclusão, no art. 306, das "reservas de água subterrâneas" como propriedade da União, distinta da do solo, pela conveniência de se fazer constar do texto constitucional tal dispositivo. Quanto às atividades de garimpagem, somos pela rejeição da emenda, pelo fato de tal matéria ser objeto de lei ordinária e não constitucional. Por essa razão somos pela aprovação parcial de Emenda.

**EMENDA:19088 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SEVERO GOMES (PMDB/SP)

**Texto:**

Dê-se ao art. 307, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:  
"Art. 307 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira somente poderão ser efetuados por empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas nacionais."

**Parecer:**

O art. 307, ao referir-se a "empresas nacionais" inclui, obviamente as empresas públicas ou privadas. Por essa razão somos pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:19217 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se no "caput" do art. 306 a expressão "e pertencem à União"

**Parecer:**

De fato, o inciso VIII do artigo 52 já inclui entre os bens da União os recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica, pelo que não há necessidade de se repetir tal expressão no art. 306, também por problema de racionalização da redação. Somos, portanto, pela aceitação da presente Emenda.

**EMENDA:19257 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VASCO ALVES (PMDB/ES)

**Texto:**

Dispõe sobre a mineração em áreas indígenas. Acrescentem-se os parágrafos terceiro e

quarto, ao artigo 306, do Projeto de Constituição, com a seguinte redação:

Art. 306 .....

§ 3o. Não serão objeto de autorização ou concessão de pesquisa e lavra, as jazidas minerais existentes em áreas indígenas.

§ 4o. São nulas e extintas as autorizações referidas no parágrafo anterior e não dão direito de ação ou indenização contra a União ou os indígenas.

Suprimam-se o artigo 426 e seus parágrafos, do Projeto de Constituição, renumerando-se os subsequentes.

**Justificativa:**

Levantamentos realizados há um ano, por um Grupo de Estudos integrado por antropólogos do CEDI (Centro Econômico de Documentação e Informação) e por geólogos da CONAGE (Coordenação Nacional dos Geólogos revelaram que, em abril de 1986, somente na Amazônia, haviam 537 alvarás de autorização de pesquisa mineral e 1.732 requerimentos incidentes em 77 áreas indígenas delimitadas, sob o controle de 77 empresas ou grupos econômicos. Havia, portanto, pelo menos uma empresa de mineração atuando em cada área indígena.

Sete por cento da extensão total das áreas indígenas já estavam cobertos por alvarás de mineração e vinte e sete por cento por requerimentos, totalizando trinta e quatro por cento. Desse montante, cinquenta por cento favoreciam a grupos privados nacionais, quarenta por cento a grupos multinacionais e os restantes dez por cento a grupo estatais.

Dizimados em grande escala, inicialmente, por uma colonização genocida, os indígenas foram tangidos, gradativamente, para as regiões mais inóspitas, em uma terra que em dia fora exclusivamente sua.

Agora, nem mesmo as áreas declaradas indígenas, que deveriam ser santuário de proteção aos bravos guerreiros de outrora, representam, para eles, um refúgio seguro, sendo alvo de invasão constante dos chamados civilizados. E é contra essa invasão que nós sugerimos.

É para coibi-la que propomos a presente Emenda.

**Parecer:**

A matéria de que trata a presente emenda é objeto do que dispõe os artigos 426 e 427, do projeto. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:19318 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

HAROLDO LIMA (PC DO B/BA)

**Texto:**

Dá nova redação aos artigos 306, 307, 308, 309 e seus respectivos parágrafos, aos incisos I e III do artigo 310 e acrescenta os incisos V e VI do artigo 310:

Art. 306 - Os recursos minerais e os recursos hídricos constituem propriedade distinta da propriedade do solo.

Art. 307 - As jazidas, minas e demais recursos minerais são de propriedade da União e exploração e aproveitamento industrial dependem de autorização e de contrato de lavra, com prazo determinado e cláusula de indenização à União, na forma da lei.

Art. 308 - A exploração e aproveitamento dos recursos minerais somente poderão ser autorizados a brasileiros ou empresas nacionais e levará sempre em conta a sua função social e o interesse estratégico do recurso mineral objeto do contrato.

§ 1o. - Ao proprietário do solo é assegurada a indenização na forma da lei.

§ 2o. - A título de indenização da exaustão da jazida, parcela dos resultados da exploração dos

recursos minerais, a ser definida em lei será destinada à formação de um Fundo de Exaustão para apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do município onde se localiza a jazida.

Art. 309 - Os lagos e quaisquer coleções ou correntes de água, superficiais ou subterrâneas, que banhem mais de um Estado, constituíam limite com outros países ou se estendam a territórios estrangeiros são bens da União. Os demais recursos hídricos são propriedade dos Estados, caso banhem mais de um Município, ou de propriedade do próprio Município, caso fiquem inteiramente em seu território.

§ 1o. - O uso dos recursos hídricos depende de autorização do Poder Público, e de contrato de utilização com prazo determinado e cláusula de indenização à União, ao Estado ou ao Município, na forma da lei.

§ 2o. - À União, aos Estados e Municípios caberá a responsabilidade de zelar pela preservação de seus recursos hídricos, bem como pela compatibilização de seus usos múltiplos.

§ 3o. - O contrato de exploração e aproveitamento de recursos naturais garantirá aos Estados e Municípios em que ele se fizer a participação nos seus resultados, como definidos em lei.

§ 4o. - Não dependerão de autorização as captações de água de pequeno volume e o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida, bem como a captação de energia solar.

Art. 310 - Constituem monopólio da União:

I - A pesquisa, lavra, importação e exportação de petróleo hidrocarbonetos fluidos, gases raros e gás natural existentes em território nacional;

III - O transporte marítimo, fluvial, e em condutos do petróleo bruto e seus derivados, assim como de gases raros e gás natural;

VI - Fica vedada à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, e, espécie ou em valor, no desenvolvimento das atividades de que trata o "caput";

VII - A União poderá autorizar os Estado e Municípios a realizarem os serviços de canalização do gás natural por ela explorado.

#### **Justificativa:**

As normas constitucionais vigentes que regulam a exploração de atividade mineral estão a existir profundas transformações.

As aberturas produzidas em favor do capital estrangeiro, a pretexto de estipular a pesquisa e o conhecimento das riquezas que jazem ao subsolo, resultaram em distorções absolutamente contrárias ao interesse nacional. De acordo com informações do pesquisador Roberto Gama e Silva, publicada em matéria de O GLOBO, em edição de 29.03.8/, os grupos estrangeiros detinham, em 1985, aproximadamente 14.000 lançamentos de reservas de áreas para prospecção, abrangendo territórios que, somados, representam o sobro da superfície dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em conjunto, ou, se preferida uma comparação internacional, ao território somado das duas Alemanhas, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Irlanda do Norte e Luxemburgo.

As dezoito mineradoras estrangeiras que detêm maiores áreas reservadas no Brasil controlam nada menos que cerca de ... 45.000.000 hectares, conforme ilustrado no quadro seguinte.

#### **MINERAIS NÃO-ENERGÉTICOS**

##### **(GRUPOS ESTRANGEIROS LANÇAMENTOS E ÁREAS RESERVADAS)**

GRUPO	Número de Lançamentos	Áreas Reservadas Hectares
British Petroleum – BP .....	3.739	7.181.407,8244
Brascan Recursos Naturais S/A ....(50% BP – 50% Brascan)	2.304	15.486.446,5000



Ângulo American of South Africa.....	1.747	5.836.029,6576
General Eletric/Utah Mines.....	1.091	2.710.319,6760
Western Mining Corporation.....	727	881.410,0100
International Nickel Company.....	647	1.197.139,3300
Oronco Inc.....	616	5.705.342,7700
Ardeb Aciéis Rêunis de Burbach .....	304	374.000,4356
Union Oil/Mollycorp .....	242	263.757,8300
Royal Dutch Shell .....	236	841.702,9300
South America Placern .....	123	1.190.651,8800
Noranda Mines .....	121	843.790,2200
Rhone Poulenc .....	115	1.085.604,0200
Rio Tinto Zinc .....	96	455.899,0727
Fluor Corp. St. Joe Minerais.....	94	255.361,8700
Alcoa .....	75	97.580,7100
Reynolds.....	72	667.616,6700
Alcan.....	63	44.413,1590
Diversos.....	1.796	2.957.534,0296
Total.....	14.208	48.060.012,5849

Este absurdo é tanto mais nocivo no país quando se tem em conta que a atividade de pesquisa e eventual exploração de jazidas está condicionada aos interesses, estabelecidos em escala mundial, dessas multinacionais. Ou seja, pode ser de conveniência nacional, ou até mesmo do nosso interesse estratégico, o aproveitamento de um depósito mineral descoberto por uma multinacional com o conhecimento, ou não, das autoridades brasileiras do setor, mas, eventualmente, na ótica do minerador estrangeiro será preferível exportar para o Brasil o mesmo minério, a partir de jazidas situadas no exterior.

A superação de impasses dessa natureza só pode ser conseguida na medida em que as autorizações de pesquisa e lavra sejam concedidas apenas a brasileiros ou a empresas nacionais.

A questão da extensão de propriedade do solo aos recursos naturais nela contidos, ou por ela encobertos, apesar de ter sido equacionada, em parte, de uma forma já consagrada, ainda requer aperfeiçoamento o aprofundamento.

A desvinculação da propriedade do solo da propriedade do subsolo, “para efeito de exploração ou aproveitamento industrial”, da Constituição em vigor (Art. 168) representa uma fórmula tímida que o anteprojeto da Comissão de Estudos Constitucionais procurou aperfeiçoar, em seu Art. 328, definindo claramente a propriedade da União sobre o subsolo e sobre os potenciais hidrelétricos.

Cumprido, desde logo, alargar a visão limitada do anteprojeto Afonso Arinos em relação a esse ponto (“potenciais de energia hidráulica”), consolidando também as disposições dos Arts. 4º e 5º da Constituição em vigor, que estabelece serem águas interiores bens da União ou dos Estados, além de modernizar as noções que vêm desde o Código de Águas, de 1934, introduzindo o conceito mais adequado de “recursos hídricos”.

Apesar de claramente estatuído na atual Constituição o contrário, por atavismo retrógrado, é frequente os proprietários superficiais se consideram donos das águas, criando enormes dificuldades para as concessionárias de serviços públicos e, pior, muitas vezes contando com equivocando apoio do Judiciário, por seus membros mal-informados.

É importante, por conseguinte, esclarecer de modo definitivo esse ponto, atribuindo ao domínio público os recursos hídricos, de maneira semelhante à aplicada aos demais recursos naturais, como os minérios, as florestas e a fauna, que já pertencem à União. Uma nuance especial deve ser ressalvada, porém, seguindo a norma vigente: a de que há rios e coleções hídricas que estão circunscritos num único Estado, ou num único Município, cabendo pois descentralizar seu domínio, bem como a responsabilidade de zelar pela preservação de recurso hídrico (§ 5º e § 7º).

Outro aspecto importante é o estabelecimento da exigência constitucional de “contratos de utilização de recursos hídricos”, fixando normas para os diferentes usos da água (§ 1º e § 6º).

Além de tais contratos poderes amarrar melhor os compromissos assumidos pelos mineradores, quando da autorização, prevendo inclusive penalidades para o seu descumprimento, seriam neles fixados ou prazos concedidos para o aproveitamento, retirado o caráter quase eterno das concessões atuais, mesmo quando inconvenientes ao interesse nacional.

Uma inovação a registrar também, é a previsão de indenização à União, (e nos Estados e Municípios ao caso dos recursos hídricos) pela exploração de recursos naturais. A indenização se justifica não só no caso de recursos naturais não renováveis, como é o caso dos minérios, mas também em se tratando dos responsáveis – como a água – sempre que o aproveitamento implica em sua degradação.

Um conceito a introduzir é o de “interesse estratégico” de um minério, proposto no § 3º e utilizado no § 4º para caracterizar casos em que a União poderá intervir em atividade mineradora contratada, indenizando a empresa de mineração autorizada.

No artigo seguinte estamos apresentando proposta de norma constitucional sobre o monopólio do petróleo e seus derivados que resulta de utilização de ideia contrária aos contratos de risco, defendida por um elenco enorme de entidades lideradas pela AEPCT – Associação dos Engenheiros da Petrobrás e pelos Sindicados dos

Trabalhadores da Indústria do Petróleo de todo o Brasil, que chegaram a constituir uma campanha, presidida pelo venerável Barbosa Lima Sobrinho e capitaneada pelo incansável e ilustre engenheiro Antônio Maciel; da lembrança de revestir do monopólio as atividades de importação e exportação de derivados do petróleo, já prevista na lei 2004.

Finalmente, reproduzimos a proposta da Comissão de Estudos Constitucionais quanto ao monopólio de minérios nucleares e materiais fósseis.

**Parecer:**

Conquanto altamente meritória, a emenda estabelece normas que ampliam, além dos limites fixados na elaboração do projeto, o espaço de atuação das matérias conteúdo dos artigos 306 a 310 do projeto, salvo melhor juízo.

Pela rejeição.

**EMENDA:19374 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ELIÉZER MOREIRA (PFL/MA)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dê-se ao Capítulo I, do Título VIII, do Projeto de Constituição (arts. 300 a 316 - matéria conexa), a seguinte redação:

[...]

ART. 307 - As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União.

§ 1o. - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 2o. A título de indenização da exaustão da jazida, parcela dos resultados da exploração dos recursos minerais, a ser definida em lei, será destinada à formação de um Fundo de Exaustão, gerido pelo município onde se localiza a jazida e destinado ao apoio do seu desenvolvimento sócio econômico.

ART. 308 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteiras somente poderão ser efetivados por empresas nacionais.

ART. 309 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

Parágrafo Único - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

ART. 310 - No aproveitamento de seus recursos hídricos, a União, os Estados e Municípios deverão compatibilizar as oportunidades de múltipla utilização desses recursos.

[...]

**Justificativa:**

Nesta proposta, a Ordem Econômica tem estreita conexão e vinculação com a proposta de emenda do mesmo autor em relação aos Princípios Fundamentais, contido no Título I.

O enunciado básico da proposta da emenda ora apresentada conduz uma visão geral e abrangente da Ordem Econômica e dos seus pressupostos, a partir da ótica do aproveitamento racional dos recursos naturais,

mediante a intervenção dos demais fatores da produção conducentes ao desenvolvimento econômico – capital, trabalho, tecnologia. Nesta condição, a ordenação das atividades econômicas tem como princípio os fatores mencionados na proposta de emenda contido no art. 301, que são os principais condicionamentos dos mecanismos de mercado, onde a iniciativa privada e a ação do Estado se completam e harmonizam, posto que são, neste enfoque, interdependentes e complementares.

A emenda estabelece parâmetros constitucionais para a ordem econômica, não descendo a detalhes da competência de lei.

**Parecer:**

A emenda, na verdade um substitutivo ao capítulo I da Ordem Econômica, não traz nenhuma contribuição relevante aos dispositivos onde tenta modificar e, em sua grande maioria meramente repete o texto do projeto, notadamente em seus itens principais como a intervenção do estado de empresa nacional e o papel do capital estrangeiro na economia nacional.

Pela rejeição.

**EMENDA:20207 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

**Texto:**

Art. 307, passa a vigorar com a seguinte redação:

O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis, e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira ou em terras indígenas somente poderá ser efetuado pela União.

A exploração de tais recursos em terras indígenas dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

**Justificativa:**

Raros os Constituintes que, enquanto são situadas, deixaram de fazer o discurso compromissado como acima as profundas diferenças sociais e regionais pautaram os pronunciamentos eleitores.

Agora é Hora de transformar palavras em ação, discurso em realidade. Assim, a construção de uma NOVA ORDEM ECONOMICA E SOCIAL depende e muito das transformações profundas que venham a ocorrer na estrutura do Estado, previstas na Novas Constituição Atender a aspiração nacional, resgatar promessas e usufruir corajosas mudanças estruturais são a própria razão da existência desta Nacional Constituinte. Os que desejam manter a sociedade que aí está, com sua perversa e trágica diferença entre indicadores econômicos e sociais, DEENDERÃO o atraso, o conservadorismo, os princípios, os oligopólios, os cartéis, a dominação tecnológica, a vitalidade do grande capital nacional e multinacional, a rapinagem de nossas riquezas a exploração do trabalho, os benefícios à classe dominante, enfim, o capitalismo selvagem. Os que sintonizados com a vontade nacional desejam o moderno, transformador, justo, construirão princípios mecanismos, estruturas para que a finalidade tenhamos no Brasil um Estado de Direito, Democrático e Social. Por tudo que sabemos e conhecemos neste campo se estabelece a batalha principal da Assembleia Nacional Constituinte.

**Parecer:**

Pela prejudicialidade.

O projeto adota uma perspectiva de tratamento integrado das áreas de fronteira e indígenas com as normas sobre aproveitamento de recursos naturais.

## FASE O

**EMENDA:20900 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AÉCIO NEVES (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA

Dispositivo emendado: Artigo 233 e seu § 1o, do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao art. 233 e seu § 1o. do Substitutivo do Relator a seguinte redação:

"Art. 233. A pesquisa e a lavra dos recursos minerais dependem de autorização ou concessão do Poder Público, na forma da lei.

§ 1o. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos dependem de autorização e concessão do Poder Público, contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente, não dependendo dessa autorização o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida."

**Justificativa:**

Procura-se, com esta emenda separar os recursos minerais dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, para o efeito de ordenar-lhes a forma pela qual deve ser concedida a autorização, a concessão e o aproveitamento.

Essa separação, como foi feita, ou seja, retirando-se do "caput" do 233, as disposições referentes aos potenciais de energia hidráulica e aos recursos hídricos para compô-los no parágrafo 1º, daquele mesmo Artigo, deixando-se no "caput", apenas a matéria referente aos recursos minerais.

A aglomeração das duas matérias, ou seja, aos recursos minerais com os potenciais de energia hidráulica e recursos hídricos, levou o Substitutivo a dar idêntico tratamento a coisas diametralmente opostas, nos aspectos apreciados no Artigo emendado.

Na verdade, os recursos minerais são esgotáveis, finitos e não se renovam, uma vez produzidos.

Já os potenciais de energia hidráulica e os recursos hídricos são perenes nos seus efeitos, por isso não esgotáveis medida que são explorados, ou aproveitados.

Da falta de destinação de conceituação adequada desses recursos (minerais, de um lado e hídrico, do outro), resultou impor àqueles (recursos minerais) condições de outorga de autorização de pesquisa e de concessão de lavra inquestionavelmente inaceitáveis, tanto no ponto de vista técnico, quanto ao ponto de vista do interesse nacional.

Essas condições inaceitáveis, referentes aos recursos minerais, são duas.

a) as autorizações e as concessões relativas aos recursos minerais não serão outorgadas e sim, contratadas.

b) estes contratos estarão subordinados a cláusula de prazo determinado.

Se a aplicação dessas condições – concessões mediante contrato de subordinação do aproveitamento a condição de prazo determinado – são legitimamente aplicáveis aos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, pela razão de serem eles recursos renováveis, não esgotáveis e perenes, o mesmo não ocorre quando se trate dos recursos minerais, que são finitos, não renováveis, e por isso se esgotam irremediavelmente.

Pode-se admitir, em relação à pesquisa de recursos minerais que o ato de autorização seja dado como prazo determinado, por isso o texto da emenda ora oferecida, quando se refere aos recursos minerais – caput – prevê que a autorização será concedida na forma da lei.

Porém ao se cuidar da lavra desses recursos, é de todo inadmissível, estabelecer-se prazo determinado, ou que ela venha concedida, mediante contrato, sob pena de prejuízos irreparáveis para a Nação e de desestímulo a investimentos no setor.

A lavra com prazo determinado ensejará, em resumo.

1) desestímulo de investimentos, que são de alto risco e sempre vultuosos pela incerteza do prazo que será dado ao investidor para lavrar o eventual depósito mineral descoberto;

2) lavra predatória ou seletiva, em prejuízo do patrimônio mineral nacional, pois o minerador procurará retirar o minério em blocos mais ricos em teor, inutilizando teores mais baixos, ao invés de lavrar toda a reserva pela média dos teores;

3) desprezo pelos investimentos no setor social da mina, ou seja, em relação à qualidade de vida dos trabalhadores, compreendendo assistência médico-dentária adequada, construção de moradias, de escola, de obras de saneamento básico etc.

4) no aspecto puramente técnico, a simples fixação de um prazo pré-determinado para a lavra inviabilizará o empreendimento, sendo certo que a lei ordinária não poderá fixar um prazo único para todas as lavras a serem concedidas, o que resultará em exame de caso por caso, o que, por sua vez ensejará inadmissível alargamento do poder de arbítrio em favor da autoridade concedente.

Estas as razões que determinam a aceitação da presente emenda.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já

está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:20901 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AÉCIO NEVES (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA/SUPRESSIVA

DDISPOSITIVO EMENDADO: § 2o. do art. 231 do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao § 2o. do art. 231 do Substitutivo do Relator a seguinte redação:

"Art. 231 -.....

.....

§ 2o. Ao proprietário do solo é assegurado o direito a indenização pelos danos causados nas operações de pesquisa e lavra minerais e a participação nos resultados da lavra correspondente ao dízimo do imposto sobre minerais, na forma da lei."

**Justificativa:**

Embora a atividade de pesquisa e lavra aos recursos minerais venha marcada como da máxima importância para o desenvolvimento do País, não se pode ter por menos valiosa a contribuição da terra para o mesmo fim. Com esta emenda quer-se ampliar o direito do proprietário do solo para, de maneira clara e permanente, fixar o seu direito de receber indenizações, tanto na fase de pesquisa, quanto na fase de lavra, pelos danos que forem causados a sua propriedade, bem como fixar, de já, a sua participação permanente nos resultados extrativos da lavra, como forma de afastar conflitos intermináveis ao redor do estabelecimento do "quantum" desta participação, ficando enquanto dure o confronto, o proprietário sem condições de investir adequadamente na sua terra, e o minerador paralisado igualmente, sem seus investimentos, por impossibilidade de compor o seu plano de aproveitamento econômico da jazida.

**Parecer:**

A indenização por danos já é objeto do Código Civil e a determinação da forma e valor da participação do proprietário do solo, nos resultados da lavra, deve ser objeto de lei ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:21136 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MAURÍCIO CAMPOS (PFL/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 233

O artigo 233 do Projeto de Constituição passa a ter a seguinte redação:

Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros residentes no País ou a sociedades estabelecidas no Brasil, regidas pelas leis brasileiras e cuja maioria de capital votante seja efetivamente de brasileiros residentes no País.

Parágrafo único: Sempre que a empresa privada nacional solicitar, a União lhe dará prioridade para a exploração de potenciais de energia

hidráulica, cabendo às outras concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, em igualdade de condições de suprimento, adquirir as sobras de energia assim gerada.

**Justificativa:**

O texto ora proposto constitui inovação que se faz necessária e está em consonância com o princípio do fortalecimento da empresa privada nacional, a elas competindo, preferencialmente, com o estímulo do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas. A norma constante desta emenda consagra a prioridade para as empresas privadas nacionais explorarem potenciais de energia hidráulica e, via de consequência, reduz os ônus do Governo para a geração de energia elétrica. Eventuais sobras de energia assim produzida serão adquiridas pelas concessionárias estatais, diminuindo para estas o comprometimento de maiores inversões e gastos.

**Parecer:**

Pela rejeição.

Entendemos que, nos termos do Substitutivo, o tratamento dado às atividades relacionadas com o aproveitamento dos recursos naturais - minerais ou hídricos -, consulta os interesses nacionais em termos de soberania e controle. As restrições de tais atividades a empresas nacionais e a abertura para que leis ordinárias posteriormente as regulamentem garantem, no nosso entender, o efetivo controle do país sobre esses recursos de sua propriedade, com a ressalva feita para o exercício de tais atividades em terras indígenas ou em faixa de fronteira. Por essas razões somos pela rejeição da presente Emenda.

**EMENDA:21413 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MESSIAS GÓIS (PFL/SE)

**Texto:**

Suprima-se o parágrafo único do art. 232.

**Justificativa:**

Quer me parecer que sob o pretexto de proteção ao índio se esteja dificultando o acesso às riquezas minerais existentes no subsolo. Proteger o índio, entendo, é dever do País. Mas deixar de explorar nossas riquezas é um ato de abdicação dos direitos maiores da Pátria.

Por outro lado, como se encontra no texto, como se poderia aferir a anuência das populações indígenas envolvidas? Por eleição, por plebiscito, quais seriam os eleitores, os porta-vozes, como seriam estes indicados, enfim deixa uma zona de não transparência num assunto da maior importância.

**Parecer:**

Pela aprovação.

Se o "caput" do artigo já estabelece que a lei regulará as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas, torna-se desnecessário e dispensável um Parágrafo Único estabelecendo uma condição específica, que deverá ser objeto da lei ordinária. Por essa razão somos pela aprovação da Emenda.

**EMENDA:21432 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ GUEDES (PMDB/RO)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: PARÁGRAFO 2o. DO ARTIGO 231.

O § 2o. do artigo 231 do Projeto de Constituição de 26 de agosto de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 231

§ 2o. - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados das lavras em valor não inferior ao da primeira tributação; a lei regulará a forma de indenização.

**Justificativa:**

Acredito que a citação de “IMPOSTO SOBRE MINERAIS” levantaria celeumas sobre a criação de mais um imposto, principalmente, tendo em vista que o mesmo está contido no Projeto de Constituição, como sendo Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

**Parecer:**

A indenização por danos já é objeto do Código Civil e a determinação da forma e valor da participação do proprietário do solo, nos resultados da lavra, deve ser objeto de lei ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:21508 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FELIPE MENDES (PDS/PI)

**Texto:**

Suprima-se o Art. 232 e seu § único:

**Justificativa:**

O assunto já está compreendido no Art. 30 (que trata dos bens da União); no Art. 31, incisos XI – b; e no Art. 32, incisos XI e XIII.

A exclusividade concedida às “empresas nacionais” é desnecessária e descabida, tendo em vista que toda exploração da atividade econômica subordina-se aos princípios expostos no Art. 225, sobretudo aos dois primeiros – soberania nacional e propriedade privada.

A supressão, portanto, não altera o Projeto, e reduz seu tamanho.

**Parecer:**

Pela aprovação parcial.

Acolhemos a sugestão da supressão do parágrafo único do art. 232, pois a matéria desse parágrafo já está implicitamente contida no "caput" do artigo; rejeitamos, contudo, a supressão do art. 232, por entender ser o mesmo indispensável ao exercício da soberania e do controle nacional sobre as atividades nele relacionadas.

**EMENDA:21523 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FELIPE MENDES (PDS/PI)

**Texto:**

Modifique-se a redação do Art. 231:

Art. 231 - As jazidas, minas e demais recursos constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

§ 1º. - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados das lavras em valor não inferior ao imposto sobre minerais, na forma estabelecida em lei

§ 2º. A lei estabelecerá mecanismos que assegurem a descentralização administrativa no tocante à autorização de pesquisa e lavra de minerais não estratégicos.

**Justificativa:**

1) a supressão da expressão “potenciais de energia hidráulica” decorre de emenda que proponho para situar o assunto em Artigo próprio;

2) o mesmo raciocínio vale para a supressão neste Artigo do § 1º da redação original.

3) é indispensável que a lei estabeleça condições para facilitar a exploração de minerais não estratégicos, cuja exploração se faz por processos comuns (como argilas, e outros materiais usados na construção civil), de modo que o empreendimento não dependa de decisões tomadas em Brasília, na sede do DNPM, mas, por delegação as suas agências nos Estados, ou, ainda, aos governos estaduais.

**Parecer:**

É importante que o dispositivo constitucional (art. 231) deixe claro que as jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica pertencem a União. Por outro lado, a presente Emenda trata de matéria que deve ser objeto de lei ordinária.

Pela rejeição.

**EMENDA:21633 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ITAMAR FRANCO (PL/MG)

**Texto:**

Elimine-se o parágrafo 1o. do artigo 233.

**Justificativa:**

A dificuldade de se eleger critérios objetivos de avaliação da matéria faz com que toda concessão deva ficar subordinada à forma da lei prevista o artigo 232.

**Parecer:**

Concordamos com a supressão do parágrafo primeiro pois a matéria já está implicitamente prevista no art. 232. Além disso, o restante do art. 233 também foi suprimido por julgar-se que a matéria não é de natureza verdadeiramente constitucional, e sim mais própria à esfera da legislação ordinária. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:22032 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FELIPE MENDES (PDS/PI)

**Texto:**

Suprima-se os § 1o. do Art. 231 e § 1o. do Art. 233, transformando-os em Artigo, a ter o número 233, renumerando-se os demais.  
Art. 232 - Não dependerá de autorização prévia o aproveitamento de potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

**Justificativa:**

1) a supressão do § 1º do Art. 231 resulta do fato de que se o potencial a ser explorado estiver situado em bem do domínio do Estado, não há porque a União autorizar a concessão; se estiver situado em bem pertencente a União, a matéria já estará disciplinada no capítulo II do título IV.

**Parecer:**

O aproveitamento de energia renovável de capacidade reduzida já é uma questão objeto de lei ordinária e deve permanecer.  
Pela rejeição.

**EMENDA:22035 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao § 2o. do artigo 231 do Substitutivo Inicial do Relator, a seguinte redação:  
"§ 2o. É assegurada ao proprietário do solo, participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

**Justificativa:**

O Substitutivo do Relator fixa a participação do proprietário do solo nos resultados da lavra em valor não inferior ao imposto sobre minerais.  
Lembre-se de início que os recursos naturais e os potenciais de energia renováveis constituem propriedades distinta do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial. Na forma da lei, ao proprietário do solo já é assegurada uma indenização pelos danos causados nas operações de pesquisa e lavra.  
A exploração de recursos minerais precisa ser racionalmente conduzida visando o benefício de toda a comunidade nacional. A exigência adicional de participação do proprietário nos resultados da lavra, em percentual não expressamente definido no texto constitucional, implica em elevação dos custos da exploração mineral, podendo vir a comprometer a utilização econômica de parte desse patrimônio nacional.



Cumpra, por isso, rejeitar, por inconveniente aos interesses do desenvolvimento da economia mineral brasileira, a imposição constitucional de um piso para a participação do proprietário. Essa norma do Substitutivo abre espaços a um conflito de difícil solução entre o minerador e o proprietário do solo. Até o momento de iniciar o processo extrativo propriamente dito, o minerador tem de investir com a pesquisa e com a avaliação das reservas, pré-requisitos indispensáveis ao início das atividades de extração mineral.

Depois de todo esse esforço e desse dispêndio, com as informações abertas sobre a mesa, subordina-se o começo da exploração a uma negociação entre proprietário do solo e minerador significa ao primeiro de viabilizar ou de inviabilizar economicamente uma jazida, a qual, uma vez delimitada, torna-se um bem de interesse nacional. Mais ainda um impasse na negociação imporá a paralização das atividades de implantação dos projetos, justamente no vestuário da efetiva maturação do empreendimento, acarretando sérios prejuízos à produção mineral e à economia do País.

Ademais, a diversidade de situações específicas a cada recurso mineral, as condições peculiares características de cada província mineral, bem como as circunstâncias de preço e de mercado, desaconselham prefixar a participação do proprietário no Texto da Constituição. A matéria e daquelas a serem deixadas à lei ordinária. Essa, a emenda ora proposta.

**Parecer:**

A redação, pouco diferenciada da presente Emenda, dada ao § 2o., do art. 231, redundará em resultados semelhantes ao pretendido pelo seu Autor. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:22177 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

EZIO FERREIRA (PFL/AM)

**Texto:**

Modificar a redação do parágrafo único do Artigo 232 ficando assim redigido:

Art. 232 - .....

Parágrafo Único - A lei disporá sobre a concessão, pela União, para exploração dos recursos minerais em terras indígenas, assegurando às populações envolvidas participação percentual no produto explorado.

**Justificativa:**

Tornar o texto compatível com a realidade e as necessidades das populações indígenas, amparando-as e garantindo-lhes o direito de participação.

**Parecer:**

Pela rejeição.

Somos pela simples supressão do Parágrafo Único do art. 232, tendo em vista que o "caput" do artigo já estabelece que lei ordinária deverá regular as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas. Por essa razão torna-se dispensável a manutenção do Parágrafo Único, pelo que rejeitamos a Emenda modificativa proposta.

**EMENDA:22178 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

EZIO FERREIRA (PFL/AM)

**Texto:**

Suprimir o parágrafo primeiro, do Artigo 233.

**Justificativa:**

Desnecessário.

**Parecer:**

Concordamos com a supressão do parágrafo primeiro pois a matéria já está implicitamente prevista no art. 232. Além disso, o restante do art. 233 também foi suprimido por julgar-se que a matéria não é de natureza verdadeiramente constitucional, e sim mais própria à esfera da legislação ordinária. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:22214 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

DARCY POZZA (PDS/RS)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 233 e seus §§ 1o. e 2o. do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao Art. 233 e seus §§ a seguinte redação:

"Art. - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais dependem de autorização ou concessão do Poder Público, na forma da lei.

§ 1o. - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos depende de autorização ou concessão do Poder Público, sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderá ser transferida sem prévia anuência do poder concedente. Não depende de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

§ 2o. - A lei disporá sobre a compensação aos Estados e Municípios obrigados a manter parcelas de seu território gravadas por medida de proteção, tais como áreas de proteção e mananciais e outras definidas por lei."

**Justificativa:**

A emenda pretende retirar da limitação de prazo a permissão ou concessão para a pesquisa e lavra de recursos minerais (exauríveis), mantendo-a em relação aos recursos hídricos e potenciais de energia hidráulica (renováveis). A limitação de prazo para as atividades de pesquisa e lavra de minerais é contrária ao interesse nacional por uma infinidade de razões, das quais vale destacar: a) – as empresas permissionárias ou concessionárias são levadas inexoravelmente a seletivizar a lavra, de modo a colher as insurgências de altos teores e não fazê-lo de modo abrangente, como é da técnica; b) – esse comportamento causa graves prejuízos ao País, uma vez que os resíduos deixados pela lavra seletivizada não tem condições de serem explorados economicamente; c) – declinam os investimentos, uma vez que, sujeitas a prazos, as empresas avaliam os riscos de eventual demora na pesquisa, o que inviabiliza a lavra por decurso de tempo; d) – as empresas são compelidas, também, a limitar ao estritamente essencial a assistência aos recursos humanos, em termos de habilitação, saúde, lazer, atividades sociais e até mesmo em relação ao número de pessoal mobilizado. A eliminação de prazo não causa qualquer prejuízo ao poder concedente, desde que permanece entre suas competências a de intervir nas empresas eventualmente flagradas em violação das cláusulas da permissão ou concessão e suspende-las ou revoga-las. A emenda se justifica como forma de evitar prejuízos irreversíveis para o País.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232. Este artigo também prevê que a lei ordinária especificará as condições para concessão, o que torna desnecessários os demais dispositivos constantes do artigo 233 do primeiro substitutivo. Por outro lado, cremos que os Estados e Municípios têm a mesma responsabilidade que a União na preservação do patrimônio ecológico do País e por isso não precisam receber compensação. Pela rejeição.

**EMENDA:22219 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

DARCY POZZA (PDS/RS)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: § 2o. do Artigo 231 do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao parágrafo 2o. do Art. 231 a seguinte

redação:

"Art. 231 - .....

.....

§ 2o. - É assegurada ao proprietário do solo participação nos resultados da lavra, na forma da lei."

**Justificativa:**

Tanto a indenização, quanto a participação nos resultados da lavra dependem de avaliações que, obviamente, não podem ser reguladas no texto constitucional. E, muito menos, por um princípio geral rígido, como se verifica no § 2º do Art. 231, sob pena de provocar conflitos desnecessários. Trata-se de matéria da legislação ordinária, onde todos os aspectos do problema podem ser disciplinados e excepcionados os casos singulares. A emenda, pois, se justifica plenamente e é indispensável para evitar controvérsias futuras e não abastardar a Constituição.

**Parecer:**

A redação, pouco diferenciada da presente Emenda, dada ao § 2o., do art. 231, redundará em resultados semelhantes ao pretendido pelo seu Autor.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:22245 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MARCONDES GADELHA (PFL/PB)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: artigo 231, caput, do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao caput do Art. 231 a seguinte redação:

"Art. 231 - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à Nação."

**Justificativa:**

Para melhor assegurar os direitos da sociedade nacional, ao invés da União é fundamental que as riquezas definidas no dispositivo que se quer emendado sejam propriedade da Nação, como é notório que se encarna a soberania nacional, sob cuja proteção devem ficar esses bens.

Ao mesmo tempo, a condição de pessoa jurídica confere à União capacidade para todos os atos civis, não estando afastada a hipótese de alienação a terceiros dos recursos naturais da Nação.

A emenda, pois, se justifica por seu cabimento na defesa de legítimos interesses nacionais.

**Parecer:**

A presente Emenda foi aproveitada na redação do art. 231 do presente Substitutivo.

Pela aprovação.

**EMENDA:22341 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PRISCO VIANA (PMDB/BA)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: § 2o. do Artigo 231 do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao § 2o. do Art. 231 a seguinte redação:

"Art. 231 - .....

.....

§ 2o. - É assegurada ao proprietário do solo participação nos resultados da lavra, na forma da lei"".

**Justificativa:**

As relações financeiras envolvidas na produção mineral, por sua complexidade, não podem ser definidas analiticamente no texto constitucional, sob pena de provocar, eventualmente, impasse operacionais intransponíveis. Só a legislação ordinária, com a sua capacidade de contemplar todas as hipóteses de um

mesmo problema, poderá oferecer correta disciplina para a participação do proprietário do solo nos resultados da lavra, em perfeito equilíbrio para os interesses do Fisco, das empresas mineradoras e dos demais setores envolvidos nessas atividades.

**Parecer:**

A redação, pouco diferenciada da presente Emenda, dada ao § 2o., do art. 231, redundará em resultados semelhantes ao pretendido pelo seu Autor.  
Pela aprovação parcial.

**EMENDA:22363 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ERALDO TINOCO (PFL/BA)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA

Dispositivo emendado: Art. 232, parágrafo único;  
Art. 302, § 2o.

- a) Suprima-se o parágrafo único do artigo 232.
- b) Suprima-se, no § 2o. do artigo 302 as palavras "destes e" colocadas antes da expressão "do Congresso Nacional...".

**Justificativa:**

As riquezas do subsolo são propriedades da União, que não pode ter limitações para a utilização dessas riquezas, principalmente quando se trata de minerais estratégicos.  
Ficar na dependência de autorização das comunidades indígenas para exploração dessas riquezas seria limitar a soberania nacional, o que é inadmissível.

**Parecer:**

Somos pela supressão do Parágrafo Único do art. 232, tendo em vista que o caput do artigo já estabelece que lei ordinária deverá regular as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas. Por essa razão torna-se dispensável a manutenção do Parágrafo Único, pelo que somos pela aprovação do item a da emenda.  
No que se refere ao item b, estamos de acordo com supressão sugerida, desde que seja acrescentada a cláusula "ouvidas as comunidades afetadas", tal como consta do texto do Segundo Substitutivo. No nosso entendimento, essa adição é necessária, com vistas a garantir as condições particulares em que se deve dar a exploração de bens minerais em terras indígenas, visando a assegurar a preservação ética e cultural dos índios. Desta forma, somos pela rejeição à proposição do item b).  
Assim, somos pela aprovação parcial.

**EMENDA:22373 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ERALDO TINOCO (PFL/BA)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 233

Dê-se a seguinte redação ao "caput" do artigo 233, do Substitutivo do Relator, ao Projeto de Constituição, substituindo a expressão "Poder Público" por "União":

"Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão da União contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente."

**Justificativa:**

Tendo em vista que os recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, e dos recursos hídricos, são de domínio da União, a manutenção da expressão " Poder Público" poderá obrar em

incoerências, dubiedade e incerteza, visto que, a referida expressão compreende também os Estados e Municípios.

Ademais é corolário do que dispõe o artigo 31, § 11, letra "b", do Substitutivo.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:22460 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

**Texto:**

Dispositivo Emendado: Art. 231 (caput) do Substitutivo do Relator. Dê-se ao Art. 231, caput, a seguinte redação:

"Art. 231 - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à Nação".

**Justificativa:**

Parece de todo indispensável colocar essas riquezas, patrimônio da sociedade brasileira, sob proteção da Nação, titular da soberania nacional. A propriedade deferida à União atenta contra os interesses nacionais, uma vez que, portadora de personalidade jurídica e, portanto, capacitada para os atos civis, poderá ela eventualmente alienar a terceiros essas riquezas. Impõe-se, pois, coloca-las sob resguardo da soberania nacional, conforme o disposto na presente emenda, assim plenamente justificada.

**Parecer:**

A presente Emenda reflete a redação do art. 231 do Substitutivo. Pela aprovação.

**EMENDA:22462 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

**Texto:**

Dispositivo Emendado: § 2o. do Art. 231 do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao § 2o. do Art. 231 a seguinte redação:

"Art. 231 - .....

.....

§ 2o. - É assegurada ao proprietário do solo participação nos resultados da lavra, na forma da lei".

**Justificativa:**

Não pode a Constituição, em matéria complexa como está a exploração de riquezas minerais, estabelecer quantitativos à participação do proprietário do solo. Somente a legislação ordinária, com sua capacidade de excepcionar situações singulares e prevê todas as hipóteses, poderá disciplinar convenientemente a matéria. Da forma como está ela posta, aliás, indevidamente, no Substitutivo, tanto poderá privilegiar como prejudicar o proprietário do solo, ou inviabilizar a lavra de minerais. Ao remeter à legislação ordinária e disciplina do assunto, a presente emenda resolve o problema sem prejudicar quaisquer das partes. Quanto à indenização por danos, a lei já prevê todas as hipóteses.

**Parecer:**

A redação, pouco diferenciada da presente Emenda, dada ao § 2o., do art. 231, redundará em resultados semelhantes ao pretendido pelo seu Autor. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:22465 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 233 e seus §§

1o. e 2o. do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao Art. 233 e seus §§ a seguinte redação:

"Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais dependem de autorização ou concessão do Poder Público, na forma da lei.

§ 1o. - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos depende de autorização ou concessão do Poder Público, sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderá ser transferida sem prévia anuência do poder concedente. Não depende de autorização ou concessão o aproveitamento de potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

§ 2o. - A lei disporá sobre a compensação aos Estados e Municípios obrigados a manter parcelas de seu território gravadas por medidas de proteção, tais como áreas de proteção e mananciais e outras definidas por lei".

**Justificativa:**

É indispensável aos interesses do País excluir da limitação de prazo a exploração de recursos minerais exauríveis, para fixa-la, apenas, em relação aos recursos renováveis. É que a autorização ou a concessão por prazo determinado compele as empresas a centralizar a lavra nos depósitos mais ricos, com a consequente instalação da chamada "lavra predatória". Há, também, a considerar as relações extremamente flutuantes do mercado, no que diz respeito a preços. Em circunstâncias desfavoráveis, as empresas compatibilizam seus programas operacionais com essas circunstâncias, muitas vezes pelo aguardo de mudanças no perfil do mercado, o que se torna impossível nos contratos celebrados por tempo determinado.

Ao mesmo tempo, não há possibilidade técnica de estabelecer o tempo em que a pesquisa, fase anterior à lavra, levará para demonstrar a viabilidade econômica das insurgências minerais. Aí, a consequência mais grave é a cessação ou redução dos investimentos. Mas sejam quais forem as hipóteses, é o País que perderá com a limitação de prazo nas autorizações ou concessões para a lavra de recursos minerais exauríveis.

A presente emenda busca corrigir essa distorção e, portanto, evitar danos irreversíveis à economia do País, sem impedir que o Governo suspenda ou cancele a autorização ou a permissão, sempre que uma ou outra sejam operacionalizadas em violações as normas impostas pelo poder concedente.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232. Este artigo também prevê que a lei ordinária especificará as condições para concessão, o que torna desnecessários os demais dispositivos constantes do artigo 233 do primeiro substitutivo. Por outro lado, cremos que os Estados e Municípios têm a mesma responsabilidade que a União na preservação do patrimônio ecológico do País e por isso não precisam receber compensação. Pela rejeição.

**EMENDA:22502 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PRISCO VIANA (PMDB/BA)

**Texto:**

Emenda

Dispositivo Emendado: Artigo 233 e seu § 1o., do Substitutivo do relator. Dê-se ao Artigo 233 e ao seu § 1o., do Substitutivo do Relator a seguinte redação:

"Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais dependem de autorização ou concessão do Poder Público, na forma da lei.

§ 1o. - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos dependerão de autorização e concessão do Poder Público, contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente, não dependendo, dessa autorização ou concessão, o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida."

**Justificativa:**

Os recursos minerais do subsolo não devem estar sujeitos ao mesmo tratamento dos recursos hídricos e dos potenciais de energia hidráulica, que nada tem de comum com o subsolo.

Daí, a redação do texto do Artigo 233 impõe-se como absolutamente necessária, na forma proposta por esta emenda.

Com a separação que ora se propõe, as condições referentes à concessão de lavra e à autorização de pesquisa dos recursos minerais serão traçadas, pela lei ordinária, permanecendo no texto constitucional o princípio geral de suas atividades de mineração só poderão ocorrer mediante autorização para pesquisa e concessão para lavra.

Certamente, a legislação ordinária irá impor à pesquisa dos recursos minerais, prazos para o seu desenvolvimento, enquanto afastará da lavra esta condição, pois a temporariedade, por prazo determinado, das concessões e autorizações de lavra, trará consequências negativas muito graves ao setor mineral, tanto no plano econômico, como no plano social.

No plano econômico, a fixação de prazo determinado à exploração de recursos minerais forçará as empresas a embarcarem em estratégias imediatistas de produção, causando, entre outros, os seguintes efeitos indesejáveis:

a) planos de mineração dirigidos basicamente a extração das partes mais ricas dos depósitos, em prejuízo da jazida como um todo, o que pode significar lavra predatória, reduzindo desnecessariamente nossas reservas de recursos não renováveis;

b) queda dos índices de produção e também de produtividade dos investimentos, que só os planos de médio e de longo prazo podem assegurar, pois o minerador leva sempre em consideração parâmetros econômicos de mercado, tanto no que diz respeito a preço como a demanda, os quais, cortejados com os custos, definirão o retorno do empreendimento,

c) desestímulo a pesquisas que possam ampliar as reservas conhecidas nas áreas já em exploração, pois o minerador nenhum benefício terá com a ampliação de suas reservas, uma vez que seu aproveitamento estará além do prazo de concessão temporária.

No plano social, o prazo determinado desencoraja toda a sorte de investimentos que visem melhorar a qualidade de vida dos que labutam no setor. O malefício da temporariedade da lavra também é constatado no aspecto social da mineração, que sendo uma atividade importante como geradora de novos empregos em regiões longínquas e ínvias, atuando como distribuidora de rendas, passará a prevalecer por tempo determinado, o que impedirá o empresário de investir no suporte infraestrutural e social. No Brasil a situação é particularmente agravada porque as províncias minerais encontram-se, principalmente, em áreas destituídas de qualquer infraestrutura urbana, exigindo das empresas, que ali atuam, constituir casas, prover escolas e hospitais, resolver as necessidades de abastecimento, etc...

Em determinados tipos de exploração mineral, a prefixação de prazos pode simplesmente inviabilizar os empreendimentos do ponto de vista econômico, levantando mais um óbice aos tantos que já cerceiam a ação daqueles que se dispõem, no Brasil, a exercer atividades produtivas.

Estas as razões que justificam a presente emenda.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:22503 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

UBIRATAN SPINELLI (PDS/MT)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: Art. 232, caput

Ao art. 232, caput, substitua-se pelo seguinte:

"Art. 232 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica somente poderá ser efetuado por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essa atividade se desenvolver em faixa de fronteira ou em terras indígenas e não poderá ser transferida sem prévia anuência do poder concedente.

**Justificativa:**

A Constituição vigente estabelece que a exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica serão outorgados exclusivamente ou a sociedades organizadas no País. (art. 168 § 1º). Com tais restrições, ficaram protegidos os interesses nacionais, sem que se recorresse a limitações exageradas e, portanto, contrárias ao desenvolvimento do País.

Em verdade, a prática vem demonstrando a essencialidade, para a nossa economia industrial, da tecnologia e investimentos de grupos empresariais constituídos sob controle das leis brasileiras.

Assim, principalmente no que tange à exploração de recursos minerais, não se devem acolher limitações que, a propósito de defender as nossas riquezas, apenas contribuem para isolar a nossa economia, emperrando irremediavelmente o processo de aproveitamento de nossas potencialidades minerárias.

Agora, com a forma estrita que se atribui ao conceito da empresa nacional (art. 226, caput, do substitutivo do Relator) oblitera-se, por consequência, a sistemática constitucional vigorante, também em relação aos procedimentos de exploração e aproveitamento de recursos minerais, excluída, de forma indiscriminada e atentatória às expectativas brasileiras, as participações das empresas, também organizadas no País, mas não alinhadas segundo as exigências conceituais adotadas no rigoroso enunciado constante do substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização.

Além do mais, o regime de proteção às nossas riquezas já se concentra nas disposições relativas ao monopólio estatal – art. 234 – e ao sistema de controle administrativo referente às autorizações ou concessões para pesquisa e lavra dos recursos minerais, conforme disposto no art. 233 do substitutivo em questão.

A presente emenda, pois, visa a manter, sob regime mais consentâneo com as exigências do desenvolvimento nacional, a experiência, consagrada no texto constitucional vigente, que vem estimulando, sem contestações, importantes empreendimentos no âmbito de nossa economia industrial.

**Parecer:**

Pela rejeição.

Somos pela rejeição da emenda pelo fato de excluir do art. 232 as atividade de "pesquisa e lavra de recursos e jazidas minerais" por entender que sobretudo tais atividades devam ser reguladas pelos mesmos dispositivos constitucionais aplicados ao aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica.

**EMENDA:22591 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

**Texto:**

Modificar a redação do parágrafo único do artigo 232, ficando assim redigido:

Art. 232 - .....

Parágrafo Único - A lei disporá sobre a, concessão, pela União, para exploração dos recursos minerais em terras indígenas, assegurando às populações envolvidas participação percentual no produto explorado.

**Justificativa:**



Tornar o texto compatível com a realidade e as necessidades das populações indígenas, amparando-as e garantindo-lhes o direito de participação.

**Parecer:**

Pela rejeição.

Somos pela simples supressão do Parágrafo Único do art. 232, tendo em vista que o "caput" do artigo já estabelece que lei ordinária deverá regular as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas. Por essa razão torna-se dispensável a manutenção do Parágrafo Único, pelo que rejeitamos a Emenda modificativa proposta.

**EMENDA:22593 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

**Texto:**

Suprimir o parágrafo primeiro, do Artigo 233.

**Justificativa:**

Desnecessário.

**Parecer:**

Concordamos com a supressão do parágrafo primeiro pois a matéria já está implicitamente prevista no art. 232. Além disso, o restante do art. 233 também foi suprimido por julgar-se que a matéria não é de natureza verdadeiramente constitucional, e sim mais própria à esfera da legislação ordinária. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:22935 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

**Texto:**

Dê-se a seguinte redação ao § 2o. do art. 231 do Substitutivo:

Art. 231 - .....

§ 2o. - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra igual ao dízimo do imposto cobrado na saída da substância mineral da mina. A lei estabelecerá a forma de indenização por danos causados à propriedade do superficiário.

**Justificativa:**

A participação do proprietário do solo nos resultados da lavra veio substituir o direito de preferencia do mesmo na exploração da jazida, direito esse então previsto na Carta Constitucional de 1946.

Essa inovação, trazida pela Constituição de 1967 e ratificada pela Emenda Constitucional nº 1967 e ratificada pela Emenda Constitucional nº 1/69, representou grande alento ao desenvolvimento da mineração no Brasil, visto que o direito de preferêcia do superficiário entravava por demais a pesquisa e a exploração mineral.

O grande entrave estava na negociação do direito de preferêcia que se arrastava por anos a fio, dificultando e retardando em demasia a exploração dos minérios e, com isso, acarretando perdas de oportunidades negociais e de recursos.

A Constituição atual ao estabelecer o valor da participação (igual ao dízimo do imposto sobre minerais) evitou as negociações intermináveis, trazendo enorme estímulo à exploração mineral.

A manutenção desse critério na nova Constituição dará à atividade de mineração a segurança e a estabilidade jurídica indispensáveis ao desenvolvimento normal de suas atividades, sem privar o proprietário do solo da participação já consagrada no atual texto constitucional.

Fica, também preservado o princípio da indenização a ser paga ao proprietário do solo por danos causados à superfície pela exploração mineral. Tal princípio, hoje inserido na legislação ordinária, ficaria, assim, erigido a nível constitucional para melhor resguardar a propriedade do solo.

**Parecer:**

Pela rejeição, considerando que o mandato do artigo 30, §§ 1o. assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a justa participação aos mesmos no resultado da exploração econômica dos seus respectivos

potenciais. De outra parte, o dispositivo prevê apenas o princípio geral, que posteriormente será disciplinado em legislação ordinária.

**EMENDA:23108 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ISMAEL WANDERLEY (PMDB/RN)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO A SER ALTERADO: § 2o. do Art. 231, do Projeto de Constituição.

O § 2o. do Art. 231 do Projeto de Constituição passa a ter a seguinte redação:

"Art. 231

§ 2o. - Ao proprietário do solo é assegurada a participação percentual sobre a produção da lavra, na forma da lei.

**Justificativa:**

O espírito da emenda é de se mudar o parâmetro indenizatório, passando a adotar o percentual sobre a produção da lavra, no lugar de resultados da lavra, para assegurar remunerações certa dos prejuízos sofridos pelo superficiário.

**Parecer:**

Achamos tecnicamente desaconselhável a participação do proprietário do solo seja de um percentual sobre a produção e não sobre os resultados.

Entretanto, preferimos que a forma e valor dessa participação seja regulada por lei ordinária específica.

Pela rejeição.

**EMENDA:23109 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ISMAEL WANDERLEY (PMDB/RN)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

DISPOSITIVO A SER ALTERADO: Caput Art. 233.

O Art. 233 passa a ter, em seu Caput, a seguinte redação:

"Art. 233 - A União pode conceder, com a aprovação do Congresso Nacional, o direito de pesquisa, de lavra, de industrialização, comercialização das jazidas, minas, demais recursos minerais, e a exploração dos potenciais hidráulicos a cidadãos brasileiros e empresas nacionais, através de contrato por prazo determinado."

**Justificativa:**

Procurou-se com este dispositivo estabelecer alguns princípios como:

a) Levar ao exame da sociedade, via parlamento, a oportunidade da cessão de exploração dos recursos do solo brasileiro, que em última análise pertence a própria sociedade.

b) Concessão do direito de exploração aos brasileiros, como forma de manutenção da soberania nacional.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o art. 233. O art. 232 já determina que o aproveitamento dos recursos minerais e hidráulicos depende de concessão ou autorização, conforme especificações da lei ordinária. Não há porque, portando, explicitar algumas poucas limitações, que não poderiam ser consideradas propriamente de natureza constitucional.

Pela rejeição.

**EMENDA:23123 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOÃO CUNHA (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se o parágrafo 1o., do Artigo 233, Capítulo I, Título VIII, da Ordem econômica e financeira, pelo texto abaixo:

Parágrafo 1o. - A produção, industrialização, distribuição e comercialização de qualquer tipo de energia pertencem ao povo brasileiro, vedadas expressamente a estrangeiros ou empresas estrangeiras e mesmo a brasileiros ou empresas nacionais consorciadas, por qualquer forma, com capitais alienígenas.

**Justificativa:**

1. Energia é poder. Controle de energia por uma nação é ato de soberania e independência. Esta é a lei do mundo.
2. A produção, industrialização, distribuição e comercialização de qualquer tipo de energia devem pertencer ao povo se este admitir como certo ser independente e soberano.
3. Entre nós, a história do controle de nossas fontes energéticas tem sido a história da dominação colonialista em suas várias épocas. Hoje, creio está chegada a hora de definirmos essa área e impormos nossa vontade nesse setor, se quisermos efetivamente construir uma grande Nação.
4. Destaco, entre outras, in exemplis, nossa matriz energética alternativa, o ALCOOL, produzido, industrializado, com tecnologia absolutamente nacional: desenvolvido por empresários brasileiros, sem nenhuma necessidade de auxílio internacional e, no entanto, distribuído e comercializado, além de Petrobrás por empresas estrangeiras, que nos vitimaram com suas políticas no curso histórico.
5. Penso que fixar a nível constitucional nossa reserva de mercado energético é ato de soberania, que os Constituintes desta época saberão destacar e admitir em nome de um povo, como o nosso, lesado todo o tempo e que espera, nesta oportunidade ver resgatado seu direito de determinar-se e definir-se no rumo da felicidade, da independência e da liberdade.
6. Dispensio qualquer tipo de argumento, porquanto penso que a anunciado só da proposta ora feita, tocará de perto e de pronto os patriotas, que, acredito, compõe esta Assembleia.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque o artigo 232 já limita uma série de atividades no setor energético às empresas nacionais. Também prevê que a lei ordinária especificará as condições para desenvolvimento das atividades nesse setor. Não há porque tornar mais severas ainda as restrições ao capital estrangeiro, a nível constitucional, pois no futuro as circunstâncias poderão mudar. Não se trata de matéria constitucional. Pela rejeição.

**EMENDA:23144 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

- Substituir no § 2o. do artigo 231 do Substitutivo ao Projeto de Constituição "imposto sobre minerais" por "imposto sobre circulação de mercadorias incidentes sobre os minerais extraídos."

**Justificativa:**

O Substitutivo, de conformidade com o anteprojeto aprovado pela Comissão do Sistema Tributário, extingue o atual Imposto Único sobre Minerais, com a ampliação da incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços aos minerais.

**Parecer:**

De forma a não criar incompatibilidade com outros artigos do Substitutivo e dada a sua capacidade, preferimos

que a forma e o valor da participação nos resultados das lavras, pelo proprietário do solo, seja regulada por lei. Pela rejeição.

**EMENDA:23367 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO CAMPOS (PDS/MT)

**Texto:**

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Art. 232, Parágrafo Único.

Suprima-se o parágrafo único do art. 232 do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição.

**Justificativa:**

A emenda visa excluir do projeto um dispositivo inócuo e de difícil execução.

E sabido que, no País, ainda existem inúmeras tribos que não conhecem a civilização. Como realizar uma consulta às populações indígenas envolvidas, se nem se expressar muitas delas sabem? O que vai ocorrer é um aumento da violação das áreas indígenas como já acontece atualmente.

Evitar tais confrontos é o objetivo de emenda que propomos.

**Parecer:**

Pela aprovação.

Se o "caput" do artigo já estabelece que a lei regulará as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas, torna-se desnecessário e dispensável um Parágrafo Único estabelecendo uma condição específica, que deverá ser objeto da lei ordinária. Por essa razão somos pela aprovação da Emenda.

**EMENDA:23370 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO CAMPOS (PDS/MT)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 232.

Dê-se ao art. 232 ao Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição a seguinte redação:

"Art. 232 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente".

**Justificativa:**

A emenda visa o aproveitamento dos recursos hídricos e minerais existentes no País por quem tenha competência financeira e tecnológica para explorar tais recursos. Restringir tais atividades às empresas nacionais é um contrassenso, principalmente, num momento de recessão em que o País necessita de investimentos maciços de capital para promover o seu desenvolvimento. A empresa nacional está enfraquecida; então, só há um recurso: atrair o investidor estrangeiro. Agora, fechar as portas ao capital estrangeiro como quer o legislador, não traz nenhum benefício ao País. O poder concedente estabelece as regras da concessão, fiscaliza a sua execução, de forma que não há o que temer quanto a origem da empresa. O importante é que ela crie empregos e promova o desenvolvimento nos mais variados setores da atividade econômica.

**Parecer:**

Entendemos que todas as atividades previstas no art. 232 devam ser exclusivamente efetuadas por empresas nacionais para atender aos objetivos de defender o interesse e o controle do País sobre tais atividades, por suas

características específicas. Por essa razão somos pela rejeição da emenda.  
Pela rejeição.

**EMENDA:23569 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CARLOS SANT'ANNA (PMDB/BA)

**Texto:**

Acrescente-se os §§ 3o. e 4o. do art. 231 do Substitutivo, nos termos abaixo:

§ 3o. - A totalidade das participações a que se referem o parágrafo anterior e o § 2o. do art. 30, não excederá ao quinto do imposto cobrado na saída da substância mineral da mina.

§ 4o. - Os adquirentes de substâncias minerais, contribuintes do imposto de que trata o item III do art. 209, poderão abater do montante devido o valor da participação prevista no § 2o. do artigo 30.

**Justificativa:**

Entende-se necessária a fixação de critérios limitativos da participação prevista no § 2º do artigo 30 para não comprometer-se o desenvolvimento das atividades do setor mineral, cujos investimentos sabidamente demandam a aplicação de vultosos recursos. O estabelecimento do limite proposto resguardará a estabilidade e a segurança jurídicas imprescindíveis à operação desse importante setor da economia nacional.

A participação prevista no artigo 30, § 2º, do Substitutivo, sendo uma obrigação compulsória, em dinheiro e regulamentada em lei, enquadra-se perfeitamente no conceito de tributo e estaria a incidir sobre o mesmo fato gerador do imposto cobrado pela exploração das substâncias minerais.

Objetivando harmonizar a cobrança das participações com os demais dispositivos que conferem tratamento tributário especial aos minerais, com vistas a não onerar em demasia estas mercadorias, propõe-se a introdução de regra que, tendo presente o conjunto de ônus da mineração, permita a compensação das participações pagas aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios no imposto sobre circulação de mercadorias devido nas etapas posteriores, de forma semelhante à regra atual de compensação do IUM prevista no § 2º do artigo 26 da EC 1/69.

**Parecer:**

Achamos que a forma e o valor da participação do proprietário nos resultados das lavras deve ser objeto de lei ordinária.  
Pela rejeição.

**EMENDA:23592 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

**Texto:**

Emenda no.

Nos termos do art. , do regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, alterem-se os artigos 232 e 233, do Substitutivo do Projeto de Constituição, para a seguinte redação:

"Art. 232 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais dependem de autorização ou concessão da União, contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional comprovado, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

§ 1o. - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de

recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira ou em terras indígenas somente poderão ser efetuadas por empresas estatais federais, mediante autorização ou concessão da União.

§ 2o. - A autorização ou concessão pela União para exploração dos recursos minerais em terras indígenas dependerá sempre de anuência prévia das populações indígenas interessadas e de autorização prévia do Congresso Nacional".

**Justificativa:**

Emenda sem justificação.

**Parecer:**

Pela rejeição.

Entendemos que, nos termos do Substitutivo, o tratamento dado às atividades relacionadas com o aproveitamento dos recursos naturais - minerais ou hídricos -, consulta os interesses nacionais em termos de soberania e controle. As restrições de tais atividades a empresas nacionais e a abertura para que leis ordinárias posteriormente as regulamentem garantem, no nosso entender, o efetivo controle do país sobre esses recursos de sua propriedade, com a ressalva feita para o exercício de tais atividades em terras indígenas ou em faixa de fronteira. Por essas razões somos pela rejeição da presente Emenda.

**EMENDA:23604 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao art. 232, parágrafo 1o., renumerando-se o único.

Art. 232 - .....

§ 1o. - As concessões e contratos minerais de que trata o presente artigo incluirão cláusula obrigatória ao concessionário, de industrializar um mínimo de 50% do minério extraído, no limite do território nacional.

**Justificativa:**

As concessionárias estrangeiras que extraem nosso minério da terra geram, fora do país, os dólares que nos são emprestados, a seguir. Se seus contratos minerais defasados em preços fossem apenas atualizados seríamos seus credores em vez de devedores.

Enquanto isso não se faz, que, pelo menos, parte de sua riqueza dê alguns empregos a brasileiros. Levar a matéria prima toda para fora e só criar lá todo o processo produtivo que lhe é imanente tem sido a formula de enriquecimento dos países mais desenvolvido, exceto o Japão e parte da Alemanha.

Esperamos sensibilizar o senhor relator para o fato de que enorme evasão de divisas pode ser evitada se obrigamos os concessionários a tratar um mínimo do minério no limite de nosso território. Sobretudo daria empregos, geraria tributos, induziria a novas atividades através de processos induzidos de industrialização e comércio.

**Parecer:**

Entendemos que as atividades de pesquisa e lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica devam ser exercidos somente por empresas nacionais. Quanto ao aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida, não nos parece necessário -e conveniente- vinculá-lo ao texto constitucional. Somos pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:23833 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 2o., do artigo 231, a seguinte redação:

"§ 2o. - É assegurado ao proprietário do solo a participação nos resultados das lavras, nos termos da lei."

**Justificativa:**

Deferir ao prudente exame do Poder Legislativo a regulamentação do princípio, considerando-se que a limitação proposta no Substitutivo, além de inaceitável, será insignificante.

**Parecer:**

A redação, pouco diferenciada da presente Emenda, dada ao § 2o., do art. 231, redundará em resultados semelhantes ao pretendido pelo seu Autor. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:23890 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

- Substitutivo do Relator -

Suprimir o § único do art. 232 que assim se enuncia:

"a autorização ou concessão pela União, para exploração dos recursos minerais em terras indígenas dependerá sempre de anuência das populações indígenas envolvidas".

**Justificativa:**

O princípio dominante na Constituição brasileira é o de que a riqueza do subsolo pertence a União. Não cabe privilegiar indígenas, nesse ponto. A Constituição ora em discussão estabelece o direito à exploração de minérios, as empresas nacionais e regula o modelo para requerer esse direito. No meu ponto de vista dever-se-á implantar o princípio da licitação. Os índios terão os mesmos direitos que os demais proprietários do solo e sujeitar-se-ão ao modelo que melhor convier à escola economia nacional, relativamente ao subsolo.

**Parecer:**

Pela aprovação.

Se o "caput" do artigo já estabelece que a lei regulará as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas, torna-se desnecessário e dispensável um Parágrafo Único estabelecendo uma condição específica, que deverá ser objeto da lei ordinária. Por essa razão somos pela aprovação da Emenda.

**EMENDA:24035 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

**Texto:**

Dê-se ao § 1o., do artigo 233, a seguinte redação:

"§ 1o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida, nos termos da lei".

**Justificativa:**

A proposta do Substitutivo é de textura aberta e incondicionada. A legislação ordinária deverá estabelecer, prudentemente, os limites da capacidade energética reduzida que o interesse público ditar.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232. Assim como a determinação de que a lei ordinária especificará os critérios para concessão. Por isso não há necessidade de repetir que a lei determinará quando a concessão ou autorização é

desnecessária.  
Pela rejeição.

**EMENDA:24041 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 231 (caput) do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao Art. 231 (caput) a seguinte redação:

"Art. 231 - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à Nação."

**Justificativa:**

É a União pessoa jurídica de direito público, assim investida de capacidade civil para dispor de seu patrimônio. Poderá fazê-lo, eventualmente, em oposição aos interesses da Nação, malgrado a hipótese seja remota. Mas a Constituição deve ser o abrigo contra as hipóteses e, em consequência, deve disciplinar as relações jurídicas sempre em favor da Nação. Daí porque, ao invés da União, que deve ser mantida apenas como administradora, se defere à Nação a propriedade das riquezas previstas no Art. 231, colocando-as, assim, sob a proteção da soberania nacional. Justifica-se, por esta forma, a emenda apresentada.

**Parecer:**

A presente Emenda foi aproveitada e reflete o pensamento da maioria dos constituintes.  
Pela aprovação.

**EMENDA:24042 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GUSTAVO DE FARIA (PMDB/RJ)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 233 e seu § 1o. do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao Art. 233 e seu § 1o. a seguinte redação:

"Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais dependem de autorização ou concessão do Poder Público, na forma da lei. § 1o. - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos depende de autorização ou concessão do Poder Público, sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderá ser transferida sem prévia anuência do poder concedente. Não depende de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida."

**Justificativa:**

É indispensável distinguir, para os efeitos do Artigo que se quer emendado, os recursos naturais exauríveis e os recursos naturais renováveis. Para os primeiros, torna-se impraticável estabelecer limitação de prazo para a concessão de pesquisa ou lavra, ou ambas as coisas, enquanto para os segundos a limitação é perfeitamente exequível. Tal ocorre porque a mineração é atividade complexa, que abrange um arco de condicionantes que vão desde as incertezas da pesquisa às variações técnicas da lavra, com passagem pelas cotações dos mercados nacional e internacional. Com a limitação de prazo, as empresas mineradoras são obrigadas a compatibilizar suas atividades com essa restrição, pela retirada prioritária dos concentrados mais ricos em teores. Daí resulta a inviabilização de partes consideráveis das jazidas, com prejuízos irrecuperáveis para a



economia do País. Ademais, o regime de limitação agrava os riscos da pesquisa e, desse modo, afugenta os capitais, aqui também com resultados funestos para os interesses do País.

Uma outra consequência da limitação de prazo é que os investimentos em infraestrutura, tais como em acampamentos para trabalhadores e técnicos, em áreas de lazer, de assistência médico-social e em outros setores básicos são limitados ao mínimo possível, desde que as empresas devem contabilizar nas suas relações econômicas o tempo material de que dispõem para o cumprimento da concessão ou autorização.

A ausência de limitação de prazo não oferece qualquer risco ao poder concedente, uma vez que a autorização ou concessão poderá ser suspensa a qualquer tempo, em presença de fatores que ofendam os interesses do Estado, do Governo ou da Nação ou de práticas irregulares. A emenda, pois, se alinha sobre as legítimas aspirações gerais.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:24046 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

THEODORO MENDES (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: § 2o. do Artigo 231 do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao § 2o. do Art. 231 a seguinte redação:

"Art. 231 - .....

§ 2o. - É assegurada ao proprietário do solo participação nos resultados da lavra, na forma da lei"

**Justificativa:**

As relações econômicas envolvidas nas atividades mineradoras variam segundo um conjunto significativo de fatores, que só podem ser excepcionados na legislação ordinária. Sem a emenda, o § 2º do Art. 231 irá seguramente causar divergências e controvérsias, com a exposição do texto constitucional a eventual emenda. Por sua capacidade de prever miríades de hipóteses e prover situações divergentes, a legislação ordinária é o caminho para disciplina desse problema. Justifica-se, assim, o acolhimento da presente emenda. O importante é garantir-se desde já a participação do proprietário do solo.

**Parecer:**

A redação, pouco diferenciada da presente Emenda, dada ao § 2o., do art. 231, redundará em resultados semelhantes ao pretendido pelo seu Autor. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:24048 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ ULÍESSES DE OLIVEIRA (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 233 do Substitutivo do Relator

Dê-se ao Art. 233 e seus § § 1o. e 2o. a seguinte redação:

"Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais dependem de autorização ou concessão do Poder Público, na forma da lei.

§ 1o. - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos dependerá de autorização ou concessão do Poder Público, sempre por prazo determinado, e não

poderá ser transferida sem prévia anuência do poder concedente. Não depende dessa autorização ou concessão o aproveitamento de energia renovável de capacidade reduzida.

§ 2o. - A lei disporá sobre a compensação aos Estados e Municípios obrigados a manter parcelas de seu território gravadas por medidas de proteção, tais como áreas de proteção e mananciais e outras definidas por lei."

**Justificativa:**

O estabelecimento de prazo determinado para a pesquisa e a lavra dos recursos minerais já foi tentado em várias nações, inclusive a Austrália, tradicional concorrente do Brasil no campo da produção mineral. Houve completo malogro e prejuízos irreparáveis. É que, preso as limitações temporais do contrato, o explorador tende a extrair as partes mais ricas dos depósitos, o que resulta na chamada "lavra predatória". As consequências mais dramáticas para o interesse nacional é a parte de vastos recursos minerais, pois a exploração dos resíduos da lavra predatória se torna antieconômica. Fundada no Art. 23, § 2º, do Regimento Interno da Constituinte, é a presente emenda para corrigir essa distorção e evitar danos irrecuperáveis à economia nacional.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232. Este artigo também prevê que a lei ordinária especificará as condições para concessão, o que torna desnecessários os demais dispositivos constantes do artigo 233 do primeiro substitutivo. Por outro lado, cremos que os Estados e Municípios têm a mesma responsabilidade que a União na preservação do patrimônio ecológico do País e por isso não precisam receber compensação. Pela rejeição.

**EMENDA:24210 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

**Texto:**

Emenda Aditiva ao Projeto de Constituição - Substitutivo do Relator - Acrescentar § ao art. 232 com a seguinte redação:

(...) - O critério de outorga das autorizações de concessões referidas no caput será o da licitação pública, obedecidas, em cada caso, as condições estabelecidas pelo poder concedente.

**Justificativa:**

O modelo vigente, o do requerimento, não atende ao melhor critério para a concessão de autorizações de pesquisa e concessão de lavra. Impõe-se adotar o procedimento da licitação pública. Por este processo o poder concedente exercerá, como dever ser, total controle, e, dirá no devido tempo quais dos blocos destinados à pesquisa e à lavra, na conformidade do mais alto interesse nacional. Promovemos em emenda a cassação das atuais autorizações e concessões relativos a direitos minerários que estejam inativos ou sem produção, ou cujos trabalhos exploratórios ou extrativos não tenham sido comprovadamente iniciados nos prazos legais, a juízo do poder concedente.

Cumpra nesse momento promover a um reordenamento jurídico constitucional que leve à proteção das reservas naturais e minerais. Como está não pode continuar. Como está, a sociedade brasileira assiste à ação predatória no setor mineral, de empresas multinacionais, cujo único escopo é exercer total controle a serviço dos grupos econômicos de que fazem parte.

**Parecer:**

A matéria do parágrafo a ser acrescentado ao art. 232, conforme pretende a Emenda, poderá ser objeto de lei ordinária quando esta, atendendo ao próprio art. 232, vier a legislar sobre o assunto. Por essa razão rejeitamos a Emenda.

**EMENDA:24248 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RUBERVAL PILOTTO (PDS/SC)

**Texto:**

Incorpore-se o inciso XVIII e parte do XXII, do Art. 31, e os Arts. 231, 232, 233 e 234 a um novo inciso XII do Art. 32, renumerando-se os demais incisos, conforme abaixo:

"Art. 31

.....  
XXII - Explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza.

Art. 32 - Cabe privativamente à União legislar sobre:

.....  
XI - Jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XII - aproveitamento dos recursos hídricos e energéticos nacionais."

**Justificativa:**

A mudança proposta visa englobar todos os artigos acima indicados, de caráter ordinário e detalhista, numa sentença de conteúdo maior e geral mais adequada a um texto Constitucional, de forma abrangente e duradoura, sintetizando consideravelmente o texto do projeto constitucional e remetendo à legislação ordinária a regulamentação das diversas atividades em tela.

**Parecer:**

Pela aprovação parcial, nos termos do Substitutivo.

**EMENDA:**24373 REJEITADA

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO AUGUSTO (PTB/RJ)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Arts. 232 e 233 e seus parágrafos; § 2o. do Art. 295 e § 2o. do Art. 302.

Substitua-se os Artigos e parágrafos acima mencionados pelo de redação seguinte:

"Art. (233) A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Governo Federal, na forma da lei, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

§ 1o. No interesse nacional, a lei regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas.

§ 2o. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida, na forma especificada em lei."

**Justificativa:**

As disposições constantes dos artigos e parágrafos que se pretende substituir com a presente proposta encerram, em seu bojo, princípios que tornam praticamente inviável o desenvolvimento do setor mineral brasileiro. Tal fato é inadmissível, particularmente se considerarmos a grande formação geológica favorável que o BRASIL abriga em seu Território e a crescente importância estratégica dos bens minerais no desenvolvimento socioeconômico das nações. O Produto Mineral Brasileiro – que hoje representa cerca de 4% do PIB -, é reconhecidamente baixo em relação à potencialidade do País. É evidente, também, a escassez de capital nacional disponível para aumentá-lo, em proporções mais aceleradas. Verifica-se, ainda, ser conhecidamente insuficiente a capacidade de o País vir a gerar as divisas necessárias para fazer frente aos seus compromissos financeiros internacionais e à importação de bens vitais para o seu desenvolvimento.

Neste contexto, os fundamentos da atividade minerária necessita ser convenientemente abordados no texto constitucional, de forma a irradiar estímulos para o seu desenvolvimento, em proveito dos interesses globais do País. Neste sentido, temos que considerar que, por dependermos, ainda, fortemente, do subsolo alheio, os bens minerais representam o mais oneroso item da nossa pauta de importação. Concomitantemente, é, nas riquezas do nosso subsolo, que reside o mais promissor item de exportação do País.

Desta forma, a presente proposta tem como objetivo único propiciar a necessária orientação constitucional para o desenvolvimento deste importante setor, em contraposição às restrições que ora se lhe apresentam.

**Parecer:**

A fórmula adotada pelo Substitutivo parece-nos mais apropriada para regular a matéria.  
Pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:24469 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOAQUIM FRANCISCO (PFL/PE)

**Texto:**

Emenda Supressiva

Suprimir o parágrafo primeiro do artigo 233 do Projeto.

**Justificativa:**

O dispositivo é, pelo menos desnecessário. Além disto, a dispensa de autorização prevista no parágrafo que se pretende suprimir, enseja abusos.

**Parecer:**

Concordamos com a supressão do parágrafo primeiro pois a matéria já está implicitamente prevista no art. 232. Além disso, o restante do art. 233 também foi suprimido por julgar-se que a matéria não é de natureza verdadeiramente constitucional, e sim mais própria à esfera da legislação ordinária.  
Pela aprovação parcial.

**EMENDA:24665 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MÁRIO ASSAD (PFL/MG)

**Texto:**

EMENDA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 231 § 2o., do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao § 2o., do Substitutivo do Relator, a redação seguinte:

"Art. 231 - .....

§ 2o. - É assegurada ao proprietário do solo, a participação nos resultados da lavra, na forma da lei."

**Justificativa:**

O dispositivo emendado estabelece que ao proprietário do solo é garantida uma participação "nunca inferior" àquela percebida pelo Estado através do imposto a ser estabelecido sobre a atividade de lavra mineral. Nunca inferior, significa que essa participação em favor do proprietário do solo necessariamente, igual ou superior ao tributo.

Trata-se de um privilégio inaceitável, ao mesmo tempo que cobra a atividade de mineração em um nível de subordinação às pretensões do proprietário da superfície, absolutamente inaceitável.

O melhor é garantir pela Constituição o direito à participação e remeter para a lei ordinária as condições a serem estipuladas a respeito.

Por isso, esta emenda.

**Parecer:**

A redação, pouco diferenciada da presente Emenda, dada ao § 2o., do art. 231, redundará em resultados semelhantes ao pretendido pelo seu Autor.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:24668 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MÁRIO ASSAD (PFL/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 233 e seu § 1o. do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao Art. 233 e seu § 1o. a seguinte redação:

"Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais dependem de autorização ou concessão do Poder Público, na forma da lei.

§ 1o. - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos depende de autorização ou concessão do Poder Público, sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderá ser transferida sem prévia anuência do poder concedente. O aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida não depende de autorização ou concessão."

**Justificativa:**

É fundamental estabelecer distinção entre os recursos renováveis e os recursos exauríveis, para o fim de excluir os segundos das restrições impostas pelo Art. 233, quanto à pesquisa e a lavra de recursos minerais, a economia nacional será gravemente atingida em um de seus mais prósperos e promissores segmentos. E isto porque a limitação de tempo para exploração de jazidas, aí compreendidos os ciclos das pesquisas para eventual descoberta (ou não) de insurgências e o da lavra, elevam de modo dramático os riscos dos investimentos. Caso o dispositivo que se quer emendado perca no texto constitucional, haverá seguro declínio dos investimentos, em níveis significativos, daí surgindo danos irreversíveis à economia do País.

Outra possibilidade de perda considerável e irremissível, é que as empresas mineradoras, estranguladas pelo prazo fatal da autorização ou concessão, irão certamente adotar medidas de proteção dos investimentos. Assim, a extração das reservas diagnosticadas concentrar-se-á nas insurgências de maiores teores, com a perda de resíduos de alto valor, pela impossibilidade econômica de extrai-los posteriormente.

A concessão ou autorização por prazo indeterminado, como tem sido praticada até agora, em nada prejudica o interesse do poder concedente, desde que este pode intervir a qualquer momento para cassar a lavra, em razão de violação das cláusulas pactuadas ou por ocorrência de irregularidades. A emenda, portanto, é indispensável para proteger o interesse nacional.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:24938 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GILSON MACHADO (PFL/PE)

**Texto:**

Modificar a redação do parágrafo único do artigo 232, ficando assim redigido:

Artigo 232 - .....

Parágrafo único - A lei disporá sobre a concessão, pela União, para exploração dos recursos minerais em terras indígenas, assegurando às populações envolvidas participação percentual no produto explorado.

**Justificativa:**

Tornar o texto compatível com a realidade e as necessidades das populações indígenas, amparando-as e garantindo-lhes o direito de participação.

**Parecer:**

Pela rejeição.

Somos pela simples supressão do Parágrafo Único do art. 232, tendo em vista que o "caput" do artigo já estabelece que lei ordinária deverá regular as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas. Por essa razão torna-se dispensável a manutenção do Parágrafo Único, pelo que rejeitamos a Emenda modificativa proposta.

**EMENDA:24975 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ODACIR SOARES (PFL/RO)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 231

Altere-se a redação do Art. 231

Texto Sugerido:

"Art. 231 - As jazidas, demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e são bens pertencentes à Nação".

**Justificativa:**

O Art. 231 do Projeto conceitua a jazida e os recursos minerais como propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, o que está tecnicamente correto do ponto de vista do direito mineral.

Entretanto, deve-se adequar a parte final deste artigo, que atribuiu a propriedade dos bens minerais à União, sob pena de serem estatizadas as atividades minerárias.

O conceito da "propriedade função", ou seja, do Estado administrando os recursos minerais da Nação para o desenvolvimento sócio econômico do país, permite o incremento da livre iniciativa, ensejando injeção de capital no setor, reconhecidamente carente de grandes investimentos.

Deve ser mantido o regime da mineração no país, conforme definido na Constituição de 1934, pois se constitui em verdadeira alavanca para o progresso do setor, carreando riquezas para o país não só em termos de descoberta de novos recursos minerais, como também, pelo recebimento de divisas na exportação dos referidos bens primários.

**Parecer:**

A presente Emenda, salvo a pequena alteração na utilização do verbo, foi aproveitada na redação do art. 231 do Substitutivo.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:24976 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ODACIR SOARES (PFL/RO)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 231

Suprima-se no "caput" do Art. 231 expressão

"e pertencem à União" e acrescente-se um parágrafo

3o. ao mesmo artigo, com a seguinte redação:

"§ 3o.- os potenciais de energia hidráulica pertencem à União".

**Justificativa:**

Segundo o disposto no Art. 225 do Projeto, a ordem econômica acha-se fundada na livre iniciativa e na valorização e na valorização do trabalho humano.

Ao se erigir as jazidas e moinas como pertencentes à União, quebra-se este princípio constitucional, afastando a livre iniciativa da atividade mineral, que não mais terá motivação para investir no setor, o que resultará na completa estatização do setor mineral.

Pela emenda proposta, somente pertencerão à União os potenciais de energia hidráulica, deslocado do “caput” do artigo 231, para o § 3º, cuja introdução a emenda sugere.

**Parecer:**

O artigo 231 não quebra o princípio da livre iniciativa, pois não determina a monopolização estatal do setor, mas, pretende resguardar as riquezas não-renováveis do subsolo brasileiro.  
Pela rejeição.

**EMENDA:24977 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ODACIR SOARES (PFL/RO)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 231, § 2o.

Texto sugerido: "§ 2o. É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra, na forma da lei."

**Justificativa:**

A presente emenda sugere voltar a redação proposta no Anteprojeto anterior do Relator Constituinte Bernardo Cabral, mais prudente, uma vez que, remetendo a fixação do valor da participação do proprietário do solo através da lei ordinária, portanto, em ocasião posterior, possibilitará melhor se estudar, analisar e finalmente propor um valor consentâneo com a real capacidade contributiva do setor mineral.

O que não se pode, naturalmente, é de maneira temerária, eis que nenhum estudo econômico nesta etapa foi realizado, fixar-se dito valor de participação do proprietário, em montante não inferior ao imposto sobre minerais, medida que, por si só, já poderá não só inviabilizar vários empreendimentos minerais, bem como onerar os consumidores como um todo, pois, tal proposta significa um aumento de custo mínimo de aproximadamente 1.000% em relação ao que hoje se paga ao proprietário do solo (10% do Imposto Único Sobre Minerais).

Diante do exposto, acreditamos que o acolhimento da emenda ora proposta constituirá, sem dúvida alguma, salutar medida, coerente com os fundamentos que norteiam a atividade econômica, em geral e a da mineração, em particular.

**Parecer:**

A redação, pouco diferenciada da presente Emenda, dada ao § 2o., do art. 231, redundará em resultados semelhantes ao pretendido pelo seu Autor.  
Pela aprovação parcial.

**EMENDA:24978 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ODACIR SOARES (PFL/RO)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 232

Dê-se ao Art. 232 a seguinte redação:

"Art. 232- A pesquisa e a lavra dos recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica dependem de autorização ou concessão da União, na forma da lei, que também regulará as condições específicas quando se tratar de pesquisa e lavra desenvolvidas em faixas de fronteira ou em terras indígenas, atividades esta que, nestes últimos casos, somente serão permitidas à empresas nacionais".

**Justificativa:**

É sabido que o setor mineral apresenta características próprias, dentre as quais ressalta-se o elevado risco – risco este situado especialmente na fase de pesquisa mineral, embora não exclusivamente nesta – e o longo prazo de maturação dos investimentos (ou mesmo a entrada em operação de projetos), como é exemplo Carajás, que só entrou em produção 19 anos após a descoberta da jazida.

Não se pode esquecer que desenvolver a mineração, no País, é criar condições efetivas que estimulem a pesquisa mineral, sem a qual não serão encontradas jazidas e, conseqüentemente, a atividade sequer existirá. Ora, sendo, como já dissemos, a atividade mineral de alto risco, há que se estabelecer condições de atração de capitais para a fase de pesquisa, sem o que o País corre o sério risco de sequer conhecer adequadamente o seu subsolo.

Nunca é demais lembrar, também, que os países que decidiram limitar a participação de capital estrangeiro na mineração, como ora sugere o Art. 232, tiveram o cuidado de fazê-lo apenas na legislação ordinária, haja vista o longo prazo de duração que deve ter uma Constituição, a qual não deverá, pois, inibir, permanentemente, ações políticas voltadas a atração de investimentos de risco, se e quando de interesse do País.

Confia-se, pois, no acolhimento da presente emenda.

**Parecer:**

Entendemos que todas as atividades previstas no art. 232 devam ser exclusivamente efetuadas por empresas nacionais para atender aos objetivos de defender o interesse e o controle do País sobre tais atividades, por suas características específicas. Por essa razão somos pela rejeição da emenda.  
Pela rejeição.

**EMENDA:24979 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ODACIR SOARES (PFL/RO)

**Texto:**

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Art. 233

Suprima-se o Art. 233.

**Justificativa:**

Ao se propor a supressão do Art. 233. Objetiva-se eliminar sugestão altamente inibidora de investimentos no setor mineral, qual seja a limitação de prazo de duração da concessão.

É sabido que o setor mineral apresenta características peculiares, dentre as quais ressalta-se o grande risco – risco este mais acentuado na fase de pesquisa, embora não exclusivamente nesta – e o longo prazo de maturação dos investimentos, ou mesmo de entrada em operação dos projetos, que, em média poderá ir de 10 a 14 anos.

Sendo assim, o trato adequado a se dispensar à mineração não é o de limitar o prazo de duração da concessão de lavra, como pretende o redator do Artigo, mas sim criar condições que estimulem a pesquisa e a exploração minerais, sem o que o País correrá sério risco de não vir a dispor de novas jazidas e, conseqüentemente, ter até mesmo de importar bens minerais existentes em seu subsolo, já que não os conhecerá, por não tê-los pesquisando adequadamente, embora seja reconhecida a potencialidade do País neste campo.

Como se verifica, pois, a emenda objetiva suprimir a ideia de limitação do prazo da concessão de lavra, na certeza de que a sua introdução representaria o início imediato de uma fase de retrocesso na alocação de recursos humanos e financeiros para a atividade mineral do País, já que os investidores em mineração, tendo contra si a limitação do prazo de concessão de lavra, não só se sentiriam inibidos como inseguros para a realização de investimentos, sejam voltados para a mineração em si, sejam os de cunho social (hospitais, escolas, casas, etc.), de desenvolvimento de tecnologia mineral e de harmonização de mineração com o meio ambiente, pois nada lhes asseguraria que, terminando os prazos inicialmente a eles concedidos, os mesmos seriam prorrogados em condições adequadas à economia de seus empreendimentos.

Recomenda-se, pois, a supressão do Art. 233.

**Parecer:**

Aproveitado integralmente no Substitutivo do Relator.  
Pela aprovação.

**EMENDA:25337 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)



**Texto:**

Dê-se ao § 2o. do artigo 231 do Substitutivo Inicial do relator, a seguinte redação:

"§ 2o. É assegurada ao proprietário do solo, participação nos resultados da lavra, na forma da lei".

**Justificativa:**

O Substitutivo do Relator fixa a participação do proprietário do solo nos resultados da lavra em valor não inferior ao imposto sobre minerais.

Lembre-se de início que os recursos naturais e os potenciais de energia renováveis constituem propriedades distintas do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial. Na forma da lei, ao proprietário do solo já é assegurada uma indenização pelos danos causados nas operações de pesquisa e lavra.

A exploração de recursos minerais precisa ser racionalmente conduzida visando o benefício de toda a comunidade nacional. A exigência adicional de participação do proprietário nos resultados da lavra, em percentual não expressamente definido no texto constitucional, implica em elevação dos custos da exploração mineral, podendo vir a comprometer a utilização econômica de parte desse patrimônio nacional.

Cumprido, por isso, rejeitar, por inconveniente aos interesses do desenvolvimento da economia mineral brasileira, a imposição constitucional de um piso para a participação do proprietário. Essa norma do Substitutivo abre espaços a um conflito de difícil solução entre o minerador e o proprietário do solo. Até o momento de iniciar o processo extrativo propriamente dito, o minerador tem de investir com a pesquisa e com a avaliação das reservas, pré-requisitos indispensáveis ao início das atividades de extração mineral.

Depois de todo esse esforço e desse dispêndio, com as informações abertas sobre a mesa, subordina-se o começo da exploração a uma negociação entre proprietário do solo e minerador significa ao primeiro de viabilizar ou de inviabilizar economicamente uma jazida, a qual, uma vez delimitada, torna-se um bem de interesse nacional. Mais ainda um impasse na negociação imporá a paralização das atividades de implantação dos projetos, justamente no vestuário da efetiva maturação do empreendimento, acarretando sérios prejuízos à produção mineral e à economia do País.

Ademais, a diversidade de situações específicas a cada recurso mineral, as condições peculiares características de cada província mineral, bem como as circunstâncias de preço e de mercado, desaconselham prefixar a participação do proprietário no Texto da Constituição. A matéria e daquelas a serem deixadas à lei ordinária. Essa, a emenda ora proposta.

**Parecer:**

A redação, pouco diferenciada da presente Emenda, dada ao § 2o., do art. 231, redundará em resultados semelhantes ao pretendido pelo seu Autor. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:25339 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao caput do Art. 233 do substitutivo ao Projeto de Constituição do Relator da Comissão de sistematização a seguinte redação:

Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão federal e não poderão ser transferidos sem prévia anuência da autoridade concedente.

**Justificativa:**

A presente Emenda visa explicitar que as autorizações e concessões da lavra mineral e as de aproveitamento hidráulico cabem ao poder federal e serão outorgadas por prazo indeterminado. O condicionamento a prazo determinado, especialmente na exploração de recursos não-renováveis, impede, na prática, uma extração mais econômica dos minérios e maiores investimentos de infraestrutura social, nas regiões remotas onde normalmente se situam nossas reservas.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos

não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:25354 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

**Texto:**

Suprima-se o parágrafo único do art. 232 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, elaborado pelo Relator da Comissão de Sistematização

**Justificativa:**

A União, ao autorizar ou conceder a exploração de recursos minerais do subsolo, deve levar em conta os interesses do País, mesmo porque esses recursos lhe pertencem. Não deve ficar subordinada à concordância, seja do proprietário do solo, seja das populações indígenas que nele habitam.

**Parecer:**

Pela aprovação.

Se o "caput" do artigo já estabelece que a lei regulará as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas, torna-se desnecessário e dispensável um Parágrafo Único estabelecendo uma condição específica, que deverá ser objeto da lei ordinária. Por essa razão somos pela aprovação da Emenda.

**EMENDA:25805 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LÚCIO ALCÂNTARA (PFL/CE)

**Texto:**

Suprima-se o parágrafo único do art. 232.

**Justificativa:**

Esta matéria também é tratada, inclusive com mais propriedade, no art. 302, § 1º do projeto. Deve ser dito, ainda, que não se pode prever a anuência das populações indígenas pois o Código Civil declara serem os mesmos incapazes de consentir.

**Parecer:**

Pela aprovação.

Se o "caput" do artigo já estabelece que a lei regulará as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas, torna-se desnecessário e dispensável um Parágrafo Único estabelecendo uma condição específica, que deverá ser objeto da lei ordinária. Por essa razão somos pela aprovação da Emenda.

**EMENDA:25827 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Entrega redação do parágrafo 2o. do artigo 231.

Artigo 231 - .....

2o. - É assegurado ao proprietário do solo a participação nos resultados das lavras na forma da Lei.

**Justificativa:**

A modificação é absolutamente necessária pois da forma que está no texto atual, o proprietário do solo que não detém nenhum direito sobre o subsolo torna-se verdadeiramente privilegiado, podendo inclusive receber mais transferências de recursos que a própria União, Estados e Municípios, ao receber valores "não inferior ao imposto". Além disto a economicidade de um depósito mineral é algo que leva em conta fatores naturais não

modificáveis pelo homem tais como teor, locação natureza quimineralógica, condicionantes estes, que não permite um trato rígido de todos os casos de jazidas minerais. Daí decorre que a rigidez dos princípios minerais não deve amarrar questão desta natureza. Somente a Lei Ordinária terá a necessária flexibilidade para abranger tais variações.

**Parecer:**

A redação, pouco diferenciada da presente Emenda, dada ao § 2o., do art. 231, redundará em resultados semelhantes ao pretendido pelo seu Autor.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:25828 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo emendado: Art. 231 (caput) do substitutivo do Relator.

Dê-se ao art. 231, caput, a seguinte redação:

Art. 231 - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à Nação.

**Justificativa:**

Parece de todo indispensável colocar essas riquezas, patrimônio da sociedade brasileira, sob proteção da Nação, titular da soberania nacional. A propriedade deferida à União atenta contra os interesses nacionais, uma vez que, portadora de personalidade jurídica e, portanto, capacitada para os atos civis, poderá ela eventualmente alienar a terceiros essas riquezas. Impõe-se, pois, coloca-las sob resguardo da soberania nacional, conforme o disposto na presente emenda, assim plenamente justificada.

**Parecer:**

O art. 232 já determina que o aproveitamento dos bens minerais e dos potenciais de energia hidráulica, somente poderão ser efetuados por autorização ou concessão e, mais ainda, não podendo ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente. A Nação por não ser portadora de personalidade jurídica, dificultaria o processo de concessão das lavras.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:25832 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

EMENDA NOTIFICATIVA

Altera redação de caput do Artigo 233

mantendo os parágrafos 1o. e 2o.

Artigo 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos no interesse nacional e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente.

**Justificativa:**

Esta redação elimina o prazo determinado para as concessões, especialmente na questão mineral, tendo em conta os seguintes problemas:

1° - Determinar o tempo de lavra, é convidar detentores de direitos minerários à depredação das jazidas.

2° - Não incentiva a aplicação das reservas com novas pesquisas.

3° - Não incentiva o investimento na área social e de infraestrutura.

4º - Não permite a flexibilidade nas taxas de exploração maior ou menor, face as flutuações da demanda ativada ou reprimida que é função do mercado que não depende da vontade da mineração.

**Justificativa:**

5º Evita negociações burocráticas que ensejariam oportunidades até mesmo de jogo de interesses e pressões que poderão não vir ao encontro de interesse nacional e dar lisura no processo de concessão dos direitos de lavra.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:25834 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo emendado: Artigo 233 e seus §§ 1o. e 2o. do Substitutivo do relator.

Dê-se ao Art. 233 e seus §§ a seguinte redação:

Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais dependem de autorização ou concessão do Poder Público, na forma da lei.

§ 1o. - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos depende de autorização ou concessão do Poder Público, sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderá ser transferida sem prévia anuência do poder concedente. Não depende de autorização ou concessão o aproveitamento de potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

§ 2o. - A lei disporá sobre a compensação aos Estados e Municípios obrigados a manter medidas de proteção, tais como áreas de proteção e mananciais e outras definidas por lei.

**Justificativa:**

É indispensável aos interesses do País excluir da limitação de prazo a exploração de recursos minerais exauríveis, para fixa-la, apenas, em relação aos recursos renováveis. É que a autorização ou a concessão por prazo determinado compele as empresas a centralizar a lavra nos depósitos mais ricos, com a consequente instalação da chamada "lavra predatória". Há, também, a considerar as relações extremamente flutuantes do mercado, no que diz respeito a preços. Em circunstâncias desfavoráveis, as empresas compatibilizam seus programas operacionais com essas circunstâncias, muitas vezes pelo aguardo de mudanças no perfil do mercado, o que se torna impossível nos contratos celebrados por tempo determinado.

Ao mesmo tempo, não há possibilidade técnica de estabelecer o tempo em que a pesquisa, fase anterior à lavra, levará para demonstrar a viabilidade econômica das insurgências minerais. Aí, a consequência mais grave é a cessação ou redução dos investimentos. Mas sejam quais forem as hipóteses, é o País que perderá com a limitação de prazo nas autorizações ou concessões para a lavra de cursos minerais exauríveis.

A presente emenda busca corrigir essa distorção e, portanto, evitar danos irreversíveis à economia do País, sem impedir que o Governo suspenda ou cancele a autorização ou a permissão, sempre que uma ou outra sejam operacionalizadas em violações as normas impostas pelo poder concedente.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232. Este artigo também prevê que a lei ordinária especificará as condições para concessão, o que torna desnecessários os demais dispositivos constantes do artigo 233 do primeiro substitutivo. Por outro lado, cremos que os Estados e Municípios têm a mesma responsabilidade que a União na preservação

do patrimônio ecológico do País e por isso não precisam receber compensação.  
Pela rejeição.

**EMENDA:26088 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ GERALDO (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA/SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: 233 do Substitutivo do relator.

Dê-se ao Artigo 233, do Substitutivo do

Relator, a seguinte redação:

"Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos híbridos, dependem de autorização ou concessão da União, nos termos da lei, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente."

Suprima-se o § 2o., do Art. 233,

transformando-se o seu § 1o. em § único.

**Justificativa:**

Pela presente emenda, envia-se para o âmbito da lei ordinária a regulação da matéria tratada em seus princípios gerais como convém ao texto constitucional.

A ser mantido o prazo determinado e mediante contratação para o desenvolvimento da atividade minerária, como um todo, ter-se-á:

a) desestímulo a investimentos em pesquisa;

b) lavra (se houver) predatória e seletiva em prejuízo do patrimônio nacional.

c) desprezo por aprimoramentos técnicos exigidos para o bem aproveitamento das reservas minerais.

Mais que o minerador, estará, o texto emendado punido e prejudicando um patrimônio nacional que é não-renovável

Daí, impõe-se o acatamento desta emenda.

**Parecer:**

Concordamos com a supressão do parágrafo 2o. pois os Estados e Municípios têm a mesma responsabilidade que a União na preservação do patrimônio ecológico do País. Além disso, o restante do art. 233 também foi suprimido por julgar-se que a matéria não é de natureza verdadeiramente constitucional, e sim mais própria à esfera da legislação ordinária.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:26140 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

EZIO FERREIRA (PFL/AM)

**Texto:**

Dê-se ao artigo 231 do Substitutivo Inicial

do Relator a seguinte redação:

Artigo 231 - As jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os potenciais de energia hidráulica, constituem propriedade distinta da propriedade do solo, para efeito de exploração ou de aproveitamento econômico, integrando o patrimônio do povo brasileiro.

**Justificativa:**

A presente emenda visa corrigir uma falha técnica do projeto, quando este afirma que "pertencem à União" os recursos minerais distintos do solo e os potenciais de energia hidráulica.

Ora, nos rios que se incluem entre os bens dos Estados (art. 36, I), os potenciais hidráulicos pertencem aos Estados. Além deste, outros casos podem ocorrer firmado o direito dos Estados e não da União.

O que se quer afirmar, na verdade, neste artigo 221 é a soberania do povo brasileiro sobre os recursos minerais e hídricos do nosso País. Daí a presente Emenda que declara pertencerem esses bens ao “patrimônio do povo brasileiro”.

**Parecer:**

As jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os potenciais de energia hidráulica e, assim, todos os recursos naturais existentes no território brasileiro, integram necessariamente o patrimônio do povo. Entretanto, o aproveitamento dos bens minerais, para a própria integridade do patrimônio do povo brasileiro, deve ser feita através de concessão do poder público, no caso a União, portadora de personalidade jurídica.  
Pela rejeição.

**EMENDA:26274 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CHRISTOVAM CHIARADIA (PFL/MG)

**Texto:**

Emenda Modificativa/Supressiva

Dispositivo Emendado: Artigo 233 e seus §§ 1o. e 2o.

Dê-se ao "caput" do Artigo 233, a seguinte redação:

"Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão da União nos termos da lei e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente."

Suprima-se o § 2o. do Artigo 233, transformando-se seu § 1o., em parágrafo único.

**Justificativa:**

Com certeza, não é recomendável que a Constituição postule por regular forma permanente e rígida que as pesquisas, a lavra, e o aproveitamento de tais recursos sejam feitos por prazo determinado e mediante contratação.

A forma apresentada pela presente emenda deixa que a lei ordinária definida, de forma flexível mais apropriada às características dinâmicas dessa atividade.

Daí a razão desta emenda, que se pretende seja adotada.

**Parecer:**

Concordamos com a supressão do parágrafo 2o. pois os Estados e Municípios têm a mesma responsabilidade que a União na preservação do patrimônio ecológico do País. Além disso, o restante do art. 233 também foi suprimido por julgar-se que a matéria não é de natureza verdadeiramente constitucional, e sim mais própria à esfera da legislação ordinária.  
Pela aprovação parcial.

**EMENDA:26277 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CHRISTOVAM CHIARADIA (PFL/MG)

**Texto:**

Emenda

Dispositivo Emendado: Art. 231 § 2o., do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao § 2o., do Artigo 231, do Substitutivo do Relator, a seguinte redação:

"Art. 231 - 2o. - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra, na forma da lei."

**Justificativa:**

Com esta emenda pretende-se que o direito do proprietário do solo em cujo subsolo se desenvolva atividade minerária seja reconhecido de maneira clara e permanente, deixando para a lei ordinária estabelecer o “quantum” dessa participação, como convém, tanto ao proprietário do solo, quanto ao minerador, bem como à dinâmica da atividade de ambos.

Estas razões justificam a presente emenda.

**Parecer:**

A redação, pouco diferenciada da presente Emenda, dada ao § 2o., do art. 231, redundará em resultados semelhantes ao pretendido pelo seu Autor.  
Pela aprovação parcial.

**EMENDA:26278 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CHRISTOVAM CHIARADIA (PFL/MG)

**Texto:**

EMENDA

DISPOSITIVO EMENDADO: "Caput" do Artigo 231, do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao "caput" do Artigo 231, do Substitutivo do Relator a redação com o teor seguinte:

"Artigo 231 - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à Nação."

**Justificativa:**

Os recursos minerais e demais recursos do subsolo devem ser definidos como Patrimônio da Nação e não como Propriedade da União.

As razões são óbvias, porque intrinsecamente tais recursos constituem patrimônio nacional, vez que, não tendo personalidade jurídica a oportunidade de habilitar-se à descoberta e ao aproveitamento se abre para todos.

Esta oportunidade não envolverá transferência de propriedade, para o minerador.

Caso sejam definidos, tais recursos como propriedade da União esta poderá, como personalidade jurídica, que tem, contratar serviços para exploração, como transferir para terceiros tal propriedade.

Ao se definir como propriedade da União, estar-se-á sujeitando o Brasil a futuras pressões que poderão conduzir até a alienação dessa propriedade para credores externos mediante simples retoque no dispositivo constitucional.

Ao passo que Patrimônio da Nação, envolve conceito básico, não bastando simples retoque em dispositivo constitucional, mas a mudança estrutural de um conceito.

O correto, juridicamente, e no que toca ao interesse nacional é definir o subsolo, no que tange aos seus recursos, como Patrimônio da Nação e incumbir a União, que tem personalidade jurídica, para administrá-lo.

Neste caso a União jamais poderia dispor (desfazer-se) desse patrimônio, apenas teria a incumbência de confiá-lo a terceiros a título de concessão, apenas para a sua exploração, o seu aproveitamento, jamais um terceiro, poderia ter-lhe a propriedade.

Naturalmente seria conferido à União todo o instrumental necessário para impor as condições de exploração por terceiros. Instrumental que seria dinâmico, como administradora e não estático, como proprietária.

A conjugação dos conceitos na Constituição, ou seja – o Patrimônio é da Nação e a Administração é da União – é perfeito, pois traria consigo a fórmula sem traumas, de manter incólume de agressões os recursos do subsolo brasileiro, garantindo sobre eles a Soberania Nacional, e ao mesmo tempo se emprestará a União o poder de sua destinação de forma dinâmica, segundo as conveniências e as necessidades do país como integrante da comunidade internacional, sem contudo, poder por pressões, lançar mão do direito de propriedade, que não lhe pertence a título de domínio, e sim a título de administração.

Estas razões justificam a emenda ora formulada.

**Parecer:**

A Emenda sob exame serviu de base para a redação do art. 231 do Substitutivo.  
Pela aprovação.

**EMENDA:26363 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ERALDO TRINDADE (PFL/AP)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 232 do Projeto de Constituição

Art. 232 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais ou por pessoas físicas brasileiras, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei, que regulará, inclusive, as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

**Justificativa:**

A concessão de pesquisa e lavra de recursos e jazidas minerais a pessoas físicas brasileiras é norma constitucional vigente desde 1934. Não há por que excluir a pessoa física deste segmento econômico, haja vista a sua importância para a dinamização da economia mineral do país. Mesmo a Constituição de 1967, que, desgracadamente, desnacionalizou o setor, dá acesso ao brasileiro de explorar o subsolo. Vedar-lhe este acesso significa envolver, sobretudo porque incontáveis explorações só são viáveis de ação da pessoa física. A incorporação do tempo "inclusive" ao Art. 232 deve-se à melhoria redacional, já que a lei regulará não só a exploração na faixa de fronteiras, mas em qualquer parte do território nacional, estabelecendo contudo, condições adicionais para o caso de faixa de fronteiras e terras indígenas.

**Parecer:**

Pela rejeição.

Entendemos que, nos termos do Substitutivo, o tratamento dado às atividades relacionadas com o aproveitamento dos recursos naturais - minerais ou hídricos -, consulta os interesses nacionais em termos de soberania e controle. As restrições de tais atividades a empresas nacionais e a abertura para que leis ordinárias posteriormente as regulamentem garantem, no nosso entender, o efetivo controle do país sobre esses recursos de sua propriedade, com a ressalva feita para o exercício de tais atividades em terras indígenas ou em faixa de fronteira. Por essas razões somos pela rejeição da presente Emenda.

**EMENDA:26534 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ACIVAL GOMES (PMDB/SE)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Dê-se nova redação aos parágrafos do art. 231, art. 232 e seu parágrafo único, eliminando-se em consequência, o art. 233 e seu parágrafo, do Substitutivo do Relator:

"Art. 231 - .....

Parágrafo Único - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados das lavras em valor não inferior ao imposto a que se refere o inciso II, do § 5o., do art. 209, na forma da lei.

Art. 232 - A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão federal na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País.

Parágrafo Único - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia hidráulica de capacidade reduzida."

**Justificativa:**



O primitivo texto se mostra por demais prolixo e repetitivo, o que desaconselha a sua permanência no Substitutivo.

Além disso, várias das hipóteses ali mencionadas têm sede própria, que é a lei ordinária, em consonância, aliás, com o que determina o próprio texto constitucional, no uso da expressão “na forma da lei”.

Por outro lado, desnecessário que a Constituição determina ao Estado como aproveitar a energia hidráulica. Objetivando harmonizar o caput do artigo com o seu parágrafo 1º (art. 233), deve-se substituir a expressão “energia renovável “por energia hidráulica”, uma vez que aquela se refere a qualquer outra fonte de energia, como a eólica e a solar”.

Finalmente, impõe-se também a supressão do § 2º, do art. 233, por tratar de matéria já disciplinada no art. 30, § 2º, do mesmo Substitutivo.

**Parecer:**

No Substitutivo do Relator foi aproveitada parte da presente Emenda, ressalvadas a quantificação do valor da participação de proprietário nos resultados das lavras e a questão do aproveitamento de energia hidráulica de capacidade reduzida, que devem ser objeto de lei ordinária.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:26701 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MAURÍCIO CORRÊA (PDT/DF)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dê-se ao § 2o. do artigo 233 do substitutivo a seguinte redação:

"Art. 233 - .....

§ 2o. - A lei disporá sobre a compensação aos Estados, Distrito Federal e Municípios obrigados a manter parcela de seu território gravados por medidas de proteção, tais como áreas de proteção e mananciais e outras definidas por lei.

**Justificativa:**

Não alteramos o mérito. Apenas acrescentamos Distrito Federal como beneficiário em idênticas condições que os Estados e os Municípios.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232. Este artigo também prevê que a lei ordinária especificará as condições para concessão, o que torna desnecessários os demais dispositivos constantes do artigo 233 do primeiro substitutivo. Por outro lado, cremos que os Estados e Municípios têm a mesma responsabilidade que a União na preservação do patrimônio ecológico do País e por isso não precisam receber compensação.

Pela rejeição.

**EMENDA:26854 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JORGE ARBAGE (PDS/PA)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 231, § 2o.

TÍTULO VIII - Da Ordem Econômica e Financeira

CAPÍTULO I - dos Princípios Gerais, da

Intervenção do Estado, do Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.

Modifica-se o parágrafo 2o. do Artigo 231, que assim passará a ter a seguinte redação:

Artigo 231 - .....

§ 2o. É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra em valor

nunca inferior ao dízimo do imposto único sobre minerais.

**Justificativa:**

A modificação ora proposta, visa repor em termos mais consentâneos com a realidade econômica nacional, a participação assegurada ao proprietário do solo nos resultados da lavra de minérios em terras de sua propriedade.

Tal participação, ao longo dos vinte (20) últimos anos, mais precisamente desde a vigência do texto constitucional de 1967, tem sido estipulada em percentual correspondente ao dízimo do Imposto Único sobre Minerais, montante este que tem satisfeito plenamente às partes interessadas.

Do contrário, a ser mantida a letra do atual Projeto de Constituição isto funcionaria como um complicador a mais e um desestímulo à atividade minerária, de vez que obrigaria o moderador a pagar o equivalente a duas vezes o valor do imposto devido, para poder exercer o mister da mineração.

**Parecer:**

Pela rejeição, considerando que o mandato do artigo 30, §§ 1o. assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a justa participação aos mesmos no resultado da exploração econômica dos seus respectivos potenciais. De outra parte, o dispositivo prevê apenas o princípio geral, que posteriormente será disciplinado em legislação ordinária.

**EMENDA:27225 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

**Texto:**

Redação Atual

Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão do Poder Público contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

Proposta:

Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão da União, sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

**Justificativa:**

Tendo em vista que as jazidas, minas e demais recursos minerais, pertencem à União, as autorizações ou concessões a ela devem caber.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária.

Pela rejeição.

**EMENDA:27226 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

**Texto:**

Redação Atual

Art. 232 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de

recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

Parágrafo Único - A autorização ou concessão pela União, para exploração dos recursos minerais em terras indígenas dependerá sempre de anuência das populações indígenas envolvidas.

Proposta

Art. 232 - A pesquisa, a lavra e a transformação industrial de minérios considerados estratégicos serão desenvolvidas prioritariamente por empresas constituídas, sob as leis brasileiras e com sede no País, cujo controle decisório, gerencial e de capital pertença, direta ou indiretamente, apenas a brasileiros, pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo único - Na Faixa de Fronteira, o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos minerais somente poderão ser efetuados por empresas que satisfaçam o disposto no "caput."

**Justificativa:**

Configura-se de extrema importância que a pesquisa, a lavra e a transformação de minérios considerados estratégicos sejam desenvolvidas prioritariamente por empresas que satisfaçam as condições aqui estabelecidas, tendo em vista a relevância desses minérios para a economia nacional e como forma do País assegurar a autonomia e soberania sobre esses bens minerais.

Por outro lado, também se reveste de tal importância o resguardo e a preservação dessas atividades na Faixa de Fronteira, permitindo que elas somente possam ser efetuadas por essas empresas, de modo a criar condições para a ocupação de tão importante faixa por brasileiros, evitando assim qualquer descaracterização nacional nessas áreas.

**Parecer:**

Pela rejeição.

Entendemos que, nos termos do Substitutivo, o tratamento dado às atividades relacionadas com o aproveitamento dos recursos naturais - minerais ou hídricos -, consulta os interesses nacionais em termos de soberania e controle. As restrições de tais atividades a empresas nacionais e a abertura para que leis ordinárias posteriormente as regulamentem garantem, no nosso entender, o efetivo controle do país sobre esses recursos de sua propriedade, com a ressalva feita para o exercício de tais atividades em terras indígenas ou em faixa de fronteira. Por essas razões somos pela rejeição da presente Emenda.

**EMENDA:27227 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

**Texto:**

Redação Atual

Art. 231 - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União.

"§ 2o. - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra em valor não inferior ao imposto sobre minerais; a lei regulará a forma de indenização.

Proposta

Art. 231 -

"§ 2o. - À União e ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei."

**Justificativa:**

Se as jazidas, minas e demais recursos minerais pertencem à União, parece-nos, mais do que justo, que a União deve participar dos resultados da exploração desses bens.

**Parecer:**

Não obstante o fato de ser atribuída à União a propriedade do subsolo, o seu aproveitamento industrial não pode ser efetuado sem causar danos ao proprietário do solo, que deve fazer jus à uma participação nos resultados da lavra. Não cabe, portanto, incluir a União nesse processo. Pela rejeição.

**EMENDA:27545 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

HAROLDO LIMA (PC DO B/BA)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: § ÚNICO, ART. 232

Dê-se ao § Único do art. 232 do Substitutivo

a seguinte redação:

"§ Único: A pesquisa, lavra ou exploração de minérios e de recursos naturais em terras indígenas, somente poderão ser desenvolvidas como privilégio da União, no caso de o exigir o interesse nacional e de inexistirem reservas conhecidas e suficientes para o consumo interno, e exploráveis, em outras partes do território brasileiro, dependem de autorização das populações indígenas envolvidas e da aprovação do Congresso Nacional".

**Justificativa:**

A formulação que propomos restabelece o aprovado na Comissão temática que tratou do assunto e impede que a exploração de riquezas minerais em terras indígenas seja feita indiscriminadamente, criando problemas crônicos e estruturais para as comunidades indígenas.

**Parecer:**

Pela rejeição.

Somos pela simples supressão do Parágrafo Único do art. 232, tendo em vista que o "caput" do artigo já estabelece que lei ordinária deverá regular as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas. Por essa razão torna-se dispensável a manutenção do Parágrafo Único, pelo que rejeitamos a Emenda modificativa proposta.

**EMENDA:27875 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 231 e seu parágrafo 1o., Capítulo I, Título VIII.

Dê-se a seguinte redação ao art. 231 e seu § 1o.:

Art. 231. As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia elétrica hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem, respectivamente, à União e aos Estados.

§ 1o. A União poderá atribuir a concessão de uso de potenciais de energia elétrica, existentes no seu território, aos Estados, obedecidas as normas deste artigo.

**Justificativa:**

Ante a adoção do regime federativo, para preservar a autonomia e competência dos Estados, no particular assunto pertinente ao Setor de energia elétrica, se atribuiu aos Estados o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a elétrica dos rios internos aos seus territórios, dos rios limítrofes e dos que cruzem mais de um Estado.

Logo, se impõe atribuir a titularidade dominical dessas correntes de águas, para fins de aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e da consequente exploração dos serviços e instalações, tanto para a União quanto para os Estados.

**Parecer:**

Dada a amplitude da questão energética, é aconselhável que os potenciais de energia hidráulica constituam propriedade da União e que a concessão de seu uso seja feita mediante lei.

Entretanto, com essa ressalva, o restante da Emenda foi aproveitada.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:27876 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo Emendado: Art. 232 "caput",  
Título VIII, Cap. I.

Dê-se a seguinte redação ao art. 232 "caput":

Art. 232 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais, mediante concessão ou permissão da União e dos Estados, respectivamente, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

**Justificativa:**

Objetivando harmonizar essa disposição constitucional com a sistemática adotada para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, tanto pela União quanto pelos Estados, em suas respectivas esferas de competência, se faz necessário constar que a concessão ou permissão será outorgada pela União ou pelos Estados, conforme o caso.

Por outro lado, se corrige a impropriedade técnica cometida na redação deste dispositivo constitucional, que se refere a "autorização" ou "concessão", quando aquela e gênero, da qual as espécies são a concessão e a permissão.

**Parecer:**

Pela rejeição.

Se os recursos enumerados no art. 232 constituem propriedade da União, não nos parece possível que os Estados possam dar concessão ou permissão para seu aproveitamento, pelo que rejeitamos a emenda proposta.

**EMENDA:27877 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo Emendado: Art. 233 "caput",  
Título VIII, Cap. I.

Dê-se a seguinte redação ao art. 233, "caput":

Art. 233 - A pesquisa e a lavra de recursos minerais e aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dependerão, respectivamente, de concessão ou permissão do Poder Público Federal e Estadual e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do Poder Concedente.

**Justificativa:**

A redação visa, em sintonia com outros dispositivos constitucionais relativos à competência a aos bens da União e dos Estados Federados, compatibilizar o texto do art. 233 com os demais artigos do Projeto de Constituição, no sentido de reservar-se à União a competência para a pesquisa e a lavra dos recursos minerais e aos Estados a de aproveitar os potenciais de energia hidráulica, fixada a premissa fundamental, adotada em outras disposições, de que será prioritariamente respeitado o princípio básico do regime federativo. Assim, nessa linha do princípio adotado, é de competência dos Estados Federados e exploração dos potenciais de energia hidráulica.

A substituição da palavra "autorização" para, em seu lugar, utilizar-se a expressão "permissão", justifica-se por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, é evidente que "autorização" é gênero de que são espécies a concessão e a permissão, conforme assinalaram numerosos e de espécie. O anteprojeto, em várias de suas disposições já fez a devida correção que ora se propõe, trocando a expressão "autorização" pela palavra "permissão".

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o art. 233. O art. 232 já determina que o aproveitamento dos recursos minerais e hidráulicos depende de concessão ou autorização, conforme especificações da lei ordinária. Não há porque, portanto, explicitar algumas poucas limitações, que não poderiam ser consideradas propriamente de natureza constitucional.

Pela rejeição.

**EMENDA:28263 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RICARDO IZAR (PFL/SP)

**Texto:**

Título VIII

Capítulo I

Dê-se ao Artigo 233 a seguinte redação:

Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

**Justificativa:**

A expressão "e dos recursos hídricos" subtraída do texto reformado objetiva restringir a autorização do Poder Público às hipóteses de aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, liberada e dos recursos hídricos, que pela sua simplicidade e facilidade de utilização não deve sofrer o rigor constitucional.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o art. 233. O art. 232 já determina que o aproveitamento dos recursos minerais e hidráulicos depende de concessão ou autorização, conforme especificações da lei ordinária. Não há porque, portanto, explicitar algumas poucas limitações, que não poderiam ser consideradas propriamente de natureza constitucional.

Pela rejeição.

**EMENDA:28531 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROSA PRATA (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA

Art. 232 - .....

Parágrafo Único - SUPRIMA-SE

**Justificativa:**

O interesse nacional não pode estar submetido a interesses menores, inclusive das populações indígenas. A exploração, a pesquisa e a lavra de minerais só pode ocorrer após concessão outorgada pela União. Não pode haver outro poder concedente acima da União.

**Parecer:**

Pela aprovação.

Se o "caput" do artigo já estabelece que a lei regulará as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas, torna-se desnecessário e dispensável um Parágrafo Único estabelecendo uma condição específica, que deverá ser objeto da lei ordinária. Por essa razão somos pela aprovação da Emenda.

**EMENDA:28533 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROSA PRATA (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 231 - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

**Justificativa:**

A supressão da expressão "e pertencem a União" é recomendável, haja visto as jazidas, minas e demais recursos minerais constituírem, de fato, propriedade distinta da do solo, porém, sem caracterizar, com isto, serem de propriedade da União.

**Parecer:**

Não obstante a presente Emenda conceituar as jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica como propriedade distinta da do solo, esquece de atribuir a propriedade desses bens minerais à União.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:28802 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ALFREDO CAMPOS (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

1) Dê-se ao parágrafo único do art. 232 a seguinte redação:

"Art. 232. ....

Parágrafo único. A autorização ou concessão, pela União, para exploração dos recursos minerais em terras indígenas dependerá sempre de anuência do Congresso Nacional."

2) Dê-se ao § 2o. do art. 302 a seguinte redação:

"Art. 302. ....

.....

§ 2o. A exploração das riquezas minerais em terras indígenas só pode ser efetivada com autorização do Congresso Nacional e obriga à destinação de percentual sobre os resultados da lavra em benefício das comunidades indígenas e do meio ambiente, na forma da lei."

**Justificativa:**

Considerarmos não só dispensável, como incoerente, a previsão de autorização das populações indígenas para a exploração das riquezas minerais em suas terras.

Dispensável porque já há a previsão de autorização do Congresso Nacional, Poder Legislativo da União que é a tutora dos Silvícolas.

Incoerente porque se os indígenas são incapazes e tutelados pela União como poderão autorizar esse ato?

Visando à correção desses equívocos oferecemos a presente Emenda.

**Parecer:**

Somos pela simples supressão do Parágrafo Único do art. 232, tendo em vista que o caput do artigo já estabelece que lei ordinária deverá regular as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas. Por essa razão torna-se dispensável a manutenção do Parágrafo Único, pelo que somos pela rejeição da emenda da modificativa n. 1 proposta.

No que diz respeito à sugestão de redação alternativa ao parágrafo 2o. do artigo 302, estamos de acordo com a supressão da obrigatoriedade de autorização dos índios para a efetuação de exploração mineral em suas terras, conquanto consideramos imprescindível acrescentar a cláusula "ouvidas as comunidades afetadas", tal como proposto no Substitutivo. A nosso ver, a adição é necessária, com vistas a garantir as condições particulares segundo as quais deve-se efetivar a exploração de bens minerais em terras indígenas, visando a assegurar a preservação ética e cultural dos índios.

Assim, somos pela rejeição.

**EMENDA:28934 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

HUMBERTO LUCENA (PMDB/PB)

**Texto:**

Dê-se a seguinte redação ao § 2o. do Artigo 231:

"É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados das lavras em forma definida por lei, que disporá, inclusive, quando necessário, sobre as indenizações."

**Justificativa:**

a) A expressão "valor" tal como se encontra presentemente no referido parágrafo sugere a noção de montante, quando classicamente, a participação é estipulada em percentual (a tradição consagra o dízimo);

b) O Substitutivo do Relator não abriga impostos sobre minerais, daí a impropriedade de estabelecer, nesta base, a participação do proprietário do solo.

**Parecer:**

Não cabe tratar de indenizações por danos causados ao proprietário do solo, pois já é matéria de lei ordinária vigente.

Pela rejeição.

**EMENDA:28947 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FERNANDO SANTANA (PCB/BA)

**Texto:**

Emenda destinada a unificar a matéria do art. 232 que se encontra repetida no art. 232 e adequar o parágrafo único sobre mineração em terras indígenas ao disposto no art. 302 § 2o.

Art. 232 passará a ter a seguinte redação:

Art. 232. A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e dos potenciais de energia hidráulica dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei, que somente poderão ser concedidas a brasileiros e a sociedades nacionais, por tempo determinado, renováveis no interesse nacional e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.



Parágrafo único - A pesquisa, a lavra ou exploração de minérios e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica em terras indígenas obedecerão o disposto no art. 302, § 2o. desta Constituição.

**Justificativa:**

O texto encontrava-se disperso entre os arts. 232 e 233 e agora unificou-se.

O art. 233, ora suprimido, passará, entretanto, a ter nova redação proposta em emenda anexa.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por não determinar que forma tomariam as concessões ou autorizações - se por tempo determinado ou não - e por não limitar excessivamente os critérios para concessão. Além disso, retirou-se o dispositivo do parágrafo único que regulava a mineração em terras indígenas Pela rejeição.

**EMENDA:28957 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROSA PRATA (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

Suprima-se do parágrafo 1o. art. 233 a palavra "renovável".

**Justificativa:**

A palavra renovável guarda relação com as energias que são produzidas pela ação do homem: florestas, canaviais etc.

No caso o caput do artigo fala em energia hidráulica. Cumpre, pois, eliminar o adjetivo renovável que não se aplica à espécie.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária.

Pela rejeição.

**EMENDA:29072 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RONAN TITO (PFL/MG)

**Texto:**

Dê-se ao art. 232 a seguinte redação, suprimindo-se o art. 233 e seus parágrafos, que tratam de matéria correlata:

"Art. 232 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica dependem de autorização e concessão do Poder Público, na forma da lei através de concessão por prazo determinado e intransferível.

§ 1o. - As atividades previstas no caput deste artigo somente poderão ser efetuadas por empresas estatais nacionais quando desenvolvidas em faixa de fronteira ou em terras indígenas com prévia anuência do Congresso Nacional.

§ 2o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de potencial de energia hidráulica de capacidade reduzida.

§ 3o. - Os Estados e os Municípios obrigados a manter parcela de seu território destinada a

medidas de proteção ambiental terão a compensação definida em lei.

**Justificativa:**

A emenda proposta tem como objetivos: a) eliminar a ambiguidade do caput do art. 232; b) tornar mais concisa a redação da matéria contida nos arts. 232, 233 e seus parágrafos, evitando repetições desnecessárias; c) excluir da necessidade de autorização ou concessão a exploração dos “recursos hídricos” e d) substituir a expressão “energia renovável”, como consta do § 1º do art. 233, por “energia hidráulica”.

Não se justifica a inclusão dos “recursos hídricos” no caput do art. 233 por duas razões: no mérito, por ser desnecessário e inconveniente exigir autorização ou concessão do Poder Público para a exploração dos recursos hídricos relacionados nos artigos anteriores, sobretudo no art. 231, que constitui o fundamento básico dos dois artigos que lhe seguem.

Quanto à “energia renovável”, como consta do § 1º do art. 233, não há a menor justificativa técnica para se restringir algo nem sequer mencionado no caput do artigo a que se refere o parágrafo e, além disso, pode-se questionar a necessidade de se incluir no texto constitucional tal dispositivo. A “energia hidráulica”, esta sim, tendo sido sujeita à necessidade de autorização ou concessão no caput do artigo, necessita, obviamente, ser dispensada de tais exigências quando for de “capacidade reduzida”.

**Parecer:**

Pela aprovação parcial.

Acolhendo a proposta de supressão do art. 233 e seus parágrafos, rejeitamos a redação proposta para o art. 232, por entender que a mesma inclui dispositivos que não necessitam constar do texto constitucional

**EMENDA:29642 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOÃO PAULO (PT/MG)

**Texto:**

DISPOSITIVO EMENDADO:

Artigo, 231, do Substitutivo, onde couber:

Inclua-se no Artigo 231, do Substitutivo, onde couber, o seguinte:

- As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União.

§ 3o. - Os Estados e os Municípios cujos territórios foram afetados pela utilização de recursos hídricos terão participação privilegiada no sistema de partilha da arrecadação de taxas e tributos incidentes sobre o resultado do aproveitamento desses recursos.

§ 4o. - Será assegurada compensação adequada aos Estados e Municípios obrigados a manter parcelas de seus territórios gravadas por medidas de proteção tais como as áreas de proteção e mananciais e outras definidas em lei.

**Justificativa:**

Emenda sem justificacão.

**Parecer:**

Os Estados e Municípios gravados por medidas de proteção ou afetados pela utilização de recursos hídricos merecem ter uma compensação adequada. Entretanto, a questão deve ser objeto de lei ordinária. O "caput" do artigo 231 do Substitutivo, por outro lado, reflete a proposta na presente Emenda.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:30267 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SALATIEL CARVALHO (PFL/PE)

**Texto:**

Emenda Substitutiva  
Dispositivo Emendado: Artigos 232 e 233 e seus parágrafos; § 2o. do Artigo 295 e § 2o. do Artigo 302.  
Substitua-se os Artigos e parágrafos acima mencionados pelo de redação seguinte:  
"Art. ( ) - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Governo Federal, na forma da lei, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.  
§ 1o. - No interesse nacional, a lei regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas.  
§ 2o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida, na forma especificada em lei."

**Justificativa:**

A presente proposta tem como escopo harmonizar (ilegível) relativamente redundantes e, em alguns aspectos (ilegível) inseridas nos artigos relacionados, sobre a exploração de recursos minerais. Pretende, assim, retirar do texto constitucional dispositivos que possa, direta ou indiretamente, (ilegível) obstaculizar o necessário e almejado desenvolvimento do (ilegível) brasileiro. De outro lado, procura, mais apropriadamente fazer constar, no texto em elaboração, apenas os fundamentos devem nortear a atividade minerária, remetendo, para a lei (ilegível), os aspectos que lhes são mais peculiares.

**Parecer:**

Entendemos que as atividades de pesquisa e lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica devam ser exercidos somente por empresas nacionais. Quanto ao aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida, não nos parece necessário e conveniente vinculá-lo ao texto constitucional.  
Somos pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:30275 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA  
Dispositivo emendado: Artigo 231, § 2o., do Substitutivo do Relator.  
Dê-se ao § 2o. do Art. 231 a seguinte redação:  
"Art. 231 - .....  
§ 2o. - É assegurada ao proprietário do solo participação nos resultados da lavra, na forma da lei."

**Justificativa:**

Só a legislação ordinária pode estabelecer as regras para garantir os quantitativos de participação do proprietário do solo nos resultados da lavra. Como se sabe, as atividades mineradoras são complexas e abrangentes em suas relações econômicas, de modo que a Constituição falharia irrecusavelmente caso pretendesse suprir todas as hipóteses de participação e, muito mais ainda, se acolhesse o dispositivo que se quer emendado. Justifica-se, desse modo, a presente emenda.

**Parecer:**

A redação, pouco diferenciada da presente Emenda, dada ao § 2o., do art. 231, redundará em resultados semelhantes ao pretendido pelo seu Autor.  
Pela aprovação parcial.

**EMENDA:30276 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo emendado: Artigo 233 e seu § 1o. do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao Art. 233 e seu § 1o. a seguinte redação:

"Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais dependem de autorização ou concessão do Poder Público, na forma da lei.

"Art. 1o. - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos dependerá de autorização ou concessão do Poder Público, sempre por prazo determinado, e não poderá ser transferida sem prévia anuência do poder concedente. O aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida não dependerá de autorização ou concessão".

**Justificativa:**

Para os efeitos da limitação de prazo às autorizações ou concessões de lavra de recursos naturais é fundamental distinguir os recursos exauríveis e os renováveis, aplicando-se a medida restritiva apenas a estes. Estabelecer período certo de tempo para a pesquisa e a lavra de minerais significa inviabilizar, em parte significativa, a economia mineradora do País, com prejuízos consideráveis e irrecuperáveis. É que limitação de prazo dá ensejo a que as empresas especializadas busquem concentrar suas atividades sobre as insurgências mais ricas em teores, a fim de evitarem prejuízos decorrentes de eventual decurso de tempo. Como a lavra deve operar com base na extração média dos teores, como forma de aproveitar todo o potencial das insurgências, essa concentração torna economicamente inviável a retirada dos resíduos de baixos teores, causando danos consideráveis à economia do País.

Assim, é a emenda para evitar essa grave ameaça à economia da Nação. A manutenção do prazo indeterminado para as autorizações ou concessões não oferece qualquer risco, porque o poder concedente goza de prerrogativas para suspendê-las ou cassá-las, no caso de irregularidades ou violação das cláusulas pactuadas.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:30337 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

**Texto:**

Emenda Supressiva

Dispositivo Suprimido: Parágrafo único do Art. 232 do Substitutivo do Relator.

Suprima-se o parágrafo único do Artigo 232.

**Justificativa:**

Os agrupamentos de índios ocupam terras da União (que é a proprietária) como usufrutuários. Assim é inaceitável que a União fique subordinada e dependente da anuência do ocupante da área que lhe pertence quando interesses de relevância para o desenvolvimento nacional necessitem utilizá-las. Esta emenda constitui valiosa contribuição do Dr. Jurandir Fonseca.

**Parecer:**

Pela aprovação.

Se o "caput" do artigo já estabelece que a lei regulará as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas, torna-se desnecessário e dispensável um Parágrafo Único estabelecendo uma condição específica, que deverá ser objeto da lei ordinária. Por essa razão somos pela aprovação da Emenda.

**EMENDA:30611 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA E ADITIVA

Suprima-se os artigos 231, 232 e 233, acrescentando-se os artigos que seguem e renumerando-se os demais.

Art. - As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União e são inalienáveis.

Art. - A exploração e o aproveitamento industrial dos recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica, nos termos da lei, obedecerão, dentre outros, os seguintes critérios:

I - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra;

II - A título de indenização pela exaustão da jazida, parcela dos resultados da lavra, definida caso a caso, integrará um fundo de Exaustão dos Recursos Minerais destinado à promoção do desenvolvimento sócio-econômico do estado e do Município onde se localiza a mina;

III - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, contratadas sempre no interesse nacional e por prazo determinado, não podendo ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente;

IV - A garimpagem será permitida em áreas especialmente reservadas e será realizada somente por garimpeiro ou empresa de garimpagem;

§ 1o. - A lavra de bens minerais, só será feita por empresas nacionais.

§ 2o. - Aos estados serão conferidos os poderes de participar do processo de fiscalização.

Art. - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de recursos minerais em terras indígenas e em faixa de fronteira, será definida em lei especial.

**Justificativa:**

O setor mineral, elemento principal da nossa emenda, pela particularidade de trabalhar com um bem não renovável e finito- o minério – e de interesse estratégico no desenvolvimento econômico do País, sendo fator, no mundo moderno, de independência e soberania, deve ter no novo texto constitucional um tratamento diferenciado.

Devemos garantir a propriedade dos recursos minerais, de maneira inalienável, para a União, pois nesta garantia reside parte de nossa soberania.

Por outro lado, o estabelecimento da figura da concessão contratada e por tempo determinado, imprimirá ao setor mineral maior agilidade, resguardando também os interesses nacionais.

As outras sugestões apresentadas como a criação do Fundo de Exaustão dos Recursos Minerais, o estabelecimento do monopólio estatal do petróleo e dos minerais nucleares e os demais pontos levantados, são, ao nosso ver, o mínimo indispensável para garantir a viabilidade econômica e administrativa do setor, bem como o seu comprometimento com o social.

**Parecer:**

Ressalvados a criação dos Fundos de Expansão, a questão dos garimpeiros e a fiscalização pelo Estado, por

tratar-se de matéria típica de lei ordinária, boa parte da Emenda foi aproveitada. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:30615 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Modifica o § 2o. do Art. 231 dando ao mesmo a seguinte redação:

§ 2o. - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados das lavras; a lei regulará a forma e o valor da participação.

**Justificativa:**

A nossa emenda ao substitutivo do relator, ilustre Constituinte Bernardo Cabral, vem no sentido de colaborar no aperfeiçoamento do texto, garantindo também a viabilidade econômica do setor mineral brasileiro.

Na redação original, propõe o relator que a participação do proprietário do solo não seria inferior ao Imposto Mineral Único, o que sem dúvida, inviabilizaria o setor, pois temos bens minerais cujos índices de tributação ultrapassam a casa dos 15%.

Por outro lado, pela grande variedade de bens minerais exploráveis e pelas diversas situações técnicas e de localização em que estes bens podem ser explorados, é a lei o instrumento mais indicado, pela sua maior flexibilidade, para regular a participação do proprietário do solo no produto da lavra.

**Parecer:**

A presente Emenda foi integralmente aproveitada nos termos do § 2o., do art. 231, do Substitutivo. Pela aprovação.

**EMENDA:30689 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VASCO ALVES (PMDB/ES)

**Texto:**

Emenda Aditiva - Dispõe sobre a mineração em áreas indígenas.

Dispositivo Emendado - Acrescente-se os parágrafos terceiro e quarto, ao artigo 231, do Projeto de Constituição, com a seguinte redação:  
Art. 231. - .....

§ 3o. - Não será objeto de autorização, permissão ou concessão de pesquisa e lavra, as jazidas minerais existentes em áreas indígenas.

§ 4o. - São nulas e extintas as autorizações referidas no parágrafo anterior e não dão direito de ação ou indenização contra a União ou os indígenas.

**Justificativa:**

Levantamentos realizados há um ano, por um Grupo de Estudos integrado por antropólogos do CEDI (Centro Econômico de Documentação e Informação) e por geólogos da CONAGE (Coordenação Nacional dos Geólogos revelaram que, em abril de 1986, somente na Amazônia, haviam 537 alvarás de autorização de pesquisa mineral e 1.732 requerimentos incidentes em 77 áreas indígenas delimitadas, sob o controle de 77 empresas ou grupos econômicos. Havia, portanto, pelo menos uma empresa de mineração atuando em cada área indígena.

Sete por cento da extensão total das áreas indígenas já estavam cobertos por alvarás de mineração e vinte e sete por cento por requerimentos, totalizando trinta e quatro por cento. Desse montante, cinquenta por cento favoreciam a grupos privados nacionais, quarenta por cento a grupos multinacionais e os restantes dez por cento a grupo estatais.

Dizimados em grande escala, inicialmente, por uma colonização genocida, os indígenas foram tangidos, gradativamente, para as regiões mais inóspitas, em uma terra que em dia fora exclusivamente sua.

Agora, nem mesmo as áreas declaradas indígenas, que deveriam ser santuário de proteção aos bravos guerreiros de outrora, representam, para eles, um refúgio seguro, sendo alvo de invasão constante dos chamados civilizados. E é contra essa invasão que nós sugerimos. É para coibi-la que propomos a presente Emenda.

**Parecer:**

O art. 232 do Substitutivo de forma mais apropriada determina que a lei regulará as condições específicas para que a mineração e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica possam ser desenvolvidas em terras indígenas.

Pela rejeição.

**EMENDA:30837 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OSWALDO LIMA FILHO (PMDB/PE)

**Texto:**

Emenda Substitutiva ao Substitutivo do

Relator

Título VIII - da Ordem Econômica - Capítulo I

- Substitua-se o Artigo 231 pelo seguinte:

Artigo 231 - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União.

§ 1o. - A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependem da autorização ou concessão da União na forma da lei, dada exclusivamente a brasileiros ou a sociedades constituídas e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante pertença a brasileiros.

§ 2o. - A lei poderá atribuir aos Estados a concessão de uso de potenciais de energia elétrica, existentes no seu território, obedecidas as normas deste artigo.

§ 3o. - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados das lavras em valor não inferior ao décimo do imposto sobre minerais; quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização.

**Justificativa:**

A presente emenda procura restabelecer a soberania nacional inteiramente alienada a empresas multinacionais, que hoje detêm a maioria das concessões de minas no território do Brasil.

Só uma empresa, a "British Petroleum", possui área superior a 4.642 concessões de minas, numa área de 102.958 km<sup>2</sup>.

As empresas estrangeiras obtiveram concessões de lavra, durante os governos militares, que se elevam a 401.757 km<sup>2</sup> (O Subsolo Brasileiro" pelo Prof. Francisco Rego Chaves Fernandes e outros Ed. CNPq., 1987).

A Assembleia Nacional Constituinte tem o dever de resgatar a soberania nacional, alienada pelos governos autoritários nos últimos 20 anos.

**Parecer:**

A presente Emenda foi aproveitada parcialmente no Substitutivo do Relator.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:31119 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SAULO QUEIRÓZ (PFL/MS)

**Texto:**

EMENDA

Suprima-se o § 2o. do artigo 30 do substitutivo dê-se nova redação ao § 2o., do artigo 231, como se segue:

Art. 231 - .....

§ 2o. - Ao proprietário fundiário é assegurada a participação nos resultados da lavra, igual ao dízimo do imposto cobrado na saída da substância mineral da mina.

**Justificativa:**

Sugere-se a substituição da expressão “proprietário solo” por “proprietário fundiário”, que designa melhor a propriedade do solo, separada da dos recursos minerais. Reafirma-se, assim, o princípio de que a propriedade mineral, pertence à União, abrangente não só os recursos do subsolo mas também aqueles que afloram às camadas da superfície.

Procura-se, igualmente, limitar a participação do proprietário fundiário nos resultados da lavra ao dízimo do imposto incidente na saída da substância mineral da mina, princípio esse já consagrado na Constituição em vigor e pacificamente aceito pelo setor mineral.

O atual substitutivo decuplica, no mínimo, a participação que atualmente atende aos interesses do desperdício, por fim, o Estado e o Município já são beneficiários com a arrecadação de imposto incidente sobre o ciclo econômico do minério, representado a participação de que trata o § 2º do art. 30 do substitutivo autêntico BIS IN IDEM, além de significar mais um encargo adicional a recair sobre o preço desse bem primário de ferro, cujo preço é regulado pela concorrência internacional, e aumentará o preço no mercado interno, dos produtos industrializados que se valem dos minerais como matéria prima.

**Parecer:**

A Emenda, proposta pelo ilustre Constituinte, conflita com a orientação adotada pelo Relator. Pela rejeição.

**EMENDA:31170 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

**Texto:**

Suprima-se o parágrafo único do art. 232.

**Justificativa:**

A ideia deste dispositivo é excelente. Mas esbarra na impossibilidade jurídica: os índios são incapazes de consentir, a teor do Código Civil.

**Parecer:**

Pela aprovação.

Se o "caput" do artigo já estabelece que a lei regulará as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas, torna-se desnecessário e dispensável um Parágrafo Único estabelecendo uma condição específica, que deverá ser objeto da lei ordinária. Por essa razão somos pela aprovação da Emenda.

**EMENDA:31362 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA AO ART. 232 DO SUBSTITUTIVO DO CONSTITUINTE RELATOR BERNARDO CABRAL AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO:

Art. 232 .....

Parágrafo único - SUPRIMA-SE

**Justificativa:**



A proposta insere-se entre outras com o objetivo claro de impedir a exploração do subsolo, em particular na região amazônica onde estão as maiores reservas indígenas.

Não faz sentido e nem se saberia ao certo como obter aprovação das comunidades indígenas. Por plebiscito? Há que suprimir por absurdo.

**Parecer:**

Pela aprovação.

Se o "caput" do artigo já estabelece que a lei regulará as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas, torna-se desnecessário e dispensável um Parágrafo Único estabelecendo uma condição específica, que deverá ser objeto da lei ordinária. Por essa razão somos pela aprovação da Emenda.

**EMENDA:31584 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CARLOS CHIARELLI (PFL/RS)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: art. 231, § 2o.

Substitua-se o § 2o. do art. 231 pelo seguinte:

"§ 2o. Ao proprietário fundiário é assegurada a participação nos resultados da lavra, igual ao dízimo do imposto cobrado na saída da substância mineral da mina".

**Justificativa:**

Sugere-se a substituição da expressão "proprietário solo" por "proprietário fundiário", que designa melhor a propriedade do solo, separada da dos recursos minerais. Reafirma-se, assim, o princípio de que a propriedade mineral, pertence à União, abrangente não só os recursos do subsolo mas também aqueles que afloram às camadas da superfície.

Procura-se, igualmente, limitar a participação do proprietário fundiário nos resultados da lavra ao dízimo do imposto incidente na saída da substância mineral da mina, princípio esse já consagrado na Constituição em vigor e pacificamente aceito pelo setor mineral.

O atual substitutivo decuplica, no mínimo, a participação que atualmente atende aos interesses do desperdício, por fim, o Estado e o Município já são beneficiários com a arrecadação de imposto incidente sobre o ciclo econômico do minério, representado a participação de que trata o § 2º do art. 30 do substitutivo autêntico BIS IN IDEM, além de significar mais um encargo adicional a recair sobre o preço desse bem primário de ferro, cujo preço é regulado pela concorrência internacional, e aumentará o preço no mercado interno, dos produtos industrializados que se valem dos minerais como matéria prima.

**Parecer:**

Pela rejeição, considerando que o mandato do artigo 30, §§ 1o. assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a justa participação aos mesmos no resultado da exploração econômica dos seus respectivos potenciais. De outra parte, o dispositivo prevê apenas o princípio geral, que posteriormente será disciplinado em legislação ordinária.

**EMENDA:31629 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CARLOS CHIARELLI (PFL/RS)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: art. 233

Substitua-se o "caput" do art. 233 pelo seguinte:

"Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, contratadas sempre por determinado, no

interesse nacional, e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente, na forma da lei".

**Justificativa:**

A expressão acrescentada "na forma da lei", visa deixar claro que o prazo e as condições inerentes a autorização e a concessão previstas no dispositivo serão reguladas em lei ordinária.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:31813 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

Suprima-se o § 2o. do art. 30 do Substitutivo e dê-se nova redação ao § 2o., do art. 231, como se segue:

"Art. 231 - .....

§ 2o. - Ao proprietário fundiário é assegurada a participação nos resultados da lavra, igual ao dízimo do imposto cobrado na saída da substância mineral da mina".

**Justificativa:**

Sugere-se a substituição da expressão "proprietário solo" por "proprietário fundiário", que designa melhor a propriedade do solo, separada da dos recursos minerais. Reafirma-se, assim, o princípio de que a propriedade mineral, pertence à União, abrangente não só os recursos do subsolo mas também aqueles que afloram às camadas da superfície.

Procura-se, igualmente, limitar a participação do proprietário fundiário nos resultados da lavra ao dízimo do imposto incidente na saída da substância mineral da mina, princípio esse já consagrado na Constituição em vigor e pacificamente aceito pelo setor mineral.

O atual substitutivo decuplica, no mínimo, a participação que atualmente atende aos interesses do desperdício, por fim, o Estado e o Município já são beneficiários com a arrecadação de imposto incidente sobre o ciclo econômico do minério, representado a participação de que trata o § 2º do art. 30 do substitutivo autêntico BIS IN IDEM, além de significar mais um encargo adicional a recair sobre o preço desse bem primário de ferro, cujo preço é regulado pela concorrência internacional, e aumentará o preço no mercado interno, dos produtos industrializados que se valem dos minerais como matéria prima.

**Parecer:**

Pela rejeição, considerando que o mandato do artigo 30, §§ 1o. assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a justa participação aos mesmos no resultado da exploração econômica dos seus respectivos potenciais. De outra parte, o dispositivo prevê apenas o princípio geral, que posteriormente será disciplinado em legislação ordinária.

**EMENDA:31815 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

Emenda Aditiva:

Acrescente-se ao art. 233, na parte final a expressão, na "forma da lei".

O artigo 233, do Título VIII, Capítulo I, passa a ter seguinte redação.

"Título VIII

Capítulo I

"Título VIII

Capítulo I

Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão do Poder Público, contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente, na forma da lei".

**Justificativa:**

A expressão acrescentada "na forma da lei", visa deixar claro que o prazo e as condições inerentes a autorização e a concessão previstas no dispositivo serão reguladas em lei ordinária.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:31852 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

**Texto:**

Procedam-se as seguintes modificações no Capítulo I, do Título VIII, do Substitutivo ao Projeto de Constituição, elaborado pelo Relator da Comissão de Sistematização:

I - Dê-se ao art. 226 a seguinte redação.

Art. - 226 Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País, ou por entidades de direito público interno.

II - Dê-se ao § 3o. do art. 226, a seguinte redação:

§ 3o. Na aquisição de bens e serviços o poder público, em igualdade de condições dará tratamento preferencial à empresa nacional:

III - Dê-se ao § 1o. do art. 228, a seguinte redação:

Art. 228 - .....

§ 1o. As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas somente serão criadas por lei complementar e ficarão sujeitas ao direito próprio das empresas privadas inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

IV - Dê-se ao § 3o. do art. 228, a seguinte redação:

Art. 228 -

§ 3o. - A lei reprimirá a formação de monopólio, oligopólios, cartéis e toda e qualquer forma de abuso do poder econômico que tenha por fim dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência ou aumentar arbitrariamente os lucros.

V - Suprima-se o § 1o. do art. 229, transformando-se seu § 2o. em parágrafo único;

VI - Dê-se ao item I do parágrafo único do art. 230, a seguinte redação:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter

especial e de prorrogação de seu contrato, e fixará as condições de caducidade, fiscalização, rescisão e reversão de concessão ou permissão;  
VII - Suprima-se o item III do parágrafo único do art. 230;  
VIII - Dê-se ao § 2o. do art. 231, a seguinte redação:

Art. 231 - .....

§ 2o. É assegurada ao proprietário do solo, na forma da lei, participação nos resultados da lavra.

IX - Suprima-se o parágrafo único do art. 232;

X - Dê-se ao caput do art. 233, a seguinte redação:

Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão federal e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

XI - suprima-se o § 2o. do art. 233,

transformando-se seu § 1o. do art. em parágrafo único;

XII - suprima-se o parágrafo único do art. 239

XIII - suprima-se o art. 241 e respectivo parágrafo único;

XIV - suprima-se o art. 243

XV - suprima-se o art. 244

**Justificativa:**

A Emenda corresponde a uma revisão do Substitutivo, após longa discussão com parlamentares, técnicos e especialistas no assunto, bem como de entidades representativas da comunidade brasileira.

**Parecer:**

As sugestões contribuem para o aprimoramento do texto, sendo acatadas em grande parte pelo Relator na forma de seu Substitutivo.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:31889 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT/SP)

**Texto:**

Emenda Supressiva

Suprimir do art. 232, a expressão "... ou em terras indígenas..." e seu parágrafo único.

**Justificativa:**

A pretensão dessa emenda é de evitar repetições, na medida em que a pesquisa e exploração de minério em terras indígenas está sendo tratada no Art. 302, lugar onde se nos afigura mais próprio em razão do caráter excepcional e especialíssimo que reveste a matéria.

**Parecer:**

Pela rejeição.

Entendemos deva permanecer a expressão "ou em terras indígenas" no artigo que trata especificamente das atividades de mineração e de exploração hidráulica, com o objetivo de defender os interesses das comunidades indígenas dos possíveis conflitos nessa área. Por essa razão rejeitamos a Emenda.

**EMENDA:32083 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

Emenda ao Projeto de Constituição

Substitutivo ao Relator.

Eliminar o parágrafo 2o. art. 231.

**Justificativa:**

Como estabelecido no atual código de minas, e mantido no caput do artigo cujo parágrafo 2º se propõe eliminar, “as jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito da exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União”.

Por isso, entendemos inadequado o pagamento ao proprietário do solo, principalmente porque se estará pagando valor igual ao que é recolhido à União, proprietária da jazida.

**Parecer:**

Os direitos dos proprietários do solo têm sido respeitados em todas as constituições brasileiras. Entretanto, no presente Substitutivo, deixamos para a lei ordinária regular a forma e valor de sua participação nos resultados das lavras

Pela rejeição.

**EMENDA:32128 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SAULO QUEIRÓZ (PFL/MS)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao art. 233, na parte final a expressão, na "forma da lei".

O artigo 233, do Título VIII, capítulo I, passa a ter a seguinte redação:

"Título VIII -

Capítulo I

Art. 233.- A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão do poder público, contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente na forma da lei".

**Justificativa:**

A expressão acrescentada “na forma da lei”, visa deixar claro que o prazo e as condições inerentes e autorização e a concessão previstas no dispositivo serão reguladas em lei ordinária.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária.

Pela rejeição.

**EMENDA:32254 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Ao artigo 232, acrescente-se parágrafo 1o., renumerando-se o parágrafo único:

Art. 232 .....

§ 1o. - As concessões e contratos minerais de que trata o presente artigo serão dadas, inclusive a garimpeiros, somente quando exerçam a atividade de forma associativa.

**Justificativa:**

A atividade garimpeira tem sido responsável pela descoberta de importantes reservas, sobretudo de ouro e cassiterita, bem como por considerável parcela desses minerais e de pedras preciosas. No entanto, o garimpo tem-se desenvolvido de maneira desordenada, poluindo e degradando o meio-ambiente, assim como criando situações de conflito social e de choque com as empresas mineradoras.

De outro lado, tem sido observadas flagrantes injustiças na medida em que formações metalogenéticas são descobertas por garimpeiros desorganizados, os quais, depois, têm sua pesquisa e lavra concedida a empresas mineradoras que expulsam os garimpeiros, gerando situações de tensão.

**Parecer:**

A matéria do parágrafo a ser acrescentado ao art. 232, conforme pretende a Emenda, poderá ser objeto de lei ordinária quando esta, atendendo ao próprio art. 232, vier a legislar sobre o assunto. Por essa razão rejeitamos a Emenda.

**EMENDA:32257 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JORGE VIANNA (PMDB/BA)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado:

Artigo 233 e seu § 1o. do Substitutivo do Relator.

Dê-se ao Art. 233 e seu § 1o. a seguinte redação:

"Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais dependem de autorização ou concessão do Poder Público, na forma da lei.

§ 1o. - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos dependerá de autorização ou concessão do Poder Público, sempre por prazo determinado, e não poderá ser transferida sem prévia anuência do poder concedente. O aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida não dependerá de autorização ou concessão."

**Justificativa:**

Torna-se indispensável aplicar disciplinas distintas, quanto à questão de prazos, para os recursos naturais renováveis e os recursos minerais exauríveis. A limitação de prazo para execução das autorizações ou concessões só é exequível em relação aos recursos renováveis, sob o ponto de vista do interesse econômico do permissionário ou concessionário e do Estado. E isto porque não há necessidade de pesquisa para identificação desses recursos e em face de sua reposição automática sem interveniência de fatores econômicos. O mesmo não ocorre quanto aos recursos exauríveis. Nesse caso, a limitação de prazos causará duas consequências catastróficas para a economia nacional; a) – o aumento dos riscos dos investimentos, em virtude do espaço-tempo reservado à pesquisa e à lavra afugentará a aplicação de capitais nesse importante segmento da produção; b) – compelidas pelo termo fatal, as empresas mineradoras serão obrigadas a selecionar os núcleos das insurgências que exibam maiores teores para efeito de lavra, com o abandono da exploração com base na média dos teores, do que resultarão volumes consideráveis de resíduos sem condições de aproveitamento econômico.

Pretende a emenda corrigir essas distorções para contornar essa grave ameaça à economia nacional.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:32258 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JORGE VIANNA (PMDB/BA)

**Texto:**

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Artigo 231 do Projeto.

Suprima-se o Artigo 231 do Projeto.

**Justificativa:**

A supressão do Artigo 231 do Projeto recomenda-se por diversas circunstâncias de natureza técnica e prática. É que, em primeiro lugar, os recursos minerais do subsolo e as riquezas hídricas, conforme já dispõem o Art. 30, incisos II e VIII, são bens da União, que, assim, poderá deles dispor da forma que julgar conveniente. Quanto à eventual agregação dos particulares na exploração de jazidas minerais e no aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, Art. 233 cuida de estabelecer as hipóteses. Assim, a emenda supressiva que se quer ver aprovada pretende corrigir essa anomalia, inclusive para evitar uma redundância constitucional sem qualquer proveito para a própria União, desde que só serve para introduzir dúvidas quanto à sua titularidade sobre esses bens.

Justifica-se, pois, plenamente a emenda ora apresentada.

**Parecer:**

A manutenção do art. 231, do Substitutivo é imprescindível, face tratar do fundamento basilar do direito mineração, ou seja, a distinção entre a propriedade do solo e do subsolo.

Pela rejeição.

**EMENDA:32508 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Acresça-se ao final do art. 233, § 1o. o

seguinte:

"conforme definido em lei complementar".

**Justificativa:**

A expressão capacidade reduzida é vaga.

De outro lado é manifesta a conveniência de não se deixar ao Executivo o alvedrio para concretizar o conceito.

Esta tarefa ficará muito melhor em mãos do Congresso que, por Lei Complementar, ficará critérios objetivos para sua determinação.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária.

Pela rejeição.

**EMENDA:32511 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Acrescente-se parágrafo ao art. 233, que trata de pesquisa e lavra de produtos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dando-se-lhe a seguinte redação:

Art. 233 -

§ - Do contrato de autorização e concessão para pesquisa e lavra de produtos minerais, bem como o do aproveitamento de energia hidráulica e dos recursos hídricos, deverá constar cláusula de

inspeção periódica da autoridade competente que emitirá relatórios semestrais, indicando a qualificação, a quantificação e a destinação dos produtos e o recolhimento dos encargos tributários.

**Justificativa:**

As medidas periódicas de controle visam a determinar a qualidade e a quantidade dos bens minerais, sob pesquisa e lavra, a fim de que se conheça o potencial das riquezas naturais, em seus aspectos não renováveis. Demais disso, para os efeitos de segurança nacional e de coordenação tributária devem ser indicados os locais de destinação dos produtos e o pagamento dos ônus fiscais.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o art. 233. O art. 232 já determina que o aproveitamento dos recursos minerais e hidráulicos depende de concessão ou autorização, conforme especificações da lei ordinária. Não há porque, portanto, explicitar algumas poucas limitações, que não poderiam ser consideradas propriamente de natureza constitucional. Pela rejeição.

**EMENDA:32684 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

BENITO GAMA (PFL/BA)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: § 2o. do Artigo 231

Substitua-se o § 2o. do art. 231, que passa a ter a seguinte redação:

"§ 2o. - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra, não superior a dez por cento do valor do tributo incidente sobre o bem mineral, regulado em lei, também estabelecerá a forma de indenização".

**Justificativa:**

Sendo os recursos minerais propriedade distinta da do solo, nada mais viável do que assegurar ao dono da terra uma justa participação nos resultados da lavra e a devida indenização pelos danos causados as benfeitorias existentes. As normas constitucionais devem, no entanto, fixar não um limite para a participação de que trata este parágrafo, mas sim um teto máximo, sob pena de onerar, excessivamente, os custos da exploração mineral. É o que se propõe, pois, com a presente emenda.

**Parecer:**

Pela rejeição, considerando que o mandato do artigo 30, §§ 1o. assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a justa participação aos mesmos no resultado da exploração econômica dos seus respectivos potenciais. De outra parte, o dispositivo prevê apenas o princípio geral, que posteriormente será disciplinado em legislação ordinária.

**EMENDA:33070 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MARCELO CORDEIRO (PMDB/BA)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dê-se ao art. 233 do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização a seguinte redação:

"Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão da União, na forma da lei, e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente.



§ 1o. - A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, cabendo à União a fiscalização dos trabalhos de pesquisa.

§ 2o. - A concessão para lavra poderá ser suspensa, cancelada ou limitada no tempo, sempre que o titular descumprir as obrigações estipuladas para o seu exercício, ou sobrevierem motivos imperiosos de Estado, conforme o que estiver disposto na lei.

§ 3o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

§ 4o. - A lei disporá sobre a compensação aos Estados e Municípios obrigados a manter parcela do seu território gravada por medidas de proteção, tais como áreas de proteção a mananciais e outras definidas em lei."

**Justificativa:**

A redação dada ao artigo 233 do Substitutivo não distingue, como convém, as etapas de pesquisa (autorização) e lavra (concessão), comprometendo o conceito do contrato por prazo determinado, introduzido pelo Sr. Relator. De fato, enquanto a autorização de pesquisa deve ser concedida sempre por tempo certo, à concessão de lavra não se deve aplicar tal conceito de forma generalizada, sob pena de graves consequências à mineração brasileira. Não são visíveis vantagens evidentes, ao contrário das vantagens e riscos que são muitos, entre outros os seguintes:

- a) A concessão deve ser um ato unilateral e soberano da União, praticado sob condições estipuladas, sendo atualmente prerrogativa do Presidente da República. Ao se interpor a este ato um contrato, instrumento jurídico bilateral e menor, estabelece-se na verdade uma instância divisória inferior, limitando na prática a soberania nacional sobre os recursos minerais.
- b) Uma mina é em geral decorrência de árduos e demorados trabalhos de prospecção, com investimentos de grande monta aplicados a risco e cujo retorno – condicionado à descoberta de uma jazida – não é a regra geral (no Brasil, menos de 2% das autorizações de pesquisa avançam até a lavra). Assim, não se pode imaginar que alguém se disponha a correr este risco presente – como espada de Dâmocles – a possibilidade de não se chegar a bom termo na negociação de um futuro contrato. Não há dúvidas que, a prevalecer tal contingência, haverá brutal retração de pesquisa do território nacional, com consequências imprevisíveis para o já depauperado setor mineral e principalmente para o país.
- c) As reservas de império em uma mina não são estáticas, mas sofrem permanentes modificações ao longo do tempo, seja por alterações dos preços e custos, seja por trabalhos complementares de pesquisa que devem ser permanentes, concomitantes à lavra. Assim, a fixação do que seria um prazo razoável para a vigência desta concessão traria um prazo razoável para a vigência desta concessão traria, certamente, inúmeras dificuldades para o legislador ordinário, além de desestimular as pesquisas para ampliação de reservas das minas, um dos mais poderosos fatores de crescimento do patrimônio mineral brasileiro.
- d) Haveria, com certeza, indução à lavra predatória pela extração das partes mais ricas das jazidas, dada a limitação no tempo.

Não obstante, deve ser dada à União a prerrogativa constitucional de sobressaltar a lavra ou limitá-la no tempo sempre que houver descumprimento de obrigações legais ou sobrevierem razões de Estado. A emenda proposta altera o artigo em tela neste sentido, ao suprimir a figura do contrato no "caput" e introduzir dois parágrafos nos quais se caracteriza o prazo determinado para a autorização e se estabelecem os critérios para o exercício

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232. Este artigo também prevê que a lei ordinária especificará as condições para concessão, o que torna desnecessários os demais dispositivos constantes do artigo 233 do primeiro substitutivo. Por outro lado, cremos que os Estados e Municípios têm a mesma responsabilidade que a União na preservação do patrimônio ecológico do País e por isso não precisam receber compensação. Pela rejeição.

**EMENDA:33154 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

**Texto:**

Dá nova redação ao § 2o. do art. 231.  
§ 2o. - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra; quanto às jazidas e minas cuja exploração constitui monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização.

**Justificativa:**

A redação proposta atende melhor ao interesse do País seria absurdo que o proprietário do solo tivesse participação nos resultados da lavra de petróleo ou minerais atômicos.  
O texto do dispositivo reproduz norma da atual Constituição, devendo ser ressaltado que o subsolo pertence à União e que o superficiário não pode torna-se sócio dos recursos nele existente.

**Parecer:**

Não cabe tratar de indenizações por danos causados ao proprietário do solo, pois já é matéria de lei ordinária vigente.  
Pela rejeição.

**EMENDA:33278 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LUIZ SALOMÃO (PDT/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao Art. 232 do Substitutivo do Relator a seguinte redação:  
Art. 232 - A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais hidráulicos somente poderão ser realizadas por brasileiros ou empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, contratadas por tempo determinado, no interesse nacional, na forma da lei, não podendo ser transferidas em prévias e expressa anuência do poder concedente.  
Parágrafo único - A pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas e em faixas de fronteiras sujeitam-se às condições especiais fixadas na forma da lei e desta Constituição.

**Justificativa:**

A presente emenda visa tão somente melhorar a redação do Art. 232 do Substitutivo do Relator, que está em parte repetida no Art. 233, ao qual também apresentamos emenda.  
Outro objetivo perseguido nessa proposição é de reintroduzir a figura da pessoa física brasileira como titular de autorizações ou concessões de pesquisa ou de lavra como é tradição constitucional do País.

**Parecer:**

Pela rejeição.  
Entendemos que, nos termos do Substitutivo, o tratamento dado às atividades relacionadas com o aproveitamento dos recursos naturais - minerais ou hídricos -, consulta os interesses nacionais em termos de soberania e controle. As restrições de tais atividades a empresas nacionais e a abertura para que leis ordinárias posteriormente as regulamentem garantem, no nosso entender, o efetivo controle do país sobre esses recursos de sua propriedade, com a ressalva feita para o exercício de tais atividades em terras indígenas ou em faixa de fronteira. Por essas razões somos pela rejeição da presente Emenda.

**EMENDA:33279 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ADEMIR ANDRADE (PMDB/PA)

**Texto:**

Dê-se ao Art. 233 do Substitutivo do Relator a seguinte redação:

Art. 233 - Os aproveitamentos de recursos hídricos não previstos, no artigo anterior dependem de autorização ou concessão do Poder Público, contratados sempre por prazo determinado, nos termos da lei

§ 1o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

§ 2o. - A lei disporá sobre a compensação aos Estados e Municípios obrigados a manter parcela do seu território gravado por medidas de proteção de recursos naturais, na forma da lei.

**Justificativa:**

Apresentada em conjunto com outra emenda ao Art. 232, a presente proposição visa melhorar a redação do projeto separando os aproveitamentos de potenciais hidráulicos, privativos de brasileiros ou empresas nacionais, dos outros tipos de aproveitamento de recursos hídricos (captação para abastecimento d'água), para irrigação, para fins industriais, navegação, pesca, etc)., que são permitidos a empresas não-nacionais.

Cumpra esclarecer que, apesar do aproveitamento hidrelétrico ser apenas um dos usos dos recursos hídricos, desde 1943 vem recebendo tratamento diferenciado nas Constituições brasileiras, o qual deve ser mantido.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232. Este artigo também prevê que a lei ordinária especificará as condições para concessão, o que torna desnecessários os demais dispositivos constantes do artigo 233 do primeiro substitutivo. Por outro lado, cremos que os Estados e Municípios têm a mesma responsabilidade que a União na preservação do patrimônio ecológico do País e por isso não precisam receber compensação. Pela rejeição.

**EMENDA:33285 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

**Texto:**

Suprima-se o § Único do Art. 232.

**Justificativa:**

A mineração em terras indígenas está regulada no Art. 232, ao qual também apresentamos emenda de adequação de redação.

**Parecer:**

Pela aprovação.

Se o "caput" do artigo já estabelece que a lei regulará as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas, torna-se desnecessário e dispensável um Parágrafo Único estabelecendo uma condição específica, que deverá ser objeto da lei ordinária. Por essa razão somos pela aprovação da Emenda.

**EMENDA:33289 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

**Texto:**

Incluir no "caput" do art. 232 antes da expressão "por empresas nacionais" a expressão "por brasileiros".

**Justificativa:**

A Constituições atual e suas antecessoras asseguram brasileiros, pessoas físicas, o direito de receberem autorizações e concessões de pesquisa e lavra de minérios.

O projeto do Relator, em seu Art. 232, oportuna e consistentemente atribuiu exclusividade desse direito às empresas nacionais, superando a inconveniente fórmula atual das "sociedades organizadas no País".

**Parecer:**

Pela rejeição.

Entendemos que, nos termos do Substitutivo, o tratamento dado às atividades relacionadas com o aproveitamento dos recursos naturais - minerais ou hídricos -, consulta os interesses nacionais em termos de soberania e controle. As restrições de tais atividades a empresas nacionais e a abertura para que leis ordinárias posteriormente as regulamentem garantem, no nosso entender, o efetivo controle do país sobre esses recursos de sua propriedade, com a ressalva feita para o exercício de tais atividades em terras indígenas ou em faixa de fronteira. Por essas razões somos pela rejeição da presente Emenda.

**EMENDA:33507 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ACIVAL GOMES (PMDB/SE)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA DO § 2o. DO ARTIGO 231

Dê-se ao parágrafo 2o. do artigo 231 do Substitutivo do Relator, a seguinte redação:

"Art. 231

§ 2o. - Ao proprietário do solo são assegurados:

a - indenização pela perda do domínio útil e pela depreciação do imóvel;

b - participação nos resultados da lavra na forma que a lei estabelecer".

**Justificativa:**

O direito à propriedade está assegurado no Projeto, inclusive estabelecendo em caso de desapropriação pública, justa indenização compensatória.

Se a desapropriação pública cujo objetivo é o bem comum, deve corresponder a indenização, muito mais razão há para esta quando o imóvel é utilizado, compulsoriamente pela iniciativa privada, a qual obterá lucro da "expropriação" temporária do bem.

Essa indenização por utilização da propriedade de terceiros, deve ser feita levando-se em conta a perda do domínio útil, já que o proprietário não perde seu imóvel, apenas uma parte do domínio, bem como a depreciação causada pela mineração, e possível inutilidade do imóvel após a exaustão da mina.

Além da indenização, deve ser assegurada ao proprietário uma participação nos resultados da lavra, medida de inteira justiça social, tal qual, determina o Projeto em seus artigos b, § 33 e 245.

**Parecer:**

Não cabe tratar de indenizações por danos causados ao proprietário do solo, pois já é matéria de lei ordinária vigente.

Pela rejeição.

**EMENDA:33557 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

Ao art. 232, seu parágrafo único, que passa a esta forma:

"Parágrafo Único - Somente empresas cujo controle acionário e decisório seja estatal poderão ter autorização ou concessão para exploração dos recursos minerais em faixas de fronteira ou em terras indígenas, neste caso sempre sob fiscalização por órgão que a lei definirá, atenta aos interesses dos índios, e na dependência de anuência das populações nativas envolvidas."

**Justificativa:**

Não temos dúvida da potencialidade das terras que são objeto desta emenda, nem de que constituem, por outro lado, espaços físicos especialmente sensíveis, sendo o das faixas de fronteiras de particular importância estratégica e geopolítica, afetando interesses de segurança realmente nacional.

Nestes espaços vemos inconvenientes de liberada a exploração – sempre sob anuência das populações indígenas envolvidas, quando se tratar de terras por estes ocupadas – quer as pessoas físicas quer as empresas de modo geral.

Aconselha-se, nosso ver, de bom alvitre acautelar tal exploração com o reserva-la a empresas nacionais com controle acionário e decisório estatal sob os pressupostos da clara identidade dessas instituições com o interesse nacional e da existência de controle social claro, seja das autorizações ou concessões em seu favor, seja de seu desempenho nestas atividades.

Por outro lado, prioritário é, sem dúvida, no caso de terras indígenas, a preservação dos direitos e interesses dos silvícolas, daí a cláusula de necessária anuência das populações indígenas envolvidas e a da fiscalização referida preservação por mecanismos aptos a isto.

Exatamente por tudo isto é que se de algum modo se abrem estas terras dos índios – bem assim as das faixas de fronteiras – à exploração, esta só deverá ser operada por empresas cujo controle seja do Estado brasileiro.

**Parecer:**

Pela rejeição.

Somos pela simples supressão do Parágrafo Único do art. 232, tendo em vista que o "caput" do artigo já estabelece que lei ordinária deverá regular as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas. Por essa razão torna-se dispensável a manutenção do Parágrafo Único, pelo que rejeitamos a Emenda modificativa proposta.

**EMENDA:33584 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

Estende a titularidade do direito de exploração dos recursos energéticos e minerais às pessoas físicas de nacionalidade brasileira, passando o art. 232 do Projeto a ter a seguinte redação:

"Art. 232 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por "brasileiros" e empresas nacionais, mediante autorização específica quando essas atividades se desenvolvam em faixa de fronteira ou em terras indígenas, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente".

(Obs.: Grifamos a palavra aditada)

**Justificativa:**

O estabelecimento das condições de pesquisa e exploração de recursos e jazidas minerais deve ser feito de forma a não impedir que as pessoas físicas, seja individualmente, seja através de cooperativas, tenham acesso a esta atividade.

É desnecessário lembrar que o trabalho dos empreendedores individuais e dos garimpeiros tem sido na maior importância na descoberta e exploração inicial de diversas ocorrências de minérios, algumas de grande importância econômica para o país.

Outro aspecto da realidade que convém recordar é que o texto atual do art. 232 cria empecilhos à exploração mineral, a qual muitas vezes ocorre em pequena escala, ao impor ao minerador individual a criação de empresa, burocratizando desnecessariamente um setor dos mais dinâmicos da economia.

Entendemos que caberá à lei ordinária – aliás já prevista no mesmo artigo 232 do Projeto – fixar os critérios para que esse vasto contingente de pequenos empresários e trabalhadores possa exercer sua atividade de forma produtiva e não-predatória, como, por exemplo, através da demarcação de áreas, previsão de normas de segurança e de preservação do meio ambiente, e da implementação de meios de fiscalização eficiente, para exigir a observância dessas normas tanto das pessoas físicas quanto das jurídicas.

Evidencia-se, por conseguinte, a oportunidade de incluir, entre os titulares do direito de exploração dos recursos minerais, as pessoas físicas, desde que nacionais, com o que atenderemos a objetivos primordiais para o desenvolvimento deste setor econômico.

**Parecer:**

Pela rejeição.

Entendemos que, nos termos do Substitutivo, o tratamento dado às atividades relacionadas com o aproveitamento dos recursos naturais - minerais ou hídricos -, consulta os interesses nacionais em termos de soberania e controle. As restrições de tais atividades a empresas nacionais e a abertura para que leis ordinárias posteriormente as regulamentem garantem, no nosso entender, o efetivo controle do país sobre esses recursos de sua propriedade, com a ressalva feita para o exercício de tais atividades em terras indígenas ou em faixa de fronteira. Por essas razões somos pela rejeição da presente Emenda.

**EMENDA:33675 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SEVERO GOMES (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se seguinte redação ao § do art. 231:

" § 2o. - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados das lavras, conforme dispuser a lei."

**Justificativa:**

O texto do Substitutivo tem dois defeitos. O primeiro é que mantém a participação "em valor não inferior ao imposto sobre minerais", que não existe no sistema tributário instituído no Substitutivo, na forma de imposto único, pois a incidência será do ICM de competência dos Estados. Segundo é que, além dessa participação que é forma de ressarcimento, o texto ainda dispõe que "a lei regulará a forma de indenização" como uma segunda forma de ressarcimento. É uma redação confusa a partir do texto da Constituição vigente, art. 168, § 2º, que diz: "É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização".

**Parecer:**

A redação, pouco diferenciada da presente Emenda, dada ao § 2o., do art. 231, redundará em resultados semelhantes ao pretendido pelo seu Autor. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:33676 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SEVERO GOMES (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o § Único do art. 232.

**Justificativa:**

O caput do artigo já estabeleceu que a lei regulará as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e de recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas, tornando dispensável o Parágrafo Único que estabeleceu uma condição específica cuja conveniência deverá ser examinada quando da elaboração da lei ordinária.

**Parecer:**

Pela aprovação.

Se o "caput" do artigo já estabelece que a lei regulará as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas, torna-se desnecessário e dispensável um Parágrafo Único estabelecendo uma condição específica, que deverá ser objeto da lei ordinária. Por essa razão somos pela aprovação da Emenda.

**EMENDA:33677 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SEVERO GOMES (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 233 a seguinte redação:

"Ar. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão da União, na forma da lei, no interesse nacional, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente."

**Justificativa:**

Buscou-se aperfeiçoar a redação da norma substituindo a referência genérica a "Poder Público" pela referência à "União" e se eliminou a condição do prazo, deixando para a lei ordinária fixá-lo.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:33786 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ISRAEL PINHEIRO FILHO (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ART. 232

Substitua-se a expressão:

"Empresas nacionais" por "pessoas físicas aqui domiciliadas ou jurídicas brasileiras".

**Justificativa:**

A justificativa o autor fará oralmente em Plenário.

**Parecer:**

Pela rejeição.

Entendemos que, nos termos do Substitutivo, o tratamento dado às atividades relacionadas com o aproveitamento dos recursos naturais - minerais ou hídricos -, consulta os interesses nacionais em termos de soberania e controle. As restrições de tais atividades a empresas nacionais e a abertura para que leis ordinárias posteriormente as regulamentem garantem, no nosso entender, o efetivo controle do país sobre esses recursos de sua propriedade, com a ressalva feita para o exercício de tais atividades em terras indígenas ou em faixa de fronteira. Por essas razões somos pela rejeição da presente Emenda.

**EMENDA:33902 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

DÉLIO BRAZ (PMDB/GO)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA.

DISPOSITIVO EMENDADO: art. 232, parágrafo único.

Suprima-se o parágrafo único.

**Justificativa:**

A Constituição assegura, em diversos dispositivos, a proteção dos bens possuídos pelas comunidades indígenas. Assim, reserva para a União a propriedade de suas terras (art. 30, item X) a quem incumbe a proteção de seus bens (art. 302), ficando a exploração de suas riquezas minerais sujeita à autorização do Congresso Nacional (art. 302, § 2º).

É verdadeira incongruência atribuir tais responsabilidades à União e ao Congresso Nacional e, depois, simplesmente querer que o arbítrio supremo repouse nas mãos dos próprios índios, pessoas consideradas apenas relativamente capazes.

A exigência de que os próprios silvícolas participem dos atos mencionados no dispositivo apenas contribui para ingerência reprovável de pessoas ou grupos voltados para interesses diferentes daqueles realmente pertinentes às nações indígenas.

**Parecer:**

Pela aprovação.

Se o "caput" do artigo já estabelece que a lei regulará as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas, torna-se desnecessário e dispensável um Parágrafo Único estabelecendo uma condição específica, que deverá ser objeto da lei ordinária. Por essa razão somos pela aprovação da Emenda.

**EMENDA:33991 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ CARLOS SABÓIA (PMDB/MA)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimir do Art. 232, a expressão "... ou em terras indígenas..." e seu parágrafo único.

**Justificativa:**

A pretensão dessa emenda é de evitar repetições, na medida em que a pesquisa e exploração de minério em terras indígenas está sendo tratada no Art. 302, lugar onde se nos afigura mais próprio em razão do caráter excepcional e especialíssimo que reveste a matéria.

**Parecer:**

Pela aprovação parcial.

Acolhendo a sugestão de supressão do parágrafo único do art. 232, por considerar seu conteúdo implícito no "caput", rejeitamos a supressão da expressão "ou em terras indígenas", por entendê-la necessária à defesa dos interesses das comunidades indígenas envolvidas.

**EMENDA:34002 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ RICHA (PMDB/PR)

**Texto:**

De acordo com o disposto no § 2o. do artigo 23 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, dê-se ao Título VIII a seguinte redação, procedendo-se às alterações que se fizerem necessárias, no Substitutivo do Relator.  
TÍTULO VIII  
DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA  
CAPÍTULO I  
DOS PRINCÍPIOS GERAIS; DA INTERVENÇÃO DO ESTADO,  
DO REGIME DE PROPRIEDADE  
DO SUB-SOLO E DA ATIVIDADE ECONÔMICA  
[...]

Art. 231 - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União.

§ 1o. - A lei poderá atribuir aos Estados a concessão de uso de potenciais de energia elétrica, existentes no seu território, obedecidas as normas deste artigo.

§ 2o. - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados das lavras e, quando a exploração constituir monopólio da União, será



indenizado na forma da lei.

Art. 232 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente.

Parágrafo único - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

[...]

**Justificativa:**

As alterações e a redação ora propostas, de dispositivos correlatos, contemplam os aspectos de mérito do tema, as aspirações sociais do povo brasileiro, a representatividade constituinte de seus signatários e a sistematização adequada a técnica legislativa nos termos dos debates e acordos efetuados, tendo em vista o Substitutivo do ilustre Relator.

**Parecer:**

Os objetivos da Emenda estão contemplados no Substitutivo, embora a redação como está proposta, não seja incluída na sua integridade.

Pela aprovação parcial nos termos do Substitutivo.

**EMENDA:34031 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ SERRA (PMDB/SP)

**Texto:**

Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização

Dê-se nova redação ao Artigo 232 e suprima-se o Artigo 233, a saber:

- i) Inclua-se no "Caput" do Artigo 232 a expressão "sempre por prazo determinado" após a expressão "mediante autorização ou concessão da União.
- ii) Remunere-se o § único do Artigo 232 como § 1o.
- iii) Inclua-se o § 1o. do Artigo 232 como § 2o. do Artigo 232.
- iv) suprima-se o § 2o. do Artigo 233.

**Justificativa:**

A Emenda propõe suprimir o "caput" do Artigo 233 pois, fora a expressão destacada, o teor é idêntico ao do "caput" do Artigo 232.

A eliminação do § 2º do Artigo 233 justifica-se por tratar de obrigação dos Estados e Municípios, em conformidade e princípios definidos no capítulo de Organização do Estado, não cabendo qualquer compensação por esses atos. Além do que, indaga-se quem é o beneficiário de territórios gravados por medidas de proteção para efetuarem o "ressarcimento" aos referidos governos?

**Parecer:**

Pela aprovação parcial.

Acolhendo a proposta de supressão do art. 233, rejeitamos a proposta de inclusão da expressão "sempre por prazo determinado", no art. 232, por entender que tal dispositivo poderá ser objeto de lei ordinária quando esta, conforme prevê o mesmo artigo, vier a legislar sobre a matéria.

**EMENDA:34196 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ SERRA (PMDB/SP)

**Texto:**

Suprima-se o § 2o. do Artigo 231

**Justificativa:**

Uma vez que não está prevista nesta Constituição um imposto sobre minerais, o dispositivo, ora suprimindo, torna-se inócuo.

**Parecer:**

Os direitos dos proprietários do solo têm sido respeitados em todas as constituições brasileiras. Entretanto, no presente Substitutivo, deixamos para a lei ordinária regular a forma e valor de sua participação nos resultados das lavras .

Pela rejeição.

**EMENDA:34263 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MARLUCE PINTO (PTB/RR)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dispositivo Emendado: Artigos 232 e 233 e seus parágrafos; § 2o. do Artigo 295 e § 2o. do Artigo 302.

Substitua-se os Artigos e parágrafos acima mencionados pelo de redação seguinte:

"Art. (...) - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Governo Federal, na forma da lei, e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente.

§ 1o. - No interesse nacional, a lei regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas.

§ 2o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida, na forma especificada em lei".

**Justificativa:**

Consciente da responsabilidade de que estamos investidos, a presente emenda visa oferecer subsídios constitucionais que formem mais fácil o desenvolvimento de uma das atividades de maior importância deste País: a mineração. Ao analisar os dispositivos constantes do Substitutivo ora em exame, preocupou-me constatar a inserção de alguns princípios que sei, sobejamente, virão confrontar com os interesses nacionais. Como é sabido, a mineração representa uma atividade de risco que exige consideráveis investimentos e longo prazo de maturação. Não devemos banir o capital estrangeiro, mas aceitar sua participação minoritária e restrita, em "joint ventures", conforme dispuser a lei exigindo-se na associação, o aporte de tecnologia.

Aceitar o princípio do repúdio ao capital forâneo, controlado seria impor uma autolimitação ao desenvolvimento do País e a absorção de tecnologia da qual tanto necessitamos. Da mesma forma, não encontro justificativas para que a exploração de minérios em área indígena dependa de prévia anuência das comunidades indígenas envolvidas. Estarão elas aptas a decidirem, soberanamente, sobre o que lhes convém e, principalmente, o que convém ao País? Em nome dessas comunidades, indubitavelmente, se pronunciariam interesses outros que não os legítimos dos índios. A exploração mineral em considerável parcela do Território Nacional ficaria, assim por princípio duradouro, condicionada à vontade de uma minoria, em detrimento da Nação como um todo. Entendo, também, que a eliminação, do texto constitucional vigente, da concessão de lavra por tempo indeterminado desestimularia o empresário, privado e estatal, a investir no setor, tendo em vista, principalmente, a falta da necessária garantia para realizar a exploração da jazida até a sua exaustão. Na expectativa de vir a perder, ao fim do prazo determinado, o direito de exploração, as mineradoras tenderiam a realizar a lavra seletiva da jazida, com reflexos danosos à economia nacional.

Com essas razões, penso, justificar, plenamente, a admissão da presente emenda.

**Parecer:**

Pela rejeição.

A emenda inclui dispositivos que deverão ser objeto de lei ordinária, pelo que somos pela rejeição da mesma, mantendo a redação mais abrangente do Substitutivo.

**EMENDA:34266 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ LINS (PFL/CE)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA AO ART. 232 E PARÁGRAFOS

Dê-se ao Art. 232 e seus parágrafos a

seguinte redação:

"Art. 232 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e lavra de recursos minerais serão efetuadas mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei."

**Justificativa:**

A redação proposta visa simplificar o texto preservando a essência da proposição, mas expurgada das redundâncias, detalhismo e impedimentos ao capital estrangeiro, remetendo à legislação ordinária as restrições às empresas de capital estrangeiro em faixas de fronteira ou em terras indígenas, uma vez que o próprio Capítulo VIII, Art. 302, § 2º e Art. 303 já abordam amplamente o aproveitamento de recursos naturais em terras indígenas e o Capítulo II, Art. 30, Inciso I e § 3º caracterizam a essencialidade da faixa de fronteira para a defesa do território nacional.

**Parecer:**

A redação do art. 232 conforme a Emenda apresentada não atende à defesa e ao controle dos interesses nacionais no tratamento das atividades a que se refere ao artigo, pelo que somos pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:34374 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AFIF DOMINGOS (PL/SP)

**Texto:**

Dê-se ao § 2o. do art. 231 do Substitutivo do

Relator, a seguinte redação:

"§ 2o. - É assegurada ao proprietário do solo, na forma da lei, participação nos resultados da lavra de bens minerais".

**Justificativa:**

Incluir na Constituição apenas o princípio geral de que o proprietário do solo participará dos resultados da lavra. Cabe à lei ordinária estabelecer os detalhes da forma de participação, assim como seus limites. Só assim teremos o setor mineral amparado por um regime jurídico que se adapte às circunstâncias de cada época e não manietado por regras rígidas.

**Parecer:**

A redação, pouco diferenciada da presente Emenda, dada ao § 2o., do art. 231, redundará em resultados semelhantes ao pretendido pelo seu Autor. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:34441 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AFIF DOMINGOS (PL/SP)

**Texto:**

Dê-se ao "caput" do art. 231 do Substitutivo

do Relator, a seguinte redação:

"Art. 231 - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do

solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial".

**Justificativa:**

Retira-se, com a nova redação, o conceito de que os recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica pertencem à União. Num regime capitalista como o que impera neste país é preciso defender a não intervenção do Estado. Naturalmente o Estado deverá ter uma política mineral e hídrica e supervisionar a expansão desse setor para que contribua para o desenvolvimento do país. Isso não requer, no entanto, que esses recursos sejam considerados bens da União.

**Parecer:**

Não obstante a presente Emenda conceituar as jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica como propriedade distinta da do solo, esquece de atribuir a propriedade desses bens minerais à União.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:34446 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ LINS (PFL/CE)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dê-se ao § 2o. do Artigo 231, a seguinte redação:

art. 231 - .....

§ 2o. - É assegurada ao proprietário do solo participação nos resultados da lavra, ou justa indenização quando se tratar de monopólio, na forma da lei.

**Justificativa:**

Qualquer critério que venha a ser estabelecido na Constituição para fixar os valores de participação do proprietário do solo nos resultados da lavra resultará na criação de conflitos e equívocos de interpretação. E isto porque, como é notório, são complexas e amplas as relações econômicas engendradas pelas atividades mineradoras, então, só a legislação ordinária, por abrangência e capacidade de prever todos os aspectos de um mesmo problema, será capaz de impor uma disciplina racional para a questão. Basta, contudo, que a Constituição garanta essa participação. Daí a presente emenda.

**Parecer:**

A questão sobre indenizações já é objeto do Código Civil.  
Pela rejeição.

**EMENDA:34489 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ LINS (PFL/CE)

**Texto:**

Título VIII

Capítulo I

Ordem Econômica

Dê-se ao Capítulo I a seguinte redação:

[...]

Art. 231 - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União.

§ 1o. - A lei poderá atribuir aos Estados a concessão do uso de potenciais de energia elétrica existentes no seu território, obedecidas as normas deste artigo.

§ 2o. - É assegurado ao proprietário do solo, na forma da lei, participação nos resultados da

lavra de bens minerais, ou justa indenização no caso de monopólio.

Art. 232 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos minerais somente poderão ser efetuados por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei, que especificará as condições de transferência e medidas específicas quando essas atividades se desenvolverem em terras ocupadas por comunidades indígenas ou em faixas de fronteira.

§ 1o. - É assegurada à comunidade indígena audiência sobre as medidas de que trata o caput deste artigo, a participação nos resultados da lavra de recursos minerais em terras por ela ocupadas, ou justa indenização no caso de monopólio.

§ 2o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de fontes de energia renovável de capacidade reduzida.

§ 3o. - A lei regulará o uso e a exploração econômica das florestas nativas, e incentivará o florestamento e o reflorestamento.

[...]

**Justificativa:**

É inegável o esforço do Relator para elaborar um texto ajustado às aspirações nacionais.

A emenda apresentada corresponde a uma simples revisão de sua proposta, após longa discussão com parlamentares diversos, com pessoas e entidades representativas da comunidade brasileira, com técnicos em legislação e com especialista no assunto.

O conteúdo do texto do Relator foi praticamente mantido. Expressões ou artigos e parágrafos acasos suprimidos, correspondem a repetições ali contidas ou a incorporações em outro dispositivo, para economia do texto. As mudanças conceituais são pequenas e poucas numerosas.

**Parecer:**

Como expresso na própria justificação do autor, a Emenda em análise promove aperfeiçoamentos no texto do Relator, com supressões pertinentes de expressões, artigos e parágrafos repetitivos e desnecessários, sem incorrer, em grande parte, em mudanças conceituais, merecendo, assim, a nossa aprovação parcial nos termos do Substitutivo.

**EMENDA:34490 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ALUIZIO BEZERRA (PMDB/AC)

**Texto:**

Incluam-se, onde couber, no substitutivo do Relator, os seguintes dispositivos, no Capítulo I, do Título VIII:

"- As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo, para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

- Os recursos minerais de qualquer natureza, existentes no País, pertencem à nação brasileira de forma inalienável e imprescritível e, como tal, serão administrados pela União.

- A pesquisa mineral e o aproveitamento industrial dos bens minerais dependem de autorização federal a ser dada, por tempo determinado, prioritariamente, às empresas públicas ou de economia mista, depois aos pequenos mineradores, individual ou associativamente, e finalmente às empresas mineradoras nacionais. A

autorização só será concedida se a forma e o cronograma de exploração das reservas atender aos interesses do País, conforme prioridades estabelecidas em lei.

- O Senado da República, através de sua Comissão de Minas e Energia, exercerá a fiscalização desses procedimentos.

**Justificativa:**

É notório que o processo de exploração mineral no País é insatisfatório em uma série de aspectos, notadamente no que diz respeito à preponderância das multimas no setor e à falsidade de controle efetivo das lavras realizadas.

Sabe-se que as grandes empresas multinacionais são detentoras do direito de propriedade para pesquisa e de concessão para lavra, em enormes áreas do território nacional. Além de representar significativa sangria para o país, em razão das remessas de lucro, essa preponderância das multimas implica vulnerabilidade do país, já que essas grandes empresas detêm o controle da tecnologia e ficam, também conhecedoras do potencial mineral do país.

Por outro lado, sabe-se que, apesar de as empresas mineradoras terem que apresentar ao DNPM relatório anuais sobre suas atividades, a exploração mineral, na prática, é muito pouco controlada pela União, a suposta proprietária desses recursos. É preciso que a Nação, através de seus representantes, tenha, pelo menos de hoje em diante, a oportunidade de assegurar que a exploração obedeça às prioridades nacionais. Pretende-se evitar que um mineral seja explorado rápida ou lentamente demais, que a exploração seja predatória, que se exaure as reservas de um mineral estratégico etc.

Tendo em mente esses problemas, propôs-se duas diretrizes básicas que deverão orientar todo o processo de autorização para pesquisa e lavra. A primeira diretriz obriga o DNPM, quando da análise dos requerimentos, a assegurar que as jazidas sejam exploradas de forma que se coadune com os interesses do país, conforme propriedades fixadas em lei ordinária.

Pelas razões expostas, certos da importância da inclusão de tal norma na nova Constituição, esperamos que a presente emenda receba o valioso apoio dos ilustres colegas.

**Parecer:**

Os princípios mais importantes desta emenda já constam dos artigos 231 a 234. Já os demais dispositivos não são de natureza constitucional e cabem melhor à legislação ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:34546 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AFIF DOMINGOS (PL/SP)

**Texto:**

Dê-se ao "caput" do art. 233 do Substitutivo do Relator, a seguinte redação:

"Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão da União, e não poderão ser transferidas sem prévia anuência do poder concedente."

**Justificativa:**

O importante a ser inserido no texto constitucional é o princípio de que o aproveitamento dos recursos minerais e hidráulicos depende de autorização ou concessão da União. A legislação ordinária já irá estabelecer os critérios e as condições para concessão, inclusive os prazos para lavra, quando estes se justificarem. Não há porque destacarmos apenas uma das exigências que a lei fará e incluí-la na Constituição, inclusive porque a determinação de prazo fixo para exploração pode ser indesejável em inúmeras instâncias.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:34610 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP)

**Texto:**

Art. 232.

Suprima-se o parágrafo único.

**Justificativa:**

A disposição já está contida no art. 302.

**Parecer:**

Pela aprovação.

Se o "caput" do artigo já estabelece que a lei regulará as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas, torna-se desnecessário e dispensável um Parágrafo Único estabelecendo uma condição específica, que deverá ser objeto da lei ordinária. Por essa razão somos pela aprovação da Emenda.

**EMENDA:34757 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ADOLFO OLIVEIRA (PL/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao art. 232 e parágrafo único a seguinte redação:

Art. 232. A União poderá, na forma da lei, conceder ou autorizar, a empresas exclusivamente nacionais, o aproveitamento dos potenciais de energia elétrica e dos recursos hídricos, além da pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais.

§ 1o. - A lei regulará as condições específicas para o desenvolvimento das atividades previstas neste artigo, quando ocorrerem em faixa de fronteira ou em terras indígenas, observado o disposto no art. 302 § 2o.

§ 2o. - É vedada a transferência da autorização ou concessão sem prévia anuência do poder concedente.

§ 3o. - Independência de autorização ou concessão o aproveitamento de potencial de energia removível de capacidade reduzida.

§ 4o. - A empresa beneficiária da autorização ou concessão de que trata este artigo deverá, na forma da lei, propiciar compensação aos Estados e Municípios pelos ônus decorrentes da atividade deferida.

§ 5o. - O chefe do Executivo, ouvido o Conselho de Defesa Nacional, poderá limitar ou proibir temporariamente a exportação de minerais "in natura" ou beneficiados, de valor estratégico, assim considerados os indispensáveis à defesa Nacional, ao desenvolvimento das indústrias no País ou ao equilíbrio de preços no mercado internacional.

§ 6o. As terras onde existam jazidas, minas e outros recursos minerais e potenciais de energia elétrica, não poderão ser transferidas a estrangeiros.

**Justificativa:**

A redação como sugerida traça as normas reguladoras da política energética brasileira em toda a sua extensão.

**Parecer:**

Pela rejeição.

A emenda inclui dispositivos que deverão ser objeto de lei ordinária, pelo que somos pela rejeição da mesma, mantendo a redação mais abrangente do Substitutivo.

**EMENDA:34764 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ADOLFO OLIVEIRA (PL/RJ)

**Texto:**

Suprima-se o art. 233.

**Justificativa:**

Oferecemos, em outra emenda, nova redação ao art. 232 que torna desnecessária a manutenção desse dispositivo.

**Parecer:**

Aproveitado integralmente no substitutivo do relator.

Pela aprovação.

**EMENDA:35038 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA DE REDAÇÃO

Dê-se ao art. 231 a seguinte redação:

"Art. 231 - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica pertencem à União e constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial.  
§ 1o. - A lei poderá atribuir aos Estados a concessão de uso de potenciais de energia elétrica existentes no seu território, obedecidas as normas deste artigo.  
§ 2o. - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados das lavras, em valor nunca inferior ao imposto sobre minerais.  
§ 3o. - A lei regulará a forma de indenização dos danos decorrentes da concessão e da exploração da lavra."

**Justificativa:**

A emenda, sem ferir o mérito, apenas pretende melhor redação e maior clareza para o artigo em questão, retirando, outrossim, do seu § 2º, regra que lhe estranha, a par de tornar explícito o que será objeto de indenização.

**Parecer:**

Ressalvadas a quantificação do valor e a forma de indenização do proprietário do solo, que deve ser objeto de lei ordinária, a Emenda foi no restante aproveitada.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:35077 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FRANCISCO BENJAMIM (PFL/BA)



**Texto:**

Suprima-se o parágrafo único do art. 232 do substitutivo do projeto de constituição.

**Justificativa:**

O dispositivo é de aplicação inexecutável.

**Parecer:**

Pela aprovação.

Se o "caput" do artigo já estabelece que a lei regulará as condições específicas para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos e jazidas minerais em faixa de fronteira e em terras indígenas, torna-se desnecessário e dispensável um Parágrafo Único estabelecendo uma condição específica, que deverá ser objeto da lei ordinária. Por essa razão somos pela aprovação da Emenda.

**EMENDA:35093 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FRANCISCO BENJAMIM (PFL/BA)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao art. 233, na parte final a expressão, na "forma da lei".

O artigo 233, do Título VIII, Capítulo I, passa a ter a seguinte redação:

"Título VIII

Capítulo I

Art. 233 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão do poder público, contratadas sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente, na forma da lei."

**Justificativa:**

A expressão acrescentada "na forma da lei", visa deixar claro que o prazo e as condições inerentes à autorização e a concessão previstas no dispositivo serão reguladas em lei ordinária.

**Parecer:**

A emenda foi rejeitada porque optou-se por suprimir todo o artigo 233. O princípio maior de que o aproveitamento dos recursos minerais, hidráulicos e hídricos depende de autorização ou concessão da União já está contido no artigo 232 e não precisa ser repetido. Por outro lado, considerou-se que os outros dispositivos não são de natureza verdadeiramente constitucional, e serão melhor definidas em lei ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:35095 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FRANCISCO BENJAMIM (PFL/BA)

**Texto:**

**EMENDA:** Suprima-se o § 2o. do artigo 30 do substitutivo e dê-se nova redação ao § 2o. do art. 231, como se segue:

"Art. 231 - .....

§ 2o. - Ao proprietário fundiário é assegurada a participação nos resultados da lavra, igual ao dízimo do imposto cobrado na saída da substância mineral da mina."

**Justificativa:**

Sugere-se a substituição da expressão "proprietário solo" por "proprietário fundiário", que designa melhor a propriedade do solo, separada da dos recursos minerais. Reafirma-se, assim, o princípio de que a propriedade

mineral, pertence à União, abrangente não só os recursos do subsolo mas também aqueles que afloram às camadas da superfície.

Procura-se, igualmente, limitar a participação do proprietário fundiário nos resultados da lavra ao dizimo do imposto incidente na saída da substância mineral da mina, princípio esse já consagrado na Constituição em vigor e pacificamente aceito pelo setor mineral.

O atual substitutivo decuplica, no mínimo, a participação que atualmente atende aos interesses do desperdício, por fim, o Estado e o Município já são beneficiários com a arrecadação de imposto incidente sobre o ciclo econômico do minério, representado a participação de que trata o § 2º do art. 30 do substitutivo autêntico BIS IN IDEM, além de significar mais um encargo adicional a recair sobre o preço desse bem primário de ferro, cujo preço é regulado pela concorrência internacional, e aumentará o preço no mercado interno, dos produtos industrializados que se valem dos minerais como matéria prima.

**Parecer:**

Pela rejeição, considerando que o mandato do artigo 30, §§ 1o. assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a justa participação aos mesmos no resultado da exploração econômica dos seus respectivos potenciais. De outra parte, o dispositivo prevê apenas o princípio geral, que posteriormente será disciplinado em legislação ordinária.

## FASE S

**EMENDA:00398 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AÉCIO NEVES (PMDB/MG)

**Texto:**

Dê-se ao "caput" do art. 206 do Projeto de Constituição (A), da Comissão de Sistematização, a seguinte redação, mantidos os seus parágrafos:

Art. 206 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, quando essas atividades se desenvolverem em faixas de fronteira ou em terras indígenas, a autorização ou concessão será dada em terras indígenas, a autorização ou concessão será dada exclusivamente a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito público interno, na forma da lei."

**Justificativa:**

A Emenda ora proposta tem mais dois objetivos: a) permitir a qualquer empresa a prática de atividades ligadas à mineração, atribuindo-as exclusivamente a empresa nacional, quando desenvolvidas em faixas de fronteira ou em terras indígenas; b) eliminar do texto constitucional a referência a prazo.

Em regime de livre iniciativa, que caracteriza uma economia de mercado, não tem sentido fazer restrições constitucionais o capital estrangeiro. O Brasil, país carente de capital, não se pode dar ao luxo de criar empecilhos aos investimentos externos, disputados até pelas nações do bloco socialista, principalmente em setor dependente de elevado volume de recursos e de tecnologia aprimorada. Basta que se assegure o controle, pelo Estado, das autorizações e concessões para a pesquisa e a lavra, subordinando-as expressamente ao interesse nacional. No mais, as atividades devem ser regidas pelas normas gerais, atinentes às demais atividades, para o exercício das quais a empresa nacional já conta com os devidos estímulos, assegurados pelos §§ 2º e 3º do art. 200.

No concernente às faixas de fronteira e às terras indígenas, é justificável o exercício das atividades exclusivamente por empresas nacionais, em homenagem à segurança do país e à preservação do patrimônio cultural das comunidades indígenas. Daí a ressalva feita na Emenda proposta.

Por outro lado, é imperioso registrar que a temporariedade, por prazo determinado, nas autorizações ou concessões de pesquisa ou lavra, traria consequências muito sérias ao setor mineral, tanto econômica quanto sociais.

No plano econômico, a fixação de prazo determinado à exploração de recursos minerais forçará as empresas a embarcarem em estratégias imediatistas de produção, causando, entre outros direitos, os seguintes efeitos indesejáveis:

- a) Planos de mineração dirigidos basicamente à extração das partes mais ricas dos depósitos, em prejuízo da jazida como um todo, o que pode significar lavra predatória, reduzindo desnecessariamente nossas reservas de recursos não renováveis;
- b) Queda dos índices de produção e também de produtividade dos investimentos, que só os planos de médio e de longo prazos podem assegurar, pois o minerador leva sempre em consideração parâmetros econômicos de mercado, tanto no que diz respeito a preço como a demanda, os quais, cotejados com os custos, definirão o retorno do empreendimento;
- c) Desestímulo a pesquisas que possam ampliar as reservas conhecidas nas áreas já em exploração, pois o minerador nenhum benefício terá com a ampliação de suas reservas, uma vez que seu aproveitamento estará além do prazo de concessão temporária.

No plano social, o prazo determinado desencorajará toda a sorte de investimentos que visem a melhorar a qualidade de vida dos que labutam o setor. De outro lado, afetará a capacidade do setor na geração de novos empregos, especialmente nas regiões longínquas, enfraquecendo assim seu papel na distribuição de rendas. No Brasil, a situação é particularmente agravada porque as províncias minerais encontram-se principalmente em áreas destituídas de qualquer infraestrutura urbana, exigindo das empresas que lá atuam construir casas, prover escolas e hospitais, resolver as necessidades de abastecimento etc...

Enfim, em determinados tipos de exploração mineral, a prefixação de prazos pode simplesmente inviabilizar os empreendimentos do ponto de vista econômico, levantando mais um óbice aos tantos que já cerceiam a ação daqueles que se dispõem, no Brasil, a exercer as atividades produtivas.

**Parecer:**

A presente emenda tem como objetivo retirar do texto constitucional alguns princípios considerados restritivos e prejudiciais ao desenvolvimento do setor mineral: a limitação do acesso de capitais estrangeiros ao setor mineral e a imposição de um prazo fixo para a exploração.

Defende-se a eliminação de restrições ao capital estrangeiro porque nosso País é carente e não tem como desenvolver sozinho todo o setor mineral. A oposição à determinação de prazos fixos para a exploração baseia-se na previsão de que tal imposição induzirá as empresas à embarcarem numa estratégia imediatista e depredatória de produção.

No entanto, a Comissão de Sistematização defendeu a necessidade maior de resguardarmos nossas reservas à longo prazo e assegurarmos o máximo aproveitamento delas, com benefício direto para a população. Foi considerado prioritário garantir que nossas reservas não renováveis não serão exauridas nem carreadas para o exterior sem proveito significativo para o País.

Concluimos pela rejeição.

**EMENDA:00415 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MÁRCIO BRAGA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Emenda Modificativa e Aditiva

Dispositivo emendado: Artigo 206 do Substitutivo da Comissão de Sistematização.

Dê-se nova redação ao caput do Art. 206 e acrescente-se o § 3o., mantidos o é 2 do Substitutivo da Comissão de Sistematização às emendas de plenário:

"Art. 206 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, dependem de autorização ou concessão do Governo Federal, na forma da lei.

§ 1o. - As autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.

§ 2o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia

renovável de capacidade reduzida.

§ 3o. - No interesse nacional, a lei regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas.

**Justificativa:**

As disposições constantes do “caput” do Art. 206 do Substitutivo da Comissão de Sistematização enceram, em seu bojo, princípios que tornam praticamente inviável o desenvolvimento do setor mineral brasileiro. Tal fato é inadmissível, particularmente se considerarmos a grande formação geológica favorável que o Brasil abriga em seu Território e a crescente importância estratégica dos bens minerais no desenvolvimento socioeconômico da nação. O produto Mineral Brasileiro – que hoje apresenta cerca de 4% do PIB -, é reconhecidamente baixo em relação à potencialidade do país. É evidente, também, a escassez de capital nacional disponível para aumentá-lo, em proporções mais aceleradas. Generalizar, em termos nacionais, ou mesmo regionais, a medida da capacidade contributiva da extração mineral.

As condições de acesso à mina ou de extração do minério podem determinar que duas minas, de mesma substância mineral, situadas na mesma região, tenham custos de extração e transporte bem distintos, com o que a incidência suportada por uma pode tornar antieconômica a exploração da outra.

Torna-se, pois, imperioso, que a nova Constituição crie, tendo em vista as peculiaridades dos diferentes bens minerais, tributo de características próprias, estabelecendo alíquotas e valores tributáveis diferenciados, que contemplem, a um só tempo, o tipo de minério, a região produtora o destino do produto e o tipo de mercado (interno ou externo), enfim, que seja consentâneo com a real capacidade contributiva de cada substância mineral.

Quanto ao inciso II proposto, alíquotas diferenciadas por bens minerais se justificam pelo fato de substâncias minerais diversas terem valores totalmente diferentes, mil vezes ou mais, como, por exemplo, areia e ouro ou diamante.

**Parecer:**

A presente emenda tem como principal objetivo retirar do texto constitucional uma série de princípios considerados restritivos, que limitam o acesso de capitais estrangeiros ao setor mineral e o prazo de exploração. Tal exclusão é justificada como sendo necessária para que o desenvolvimento do setor não venha a tornar-se inviável. Em particular, afirma-se que não há capitais nacionais suficientes para desenvolver o setor à altura de seu potencial para o País.

No entanto, a Comissão de Sistematização defendeu a necessidade maior de se resguardar o setor mineral para os brasileiros, para que nossas jazidas não renováveis não sejam esgotadas e nossos minerais carregados para o exterior sem que o povo brasileiro dele se tenha beneficiado. O setor mineral tem uma posição de destaque dentro do contexto econômico e político do País, e por isso deve ser administrado sempre no interesse nacional e com nossa soberania assegurada.

Concluimos pela rejeição.

**EMENDA:00493 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MOYSÉS PIMENTEL (PMDB/CE)

**Texto:**

Emenda

Dispositivo emendado: art. 206 e seus parágrafos, do projeto de Constituição (A), da Comissão de Sistematização.

Dê-se ao art. 206 e seus §§ a seguinte redação:

"Art. 206. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados por brasileiros ou empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas.

§ 1o. As autorizações de pesquisa sempre por tempo determinado, e as concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas total ou parcialmente, sem prévia anuência do

poder concedente.

§ 2o. Ficarão sem efeito as concessões de lavra, cujos trabalhos efetivos de implantação da lavra não sejam iniciados no prazo de 12 (doze) meses a contar da expedição do respectivo título de concessão, publicado na imprensa nacional.

§ 3o. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

**Justificativa:**

Retira-se do "caput" do artigo, a expressão "por tempo determinado" para inseri-la no § 1º do mesmo artigo. Com isso, a temporalidade, que se refere indistintamente à pesquisa e a lavra passou a condicionar, mais apropriadamente as autorizações de pesquisa.

Estas devem necessariamente conter o caráter temporário para evitar que detentores de tais autorizações, quer pessoas físicas ou jurídicas, requeiram áreas para pesquisa, em número superior à sua capacidade de investimento, com a finalidade de transformar um bem público em objetivo de especulação indevida, com bloqueio de grande parte do subsolo nacional.

Acrescente-se o §2º para impedir maior severidade no sentido de complementando o rigor imposto pelo § 1º em relação às autorizações de pesquisa que terão prazo decadencial, a atribuir também, aos títulos de concessão de lavra a caducidade automática, quando o seu titular não ativá-los no prazo que lhe é imposto para torna-los ativos, através da implantação da lavra, o que proporcionará aumento da produção mineral e maior geração de emprego.

Remunera-se o § 2º, o qual passará a ser caracterizado como § 3º.

São estas as razões que justifiquem a presente emenda.

**Parecer:**

Pela rejeição, nos termos do parecer oferecido à Emenda no. 2P00734-1.

**EMENDA:00543 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO VITAL (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

INCLUA-SE no § 2o. do artigo 205 do Projeto de Constituição, a expressão: "... DA EXPLORAÇÃO MINERAL DO SOLO E DO SUBSOLO", em lugar da expressão: "... DA LAVRA".

**Justificativa:**

As características de que hoje se reveste a atividade de garimpagem contrariam o que preceitua o CÓDIGO DE MONERAÇÃO em vigor, quanto à proteção ao meio ambiente e ao direito de propriedade.

A garimpagem, fiação ou cara hoje são predatórias e caso se instalem numa propriedade, ao superficiário serão danosas e trarão sérios prejuízos.

Atualmente a garimpagem está mais para a mineração do que para a atividade individual, sem danos ao solo e ao meio ambiente, já que utiliza equipamentos e máquinas de grande porte sem a rusticidade que lhes exige a lei minerária em vigor.

Deste fato decorre a necessidade de proteção ao meio ambiente, à propriedade, possibilitando compatibilizar a atividade garimpeira com o direito de propriedade e consequentemente harmonizando o relacionamento entre garimpeiros e proprietários de áreas onde já se instalaram grupos garimpeiros.

**Parecer:**

A emenda em apreço intenta substituir, no art. 205, § 2o., do Projeto de Constituição, a expressão "lavra" por "exploração mineral do solo e do subsolo". O artigo citado diz respeito à participação do proprietário do solo nos resultados econômicos da atividade extrativa mineral.

A expressão "exploração mineral" proposta tem, tecnicamente, conotação distinta. Por exploração de uma jazida mineral entende-se, geralmente, a fase inicial de prospecção (busca), com a utilização de métodos geoquímicos e geofísicos e outros, mais a fase de pesquisa, voltada para a quantificação do depósito mineral e a verificação de sua exequibilidade econômica. Distingue-se, pois, largamente, a exploração da lavra, que é o modo tradicional do aproveitamento mineral no País e o principal regime legal consagrado na legislação ordinária e constitucional entre nós.

Daí por que se assegura ao superficiário participação nos resultados da lavra, etapa que todo o ordenamento jurídico-mineral brasileiro procura disciplinar com zelo e especial atenção, em face do conteúdo econômico dos direitos que gera e dos elevados investimentos requeridos do minerador.

Isto posto, não procede a emenda, que deve ser REJEITADA.

**EMENDA:**00562 REJEITADA

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB/PE)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dê-se ao "caput" do artigo 206, mantidos os seus parágrafos, a seguinte redação:

"Art. 206. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados mediante autorização e a pesquisa e a lavra de recurso e jazidas minerais somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional. Quando essas atividades se desenvolverem em faixas de fronteira ou em terras indígenas, a autorização ou concessão será dada exclusivamente a empresa nacional, na forma da lei."

**Justificativa:**

A Emenda ora proposta tem mais dois objetivos: a) permitir a qualquer empresa a prática de atividades ligadas à mineração, atribuindo-as exclusivamente a empresa nacional, quando desenvolvidas em faixas de fronteira ou em terras indígenas; b) eliminar do texto constitucional a referência a prazo.

Em regime de livre iniciativa, que caracteriza uma economia de mercado, não tem sentido fazer restrições constitucionais o capital estrangeiro. O Brasil, país carente de capital, não se pode dar ao luxo de criar empecilhos aos investimentos externos, disputados até pelas nações do bloco socialista, principalmente em setor dependente de elevado volume de recursos e de tecnologia aprimorada. Basta que se assegure o controle, pelo Estado, das autorizações e concessões para a pesquisa e a lavra, subordinando-as expressamente ao interesse nacional. No mais, as atividades devem ser regidas pelas normas gerais, atinentes às demais atividades, para o exercício das quais a empresa nacional já conta com os devidos estímulos, assegurados pelos §§ 2º e 3º do art. 200.

No concernente às faixas de fronteira e às terras indígenas, é justificável o exercício das atividades exclusivamente por empresas nacionais, em homenagem à segurança do país e à preservação do patrimônio cultural das comunidades indígenas. Daí a ressalva feita na Emenda proposta.

Por outro lado, é imperioso registrar que a temporariedade, por prazo determinado, nas autorizações ou concessões de pesquisa ou lavra, traria consequências muito sérias ao setor mineral, tanto econômica quanto sociais.

No plano econômico, a fixação de prazo determinado à exploração de recursos minerais forçará as empresas a embarcarem em estratégias imediatistas de produção, causando, entre outros direitos, os seguintes efeitos indesejáveis:

a) Planos de mineração dirigidos basicamente à extração das partes mais ricas dos depósitos, em prejuízo da jazida como um todo, o que pode significar lavra predatória, reduzindo desnecessariamente nossas reservas de recursos não renováveis;

b) Queda dos índices de produção e também de produtividade dos investimentos, que só os planos de médio e de longo prazos podem assegurar, pois o minerador leva sempre em consideração parâmetros econômicos de mercado, tanto no que diz respeito a preço como a demanda, os quais, cotejados com os custos, definirão o retorno do empreendimento;

c) Desestímulo a pesquisas que possam ampliar as reservas conhecidas nas áreas já em exploração, pois o minerador nenhum benefício terá com a ampliação de suas reservas, uma vez que seu aproveitamento estará além do prazo de concessão temporária.

No plano social, o prazo determinado desencorajará toda a sorte de investimentos que visem a melhorar a qualidade de vida dos que labutam o setor. De outro lado, afetará a capacidade do setor na geração de novos empregos, especialmente nas regiões longínquas, enfraquecendo assim seu papel na distribuição de rendas. No Brasil, a situação é particularmente agravada porque as províncias minerais encontram-se principalmente em áreas destituídas de qualquer infraestrutura urbana, exigindo das empresas que lá atuam construir casas, prover escolas e hospitais, resolver as necessidades de abastecimento etc...

Enfim, em determinados tipos de exploração mineral, a prefixação de prazos pode simplesmente inviabilizar os empreendimentos do ponto de vista econômico, levantando mais um óbice aos tantos que já cerceiam a ação daqueles que se dispõem, no Brasil, a exercer as atividades produtivas.

**Parecer:**

A presente emenda tem como objetivo retirar do texto constitucional alguns princípios considerados restritivos e prejudiciais ao desenvolvimento do setor mineral: a limitação do acesso de capitais estrangeiros ao setor mineral e a imposição de um prazo fixo para a exploração. Defende-se a eliminação de restrições ao capital estrangeiro com base na declaração de que nosso País é carente de capitais e não tem como desenvolver sozinho todo o setor mineral. A oposição à determinação de prazos fixos para exploração baseia-se na previsão de que a imposição de prazos induziria as empresas a embarcarem em estratégias imediatistas de produção. A eliminação desses princípios, no entanto, contraria o espírito das idéias aprovadas na Comissão de Sistematização, que foi o de exercer o maior controle possível sobre a exploração mineral e concentrá-la nas mãos de brasileiros ou empresas brasileiras.

Além disso o constituinte suprime os §§1º e 2º do artigo 206, que contêm dispositivos considerados importantes.

Concluimos pela rejeição.

EMENDA:00619 REJEITADA

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOÃO CUNHA (PMDB/SP)

**Texto:**

Substitua-se o parágrafo 2º do artigo 206, Capítulo I, da Ordem Econômica e Financeira por:  
§...A produção, industrialização, distribuição e comercialização de qualquer tipo de energia pertencem ao povo brasileiro, vedadas expressamente a estrangeiros ou empresas estrangeiras e mesmo a brasileiros ou empresas consorciadas, por qualquer forma, com capitais alienígenas.

**Justificativa:**

1....Energia é poder. Controle de energia por uma Nação é ato de soberania e independência. Esta é a lei do mundo.

2....A produção, industrialização, distribuição e comercialização de qualquer tipo de energia devem pertencer ao povo se este admitir como certo ser independentemente e soberano.

3....Entre nós, a história do controle de nossas fontes energéticas tem sido a história da dominação colonialista em suas várias épocas. Hoje, creio, está chegada a hora de definirmos essa área e impormos nossa vontade nesse setor, isso se quisermos efetivamente construir uma grande Nação.

4....Destaco, entre outras, in exemplis, nossa matriz energética alternativa, o ALCOOL, produzido, industrializado por empresários brasileiros, sem nenhuma necessidade de auxílio internacional e, no entanto, distribuído e comercializado, além da Petrobrás por empresas estrangeiras que nos vitimaram como suas políticas no curso histórico.

5....Penso que fixar a nível constitucional nossa reserva de mercado energético é o ato de soberania, que os Constituintes desta época saberão destacar e admitir em nome de um povo, como nosso lesado todo termo e que espera, nesta oportunidade ver resgatado seu direito de determinar-se e definir-se no rumo da felicidade, da independência e liberdade.

6....Dispensar qualquer tipo de argumento, porquanto penso que o enunciado só da proposta oral feita, tocará de perto de pronto os patriotas, que, acredito, compõe esta Assembleia.

**Parecer:**

Esta emenda tem como objetivo assegurar ao povo brasileiro um controle virtualmente absoluto sobre o aproveitamento energético no País. Defende-se esse tipo de restrição ao capital estrangeiro com base na história do País: diz-se que a história do controle de nossas fontes energéticas tem sido a história da dominação colonialista.

Apesar de reconhecermos que é imprescindível limitar o acesso de interesses estrangeiros às nossas reservas minerais um excesso de restrições, como está preconizado nesta emenda, certamente provocaria uma queda abrupta na produção nacional.

A mais longo prazo, provavelmente inviabilizaria grande parte dos empreendimentos, já que não há capitais nacionais em quantidade suficiente para desenvolver o setor à altura do seu potencial.

Concluimos pela rejeição.

**EMENDA:00632 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MARCELO CORDEIRO (PMDB/BA)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Dê-se ao art. 206 e seus parágrafos do Projeto de Constituição (A) da Comissão de Sistematização a seguinte redação:

"Art. 206 - A pesquisa e a lavra dos recursos minerais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão da União, na forma da lei, e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente.

§ 1o. - A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, cabendo à União a fiscalização dos trabalhos de pesquisa.

§ 2o. - A concessão para lavra poderá ser suspensa, cancelada ou militada no tempo, sempre que o titular descumprir as obrigações estipuladas para o seu exercício, ou sobreviverem motivos imperiosos de Estado, conforme o que estiver disposto na lei.

§ 3o. - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

§ 4o. - A lei disporá sobre a compensação aos Estados e Municípios obrigados a manter parcela do seu território gravada por medidas de proteção, tais como áreas de proteção a mananciais e outras definidas em lei."

**Justificativa:**

A redação dada ao artigo 206 do Projeto de Constituição (A) não distingue, como convém, as etapas de pesquisa (autorização) e lavra (concessão), comprometendo o conceito do contrato por prazo determinado, introduzido pelo Sr. Relator.

De fato, enquanto a autorização de pesquisa deve ser concedida sempre por tempo certo, à concessão de lavra não se deve aplicar tal conceito de forma generalizada, sob pena de graves consequências à mineração brasileira. Não são visíveis vantagens evidentes, ao contrário das vantagens e riscos que são muitos, entre outros os seguintes:

- a) A concessão deve ser um ato unilateral e soberano da União, praticado sob condições estipuladas, sendo atualmente prerrogativa do Presidente da República. Ao se interpor a este ato um contrato, instrumento jurídico bilateral e menor, estabelece-se na verdade uma instancia divisória inferior, limitando na prática a soberania nacional sobre os recursos minerais.
- b) Uma mina é em geral decorrência de árduos e demorados trabalhos de prospecção, com investimentos de grande monta aplicados a risco e cujo retorno – condicionado à descoberta de uma jazida – não é a regra geral (no Brasil, menos de 2% das autorizações de pesquisa avançam até a lavra). Assim, não se pode imaginar que alguém se disponha a correr este risco presente – como espada de Dâmocles – a possibilidade de não se chegar a bom termo na negociação de um futuro contrato. Não há dúvidas que, a prevalecer tal contingência, haverá brutal retração de pesquisa do território nacional, com consequências imprevisíveis para o já depauperado setor mineral e principalmente para o país.
- c) As reservas de império em uma mina não são estáticas, mas sofrem permanentes modificações ao longo do tempo, seja por alterações dos preços e custos, seja por trabalhos complementares de pesquisa que devem ser permanentes, concomitantes à lavra. Assim, a fixação do que seria um prazo razoável para a vigência desta concessão traria um prazo razoável para a vigência desta concessão traria, certamente, inúmeras dificuldades para o legislador ordinário, além de desestimular as pesquisas para ampliação de reservas das minas, um dos mais poderosos fatores de crescimento do patrimônio mineral brasileiro.
- d) Haveria, com certeza, indução à lavra predatória pela extração das partes mais ricas das jazidas, dada a limitação no tempo.



Não obstante, deve ser dada à União a prerrogativa constitucional de sobressaltar a lavra ou limitá-la no tempo sempre que houver descumprimento de obrigações legais ou sobrevierem razões de Estado. A emenda proposta altera o artigo em tela neste sentido, ao suprimir a figura do contrato no “caput” e introduzir dois parágrafos nos quais se caracteriza o prazo determinado para a autorização e se estabelecem os critérios para o exercício para o exercício de autoridade da União sobre as lavras, mantida a estabilidade essencial à atividade minerária.

**Parecer:**

A presente emenda tem como objetivo retirar do texto constitucional alguns princípios considerados restritivos: a limitação do acesso de capitais estrangeiros ao setor mineral e a imposição de um prazo fixo para exploração. A justificativa é a de que a imposição de muitas restrições inviabilizará a produção mineral do país. O constituinte é sobretudo contrário à noção de se impor um prazo determinado para a exploração. Para compensar a eliminação desse dispositivo e assegurar à Nação um maior controle sobre suas reservas, ele propõe critérios para a rescisão da concessão de lavra.

A eliminação desses princípios, no entanto, contraria o espírito das idéias aprovadas na Comissão de Sistematização, que foi o de exercer o maior controle possível sobre a exploração mineral e concentrá-la nas mãos de brasileiros ou empresas brasileiras.

**EMENDA:00676 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Modifica-se o caput do art. 206 dando a seguinte redação.

Art. 206. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados por brasileiros ou por empresas constituídas e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito público interno, mediante autorização ou concessão de uso da União, por tempo determinado, no interesse nacional, na forma da lei que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas.

**Justificativa:**

Garantir a soberania nacional sobre os recursos minerais, de maneira incontestável, é o objetivo desta emenda. Levamos em conta na formulação da presente emenda a particularidade de bens não renováveis que as jazidas minerais possuem bem como a sua importância estratégica na economia mundial.

Além disto a profunda vocação mineral do subsolo brasileiro coloca o setor mineral em posição de destaque dentro do contexto econômico e político do País, devendo portanto ser administrado sempre no interesse nacional e com a nossa soberania assegurada.

**Parecer:**

Nesta emenda, o Constituinte deseja frisar a necessidade de se assegurar a soberania nacional sobre o setor mineral, ao substituir a expressão "empresa nacional" pela definição bastante restritiva já dada no artigo 200 do Projeto da Comissão de Sistematização. Mas essa repetição da definição é desnecessária.

Além disso, o Constituinte suprime os § 1o. e 2o. do artigo 206, que contêm dispositivos considerados importantes.

É importante manter a restrição à transferência indiscriminada de autorizações e concessões. É igualmente importante excluir da necessidade de autorização ou concessão o aproveitamento de pequenos potenciais de energia - no interesse de não dificultar o desenvolvimento de pequenos empreendimentos.

Concluimos pela rejeição.

**EMENDA:00734 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ ULÍSSES DE OLIVEIRA (PMDB/MG)

**Texto:**

Suprima-se do artigo 206, caput, do Projeto de Constituição (A) a expressão: "por tempo determinado"

**Justificativa:**

Pretende a presente Emenda suprimir do artigo 206 do Projeto de Constituição (A) a expressão "por tempo determinado", aplicada à autorização de pesquisa e à concessão de lavra de jazida de recursos minerais. A novidade da fixação de prazo em referência diz respeito apenas à concessão de lavra, já que a autorização de pesquisa, na conformidade da legislação mineral em vigor, tem sido, tradicionalmente, outorgada no País por prazo certo, renovável sob certas condições.

No que tange ao ato concessivo da lavra, no entanto, é da tradição jurídica brasileira admiti-la por tempo indeterminado, em atenção às peculiaridades e especificidades da fase apical do empreendimento mineral.

O conteúdo econômico do direito de lavrar jazida mineral assim o recomenda. Os elevados investimentos exigidos impõem ao minerador atenção especial com as garantias que cercam o exercício deste direito, outorgado pela União. A fixação de termo, obviamente, cerceia o investidor, que passa a temer o futuro do empreendimento.

No instante em que a mineração no mundo inteiro busca formas de tornar mais atrativo o setor, combatido por violenta depressão nos preços dos minerais no mercado internacional, a novidade que se fez incluir no Projeto de Constituição representa providência temerária, capaz de afugentar, ao invés de atrair, o capital já tão vaqueiro nos meios financeiros.

Por tais razões, proponho a eliminação da medida inovadora no texto constitucional em apreciação, convencido de sua inoportunidade e dos danos que certamente causaria à mineração do País.

**Parecer:**

A presente emenda tem como objetivo retirar do texto constitucional a necessidade de imposição de prazo determinado para concessão de lavra. Justifica-se que é da tradição brasileira admiti-la por tempo indeterminado, em atenção às peculiaridades e especificidades da fase inicial do empreendimento mineral. Tem-se que esse tipo de imposição, num momento em que os mercados mundiais para minérios estão deprimidos, só afugentaria ainda mais o investidor.

Ocorre que a Comissão de Sistematização defendeu uma posição de defesa das reservas minerais a longo prazo e de aproveitamento máximo de nossas reservas com benefícios diretos para a população. Por isso não é possível aceitar a eliminação desse dispositivo que confere à Nação brasileira a possibilidade de, pelo menos de período em período, exercer sua soberania sobre as jazidas minerais.

Concluimos pela rejeição.

**EMENDA:00987 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ DUTRA (PMDB/AM)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 206 do projeto de Constituição (A), da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

"Art. 206 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional; quando essas atividades se desenvolverem em faixas de fronteira ou em terras indígenas, a autorização ou concessão será dada exclusivamente a brasileiros ou empresa nacional, na forma da lei.

§ 1º - A lei poderá atribuir aos Estados a concessão de uso de potenciais de energia elétrica existentes no seu território, obedecidas as normas deste artigo.

§ 2º - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra, na forma e valor estabelecidos em lei.

§ 3o - As autorizações e concessões previstas neste artigo, não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.

§ 4o - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

§ 5o - Ficarão sem efeito as concessões de lavra cujo trabalho de implantação não seja iniciado, injustificadamente, no prazo de doze meses, contados da publicação, na imprensa nacional, do respectivo título de concessão"".

**Justificativa:**

A Emenda ora proposta tem mais dois objetivos: a) permitir a qualquer empresa a prática de atividades ligadas à mineração, atribuindo-as exclusivamente a empresa nacional, quando desenvolvidas em faixas de fronteira ou em terras indígenas; b) eliminar do texto constitucional a referência a prazo.

Em regime de livre iniciativa, que caracteriza uma economia de mercado, não tem sentido fazer restrições constitucionais o capital estrangeiro. O Brasil, país carente de capital, não se pode dar ao luxo de criar empecilhos aos investimentos externos, disputados até pelas nações do bloco socialista, principalmente em setor dependente de elevado volume de recursos e de tecnologia aprimorada.

Basta que se assegure o controle, pelo Estado, das autorizações e concessões para a pesquisa e a lavra, subordinando-as expressamente ao interesse nacional. No mais, as atividades devem ser regidas pelas normas gerais, atinentes às demais atividades, para o exercício das quais a empresa nacional já conta com os devidos estímulos, assegurados pelos §§ 2º e 3º do art. 200.

No concernente às faixas de fronteira e às terras indígenas, é justificável o exercício das atividades exclusivamente por empresas nacionais, em homenagem à segurança do país e à preservação do patrimônio cultural das comunidades indígenas. Daí a ressalva feita na Emenda proposta.

Por outro lado, é imperioso registrar que a temporariedade, por prazo determinado, nas autorizações ou concessões de pesquisa ou lavra, traria consequências muito sérias ao setor mineral, tanto econômica quanto sociais.

No plano econômico, a fixação de prazo determinado à exploração de recursos minerais forçará as empresas a embarcarem em estratégias imediatistas de produção, causando, entre outros direitos, os seguintes efeitos indesejáveis:

- a) Planos de mineração dirigidos basicamente à extração das partes mais ricas dos depósitos, em prejuízo da jazida como um todo, o que pode significar lavra predatória, reduzindo desnecessariamente nossas reservas de recursos não renováveis;
- b) Queda dos índices de produção e também de produtividade dos investimentos, que só os planos de médio e de longo prazos podem assegurar, pois o minerador leva sempre em consideração parâmetros econômicos de mercado, tanto no que diz respeito a preço como a demanda, os quais, cotejados com os custos, definirão o retorno do empreendimento;
- c) Desestímulo a pesquisas que possam ampliar as reservas conhecidas nas áreas já em exploração, pois o minerador nenhum benefício terá com a ampliação de suas reservas, uma vez que seu aproveitamento estará além do prazo de concessão temporária.

No plano social, o prazo determinado desencorajará toda a sorte de investimentos que visem a melhorar a qualidade de vida dos que labutam o setor. De outro lado, afetará a capacidade do setor na geração de novos empregos, especialmente nas regiões longínquas, enfraquecendo assim seu papel na distribuição de rendas. No Brasil, a situação é particularmente agravada porque as províncias minerais encontram-se principalmente em áreas destituídas de qualquer infraestrutura urbana, exigindo das empresas que lá atuam construir casas, prover escolas e hospitais, resolver as necessidades de abastecimento etc...

Enfim, em determinados tipos de exploração mineral, a prefixação de prazos pode simplesmente inviabilizar os empreendimentos do ponto de vista econômico, levantando mais um óbice aos tantos que já cerceiam a ação daqueles que se dispõem, no Brasil, a exercer as atividades produtivas.

Ademais, a presente emenda acrescenta três parágrafos, remunerando os dois existentes, com os quais visa: a) atribuir aos Estados a concessão de uso dos potenciais de energia elétrica nos seus territórios; b) assegurar ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; c) estabelecer que as concessões de lavra cujo trabalho de implementação não seja iniciado, injustificadamente, no prazo de doze meses contados da publicação do ato concessivo, ficarão sem efeito.

Este último parágrafo objetiva dinamizar o processo de exploração mineral em nosso país. E isto só será possível na medida em que se estabelecer prazo para implantação do trabalho de lavra.

Resulta inaceitável determinada empresa ser beneficiária de um alvará e não produzir nada, em detrimento de outros que querem produzir, com que se gera prejuízo não só para unidade federada em cujo território reside o minério, mas, também, para o próprio país.

**Parecer:**

A presente emenda tem como objetivo retirar do texto constitucional alguns princípios considerados restritivos

e prejudiciais ao desenvolvimento do setor mineral: a limitação do acesso de capitais estrangeiros ao setor mineral e a imposição de um prazo fixo para a exploração. Defende-se a eliminação de restrições ao capital estrangeiro porque nosso País é carente de capitais e não tem como desenvolver sozinho todo o setor mineral. A oposição à determinação de prazos fixos para a exploração baseia-se na previsão de que tal imposição induziria as empresas a embarcarem em estratégias imediatistas de produção.

A eliminação desses princípios, no entanto, contraria o espírito das idéias aprovadas na Comissão de Sistematização.

Foi considerado prioritário exercer o maior controle possível sobre a exploração mineral e concentrar a exploração nas mãos de brasileiros.

A emenda também propõe acrescentar alguns dispositivos como, por exemplo, o que dá aos Estados o direito de dar concessões para uso de potenciais de energia elétrica em seu território. Consideramos que tais matérias caberiam melhor à legislação ordinária.

Concluimos pela rejeição.

**EMENDA:01369 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CÉLIO DE CASTRO (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: art. 206

Dê-se ao art. 206 do Projeto de Constituição a seguinte redação:

"Art. 206 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados por brasileiros ou empresas de capital exclusivamente de brasileiros, mediante autorização ou concessão da união, por tempo determinado, no interesse nacional, na forma da lei.  
§ Único - Quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas, só poderão ser efetuadas por empresas estatais."

**Justificativa:**

A formulação que propomos objetiva precisar as condições para a exploração dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e lavra de recursos minerais, restringindo essas atividades às empresas de capital exclusivamente de brasileiros, em defesa do interesse e da soberania nacionais.

**Parecer:**

O objetivo desta emenda é o de reservar a atividade de pesquisa e aproveitamento de recursos minerais exclusivamente para brasileiros ou empresas de capital exclusivamente brasileiro. Com esse princípio, pretende-se evitar que as reservas não renováveis do País sejam exauridas e carreadas para o exterior sem que o povo brasileiro dele se tenha beneficiado. Deseja-se geralmente, limitar a exploração mineral em faixa de fronteira ou em terras indígenas às empresas estatais.

Ocorre que a imposição de tais restrições num texto constitucional poderia dificultar muito e até inviabilizar a exploração mineral no País. Não há capitais nacionais suficientes para desenvolver o setor à altura do seu potencial para o País. Além disso, dificilmente nossas estatais, com suas funções já tão ampliadas, teriam condições materiais e técnicas para se responsabilizar por toda a exploração em faixa de fronteira ou área indígenas.

Concluimos pela rejeição.

**EMENDA:01537 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CHRISTOVAM CHIARADIA (PFL/MG)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 205 do Projeto

de Constituição (A) da Comissão de Sistematização.

"Art. 205 - As jazidas, as minas e demais recursos minerais, e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e serão administrados pela União."

**Justificativa:**

A redação proposta procura melhor adequar o ditame constitucional à realidade da mineração brasileira. Conforme ensinam os doutrinadores e mestres do Direito Administrativo, as jazidas pertencem ao patrimônio geral da Nação e não ao patrimônio particular da União; assim, os recursos minerais são do domínio eminente e não do domínio particular da União.

Substituir, pois, a expressão "e pertencem à União" por "serão administrados pela União", constitui medida de salutar prudência, eis que evitará o conflito de opiniões, contribuindo, pois, para o aprimoramento da redação, mentida a tradição constitucional brasileira.

**Parecer:**

A emenda tem por finalidade substituir, no texto do art. 205, caput, do Projeto de Constituição, a expressão "pertencem à União" por "serão administrados pela União".

O Projeto inclui dentre os bens da União (art. 22, VII) "os recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica".

Coerentemente, no Capítulo que trata do regime da propriedade do subsolo, consagra a determinação de que "as jazidas, minas e demais recursos minerais" pertencem à União.

O propósito que transparece do texto foi o de espancar quaisquer dúvidas sobre a propriedade dos bens minerais existentes no País. A falta de disposição explícita sobre o assunto nas Cartas Constitucionais anteriores ensejou, sempre, acirradas discussões sobre a propriedade desses bens, cuja exploração e aproveitamento é outorgado por ato do Poder Público federal. Significativa corrente doutrinária, simpática aos interesses dos concessionários, insiste em aproximar o instituto da concessão do domínio.

O Projeto de Constituição de que se cogita encerra tal controvérsia.

A emenda não pode prosperar.

Pela rejeição.

**EMENDA:01785 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OSVALDO COELHO (PFL/PE)

**Texto:**

Dê-se nova redação ao artigo 206, nos seguintes termos:

Art. 206 - o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados por brasileiros ou empresa constituídas no País, no interesse nacional, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas.

**Justificativa:**

A substituição proposta permite o aporte de capitais, tanto na fase de risco, ou seja, da prospecção mineral, como também na fase de lavra, que exige longo período de maturação e que não deve ser suportada apenas pelo capital nacional privado e estatal. Isso se justifica por ser o País altamente carente de poupança interna e não dispor de capitais nacionais na mineração, capazes de atender às necessidades de investimento no setor. A alteração proposta é importante por evitar o desestímulo, a fuga de capitais e, principalmente, a insegurança do empreendimento por falta de continuidade. A determinação no tempo também, é extremamente danosa por estimular a ambição do minerador em explorar aceleradamente a parte mais nobre de jazida em busca do ressarcimento do seu investimento e dos lucros imediatos, provocando, com isso, a simples depredação do jazimento.

A fixação de prazo também será fator de insegurança para os trabalhadores, cuja permanência no emprego ficaria limitada no tempo.

**Parecer:**

Os requisitos previstos no dispositivo objeto da presente emenda melhor atende ao interesse nacional, razão porque opinamos pela rejeição da proposição.

Pela rejeição.

**EMENDA:01824 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

**Texto:**

Dê-se nova redação ao "caput" do art. 206, com acréscimo de um parágrafo:

Art. 206 - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por brasileiro ou empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, por tempo determinado, no interesse nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades envolverem minerais estratégicos ou sejam desenvolvidas em faixa de fronteira ou em terras indígenas.

§ 3o. - O Conselho de Defesa Nacional estabelecerá, quinquenalmente, a relação e coeficientes de utilização dos minerais estratégicos, para apreciação do Congresso Nacional.

**Justificativa:**

O Brasil é detentor de mais de 95% das reservas mundiais de quartzo e nióbio, além de deter consideráveis reservas de titânio, bário, tantalito, entre outros, inclusive terras raras. Não se pode admitir que a exploração desses minerais decisivos para a economia e segurança nacional, seja feita predatória e descontroladamente, considerada sua escassez mundial.

A exploração de nióbio – minério de importância fundamental para a produção de supercondutores, indispensável à tecnologia de fusão nuclear e construção de potentes aceleradores de partículas, além do titânio, tantalito, berilo, entre outros vem sofrendo sistematicamente grave deterioração de preços, incompatível com sua elevada importância estratégica.

Quanto ao quartzo, cada tonelada de minério bruto exportada para apenas a importação de algumas dezenas de gramas do minério beneficiado, para uso tecnológico em ótica avançada, constituindo também a base mundial de toda indústria eletrônica de ponta.

Os exemplos acima justificam por si medidas constitucionais que regulem definitivamente o uso desses minérios. Afinal, os brasileiros não podem dispensar tratamento superficial e impatriótico que significa a base de toda indústria futura indústria eletrônica, informática, nuclear, espacial, etc. Se o Brasil tem posição singular no mundo quanto a tais minérios singularmente devemos tratar sua exploração.

Por dever de amor ao Brasil e responsabilidade histórica.

**Parecer:**

O objetivo desta emenda é o de dar à exploração dos minerais estratégicos um tratamento especial, equivalente àquele que é dispensado à exploração em terras indígena e em faixas de fronteira. Esses minerais são considerados decisivos para a economia e segurança nacional, e sua exploração não pode ser predatória ou descontrolada, sob pena de resultar em escassez até mundial.

Apesar dos méritos desta iniciativa, acreditamos que não cabe, num texto constitucional, descer a tantos detalhes sobre a forma de utilização e preservação dos minerais estratégicos. Esse grau de detalhamento cabe melhor em documentos de planejamento do ministério que é responsável pelo setor mineral como um todo. Por isso, concluímos pela rejeição.

**EMENDA:02043 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LUÍS EDUARDO (PFL/BA)

**Texto:**

Dispositivo emendado – TÍTULO VII

Dê-se ao Título VII do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:  
TÍTULO VII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS, DA INTERVENÇÃO DO ESTADO, DO REGIME DE PROPRIEDADE DO SUBSOLO E DA ATIVIDADE ECONÔMICA.

[...]

**Art.205** - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento.

Parágrafo 1º - É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra, a lei regulará a forma e o valor da participação.

Parágrafo 2º - A União instituirá, na forma da lei, a título de indenização, fundo de exaustão, às expensas de percentual do resultado da lavra, para atender ao desenvolvimento do município onde se localize a jazida, desde que o justifiquem as condições econômicas e sociais.

Parágrafo 3º - O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional. São privativos de brasileiros ou de empresa brasileira de capital nacional, o aproveitamento de potenciais de recursos hídricos e a pesquisa e a lavra de recursos minerais em faixas de fronteira e em terras indígenas, obedecidas a legislação pertinente.

Parágrafo 4º - As autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.

Parágrafo 5º - Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

[...]

Assinaturas

- |                            |                               |                             |
|----------------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| 1. Luiz Eduardo            | 28. José Camargo              | 55. Mello Reis              |
| 2. Amaral Netto            | 29. Mattos Leão               | 56. Arnold Foravante        |
| 3. Antônio Salim Curiatti  | 30. José Tinoco               | 57. Jorge Arbage            |
| 4. José Luiz Maia          | 31. João Castelo              | 58. Chagas Duarte           |
| 5. Carlos Virgílio         | 32. Guilherme Palmeira        | 59. Álvato Pacheco          |
| 6. Mário Bouchardet        | 33. Carlos Chiarelli          | 60. Felipe Mendes           |
| 7. Melo Freire             | 34. Roberto Torres            | 61. Alysson Paulinelli      |
| 8. Leopoldo Bessone        | 35. Arnaldo Faria de Sá       | 62. Aloísio Chaves          |
| 9. Aloísio Vasconceos      | 36. Sólton Borges dos Reis    | 63. Sotero Cunha            |
| 10. Messias Góis           | 37. Ézio Ferreira             | 64. Gastone Righi           |
| 11. Expedito Machado       | 38. José Dutra                | 65. Dirce Tutu Quadros      |
| 12. Manuel Vian            | 39. Carrel Benevides          | 66. José Elias Murad        |
| 13. Luíz Marques           | 40. Joaquim Sucena            | 67. Mozarildo Cavalcante    |
| 14. Orlando Bezerra        | 41. Daso Coimbra              | 68. Flávio Rocha            |
| 15. Furtado Leite          | 42. João Resek                | 69. Gustavo de Faria        |
| 16. Ismael Wanderley       | 43. Roberto Jefferson         | 70. Flávio Palmier da Veiga |
| 17. Antônio Câmara         | 44. João Menezes              | 71. Gil César               |
| 18. Henrique Eduardo Alves | 45. Vinat Rosado              | 72. João da Mata            |
| 19. Sadie Hauache          | 46. Cardoso Alves             | 73. Dionísio Hage           |
| 20. Siqueira Campos        | 47. Paulo Roberto             | 74. Leopoldo Peres          |
| 21. Aluizio Campos         | 48. Lourival Baptista         | 75. Carlos Sant'anna        |
| 22. Eunice Michiles        | 49. Ruben Branquinho          | 76. Délio Braz              |
| 23. Samir Uchoa            | 50. Cleonânio Fonseca         | 77. Gilson Machado          |
| 24. Maurício Nasser        | 51. Bonifácio de Andrada      | 78. Nabor Júnior            |
| 25. Francisco Dornelles    | 52. Agripino de Oliveira Lima | 79. Geraldo Fleming         |
| 26. Stélio Dias            | 53. Narciso Mendes            | 80. Osvaldo Sobrinho        |
| 27. Airton Cordeiro        | 54. Marcondes Gadelha         | 81. Osvaldo Coelho          |

- |                            |                            |                           |
|----------------------------|----------------------------|---------------------------|
| 82. Hilário Braun          | 130. Caio Pompeu           | 179. Ivo Cersósimo        |
| 83. Edivaldo Motta         | 131. Felipe Cheidde        | 180. Matheus Iensen       |
| 84. Paulo Zirzur           | 132. Monoel Moreira        | 181. Antônio Ueno         |
| 85. Nilson Gibson          | 133. Marluce Pinto         | 182. Dionísio Dal Prá     |
| 86. Milton Reis            | 134. Ottomar Pinto         | 183. Jacy Scanagata       |
| 87. Marcos Lima            | 135. Olavo Pires           | 184. Basílio Villani      |
| 88. Nilton Barbosa         | 136. Victor Fontana        | 185. Oswaldo Trevisan     |
| 89. Francisco Sales        | 137. Orlando Pacheco       | 186. Renato Jonhsson      |
| 90. Assis Canuto           | 138. Ruberval Pilotto      | 187. Ervin Bonkoski       |
| 91. Chagas Neto            | 139. Jorge Bornhausen      | 188. Jovanni Masini       |
| 92. José Viana             | 140. Alexandre Puzyna      | 189. Paulo Pimentel       |
| 93. Lael Varella           | 141. Artenir Werner        | 190. José Carlos Martinez |
| 94. Rosa Prata             | 142. Cláudio Ávila         | 191. Júlio Campos         |
| 95. Mário de Oliveira      | 143. Divaldo Suruagy       | 192. Ubiratan Pinelli     |
| 96. Sílvio de Abreu        | 144. Denisar Arneiro       | 193. Jonas Pinheiro       |
| 97. Luiz Leal              | 145. Jorge Leite           | 194. Louremberg Nunes     |
| 98. Génesio Bernardino     | 146. Aloysio Teixeira      | Rocha                     |
| 99. Alfredo Campos         | 147. Roberto Augusto       | 195. Roberto Campos       |
| 100. Virgílio Galassi      | 148. Messias Soares        | 196. Cunha Bueno          |
| 101. Alfredo Campos        | 149. Dálton Canabrava      | 197. Inocêncio Oliveira   |
| 102. Theodoro Mendes       | 150. Enoc Vieira           | 198. Salatiel Carvalho    |
| 103. Amilcar Moreira       | 151. Joaquim Haickel       | 199. José Moura           |
| 104. Oswaldo Almeida       | 152. Edison Lobão          | 200. Marco Maciel         |
| 105. Ronaldo Carvalho      | 153. Victor Trovão         | 201. Ricardo Fiuza        |
| 106. José Freire           | 154. Onofre Corrêa         | 202. Paulo Marques        |
| 107. José Mendonça Bezerra | 155. Albérico Filho        | 203. João Lobo            |
| 108. José Lourenço         | 156. Vieira da Silva       | 204. Telmo Kirst          |
| 109. Vinícius Consanção    | 157. Costa Ferreira        | 205. Darcy Pozza          |
| 110. Ronaldo Corrêa        | 158. Eliezer Moreira       | 206. Arnaldo Prieto       |
| 111. Paes Landim           | 159. José Teixeira         | 207. Osvaldo Bender       |
| 112. Alécio Dias           | 160. Oscar Corrêa          | 208. Adyson Motta         |
| 113. Mussa Demes           | 161. Maurício Campos       | 209. Paulo Mincarone      |
| 114. Jessé Freire          | 162. Sérgio Werneck        | 210. Adroaldo Streck      |
| 115. Gandi Jamil           | 163. Raimundo Resende      | 211. Victor Faccioni      |
| 116. Alexandre Costa       | 164. José Geraldo          | 212. Luis Roberto Ponte   |
| 117. Alberico Cordeiro     | 165. Álvaro Antônio        | 213. João de Deus Antunes |
| 118. Iberê Ferreira        | 166. Asdrubal Bentes       | 214. Arolde de Oliveira   |
| 119. José Santana de       | 167. Jarbas Passarinho     | 215. Rubem Medina         |
| Vasconcellos               | 168. Gerson Peres          | 216. Irapuan Costa Junior |
| 120. Christovam Chiaradia  | 169. Carlos Vinagre        | 217. Roberto Balestra     |
| 121. Djenal Gonçalves      | 170. Fernando Velasco      | 218. Luiz Soyer           |
| 122. José Egreja           | 171. Arnaldo Moraes        | 219. Naphtali Alves Souza |
| 123. Ricardo Isar          | 172. Fausto Fernandes      | 220. Jalles Fontoura      |
| 124. Afif Domingos         | 173. Domingos Juvenil      | 221. Paulo Roberto Cunha  |
| 125. Jayme Paliarin        | 174. José Elias            | 222. Pedro Canedo         |
| 126. Delfim Netto          | 175. Rodrigues Palma       | 223. Lúcia Vânia          |
| 127. Farabulini Júnior     | 176. Levy Dias             | 224. Nion Albernaz        |
| 128. Fausto Rocha          | 177. Ruben Figueiró        | 225. Fernando Cunha       |
| 129. Tito Costa            | 178. Rachid Saldanha Derzi | 226. Antônio de Jesus     |



227. Nyder Barbosa	250. Francisco Diógenes	272. Albano Franco
228. Pedro Ceolin	251. Antônio Carlos Mendes Thame	273. Sarney Filho
229. José Lins	252. Jairo Carneiro	274. Odacir Soares
230. Homero Santos	253. Paulo Marques	275. Mauro Miranda
231. Chico Humberto	254. Rita Furtado	276. João Machado Rollemberg
232. Osmundo Rebouças	255. Jairo Azi	277. José Carlos Coutinho
233. Francisco Carneiro	256. Fábio Raunheitti	278. Miraldo Gomes
234. Meira Filho	257. Feres Nader	279. Antonio Carlos Franco
235. Márcia Kubitschek	258. Eduardo Moreira	280. Wagner Lago
236. Aécio de Borba	259. Manoel Ribeiro	281. Osmar Leitão
237. Bezerra de Melo	260. José Mello	282. Simão Sessim
238. Eraldo Tinoco	261. Jesus Tajra	283. Annibal Barcellos
239. Benito Gama	262. Francisco Coelho	284. Geovani Borges
240. Jorge Vianna	263. Érico Pegoraro	285. Eraldo Trindade
241. Ângelo Magalhães	264. Fernando Gomes	286. Antonio Ferreira
242. Leur Lomanto	265. Evaldo Gonçalves	287. Maria Lúcia
243. Jonival Lucas	266. Raimundo Lira	288. Maluly Neto
244. Sérgio Brito	267. César Cals Neto	289. Carlos Alberto
245. Roberto Balestra	268. Eliel Rodrigues	290. Gidel Dantas
246. Waldeck Dornelas	269. Max Rosenmann	291. Adauto Pereira
247. Francisco Benjamim	270. Carlos de Carli	
248. Etevaldo Nogueira	271. Mauro Borges	
249. João Alves		

#### Justificativa:

O fortalecimento de nossa economia é objetivo que se procura alcançar a serviço dos interesses sociais do País. Tal objetivo, modernamente, só pode ser atingido com a valorização do trabalho humano e com prestígio a livre iniciativa. Temos necessidade premente, para crer no aproveitamento de nossas potencialidades, de orientação firme e segura no texto constitucional, que garanta estímulo à atividade produtiva. Por isso os dispositivos constantes deste título estão ao mesmo tempo, projetados para os avanços futuros e conciliados com a realidade presente.

Assim, a começar pelo elenco de princípios que devem nortear a atividade econômica, passando pela noção já incorporada ao nosso Direito, do que seja uma empresa brasileira ou nacional, buscar-se enfatizar a primazia da livre empresa como fator predominante do desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que se definem os parâmetros gerais do Estado nesse campo.

Em linhas gerais, o novo texto procura traçar um perfil compatível com as diretrizes da economia de mercado e da aceitação de investimento estrangeiro, observadas algumas exceções em atividades consideradas fundamentais ao desenvolvimento tecnológico e à segurança nacional.

Em relação à reforma agrária, duas alterações básicas foram introduzidas, a primeira refere-se ao direito da propriedade do imóvel rural, cuja utilização deve preencher uma função social, a segunda visa proteger a propriedade produtiva contra a desapropriação. A reforma urbana está adequada aos fins a que se destina, tendo a redação sido ajustada para dela retirarem-se as exceções e as impropriedades.

#### Parecer:

Acolho, na forma do privilégio regimental, para as emendas com mais de 280 (duzentos e oitenta) assinaturas (Art.1º. Resolução nº 3/88). Pela aprovação, no mérito, com ressalva dos destaques pedidos por membros da Bancada do PMDB e do disposto na emenda 2P01776-2, a que dei minha aprovação (relativamente ao parágrafo 2o., do artigo 214).

#### CAPÍTULO I:

PELA APROVAÇÃO: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII do Art. 199 e seu Parágrafo único; Parágrafo único do Art. 201; § 2º do Art. 202; § 1º do Art. 203; incisos I, II, III e IV do Art. 204; §§ 1º, 4º e 5º do Art. 205; Art. 206 ("caput"), incisos II, III, V, e seu Parágrafo único; Art. 207 ("caput"); Art. 210 ("caput"); Art. 211 ("caput") e Parágrafo único.

PELA REJEIÇÃO: Art. 199 ("caput"), inciso IX; Art. 200 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º; Art. 201 ("caput"); Art. 202 ("caput"), §§ 1º e 3º; Art. 203 ("caput"), §§ 2º e 3º (Emenda nº 2 336-2, Marcos Lima); Art. 204 ("caput"); Art. 205 ("caput"), § 3º; incisos I e IV do Art. 206; Art. 208 ("caput"); Art. 209 ("caput").

#### CAPÍTULO III:

PELA APROVAÇÃO: Art. 217 ("caput"), § 2º, § 5º, inciso I e § 6º; Art. 218 ("caput") e seu Parágrafo único; §§ 1º, 2º e 3º do Art. 221; Art. 222 ("caput"); Art. 223 ("caput");

#### PELA REJEIÇÃO:

Art. 216 ("caput"), Parágrafo único, incisos I, II, III e IV; § 1º do Art. 217; Art. 219 ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 220 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 224 ("caput").

CAPÍTULO IV:

PELA APROVAÇÃO: Art. 225 ("caput"), incisos I, II e III, alíneas "a" , "b" e "C"; incisos IV, VI, VII e VIII, §§ 1º e 2º ;

PELA REJEIÇÃO: Inciso V do Art. 225.

## FASE U

**EMENDA:00072 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JALLES FONTOURA (PFL/GO)

**Texto:**

No § 1o. do Art. 182, suprimir "A pesquisa", ficando, portanto, a seguinte redação:

Art. 182 .....

§ 1o. - A lavra e o aproveitamento dos potenciais a que se refere este artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

**Justificativa:**

A emenda proposta não altera o mérito da nacionalização parcial de mineração, mas aperfeiçoa seu conteúdo em benefício do País.

Aplica-se hoje no Brasil menos de 100 milhões de dólares por ano em pesquisa mineral, quantia absolutamente insuficiente – ridícula, mesmo para revelar nosso potencial universal. Assim, não parece sensato restringir a utilização de capital externo na fase de pesquisa, que se caracteriza pela incerteza e risco, principalmente em um período no qual se conjugam dois poderosos fatores adversos à mineração: a precária situação econômica nacional e o baixo preço dos bens minerais, quase todos ofertados e disponíveis.

Já na fase da lavra, a exigência de parceria minoritária com o capital nacional estimula a consolidação de empresas nacionais de mineração e não inviabiliza a participação produtiva do capital estrangeiro. As associações tanto poderão se fazer de forma direta como através da democratização do capital via Bolsa de Valores – este, aliás, o mecanismo preferível.

**Parecer:**

Segundo o art. 182, § 1o., do Projeto de Constituição (B), "a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas".

A Emenda 2T00072-3 propõe a supressão da expressão "a pesquisa", do referido dispositivo, o que não se justificaria. Pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:00166 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AROLDE DE OLIVEIRA (PFL/RJ)

**Texto:**

Art. 182, § 1o. - Suprimir a expressão "de capital nacional".

**TEXTO MODIFICADO:**

Art. 182, § 1o. - A pesquisa, a lavra e o aproveitamento dos potenciais a que se refere este artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se

desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

**Justificativa:**

Trata-se de uma discriminação nociva ao desenvolvimento das atividades do setor dos recursos minerais, uma vez que interrompe o fluxo de capital de risco internacional aplicado no setor. A exigência de empresa brasileira já é suficiente para garantir o controle da União e a defesa dos interesses nacionais.

**Parecer:**

Segundo o art. 182, § 1o., do Projeto de Constituição B, "a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas".

A emenda propõe que se suprima do dispositivo a expressão "de capital nacional" .

Entendemos que o teor do art. 177 e o interesse nacional recomendam a manutenção da expressão focalizada.

Pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:00221 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MÁRCIO BRAGA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Dispositivo Emendado: Art. 182 caput, do

Projeto de Constituição "B"

Suprima-se a expressão "e pertencem à

União", contida no caput do Art. 182.

**Justificativa:**

Afirmar que as jazidas e minas, pertencem à União, estar-se-á, no mínimo, pregando o afastamento da iniciativa privada do setor mineral.

Esta afirmativa se corrobora ao se levar em conta a diferença de conceito existente entre as expressões recursos minerais, utilizada corretamente no Inciso II do Art. 20 do Projeto de Constituição B, em exame, e jazidas e minas, adotado no Art. 182 aqui tratado. Senão vejamos:

Ao se declarar, no citado Inciso IX do Art. 20 do Projeto de Constituição B, que os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União, corretamente estar-se-á tomando a expressão em seu conceito técnico mais amplo, referindo-se à potencialidade mineral, presumidamente existente no solo brasileiro, porém ainda não identificada em seus prováveis ambiente geológicos favoráveis. Com este enunciado, quer o Inciso IX do Art. 20 deixar clara a inclusão dos recursos minerais no rol dos bens da União, ou seja, sobre os quais ela exerce o seu domínio eminente, situação da qual se depreende que os recursos minerais se submetem inteiramente à soberania e interesses nacionais.

Pretender, contudo, como o faz o "caput" do Art. 182 citado, erigir as jazidas e minas como de propriedade da União, esquecendo-se de que as jazidas e minas são bens definidos e de valor econômico, já na posse daqueles que, através de trabalho e recursos financeiros, transformaram a simples presunção de existência de recursos minerais em jazidas e minas, estar-se-á, inequivocamente, promovendo a estatização do setor mineral do País.

Na verdade, a intenção do autor da redação do artigo em questão, foi claramente a de resguardar a soberania do País, pelo que, agora terá que referir-se à "recursos minerais" e não a jazidas e minas, presumidamente já nas mãos dos respectivos titulares, por força de outorga dos respectivos títulos autorizativos da União.

Conforme vimos, os "recursos minerais" já foram preservados como integrantes do patrimônio da União no Inciso IX do Art. 20 deste Projeto de Constituição "B", donde decorre, também, que os recursos minerais se submetem integralmente aos princípios da soberania e interesses nacionais, dispensando, assim, por indébita e inócua, a repetição de texto que objetiva alcançar o mesmo efeito.

Conclui-se, pois, que a expressão "e pertencem à União" deve ser suprimida, pelo absurdo que sua permanência provocará ao se ter em conta que se refere a jazidas e minas, bens que já ultrapassaram as fases das outorgas governamentais, portanto já na posse e gozo, pelos respectivos titulares, dos decorrentes direitos de fuição das substâncias minerais pelas contidas.

**Parecer:**

Segundo o art. 182, "caput", do Projeto de Constituição (B), "as jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União".

A Emenda propõe que se suprima do citado dispositivo a expressão "e pertencem à União".

Conforme o art. 2o., itens VIII e IX, "são bens da União os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os do subsolo" - além do que determina o § 2o. do art. 182.

Entendemos que a expressão focalizada deve ser mantida.

Pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:00306 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JESSÉ FREIRE (PFL/RN)

**Texto:**

SUPRIMIR a expressão "DE CAPITAL NACIONAL", ao parágrafo 1o., do Artigo 182, do Capítulo I, do Título VII, do Projeto de Constituição "B".

**Justificativa:**

Emenda sem justificação.

**Parecer:**

Segundo o art. 182, § 1o., do Projeto de Constituição B, "a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas". A emenda propõe que se suprima do dispositivo a expressão "de capital nacional". Entendemos que o teor do art. 177 e o interesse nacional recomendam a manutenção da expressão focalizada. Pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:00351 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RICARDO FIUZA (PFL/PE)

**Texto:**

Dispositivo Emendado: § 1o. do Art. 182 do Projeto de Constituição "b".

Suprima-se a expressão "de capital nacional", contida no § 1o. do Art. 182.

**Justificativa:**

A restrição do exercício da atividade de mineração a empresas brasileiras, totalmente submetidas ao interesse e soberania nacionais, é questão que se impõe.

Por seu turno, as dimensões continentais do território nacional tornam imperativa a congregação de todos os esforços e recursos financeiros disponíveis, para se fazer face ao desafio do levantamento e conhecimento adequados de nossos recursos minerais, sem o que nem mesmo poderemos estabelecer uma política para o setor mineral.

Este esforço, do mais alto interesse nacional, deve ser realizado, preferencialmente, pelo risco que envolve, pela livre iniciativa, empresas devidamente organizadas segundo a legislação brasileira.

**Parecer:**

Segundo o art. 182, § 1o., do Projeto de Constituição B, "a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas". A emenda propõe que se suprima do dispositivo a expressão "de capital nacional". Entendemos que o teor do art. 177 e o interesse nacional recomendam a manutenção da expressão focalizada. Pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:00446 APROVADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

**Texto:**

Suprima-se o § 3o. do Art. 182.

**Justificativa:**

O § 3º, do Art. 182 que diz que a lei instituirá, a título de indenização, fundo de exaustão constituído de percentual do resultado da lavra, para atender ao desenvolvimento do município onde se localize a jazida, desde que o justifiquem as condições econômicas e sociais. Este dispositivo consta do texto por engano, na medida em que não foi aprovado nos acertos de Lideranças e a emenda do Deputado Gil César, do PMDB-MG, foi prejudicada, por S.Exª não se encontrar no plenário na ocasião da votação, o que pode, perfeitamente, ser constatado nos Anais da sessão onde a matéria foi votada. Esclareço, inclusive, que o Presidente, por três vezes, chamou o nobre Deputado antes que considerasse a emenda prejudica, daí porque, esse parágrafo não pode constar no texto constitucional. Deixa, ainda, de ser justificável tal fundo de exaustão na medida em que o texto constitucional aprovou o royalty a ser cobrado sobre a exploração de minerais e de potenciais de energia elétrica.

**Parecer:**

Pela aprovação, nos termos do parecer à Emenda no. 2T00656-0.

**EMENDA:00571 APROVADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RENATO JOHNSON (PMDB/PR)

**Texto:**

Suprima-se todo o parágrafo 3o. do Art. 182 do Projeto de Constituição "B".

**Justificativa:**

Por ocasião das negociações que resultaram na aprovação dos "Royalties" sobre minerais (parágrafo 1º do Art. 20 do Projeto da Constituição "B") bem como na participação do proprietário do solo nos resultados da lavra, ficou acordada a extinção do fundo da exaustão.

Tive a oportunidade de apresentar o tema a debate-lo com o Relator Bernardo Cabral, o Deputado Gil Cesar e as lideranças partidárias que anuíram com a referida extinção, tendo na oportunidade ficado acertada a sua supressão do texto constitucional. Por equívoco, entretanto, o fundo de exaustão previsto no parágrafo 3º do Art. 182 veio a constar do Projeto.

Não se pode, sob pena de inviabilizar totalmente o setor mineral de país, criar tão vasto elenco de ônus incidentes sobre o resultado da exploração mineral. Senão, vejamos.

No parágrafo 1º do Art. 20 cria-se, como compensação financeira ou participação no resultado da exploração dos recursos minerais, a figura de um "Royalty" em favor dos Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos da Administração Direta da União.

Foi extinto o imposto único sobre minerais, o que ensejará novos tributos – impostos e taxas – que assim passarão à incidir sobre operações com substâncias minerais.

Ao se enquadrar as substâncias minerais no âmbito de incidência do imposto relativo à circulação de mercadorias, enseja-se a alteração de alíquotas, segundo as regras daquele imposto, o que poderá onerar ainda mais, os produtos minerais.

Na forma do disposto do parágrafo 2º do Art. 192, assegura-se aos proprietários do solo uma participação nos resultados da lavra, cujo valor só se saberá através da lei ordinária.

Além dos ônus assinalados, pretender ainda instituir fundo de exaustão às empresas do resultado da lavra, para atender ao desenvolvimento de municípios, por certo redundará numa carga ao desenvolvimento de municípios, por certo redundará numa carga tributária insuportável, que certamente contribuirá, decisivamente, para inviabilizar qualquer atividade mineral no país.

**Parecer:**

Pela aprovação, nos termos do parecer à Emenda no. 2T00656-0.

**EMENDA:00590 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ISRAEL PINHEIRO FILHO (PMDB/MG)

**Texto:**

Suprima-se do § 1o. do Art. 182 do Projeto de Constituição "B", logo após "Empresa Brasileira", a expressão "de capital nacional".

**Justificativa:**

A exploração racional e eficiente dos recursos minerais existentes no país é tarefa hercúlea, que exige utilização de tecnologia das mais sofisticadas e investimentos financeiros de alto monta.

Desde que iniciamos, há longos anos, o processo de exploração de nossos recursos minerais, verificamos que não poderíamos dispensar a preciosa colaboração técnica e financeira de empresas estrangeiras que, por nós convocadas, aqui se estabeleceram, dedicando-se, principalmente, à prospecção e exploração de jazidas, e, posteriormente, à instalação de importantes e complexas indústrias de transformação, responsáveis, hoje por parcela ponderável do aço produzidos no país. Sem essa colaboração não teríamos desenvolvido nosso parque metalúrgico, já que os investimentos eram, como ainda são, de retorno difícil e demorado, e tecnologia utilizada no processo, sofisticada e dispendiosa, e o mercado internacional, das mais disputadas e seletivas.

Convém lembrar, também, que inúmeros desses grupos pioneiros transformaram-se em empresas brasileiras, vez que constituídas sob nossas leis e com sede e administração no país. E mais, detêm tecnologia de ponta, recursos financeiros adequados e empreendimentos desse porte e excelente "know how" comercial, fatores absolutamente indispensáveis à obtenção de êxito no setor.

Portanto, em vez de vedarmos esse mercado as empresas brasileiras com fonte de capital no exterior, deveríamos, isto sim, é intensificar sua participação na exploração e beneficiamento de recursos minerais, principalmente naqueles setores mais dispendiosos, como o de transformação da bauxita em alumínio processo em que a energia elétrica constitui 60% do custo da produção. Nesses casos, em vez do Governo arcar com as pesadíssimas despesas de construção de usinas hidrelétricas, deveria atribuir esse ônus a própria empresa interessada na mineração e beneficiamento do produto, porque tais empresas, ao contrário do que acontece com as de capital nacional, possuem condições financeiras para tanto.

Diante de tudo isso, parece-nos inoportuno e inconveniente aos mais altos interesses nacionais que, justamente agora, quando mais estamos a necessitar de um considerável impulso e a nossa economia, adotemos, no texto constitucional,

dispositivo que vede a participação de empresa brasileira de capital não nacional na onerosa e gigantesco setor de exploração e industrialização de recursos minerais.

**Parecer:**

Segundo o art. 182, § 1o., do Projeto de Constituição B, "a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas".

A emenda propõe que se suprima do dispositivo a expressão "de capital nacional" .

Entendemos que o teor do art. 177 e o interesse nacional recomendam a manutenção da expressão focalizada.

Pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:00650 APROVADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SIMÃO SESSIM (PFL/RJ)

**Texto:**

Suprima-se o § 3o. do art. 182 do Projeto de Constituição B.

**Justificativa:**

(ilegível)

**Parecer:**

Correta e oportuna a supressão proposta. O dispositivo em causa (art. 182, § 3o.) institui um "fundo de exaustão", para atender ao desenvolvimento do município onde se localizem jazidas e foi aprovado por ocasião dos trabalhos da Comissão de Sistematização; ampla fusão de emendas no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, acolhida por 393 parlamentares, resultou no texto do § 1o. do art. 21. O dispositivo assegura compensações financeiras, entre outros, aos Municípios, que passam a participar no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de petróleo ou gás natural e de outros recursos minerais em seus territórios, tornando portanto desnecessário o "fundo de exaustão".

Pela aprovação.

**EMENDA:00656 APROVADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MARCOS LIMA (PMDB/MG)

**Texto:**

Suprima-se o § 3o. do art. 182 do Projeto de Constituição B.

**Justificativa:**

Prevê a disposição, cuja supressão é proposta, que a lei instituirá, a título de indenização, fundo de exaustão, constituído de percentual do resultado da lavra, para atender ao desenvolvimento do Município onde se localiza a jazida, desde que o justifiquem as condições econômicas e sociais.

Prevaleceu, no caso, a participação dos Municípios nos resultados de exploração dos recursos minerais, prevista no art. 20, § 1º, do Projeto B, com o que perde sentido a criação de um fundo de exaustão.

**Parecer:**

Pela aprovação, nos termos do parecer à Emenda no. 2T00656-0.

**EMENDA:00705 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ MELO (PMDB/AC)

**Texto:**

Dispositivo Emendado: § 1o. do Art. 182, do Projeto de Constituição ""B""

Suprima-se do § 1o. do Art. 182, a expressão

""de capital nacional"" , ficando o parágrafo com a

seguinte redação:

""A pesquisa, a lavra e o aproveitamento dos potenciais a que se refere este artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresas brasileiras, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando

estas se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas".

**Justificativa:**

Ao restringir a participação do capital estrangeiro nas atividades de pesquisa e lavra mineral, o Projeto de Constituição "B" priva, inapropriadamente, esse setor de recursos indispensáveis ao seu crescimento, o que importará, evidentemente, em prejuízo para a economia nacional e o desenvolvimento do País, já que não dispomos de capitais internos, públicos ou privados, suficientes para os grandes investimentos necessários à expansão da indústria de mineração, de modo a atenderá demanda de insumos minerais para a indústria e a agricultura, em quantidades cada vez maiores. Apesar da potencialidade do subsolo brasileiro, o segmento da mineração ainda se encontra significativamente aquém de suas possibilidades no processo de desenvolvimento do país e, portanto, proposições ou estatizantes e/ou claramente repressoras da mineração como atividade empresarial, trazem insegurança aos investidores do setor. Preocupa, portanto, que a pretexto de aumentar o controle dos brasileiros sobre os recursos minerais do país, se penalize severamente o setor, retardando a retraindo o conhecimento e o aproveitamento racional desses recursos a comprometendo, em consequência, a soberania nacional.

Resulta, por conseguinte, que a restrição ao capital estrangeiro nas atividades de mineração neste país, desempenhadas através de empresas aqui organizadas sob o império da lei brasileira e sob o controle e a fiscalização permanente das autoridades nos vários planos de poder, será um evidente prejuízo para a economia nacional, cujo crescimento acelerado tem como uma de suas peças fundamentais o rápido desenvolvimento nacional da nossa potencialidade mineral. Por todo o exposto, propugnamos pela supressão da expressão "de capital nacional".

**Parecer:**

Segundo o art. 182, § 1o., do Projeto de Constituição B, "a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas".

A emenda propõe que se suprima do dispositivo a expressão "de capital nacional".

Entendemos que o teor do art. 177 e o interesse nacional recomendam a manutenção da expressão focalizada. Pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:00719 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ODACIR SOARES (PFL/RO)

**Texto:**

Suprimir no § 1o., do Art. 182 a expressão: " por brasileiros ou empresas brasileiras de capital nacional".

**Justificativa:**

Justifica-se a medida por entendermos que a nação necessita do concurso de todos, nacionais ou estrangeiros, que queiram investir no país e propiciar o seu desenvolvimento. A área de mineração é uma das que mais demanda grandes somas de capitais para exploração adequada e racional das jazidas, de sorte que seria extremamente salutar que o Brasil criasse condições para que o capital estrangeiro afluísse de forma abundante neste Setor. O Art. 181, do Projeto, dá ao Estado as condições necessárias para o efetivo controle e proteção de nossas riquezas minerais, de sorte que estaria conjurado qualquer possibilidade de prejuízo para os interesses nacionais. Por outro lado, ao longo do Capítulo I do Título VII, abundam as normas protetivas das empresas brasileira, da empresa brasileira de capital nacional e das cooperativas, o que bem demonstra a desnecessidade da proteção cuja supressão é proposta.

**Parecer:**

Segundo o art. 182, § 1o., do Projeto de Constituição B, "a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas".

A emenda propõe que se suprima do dispositivo a expressão "de capital nacional".

Entendemos que o teor do art. 177 e o interesse nacional recomendam a manutenção da expressão focalizada. Pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:00794 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LUIZ SOYER (PMDB/GO)

**Texto:**

Suprimir do § 1o. do art. 182, a expressão: "por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional".

**Justificativa:**

Com liberdade para todos explorarem, a exploração ainda está aquém do que o País precisa. A restrição não se justifica. É preciso fiscalizar a atividade das empresas e não descriminá-las.

**Parecer:**

Segundo o art. 182, § 1o., do Projeto de Constituição B, "a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas".

A emenda propõe que se suprima do dispositivo a expressão "de capital nacional" .

Entendemos que o teor do art. 177 e o interesse nacional recomendam a manutenção da expressão focalizada.

Pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:00884 APROVADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

**Texto:**

Dispositivo Emendado: Art. 182, caput, do Projeto de Constituição (B).

Deslocar a expressão: "garantida ao concessionário ou autorizado a propriedade do produto da lavra", constante, no Projeto de Constituição "B", do § 2o. do referido Art. 182, para o caput do mesmo artigo, que ficará, assim, com a seguinte redação:

"Art. 182 - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário ou autorizado a propriedade do produto da lavra."

**Justificativa:**

COM ACORDO DE LIDERANÇAS, no 1º Turno de votação foi aprovada fusão de emendas de cuja redação consta expressamente ser "garantida ao concessionário ou autorizado a propriedade do produto da lavra", sem se referir a regulamentação em lei ordinária.

Conforme Projeto de Constituição "B", fls. 122, § 2º do Art. 182, tal acordo resultou modificado com a redação constante do referido Projeto de Constituição "B", ao se dizer, no citado § 2º do mesmo, ao seu termino, que tal garantia será "na forma" que "dispuser a lei", o que, se mantido, lhe retirará assim o caráter de auto aplicabilidade.

Faz-se, pois, mister, a efetivação da correção aqui proposta, a fim de preservar a validade do acordo feito entre lideranças, como é da tradição desta Casa, em assunto de certa complexidade jurídica e econômica.

**Parecer:**

Trata-se de restabelecer o texto aprovado pela ANC em 1o. turno, resultante de fusão de destaques e emendas aprovadas por 459 votos.

Pela aprovação.

**EMENDA:01223 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VIRGILDÁSIO DE SENNA (PSDB/BA)

**Texto:**

Art. 182, § 3o.

Dê-se a seguinte redação: "A lei instituirá, a título de indenização, fundo de exaustão, constituído de percentual do resultado da lavra".

**Justificativa:**

O capítulo relativo à Repartição das Receitas Tributárias já procurou dotar os municípios dos recursos necessários ao atendimento das responsabilidades que lhe foram atribuídas nos termos dessa Constituição.

É princípio aceito pela soberania da Assembleia Constituinte, que o subsolo é propriedade da União. Assim não nos parece que um "Fundo" que tenha por objetivo compensar a redução de seus ativos provocado pela exaustão de um bem que a ela, União, pertença deva ser, de logo, transferindo, com exclusividade, ao município, onde eventualmente a jazida esteja localizada.

Parece-nos que o assunto deveria ser deixado em aberto e discutido na fase de elaboração da lei ordinária, prevista no texto e, após mediata análise, decidir-se por alocar esses recursos onde melhor convenha ao desenvolvimento nacional, inclusive mas não necessariamente ao município onde se realize a exploração de jazida.

**Parecer:**

Em razão de havermos acolhido emendas que propõem a supressão do art. 182, § 3o., concluímos pela rejeição da Emenda sob exame.



**EMENDA:01235 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JONAS PINHEIRO (PFL/MT)

**Texto:**

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 182, Caput.

Suprima-se, do caput do art. 182, a expressão:..." e pertencem à União."

**Justificativa:**

Erigir-se as jazidas e minas como bens pertencentes à União, é não só, simplesmente, nacionalizar as jazidas e minas do País, mas, efetivamente, bloquear o desenvolvimento do setor mineral, ao outorgar a União a titularidade da propriedade das jazidas, minas e demais recursos minerais do País.

A supressão da expressão "e pertencem à União" torna-se, pois, absolutamente necessária, não só pelos sérios inconvenientes interpretativos que virá a provocar, como também, por ser inteiramente dispensável por ser repetitiva, já que os recursos minerais, inclusive os do subsolo, já estão incluídos entre os bens da União, conforme inciso aditado ao Art. 20, inciso IX, já aprovado, e que preserva a soberania nacional em relação aos recursos minerais nacionais.

**Parecer:**

Segundo o art. 182, "caput", do Projeto de Constituição (B), "as jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União".

A Emenda propõe que se suprima do citado dispositivo a expressão "e pertencem à União".

Conforme o art. 20., itens VIII e IX, "são bens da União os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os do subsolo" - além do que determina o § 2o. do art. 182.

Entendemos que a expressão focalizada deve ser mantida.

Pela rejeição da Emenda.

**EMENDA:01239 APROVADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ERICO PEGORARO (PFL/RS)

**Texto:**

DISPOSITIVO EMENDADO: art. 182, § 3o.

Suprima-se, do art. 182, o § 3o.: "A lei instituirá, a título de indenização, fundo de exaustão, constituído de percentual do resultado da lavra, para atender ao desenvolvimento do município onde se localize a jazida, desde que justifiquem as condições econômicas e sociais.

**Justificativa:**

Não se pode, sob pena de inviabilizar totalmente o setor mineral de país, criar tão vasto elenco de ônus incidentes sobre o resultado da exploração mineral.

No § 1º do Art. 20 cria-se, como compensação financeira ou participação no resultado da exploração dos recursos minerais, a figura de um "royalty" em favor dos Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos da Administração Direta da União.

Foi extinto o imposto único sobre minerais, o que ensejará novos tributos – impostos e taxas – que assim passarão a incidir sobre operações com substâncias minerais.

Ao se enquadrar as substâncias minerais no âmbito de incidência do imposto relativo à circulação de mercadorias, enseja-se a alteração de alíquotas, segundo as regras daquele imposto, o que poderá onerar ainda mais, os produtos minerais.

E, na forma do disposto do parágrafo 2º do Art. 192, assegura-se aos proprietários do solo uma participação nos resultados da lavra.

Além dos ônus assinalados, pretender ainda instituir fundo de exaustão às empresas do resultado da lavra, para atender ao desenvolvimento de municípios, por certo redundará numa carga ao desenvolvimento de municípios, por certo redundará numa carga tributária insuportável, que certamente contribuirá, decisivamente, para inviabilizar qualquer atividade mineral no País.

**Parecer:**

Pela aprovação, nos termos do parecer à emenda no. 2T00656-0.

**EMENDA:01568 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CID CARVALHO (PMDB/MA)

**Texto:**

ARTIGO 182, é3o.

SUPRIMA-SE A EXPRESSÃO:

..."para atender ao desenvolvimento do Município onde se localiza a jazida'...

**Justificativa:**

O desenvolvimento deve abranger toda a região de influência da exploração de jazida e não apenas o Município de sua localização.

Sempre que uma jazida passa à fase da exploração, os Municípios vizinhos sofrem com a repercussão econômica e social daí decorrente, pois, em muitos casos, transformam-se suas sedes em cidades dormitório, agravando-se, por outro lado, os problemas de trânsito, abastecimento, custo da moradia, atendimentos à saúde, vagas em escolas, etc...

Comumente, agravam-se as condições e a qualidade de vida dessas comunidades.

Com a supressão proposta, abrem-se maiores perspectivas de soluções adequadas a essas questões, com a maior amplitude de aplicação dos recursos do Fundo de Exaustão.

**Parecer:**

Em razão de haveremos acolhido as emendas que propõem a supressão do art. 180, § 3o., do Projeto de Constituição B, resulta parcialmente aprovada a emenda sob exame.

**EMENDA:01675 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ MAURÍCIO (PDT/RJ)

**Texto:**

Suprima-se, do Projeto de Constituição, o § 5o., do art. 182, do Título VII, Capítulo I.

**Justificativa:**

Ao apresentarmos esta emenda supressiva pretendemos levar ao conhecimento dos Ilustres pares Constituintes que os potenciais de energia mesmo renovável, não podem ser objeto unicamente de exploração comercial, visto que, o renovável hoje, não poderá vir a ser amanhã. Ressaltamos que, o petróleo tido como uma fonte inesgotável de energia em passado recente, hoje, já é repensado como um potencial de riqueza energética mineral com bastante cuidado. Em nosso país depois da crise do petróleo em 1973, foi implementado o programa do álcool que poderá no futuro servir de componente substitutivo na área de combustível.

Salientamos ainda, que o parágrafo 5º do Art. 182 é desnecessário, servindo apenas como válvula de escape para que os gananciosos aproveitem para explorarem com visão meramente comercial sem sofrer qualquer proibição por danos que vierem causar ao Meio Ambiente.

Entendemos que esta matéria poderá via a ser melhor detalhada na legislação ordinária.

Esperamos o acatamento da referida Emenda pelo nobre Relator com a posterior aprovação dos nobres constituintes.

**Parecer:**

Segundo o art. 182, § 5o., "não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida".

A Emenda propõe a supressão do dispositivo, o que, em nosso entender, desampara o empresário que depende do "aproveitamento de potencial de energia renovável de capacidade reduzida" para impulsionar a atividade produtiva, sobretudo em áreas pioneiras.

Pela rejeição.

## FASE W

**EMENDA:00127 EM ANALISE**

**Fase:**

W - Proposta de Redação

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CHICO HUMBERTO (PDT/MG)

**Texto:**

Incluir a expressão "minas"" , em seguida à "as jazidas"" de maneira que o sujeito composto da frase fique assim redigido: "As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo..."

**Justificativa:**

A emenda visa recuperar nos estritos termos o que foi aprovado, após amplo entendimento das bancadas partidárias, na votação do 2º turno, conforme constante do art. 182 do Projeto 8. Além disso, a redação proposta evita a dúvida sobre se a jazida em lavra ou em exploração também, se submete ao regime jurídico contemplado no dispositivo. Por isso, impõe-se a expressa menção ao vocábulo “minas” que, de rigor, não poderia ter sido suprimido pelo nobre Relator ou pela Comissão de Redação.

**EMENDA:00356 EM ANALISE**

**Fase:**

W - Proposta de Redação

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ADEMIR ANDRADE (PSB/PA)

**Texto:**

Que seja dado ao Art. 176 "caput" a seguinte redação: "As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário ou autorizado a propriedade do produto da lavra."

**Justificativa:**

Nossa intenção é resgatar o texto do vencido no 2º turno, uma vez que suprimindo-se a expressão “minas” no atual texto, configura-se uma questão de mérito o que não era objeto da Reunião da Comissão de Redação, tendo em vista aprovação pelo plenário soberano da Assembleia Nacional Constituinte.

**EMENDA:00410 EM ANALISE**

**Fase:**

W - Proposta de Redação

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ALUÍZIO CAMPOS (PMDB/PB)

**Texto:**

Art. 176 - .....

"§ 1o. - Diga-se, depois da palavra "caput":

"dependendo de autorização ou concessão da União, no interesse nacional, a brasileiros..."

**Justificativa:**

Emenda sem justificação.

**EMENDA:00722 EM ANALISE**

**Fase:**

W - Proposta de Redação

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ LINS (PFL/CE)

**Texto:**

§ 2o. - Dê-se a seguinte redação:

"É assegurada, ao proprietário do solo, participação no resultado da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei".

**Justificativa:**

A inversão torna o texto mais claro e direito.

*Nota: Como citar no formato Documento Eletrônico (ABNT): BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 176 da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional]. Disponível em: <colocar link da BD aqui>. Acesso em: colocar a data da consulta, por exemplo, 10 nov. 2014.*